

JOÃO CALVINO

As INSTITUTAS

Edição especial para estudo e pesquisa

Volume 1



Institution de la Religion Chrestienne – *As Institutas* ou *Instituição da Religião Cristã*
Da edição original francesa de 1541 – Conforme publicação feita pela *Société les Belles Letres*,
Paris, 1936, com a colaboração da *Société du Musée historique de la Réformation*.

1ª edição em português 2002 – 3.000 exemplares

TRADUÇÃO e LEITURA DE PROVAS

Odayr Olivetti

REVISÃO e NOTAS DE ESTUDO E PESQUISA

Hermisten Maia Pereira da Costa

FORMATÇÃO

Rissato

CAPA

Publicação autorizada pelo Conselho Editorial:

Cláudio Marra (*Presidente*), Alex Barbosa Vieira, Aproniano Wilson de Macedo, Fernando
Hamilton Costa, Mauro Meister, Ricardo Agreste e Sebastião Bueno Olinto



EDITORA CULTURA CRISTÃ

Rua Miguel Teles Júnior, 382/394 - Cambuci
01540-040 - São Paulo - SP - Brasil
C.Postal 15.136 - Cambuci - São Paulo - SP - 01599-970
Fone: (0**11) 270-7099 - Fax: (0**11) 279-1255
www.cep.org.br - cep@cep.org.br

Superintendente: Haveraldo Ferreira Vargas

Editor: Cláudio A. Batista Marra

A presente edição¹ é uma reimpressão da *Instituição da Religião Cristã* [doravante em geral chamada *Institutas*²] (Genebra, 1541), tradução francesa de um livro cuja primeira redação, em latim, tinha aparecido em Basileia em 1535.

Os editores da obra utilizada para esta tradução acrescentaram (dentro do texto) referências às edições de 1536 e de 1539, e (fora do texto) observações relacionadas em listas de notas respectivas a cada capítulo. O texto de Calvino não traz títulos de subdivisões dos assuntos. Os que aparecem nesta tradução foram feitos pelo tradutor.

A obra *Institutas* compõe-se de 4 livros e 17 capítulos, distribuídos nesta ordem: Livro I, capítulos I a III; L. II, IV a VI; L. III, VII a XI; L. IV, XII a XVII.

Como se dá com a redação latina de 1535, esta tradução compreende essencialmente uma epístola dedicada ao rei Francisco I, defesa dos reformados franceses perseguidos, e uma “suma” – uma apresentação resumida – da doutrina religiosa deles. Por que essa defesa? E por que essa profissão de fé?

CIRCUNSTÂNCIAS DA PUBLICAÇÃO DAS INSTITUTAS	O propósito de redigir uma profissão de fé para os reformados franceses, ou, como se dizia então, para os evangélicos, parece presente no Espírito de Calvino já nos primeiros meses do ano de 1534.
--	--

João Calvino tinha então vinte e cinco anos. Sua infância tinha se passado à sombra da catedral de Noyon, sua cidade natal. Seu pai era escrivão do capítulo,³ isto é, da assembléia do cantão. Ele tinha sabido aproveitar-se da proteção dos grandes prelados de Noyon para enviar seu filho a Paris, para os seus estudos. No

¹ A referida edição é a francesa, a partir da qual a Editora Cultura Cristã produziu esta. Trata-se da *Institution de la Religion Chrestienne*, Paris, FR, Société Les Belles Letres, 1936. NE.

² Embora “Instituição” traduza melhor o título, a obra tornou-se conhecida como *Institutas*, como a chamamos aqui. NT.

³ Era secretário apostólico de Charles de Hangest – bispo de Noyon (1501-1525) – e procurador fiscal do município. NE

colégio chamado *da Marche*, Calvino tinha tido, embora por pouco tempo, o mais famoso mestre e pedagogo da época, Mathurin Cordier,⁴ que lhe ensinou latim (agosto de 1523). Pouco mais tarde, em Bourges, onde fez o curso de direito, o professor Melchior Wolmar,⁵ luterano declarado, lhe tinha ensinado grego. Concluídos os seus estudos jurídicos, Calvino dedicou-se à literatura.⁶ Talvez pensasse numa carreira de humanista, como a de Erasmo, por quem ele tinha grande admiração.⁷ Mantinha-se ligado aos humanistas e a alguns homens que se preocupavam com a vida religiosa, como seu primo Robert Olivetan. Subitamente, sua vida laboriosa foi perturbada por um escândalo em que estavam envolvidos os teólogos da Sorbonne. Aconteceu que no dia primeiro de novembro de 1533, por ocasião da reabertura da Universidade de Paris, o reitor, conforme o costume, leu um discurso. Este continha algumas declarações inesperadas em tal circunstância. Mostrando grande desprezo pelos sofistas, que reduziam a teologia aos exercícios da escolástica, opôs a eles a “filosofia de Cristo”, expressão do gosto de Erasmo, suspeito para os teólogos. Ele proclamava Cristo como o único mediador, o que a Sorbonne considerava ofensivo à “Virgem” e aos santos. Ele elogiava o retorno ao Evangelho: era o rompimento com a Igreja e suas tradições.

O discurso lido pelo reitor era de Calvino. Tal foi o escândalo que a Sorbonne⁸ denunciou o autor ao Parlamento de Paris com o fim de processá-lo por heresia.

⁴ Maturinus Corderius (1479-1564) foi fundamental na formação do estilo de Calvino. Mais tarde Calvino dedicaria o seu comentário de Primeira aos Tessalonicenses a Corderius (17/02/1550), a quem chama de “homem de eminente piedade e erudição” (John Calvin, *Calvin’s Commentaries*, Grand Rapids, Michigan, Baker Book House Company, 1981, Vol. XXI, p. 234), reconhecendo a sua dívida para com ele: “Eu me reconheço endividado a você pelo progresso que foi feito desde aquele tempo. E isto eu estava desejoso de testemunhar à posteridade que, se qualquer vantagem proviesse a eles de meus escritos, eles saberiam que em algum grau eles têm sua origem em você.” (John Calvin, *Calvin’s Commentaries*, Vol. XXI, p. 234). Posteriormente, convertido ao protestantismo, Calvino o convidou a lecionar na Academia de Genebra, o que Corderius aceitou, sendo inclusive durante algum tempo diretor daquela instituição, permanecendo ali até a sua morte em 1564, quatro meses depois de Calvino. Corderius morreu em Genebra, em 8 de setembro de 1564. Corderius, além de brilhante e laborioso professor, era conhecido por sua erudição, piedade e integridade. NE.

⁵ Melchior Wolmar († 1561), professor também de Théodore de Beza (1519-1605) foi de fundamental importância no ensino de grego a Calvino. Mais tarde, Calvino lhe dedicaria o seu comentário de Segunda aos Coríntios (01/08/1546), onde diz que Wolmar, era “o mais distinguido dos mestres [de grego]”. (J. Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, São Paulo, Paracletos, 1995, Dedicatória, p. 8). NE.

⁶ Ele mesmo resumiria a sua infância: “Quando era ainda bem pequeno, meu pai me destinou aos estudos de teologia. Mais tarde, porém, ao ponderar que a profissão jurídica comumente promovia aqueles que saíam em busca de riquezas, tal prospecto o induziu a subitamente mudar seu propósito. E assim aconteceu que fui afastado do estudo de filosofia e encaminhado aos estudos da jurisprudência. A essa atividade me diligencieei a aplicar-me com toda a fidelidade, em obediência a meu pai; mas Deus, pela secreta providência, finalmente deu uma direção diferente ao meu curso.” (João Calvino, *O Livro dos Salmos*, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 1, pp. 37-38). NE.

⁷ A primeira obra escrita por Calvino foi publicada com seus próprios recursos: a edição comentada do livro de Sêneca, *De Clementia* (4 de abril de 1532). Um exemplar da obra foi enviada a Erasmo de Roterdã (c.1469-1536). NE.

⁸ Universidade de Paris (tendo os seus Estatutos, elaborados por Roberto Courson, aprovados em 1215), constava de quatro Faculdades: Teologia, Filosofia (“Artes”) (a mais concorrida), Direito e Medicina. Todavia, ela especializou-se no ensino de Teologia, tornando-se para a “santa igreja”, como “a árvore da vida”. Em 1255, escreve o papa Alexandre IV (1254-1261): “A ciência das escolas de Paris está na Santa Igreja

Cop, o reitor, fugiu para Basiléia; Calvino se escondeu num subúrbio parisiense (em Chaillot, ao que parece), e depois se refugiou na casa de um amigo, em Claix, perto de Angoulême. Foi lá, em sua solidão, tendo à mão uma rica biblioteca, que ele formou o propósito de redigir sua profissão de fé. Ele tinha renunciado ao estudo de literatura; passou a dedicar-se unicamente à vida espiritual. Foi lá que se deu a sua conversão que, segundo suas confidências, tinha sido repentina.⁹

De Angoulême ele tinha ido para Nérac, capital dos Estados da rainha de Navarra, sendo ela um tanto indulgente para com os evangélicos molestados e perseguidos. Calvino tinha voltado a Noyon para ali renunciar a seus benefícios

como a árvore da vida no paraíso terrestre e como a lâmpada refulgente na casa do Senhor. Como uma mãe fecunda de erudição, ela faz jorrar em abundância das fontes da doutrina da salvação os rios que vão banhar a face estéril da terra, ela alegra por toda parte a Cidade de Deus e subdivide as águas da ciência que faz correr nas praças públicas para o refrigério das almas sedentas de justiça.... É em Paris que o gênero humano, deformado pela cegueira de sua ignorância original, recupera sua visão e sua beleza pelo conhecimento da luz verdadeira que irradia da ciência divina.” (In: Etienne Gilson, *A Filosofia na Idade Média*, São Paulo, Martins Fontes, 1995, p. 490). Este elogio de Alexandre IV envolvia obviamente a sua vitória sobre a autonomia da Universidade, na qual ele demitiu e contratou quem desejou, concedendo amplos poderes aos religiosos mendicantes... fiéis ao papa. A Universidade de Paris – apesar do antagonismo interno –, tornou-se a definidora, defensora e divulgadora da ortodoxia católica, tendo os papas ao longo dos anos, contribuído decisoriamente para a sua projeção internacional. “Ora, na medida em que ensinava teologia, a Universidade de Paris cessava de pertencer a si mesma e dependia de uma jurisdição mais alta do que a da razão individual ou da tradição escolar. Sua própria importância, o número sem cessar crescente dos mestres e alunos que vinham de todas as partes do mundo cristão para aí se instruir faziam dela a fonte do erro ou da verdade teológicos para toda a cristandade.” (Etienne Gilson, *A Filosofia na Idade Média*, p. 487). Aliás, os papas procuravam sempre tornar as Universidades em instrumento conservador e defensor da “ortodoxia” católica... Por outro lado, os reis também viam nas Universidades um meio de projeção pessoal e propagação do seu reino.

Em meados do século XIII, a Universidade de Paris passou a chamar-se Universidade de Sorbonne, em homenagem a Robert de Sorbon. NE.

⁹ Não nos é possível precisar as circunstâncias e data da “súbita conversão” de Calvino, contudo as evidências apontam para um período entre c. 1532-1534. Devemos estar atentos também, para o fato de que a vida de Calvino, mesmo antes da sua conversão, não fora marcada por um comportamento dissoluto e imoral – já tão comum nos jovens de seu tempo –, antes, a sua conversão, como observa Schaff, “foi uma transformação do romanismo para o protestantismo, da superstição papal para a fé evangélica, do tradicionalismo escolástico para a simplicidade bíblica.” (Philip Schaff, *History of the Christian Church*, Peabody, Massachusetts, Hendrickson Publishers, 1996, Vol. VIII, p. 310).

Crê-se que o seu primo Olivétan – ainda que não isoladamente –, teve uma participação importante na sua conversão ao protestantismo. Lembremo-nos de que Calvino não é muito pródigo ao falar da sua vida. No que se refere à sua conversão, em 1539 diz: “Contrariado com a novidade, eu ouvia com muita má vontade e, no início, confesso, resisti com energia e irritação; porque (tal é a firmeza ou descaramento com os quais é natural aos homens resistir no caminho que outrora tomaram) foi com a maior dificuldade que fui induzido a confessar que, por toda minha vida, eu estivera na ignorância e no erro.” (Juan Calvino, *Respuesta al Cardeal Sadoletto*, 4ª ed. Barcelona, Fundación Editorial de Literatura Reformada, 1990, p. 63). Na introdução do seu comentário de Salmos (1557), diz que: “Inicialmente, visto eu me achar tão obstinadamente devotado às superstições do papado, para que pudesse desvencilhar-me com facilidade de tão profundo abismo de lama, Deus, por um ato súbito de conversão, subjogou e trouxe minha mente a uma disposição suscetível, a qual era mais empedernida em tais matérias do que se poderia esperar de mim naquele primeiro período de minha vida.” (João Calvino, *O Livro dos Salmos*, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 1, p. 38.) Também na já citada carta ao Cardeal Sadoletto (01/09/1539), Calvino descreve as suas angústias espirituais no romanismo, resultantes do que a igreja pregava (Vd. Juan Calvino, *Respuesta al Cardeal Sadoletto*, pp. 61-64). No entanto, em nenhum momento, Calvino menciona o instrumento humano usado por Deus. NE.

eclesiásticos,¹⁰ e a Paris, quando um novo escândalo desencadeou a perseguição contra os luteranos.

Na noite de 17 de outubro de 1534, em Paris foram fixados cartazes contra a missa, e isso foi feito até na porta do quarto do rei, no castelo situado às margens do Rio Loire. Soube-se mais tarde que tinha sido obra de um lionês chamado Marcourt, primeiro pastor em Neuchâtel, a partir de 1531.

O Parlamento logo submeteu os suspeitos a tortura, condenou-os a suplícios de extrema crueldade: que lhes arrancassem a língua e lhes amputassem as mãos, antes de queimá-los vivos. O rei assinou uma ordem surpreendente da parte de um amigo das letras, proibindo, sob pena de morte, a impressão de todo e qualquer livro (em 13 de janeiro de 1535).

Passou-se um ano até que, como privilégio excepcional, fosse feita uma concessão a doze impressoras. As pilhas de volumes queimados com os hereges que os escreveram ou os imprimiram ou os divulgaram explicam por que durante meio século não foi editada nenhuma Bíblia francesa na França, e por que, até 1562, não foi possível imprimir as *Institutas*.

No meio da tempestade, o autor continua sua obra. Ele sabe – talvez por meio dos confidentes de Marguerite d’Angoulême – como o rei é inconstante. Enquanto na França se aplica tanto rigor, na Alemanha Francisco I procura fazer aliança com os príncipes luteranos contra o imperador. Um edito de 29 de janeiro de 1535 prescreve o extermínio dos hereges, mas, muitos dias depois, a mesma mão real assina um documento memorial redigido pelo embaixador Du Bellay em homenagem aos eleitores e aos magistrados aliados do cristianíssimo rei. Francisco I explica que está sendo acusado injustamente de perseguir pessoas por motivo de religião: são revolucionários em fúria, alega ele, são sediciosos, que ele tem o direito e o dever de reprimir.

Entretanto, uma reviravolta em favor dos evangélicos sempre parecia possível; ao rei poderia aplicar-se o epíteto dado por Farel a Erasmo: camaleão! No dia 10 de março de 1534, um professor estabelecido em Paris já por cinco anos, Jean Sturm, tinha escrito ao reformador Bucer, natural de Estrasburgo: “Jamais se cumpriu melhor o versículo: ‘O coração do rei está nas mãos de Deus’, porque no meio das fogueiras ele sonha com uma reforma religiosa... Insisto na necessidade de sua viagem e da de Melanchton” (o melhor colaborador de Lutero)... “A situação tão perigosa dos fiéis deve-se menos ao juízo pessoal do rei que das informações caluniosas dadas por conselheiros parciais. Nenhuma distinção se faz entre anabatistas, seguidores de Erasmo e luteranos: todos são feitos prisioneiros. Creio que a idéia do rei seria a de agir diferentemente contra os sediciosos e contra os que não professam a doutrina da igreja sobre a eucaristia”.

Essa opinião é a de um observador bem informado, envolvido nas negociações que visavam a restabelecer a paz entre os cristãos, e que em breve, em

¹⁰ Calvino ainda criança (maio de 1521) recebeu um benefício eclesiástico na catedral de Noyon, que ajudaria a custear as despesas de sua educação, então um privilégio raro. NE.

Estrasburgo, teria seguidos contatos com Calvino. A esperança de Sturm parecia que ia realizar-se na primavera de 1534, pois no dia 23 de junho Francisco I, oficialmente, e Du Bellay, em seu próprio nome, convidam Melancton para vir à França. Mas o eleitor da Saxônia não lhe dá permissão e, além disso, a Sorbonne recusa a discussão pública sugerida pelos diplomatas.

Um ano depois, o espírito e a pena de Calvino ficam livres para consagrar-se inteiramente à sua grande empresa. Na primavera de 1535 é publicado em Neuchâtel o Novo Testamento de Robert Olivetan, para o qual seu primo escreveu um prefácio: “*A todos os que amam Jesus Cristo e Seu Evangelho, saudações*”.¹¹ Calvino diz expressamente: “Nós o traduzimos o mais fielmente que nos foi possível, em conformidade com a verdade e com a propriedade da língua grega”, assinalando assim sua participação nessa obra de grande fôlego; e especifica a intenção: “*para que os cristãos e cristãs que entendem a língua francesa possam entender e reconhecer a lei que devem ter e a fé que devem seguir*”, propósito patriótico semelhante ao de Lefèvre, doze anos mais tarde; no começo do seu próprio Novo Testamento, disse que tinha trabalhado visando à consolação dos súditos do reino, para que este não fosse mais simplesmente chamado Reino Cristianíssimo, mas que se tornasse tal de fato.¹²

Mais tarde, recebeu outro encargo; o curato de Saint-Martin de Martheville (Setembro de 1527). Em 30 de abril de 1529 Calvino resignou a capelanía de La Gesine em favor do irmão mais jovem, Antoine e, em 5 de julho de 1529, trocou o cargo de Saint-Martin para o da aldeia Pont-l'Évêque (local de nascimento de seu pai). Com a morte de seu pai (25 ou 26 de maio, 1531) tornou a Paris para continuar seus estudos literários e durante certo período voltou a Orléans para concluir seu curso de Direito.

Em 1534, Calvino completaria 25 anos, idade legal para ser ordenado; agora é o momento de assumir de fato a sua fé e ofício. Assim, em 4 de maio de 1534, voltou a Noyon e renunciou aos seus benefícios eclesiásticos. NE.

¹¹ Antes da tradução de Olivétan, o francês já dispunha de outras traduções completas das Escrituras, como a de 1226-1250, feita por um grupo de tradutores da Universidade de Paris e a de Guiars de Moulins, feita entre 1291-1295. Esta tradução, depois de ser revisada, foi, por ordem de Carlos VIII, publicada, sendo a primeira Bíblia francesa a ser impressa (1487). Ela foi chamada de “A Grande Bíblia”, sendo editada 12 vezes no período de 1487-1545.

A Bíblia Francesa (1535), traduzida por Pierre Robert – apelidado de “Olivetanus”, daí, Olivétan (c.1506-1540) –, foi a primeira tradução Protestante francesa das Escrituras, feita a pedido e a expensas dos Valdenses, que gastaram na impressão 1.500 escudos. A tradução, feita diretamente dos originais hebraicos e gregos, foi utilizada pela primeira geração de calvinistas franceses na proclamação do Evangelho. O Novo Testamento foi editado em 1534, saindo a segunda edição em 1535, acompanhado do Antigo Testamento. Esta edição (segunda do Novo Testamento e primeira da Bíblia completa), foi revisada e prefaciada por Calvino. Lembremo-nos de que Calvino dominava, além do francês, o latim, o hebraico e o grego.

Nesse prefácio, temos o primeiro testemunho público de Calvino que indica a sua conversão. Posteriormente, Beza (1519-1605) fez nova revisão da Bíblia Francesa, que continuou sendo revista de quando em quando nos séculos seguintes. NE.

¹² Anos antes da versão de Olivétan, foi publicada outra tradução, a do católico Jacques Lefèvre D'Étaples (1455-1536) – possivelmente em parte simpatizante do luteranismo (“Lutero antes de Lutero”), desejando orar “em língua que se entenda” –, que, partindo da Vulgata, publicou a tradução do Novo Testamento em 1523, e a do Antigo Testamento em 1530. No prefácio da tradução do Novo Testamento, Lefèvre escreveu: “Chegou o tempo em que o nosso Senhor Jesus Cristo, único, sol, verdade e vida, quer que o seu Evangelho seja puramente anunciado em todo o mundo, para que ninguém se deixe extraviar por loucas promessas ou criaturas, nem por quaisquer tradições humanas, que não podem salvar”.

No entanto, em 1546 a tradução de Lefèvre foi incluída no “Index”, porém, em 1550, após alguns expurgos das passagens consideradas heréticas, foi reimpressa. A tradução de Lefèvre D'Étaples foi de grande importância para a implantação e disseminação da Reforma na França. NE.

Em toda a Europa ocidental, a época que vai de 1534 a 1536 é, como a então recente, de 1521-22, uma época crítica. Os reformadores trabalham, cada um em seu país, para propagar a Palavra de Deus na língua nacional, esperando a conversão de soberanos e de povos: em outubro de 1534, Lutero termina a tradução alemã da Bíblia;¹³ em outubro de 1536 o tradutor da Bíblia em inglês, Tyndale, morre na fogueira orando a Deus que abra os olhos do rei da Inglaterra. Neste mesmo ano, em que é publicada a carta de Calvino ao rei da França, ao mesmo Francisco I é dedicada a *Christianae fidei brevis et clara expositio* (*Breve e clara exposição da fé cristã*) de Zwínglio, publicada após a morte do seu autor por seu sucessor em Zurique.

A Bíblia francesa de 1535 sai do prelo em 4 de junho. No fim do mês chega uma notícia horrível: Em Munster foram exterminados em massa os anabatistas alemães, que buscavam nas Escrituras, não somente princípios religiosos, mas também pretextos para uma revolução social. Os adversários da Reforma a declaram responsável pelos excessos dos anabatistas, ou ao menos solidária a eles.

¹³ O Novo Testamento foi traduzido primeiro, depois de um trabalho de cerca de nove meses, período durante o qual escreveu mais de dez obras. O Novo Testamento de Lutero foi publicado em 21/09/1522. Esta tradução foi baseada na 2ª edição do texto grego de Erasmo (1469-1536), publicado em 1519, que já havia corrigido muitíssimos erros da primeira edição. Os três mil exemplares da primeira edição logo se esgotaram e, em poucos anos, diversas edições já tinham sido publicadas em várias cidades da Europa. Entre 1522 e 1524 foram feitas 14 reimpressões do NT. em Wittenberg e 66 outras em Augsburg, Basileia, Estrasburgo e Leipzig; em Basileia, Adam Petri publica 7 reimpressões. Calcula-se que durante a vida de Lutero, foram feitas 11 edições, 84 impressões originais e 253 baseadas nelas. Como é sabido, havia outras traduções do Novo Testamento na língua alemã anteriores à de Lutero, mas acontece que a sua linguagem era muito imperfeita, sendo inadequada para a leitura do povo; por outro lado, as Bíblias utilizadas nas igrejas eram latinas e custavam 360 florins; as mais elaboradas, chegavam a custar 500 tálares. O Novo Testamento traduzido por Lutero foi vendido por apenas 1 ½ florins [= c. 3 francos]. Fazendo uma comparação, observamos que Calvino, que passou inúmeros apuros financeiros em Estrasburgo (1538-1541), recebia, não sem atraso, 1 florim por semana, conforme verba votada pelo Conselho de Representantes da cidade. Obviamente ele não conseguiria viver com tão pouco; por isso se desdobrava em outras várias atividades; contudo, mesmo assim nada sobrava: o custo de vida em Estrasburgo ao que parece era muito elevado.

Lutero, auxiliado por Melancton (1497-1560) e outros eruditos, revisou continuamente a sua tradução, permanecendo neste labor até o dia da sua morte. Johann Cocleau (Cochlaeus) (1479-1552), Doutor em Teologia (1517), violento adversário de Lutero e da Reforma, admitiu: “O Novo Testamento de Lutero foi divulgado de tal forma, que também alfaiates e sapateiros, sim, até mulheres e crianças que mal haviam aprendido a ler algumas poucas palavras nas embalagens de um bolo de mel, o liam com grande avidez dentro de suas naturais limitações. Alguns o carregavam consigo por onde andavam e, na medida do possível, o aprendiam de cor. Destarte, eles conseguiam em poucos meses, capacitar-se a discutir, sem constrangimento, com padres e monges aspectos da fé e do Evangelho. Sim, houve também o caso de mulheres humildes que tiveram a ousadia de discutir temas religiosos com doutores e homens letrados. Acontecia mesmo, nessas discussões, que leigos luteranos mostravam mais facilidade para citar passagens bíblicas de improviso que muitos monges e sacerdotes”. Hans Lufft durante quarenta anos (1534-1574) chegou a imprimir 100.000 exemplares da Bíblia traduzida por Lutero e, entre (1546-1580) publicou 37 edições do Antigo Testamento.

A sua tradução é uma obra primorosa, sendo considerada o marco inicial da literatura alemã. Febvre diz, de forma poética, que o trabalho de Lutero consistiu “numa assombrosa ressurreição da Palavra, estando o mais distante possível de uma fria exposição, de um labor didático de um filólogo. Também, é mais do que um ‘trabalho de artista’ em busca de um estilo pessoal. É o esforço, sem dúvida dramático, feliz, de um pregador que quer convencer; ou melhor, de um médico que quer curar, trazer aos seus irmãos, os homens, todos os homens, o remédio milagroso que acaba de curá-lo...” (Lucien Febvre, *Martin Lutero: un destino*, 7ª reimpressão, México, Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 187). NE.

Na França (Michelet viu bem isso) a origem da Reforma “*é espontânea, primeiramente francesa*”. Seus primeiros adeptos levavam uma vida pacífica. Eram operários em Meaux, agricultores em Thiérache, humanistas na corte. Isso não impede os seus inimigos de compararem os inofensivos “biblistas” da França com os desenfreados anabatistas da Alemanha. Uma testemunha, H. Estienne, conservou sobre isso lembranças interessantes: “*Evitava-se dar a entender que eles eram gente boa como os demais e que não eram zombadores nem falsos; que tinham recebido o sacramento do batismo, etc., mas, antes, diziam que eram pessoas completamente diferentes, que zombavam de Deus, que tinham suas mulheres em comum, que eram piores que os judeus, os turcos e os sarracenos*”. O manifesto dirigido aos príncipes da Alemanha era a expressão oficial dos erros, preconceitos e calúnias que tinham livre curso em Paris. Contra eles eleva-se o protesto indignado da consciência de Calvino.

A princípio, sua exposição da fé cristã destinava-se a fortalecer os fiéis e a esclarecer os que não tinham bom conhecimento da causa; agora servirá de apologia contra os caluniadores. O doutor em direito de Orleães transforma em discurso de defesa as páginas concebidas pelo teólogo. E esse discurso ele enviará ao supremo juiz da França; essa é a origem da carta ao rei, conforme narrativa do próprio autor que consta no prefácio do seu Comentário do Livro de Salmos, por ele publicado em 1557.

*“Foram queimados na França muitas pessoas santas e fiéis; chegando isso ao conhecimento das outras nações, os autores das queimas foram considerados cruéis...; eles (os príncipes luteranos) elaboraram um protesto contra os autores daquela tirania (o rei e o parlamento); para apaziguar isso, deu-se divulgação a opúsculos infelizes (como o manifesto de primeiro de fevereiro, também afixado em quadros murais), cheios de mentiras: que só eram tratados cruelmente os anabatistas e os sediciosos (citação de uma expressão do manifesto), os quais, com seus extravios e com suas opiniões falsas, subvertem, não somente a religião, mas também toda a ordem política. Quanto a mim, vendo que esses falsos religiosos, com seus fingimentos, faziam tudo para que a indignidade desse derramamento de sangue inocente não somente fosse mantida oculta pelas blasfêmias e calúnias das quais eles acusavam falsamente os santos mártires depois da morte deles (no dia 15 de fevereiro De la Forge, um amigo de Calvino, tinha sido queimado), mas também, em acréscimo, faziam tudo para pisar os pobres fiéis, sendo que a ninguém era permitido mostrar compaixão por eles, pareceu-me que, se eu não me opusesse vigorosamente, quanto me fosse possível, eu não poderia desculpar-me, se fosse julgado frouxo e desleal.”*¹⁴

Aí está, pois, um advogado que se sente constrangido por sua consciência a assumir a defesa de um inocente acusado de crimes que poderiam levar à condenação e à morte. Se com justiça M. Lefranc dá a Calvino o título de “*criador da eloquência francesa*”, é graças ao tom da carta ao rei, mais do que ao plano tão

¹⁴ Vd. João Calvino, *O Livro dos Salmos*, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 1, p. 39. NE.

claro e às deduções tão lógicas das Institutas propriamente ditas. “*Calvino esperava reconduzir Francisco I a disposições mais benevolentes, revelando ao grande público o verdadeiro caráter dos reformados franceses, odiosamente transformados em malfetores pelos adversários. Uma vez isolados e abandonados pela opinião européia, não haveria nada que pudesse impedir a sua eliminação. Com essa clarividência superior que faria dele, aos trinta anos, um líder e um condutor de almas, o jovem reformador denunciou o perigo iminente; ele se fez o porta-voz dos seus correligionários caluniados*” (Introdução de uma edição das Institutas, 1911).

Tendo saído da França no início de 1535, Calvino, após uma breve estada em Estrasburgo, fixa-se em Basiléia, onde vive “disfarçado”, como simples membro da “pobre igreja por banimento expulsa”. Toma pensão no subúrbio de Saint-Albain, na casa de uma viúva, a senhora Petit, que mais tarde dará alojamento a Ramus. “Aqui”, escreverá este, “em vigílias memoráveis, celestiais, foram elaboradas as Institutas”. O autor ainda não tinha vinte e seis anos de idade.

Calvino entra em contato com dois tipógrafos associados, Platter e Lasius.

No mês de agosto a expressiva carta, que serviria de preâmbulo, tinha sido concluída “por Jean Calvin, de Noyon”. Uma das principais feiras de livros novos começava em setembro. É provável que o editor (Oporin) tenha pressionado Calvino a terminar a carta de modo que pudesse ser composta a tempo e ser anexada à parte inicial do livro; mas não conseguiram. Sete meses se escoaram antes de o volume sair do prelo, para a feira realizada antes da Páscoa, “mense Martio, anno 1536”.

OBJETIVO DAS INSTITUTAS

O título é: *Instituição da Religião Cristã, resumo quase completo da piedade, abrangendo tudo o que, quanto à doutrina da salvação, é necessário conhecer; obra seleta e à altura de todos os estudiosos da vida piedosa, recentemente publicada. Prefácio dedicado ao cristianíssimo rei da França, a quem este livro é oferecido no interesse de uma confissão fé.*¹⁵

— 520 páginas, formado pequeno, em 8º de 10 cm por 15 cm. 5.¹⁶

O título do livro diz bem qual o seu objetivo. A palavra instituição pertence, no latim, ao vocabulário pedagógico. Para a formação do orador, Quintiliano tinha escrito uma *Institutio oratoria* (Instituição para a Oratória). Erasmo tinha dado o programa da educação de um príncipe em sua *Institutio principis christiani* (Instituição para o príncipe cristão). A *Institutio christianae religionis* (Instituição da Religião Cristã) é um manual de instrução cristã, ou, como dirá Calvino, um resumo, uma “suma”, do ensino doutrinário próprio para a formação de um cristão.

A obra *Institutas* foi escrita em latim. Mas, e a carta ao rei? Foi impressa tanto com a data de primeiro de agosto como com a de 23 desse mês. Pensada em francês, terá sido escrita primeiro em francês, e dirigida ao rei nessa língua? O modo como o tuteio é empregado parece indicar que a carta foi escrita primeiro

¹⁵ Em latim no original. NT.

¹⁶ Era um livro de bolso que facilitava o seu transporte discreto. NE.

em latim. Tudo faz pensar que ela foi escrita antes das *Institutas*. Mas a primeira tiragem, ao que se saiba, é de 1541. A todo momento estaremos falando de uma primeira tradução do livro, possivelmente desde 1537. Pois bem, situa-se em 1537 uma carta da rainha de Navarra destinada ao rei: “...*Desejas o bem geral de todo o mundo e a promoção da honra de Deus, em cuja honra te suplico que não tenhas temor de usar o que te enviei, porque incessantemente o tenho provado, de modo que me atrevo a elogiá-lo arriscando a minha honra*”. Seriam as *Institutas* o elogiável objeto cujos benefícios a rainha prova sem cessar, objeto que seu irmão poderia ter medo de ler, mas cujo valor para todo o mundo é certo?... Notemos, por outro lado, que, de fevereiro a abril de 1536, Francisco I encontrase freqüentemente em Lião. Teria ele recebido um exemplar ricamente encadernado, que seria bem interessante reencontrar? Lião está na rota da Itália; e, durante a primavera de 1536, Calvino ficou em Ferrara, perto de Renée de France.¹⁷

**PRIMEIRA TRADUÇÃO
FRANCESA**

No dia 13 de outubro de 1536 ele escreve: “*De-diquei à edição francesa todos os meus momentos de lazer*”. Terá sido publicada a partir de 1537?

Convida-nos a esta conclusão o fato de que na edição de 1541 os capítulos de 1536 parecem traduzidos do primeiro texto latino, e não do texto revisto e corrigido de 1539. Ainda não se encontrou nenhuma edição de 1537; todavia, sua existência estaria em harmonia com os costumes bastante metódicos de Calvino: a tradução francesa aparecendo logo após o original latino, ou inversamente. A primeira página da edição de 1541 tem as características de uma reimpressão: o autor desse “argumento” declara que ainda não publicou nenhuma obra deste gênero e prevê que no futuro fará alguns comentários; ou se trata de algo feito completo antes de 1541 – entre 1537 e 1539 foram publicados um catecismo,¹⁸

¹⁷ A duquesa de Ferrara, favorável aos protestantes. NT.

¹⁸ Calvino elaborou em francês, durante o inverno de 1536-1537, um catecismo, não sendo constituído em forma de perguntas e respostas, escrito de modo que julgou acessível a toda a igreja. O seu objetivo era puramente didático. Esta obra foi intitulada: Instrução e Confissão de Fé, Segundo o Uso da Igreja de Genebra, sendo traduzida para o latim em 1538. Posteriormente, Calvino a reviu – tornando a sua teologia mais acessível aos seus destinatários: as crianças –, e a ampliou consideravelmente, mudando inclusive a sua forma, passando então, a ser constituída de perguntas e respostas, contendo 373 questões. Esta nova edição foi publicada entre o fim de 1541 e o início de 1542, tornando-se juntamente com a Instituição um sucesso editorial. Em 1545, Calvino traduziu o latim visando dar um alcance maior aos seus ensinamentos, contribuindo deste modo para a maior unidade entre as igrejas reformadas. A partir de 1561, este catecismo ganhou maior importância, visto que daí em diante todo ministro da igreja deveria jurar fidelidade aos ensinamentos nele expressos e comprometer-se a ensiná-los.

Este *Catecismo* consistiu num resumo da primeira edição da *Instituição* (1536). Foi a primeira exposição sistemática do pensamento teológico de Calvino em língua francesa. O *Catecismo* pode ser assim esboçado:

I - Fé (1-130)

Introdução (1-18)

Segue-se a exposição do Credo Apostólico, da seguinte forma:

a) Deus Pai (19-29)

b) Deus Filho (30-87)

c) Deus Espírito Santo (88-91)

d) A Igreja (92-130)

um tratado sobre a Santa Ceia¹⁹ e um comentário da Epístola aos Romanos.²⁰

Esta questão não é pura curiosidade: Como as *Institutas* marcam, com *Pantagruel*,²¹ a época em que nasceu o francês moderno, é interessante buscar a data precisa – 1537 ou 1541.

A VIDA DE CALVINO DE 1536 A 1541

Tenha ou não existido uma edição francesa desde 1537, convém narrar brevemente a vida de Calvino entre a edição *princeps* (a primeira edição) de 1536 e a edição francesa de 1541, que a presente publicação reproduz. Vai-se de um ao outro texto mediante três degraus já assegurados: um catecismo francês (1537), sua tradução latina (1538) e a segunda edição latina das *Institutas* (1539).

Em maio de 1536, os Conselhos de Genebra tinham proclamado a resolução de “viver conforme o Evangelho”, pela insistência de Farel.²² Isso retém Calvino em julho.²³ Diga-se de passagem: insistência devida à profunda impres-

II - Os Dez Mandamentos (131-232)

III - A Oração (233-295)

IV - A Palavra e os Sacramentos (296-373)

a) A Palavra e o Ministro (296-308)

b) Os Sacramentos (309-373)

- Definição e Significado (309-323)

- Batismo (324-339)

- Ceia do Senhor (340-373). NE.

¹⁹ J. Calvino, Breve Tratado Sobre La Santa Cena: In: *Tratados Breves*, Buenos Aires/México, La Aurora/Casa Unida de Publicaciones, 1959. NE.

²⁰ Escrito em 1539 e publicado em março de 1540. Outras edições revisadas foram publicadas em 1551 e 1556. É provável que esse trabalho seja o resumo de suas aulas ministradas em Genebra no período de 1536-1538. *Edição brasileira*: João Calvino, *Exposição de Romanos*, São Paulo, Paracletos, 1997. NE.

²¹ Obra escrita em 1533 pelo humanista francês François Rabelais (c. 1495-1553). Ela seria condenada pela Sorbonne em janeiro de 1534. A literatura de Rabelais e de Calvino, são, de fato, responsáveis pelo francês moderno. No entanto, a semelhança entre estes dois personagens contemporâneos, termina aí. (Vd. Philip Schaff, *History of the Christian Church*, Vol. VIII, p. 266). NE.

²² No domingo de 21 de maio de 1536, “democrática e unanimemente pelo Conselho Geral”, depois de ouvir os representantes da causa protestante (Farel, Viret e Froment) e os da causa romana, os Conselhos de Genebra, em edital (27/08/1535) decidiram que o catolicismo não seria mais a religião de Genebra. NE.

²³ Calvino deveria ter chegado a Estrasburgo em 1536, contudo, por encontrar-se impedida a estrada que daria acesso direto àquela cidade, teve que pernoitar em Genebra, “não mais que uma noite”. No entanto, o tímido e discreto Calvino que desejava passar anônimo, foi descoberto... O seu amigo Louis du Tillet falou a Farel de sua estada em Genebra. Então teve o seu encontro dramático com o ousado e “destemido” (Conforme expressão de Erasmo) pastor Guilherme Farel (1489-1565) que o persuadiu a permanecer em Genebra e, juntos, levarem adiante a Reforma que oficialmente fora adotada. Calvino, mais tarde, em 1557, lembrando o fato, diria que Farel o convenceu, “não propriamente movido por conselho e exortação, e, sim, movido por uma fulminante impreciação, a qual me fez sentir como se Deus pessoalmente, lá do céu, houvera estendido sua poderosa mão sobre mim e me aprisionado.” Continua: “E, ao descobrir [Farel] que meu coração estava completamente devotado aos meus próprios estudos pessoais, para os quais desejava conservar-me livre de qualquer outras ocupações, e percebendo ele que não lucraria nada com seus rogos, então lançou sobre mim uma impreciação, dizendo que Deus haveria de amaldiçoar meu isolamento e a tranquilidade dos estudos que eu tanto buscava, caso me esquivasse e recusasse dar minha assistência, quando a necessidade era em extremo premente.” Farel conseguiu: “Sob o impacto de tal impreciação, eu me senti tão abalado de terror, que desisti da viagem que havia começado.” (João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, p. 40-41). Halsema coloca em tom poético: “O viajor chegou para uma noite de sono. Pretendia continuar a viagem, desaperecebido. Mas Deus tinha outros planos.” (Thea B. Van Halsema, *João Calvino era Assim*, São Paulo, Editora Vida Evangélica, 1968, p. 71). NE.

são produzida pelas *Institutas*, que apareceram três meses antes. (O sucesso foi tão grande que, um ano depois de haverem sido postas à venda, não se encontrava sequer um exemplar em Basiléia, e mal e mal cinquenta em Frankfurt).²⁴ Em 1533 Farel tinha redigido uma primeira liturgia, na qual se inspirou Calvino: *Modos e moldes que se vêm nos lugares que, por Sua graça, Deus tem visitado*; em 1534 ele tinha reeditado a *Declaração Sumária*, na qual expunha os princípios do Evangelho que ele pregava com vigor, mas a sua pena era menos forte que a sua voz. Quando a obra *Institutas* apareceu, Farel reconheceu a sua própria inferioridade em termos de uma rara humildade: “*João Calvino, meu bom e íntegro irmão, em suas Institutas trata com tanta amplitude todos os pontos abordados em meu livreto... que deu a mim e aos outros ocasião para escrevermos mais claramente. Que todos os que lerem o meu pequeno livro considerem, pois, estas belas Institutas e, examinando-as, não terão mais necessidade da minha pequenez, nem de se darem ao trabalho de ler o meu pequeno livro*”.

Calvino é chamado a Genebra, não primeiramente como pastor, mas como mestre, como doutor. Conforme Calvino, em novembro de 1536 Farel propôs os *Artigos* sobre o governo da igreja, dos quais se encontrará eco em certas páginas novas das *Institutas* em 1539. No fim do ano, Calvino redige um projeto de catecismo apresentado (sem o nome do autor) ao Conselho (janeiro de 1537) da seguinte maneira: “*Existia anteriormente um catecismo destinado a instruir cada fiel nos fundamentos da religião cristã, e que era como um livro de fórmulas e uma declaração e que se usava para atestar a fé*”. Agora reinam na igreja “*uma rudeza e uma ignorância intoleráveis*”. O que se propõe é “*um breve e fácil sumário da fé*”. Já era esse o propósito das *Institutas* (1536), das quais se tem um resumo na *Instrução em Uso na Igreja de Genebra* (1537); alguns acréscimos se verão na edição latina das *Institutas* de 1539, conforme o *Catechismus* de 1538 (tradução da *Instrução* de 1537, impressa em Basiléia, no mesmo prelo das *Institutas* de 1536).

O primeiro período passado em Genebra teve fim em março de 1538,²⁵ logo depois de um conflito de Calvino com o Conselho sobre uma questão de discipli-

²⁴ A *Instituição* – contrariamente à *De Clementia* – tornou-se um sucesso editorial desde o seu lançamento em 1536. A primeira edição da *Instituição* esgotou-se em menos de um ano (janeiro de 1537). Ladurie diz que o ponto mais alto da tipografia de Platter-Lasius, foi atingido com a obra de Calvino a qual, “projetara Thomas”. (Vd. Emmanuel Le Roy Ladurie, *O Mendigo e o Professor: a saga da família Platter no século XVI*, Rio de Janeiro, Rocco, 1999, Vol. 1, p. 152, 153, 166).

Febvre, diz que, “de 1550-1564 [ano da morte de Calvino], serão publicadas 256 edições, das quais 160 em Genebra. A *Institution chrétienne* é, então, sozinha, objeto de 25 reedições, nove latinas e dezesseis francesas das quais a maioria provém dos prelos genebrinos....”. (Lucien Febvre & Henry Jean-Martin, *O Aparecimento do Livro*, São Paulo, Hucitec., 1992, p. 442-443.) A *Instituição*, concluída em agosto de 1535, teve a sua primeira edição em março de 1536 (Basiléia), na tipografia dos “amigos-inimigos” Thomas Platter e Balthasar Lasius, vulgo “Ruch”. O trabalho tipográfico foi primoroso: “As páginas de sua *Instituição Cristã* e calvinista, de 1536, não amarelaram passadas quinze gerações”, admira-se Ladurie. (Emmanuel Le Roy Ladurie, *O Mendigo e Professor: a saga da família Platter no século XVI*, o Vol. 1, p. 156.) NE.

²⁵ O exílio de Calvino, Farel e De Coraull foi votado pelo Conselho de Genebra em 23 de abril de 1538; eles partiram no dia 25. Farel e Viret tornar-se-iam os maiores amigos de Calvino por toda sua vida. Quando sua

na. Traços do catecismo e das experiências feitas encontraram-se no ano seguinte nas novas páginas das *Institutas*.

Estas são escritas em Estrasburgo, para onde Calvino se retira para estar junto a Bucer,²⁶ vigoroso organizador, ao qual emprestará não poucas idéias.²⁷ Para se chegar plenamente ao nível das *Institutas*, ao aluvião genebrino se sobre põe a contribuição estrasburguesa.

CALVINO EM ESTRASBURGO

Calvino passa três anos em Estrasburgo (1538-41) época de capital importância na história de sua obra; lá ele prepara uma edição latina ampliada, e lá ele prepara a tradução que nós reimprimos. Seu pensamento enriqueceu-se notavelmente durante essa colaboração com o reformador alsaciano Bucer, dezoito anos mais velho, anteriormente discípulo de Erasmo como ele; Calvino aprecia a sua teologia moderada e firme, nem luterana, nem zwingliana; vive sob o regime de uma confissão de fé (a Tetrapolitana)²⁸ que data de 1530, como a de Augsburgo;²⁹

esposa, Idelette, morreu (29/3/1549), Calvino, mesmo continuando o seu extenuante trabalho, evidentemente sentiu-se só. Oito meses depois, ele dedicou o seu comentário da Epístola de Tito a seus amigos que estavam distantes, cuidando das igrejas de Deus: Farel em Neuchâtel e Viret em Lausanne. A certa altura, escreve (29/11/1549): “Creio que jamais houve na vida rotineira um círculo de amigos tão sinceramente devotados uns aos outros quanto temos sido nós em nosso ministério. Com ambos vós desempenhei aqui o ofício de pastor. E longe de existir qualquer aparência de rivalidade, sempre senti haver entre nós uma só mente.” (João Calvino, *As Pastorais*, São Paulo, Paracletos, 1998, p. 292.) NE.

²⁶ Não sabia Calvino que em Estrasburgo, encontraria um outro “Farel”, chamado Martin Bucer (1491-1551) que, conforme lembra, “empregando um gênero similar de censura e protesto ao que Farel recorrera antes, arrastou-me de volta a uma nova situação. Alarmado com o exemplo de Jonas, o qual ele pusera diante de mim, ainda prossegui na obra do ensino. E embora continuasse como sempre fui, evitando por todos os meios a celebridade, todavia fui levado, sem o saber, como pela força, a comparecer às assembléias imperiais, onde, voluntária ou involuntariamente, fui forçado a aparecer ante os olhos de muitos.” (João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, p. 41-42.) NE.

²⁷ Martin Bucer (1491-1551), amigo de Lutero, Melanchton e Calvino, foi um dos líderes da Reforma em Estrasburgo (1523-1549) e, posteriormente, trabalhou ativamente como professor de teologia da Universidade de Cambridge (1549), desempenhando importante papel na reformulação do *Livro de Oração Comum* (1552). Ele passou seus últimos dias colaborando ativamente como professor de teologia na Universidade de Cambridge.

Calvino o chama de “o mais fiel doutor da igreja de Deus.” e “mui excelente servo de Cristo”. (João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, p. 31 e 41.) NE.

²⁸ *Confissão Tetrapolitana* (1530), foi elaborada durante as sessões da Dieta de Augsburgo por Martin Bucer e Wolfgang F. Capito (1478-1541), representando o pensamento de quatro cidades alemãs: Estrasburgo, Memmingen, Lindau e Constança. O objetivo era evitar o esfacelamento do protestantismo alemão, especialmente no que concerne à Ceia do Senhor, visto haver divergências entre a concepção luterana e a zwingliana. Essa confissão ainda que não tenha obtido todo o êxito desejado, permanece como símbolo da primeira tentativa de união entre os protestantes. Ela foi adotada em Estrasburgo em 1534. [Vd. maiores detalhes In: Philip Schaff, *The Creeds of Christendom*, Grand Rapids, Michigan, Baker Books, 1998 (Reprinted), Vol. I, p. 526-529.] NE.

²⁹ Em 1530, Carlos V, Imperador da Alemanha, convoca a Dieta de Augsburgo. Objetivo: unificação político-religiosa dos seus domínios. Daqui saiu a *Confissão de Augsburgo*, redigida por Ph. Melanchton (1479-1560), o “preceptor da Germânia”, com a aquiescência de Lutero (1483-1546), que fez um comentário ambíguo a respeito da sua leveza.... Esta *Confissão* foi lida, em latim e alemão, pelo Chanceler Christian Beyer, da Saxônia Eleitoral, perante toda a Dieta, no dia 25 de junho de 1530, às 15 horas. Mesmo o Imperador não a aceitando, e proibindo a sua divulgação, ela em pouco tempo foi propagada em toda a Alemanha. NE.

o testemunho do Espírito Santo desempenha nela um grande papel. A igreja local é constituída solidamente, com um conselho de presbíteros. O poder civil e o poder eclesiástico cooperam. O sentimento de comunhão com a igreja universal é muito forte. Calvino continua a estudar, a explicar a Palavra de Deus. Vai conhecendo cada vez mais os chamados “pais” antigos. Ele define com precisão as suas idéias sobre a Santa Ceia, sobre a predestinação, quase ausente da primeira edição. Em Estrasburgo, logo exercendo as funções de pastor, ele funda a primeira de todas as igrejas reformadas francesas e a dota de uma liturgia e de uma coleção de salmos: nas *Institutas* ele insistirá na utilidade do canto.³⁰ De 1535 a 1539, Calvino sofreu muito e viu muito sofrimento. O admirável capítulo – totalmente novo e totalmente prático – que põe término às *Institutas* em 1539 e em 1541, *Acerca da Vida do Cristão* (“De la vie de l’homme chrestien”) insiste no dever que o cristão tem de levar a sua cruz.

Uma carta de Marguerite d’Angoulême faz pensar que em 1540 Calvino cumpre uma missão diplomática junto aos “colóquios” entre teólogos, aos quais ele presta assistência. A *Carta ao Rei* teria então feito sentir a Francisco I o valor do signatário. Enfim, em Estrasburgo, Calvino se casa.³¹

³⁰ Vd. *As Institutas*, III.20.31-32. Calvino entendia que “os salmos constituem uma expressão muito apropriada da fé reformada”, e que “Tudo quanto nos serve de encorajamento, ao nos pormos a buscar a Deus em oração, nos é ensinado neste livro [Salmos].” (João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, p. 34.) Portanto, no Livro de Salmos temos um guia seguro para a edificação da Igreja que pode cantá-lo sem correr o risco de proferir heresias melodiosas. “Não existe outro livro onde mais se expressem e magnifiquem as celebrações divinas, seja da liberalidade de Deus sem paralelo em favor de sua Igreja, seja de todas as suas obras. (...) Não há outro livro em que somos mais perfeitamente instruídos na correta maneira de louvar a Deus, ou em que somos mais poderosamente estimulados à realização desse sacro exercício.” (João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, p. 35-36.) Calvino considerava os Salmos como “Uma Anatomia de Todas as Partes da Alma”. (João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, p. 33.)

Calvino, na elaboração do que seria conhecido como *Saltério Genebrino*, traduziu alguns salmos [SI 25,36,46,91 e 138], valendo-se efetivamente do talento do poeta francês Clément Marot (c. 1496-1544) – que conhecera em Ferrara em 1536 –, e Théodore de Bèze (1519-1605) e, posteriormente recorreu ao precioso trabalho do compositor francês Loys Bourgeois (c.1510-c. 1560) – que adaptou as canções populares e antigos hinos latinos e, também, compôs outras músicas para a métrica dos salmos de Marot – e Claude Goudimel (1510-1572), que morreu no massacre da noite de São Bartolomeu. O saltério iniciado por Calvino em 1539, dispunha de 19 salmos; sendo concluído por Bèze (c. 1562). Ele tornou-se “um dos livros mais importantes da reforma”, e um protótipo dos hinários procedentes da Reforma, tendo um verdadeiro “dom de línguas”, sendo traduzido para o alemão, holandês, italiano, espanhol, boêmio, polonês, latim, hebraico, malaio, tamis, inglês, etc., sendo usado por católicos, luteranos e outras denominações.

No Prefácio da edição de 1542 do *Saltério Genebrino*, Calvino escreveu: “.... Nós sabemos por experiência que o canto tem grande força e vigor para mover e inflamar o coração dos homens, a fim de invocar e louvar a Deus com um mais veemente e ardente zelo.”

Um refugiado que visitou a igreja de Calvino em Estrasburgo descreveu emocionado o que viu:

“Todos cantam, homens e mulheres, e é um belo espetáculo. Cada um tem um livro de cânticos nas mãos. (...) Olhando para esse pequeno grupo de exilados, chorei, não de tristeza, mas de alegria, por ouvi-los todos cantando tão sinceramente, enquanto cantavam agradecendo a Deus por tê-los levado a um lugar onde seu nome é glorificado.” NE.

³¹ Casou-se em agosto de 1540 com Idelette de Bure, uma linda senhora, viúva de um anabatista convertido ao protestantismo. Tinha ela dois filhos. NE.

Quando, na primavera de 1541, ele cede à insistente solicitação de Farel e retorna a Genebra,³² está enriquecido de muitos conhecimentos, do que testemunham seus livros de 1539 e 1541.

**OS DOIS VOLUMES
DE 1539 A 1541**

Durante o primeiro ano de sua permanência em Estrasburgo, Calvino modifica as *Institutas* e confia sua impressão a W. Rihel, que imprimirá as duas edições latinas subseqüentes. O florão, isto é, a vinheta floriforme, é uma Minerva em marcha. O livro sai do prelo em agosto de 1539: *Institutio christianae religionis nunc vere demum suo titulo respondens, autore Calvino* (Instituição da Religião Cristã, agora, por fim, verdadeiramente fiel ao seu título; autor: Calvino); alguns exemplares trazem *Alcuino*, um anagrama que imita o nome verdadeiro.³³ O aspecto do livro por si só mostra quanta matéria foi acrescentada ao texto de 1536: o volume, grande, *in-8º*, mede 320mm por 205, e tem 436 páginas. É impresso em caracteres grandes, com margens largas, próprias para anotações manuscritas. Em muitos a encadernação é em madeira, com fechos metálicos. É um instrumento de trabalho para uso dos professores e dos estudantes em seus gabinetes de estudo.

Diferente em todos os pontos é a edição francesa de 1541, mais comparável ao pequeno livro de 1536. Em Genebra, Calvino encontra o impressor Jean Girard

³² Em 22 de outubro de 1540 – entre outras cartas enviadas –, o Conselho dos Duzentos resolve convidar Calvino a voltar a Genebra. Calvino hesita. Em 1º de maio de 1541, o Conselho Geral, por considerar Calvino e Farel “pessoas de bem e de Deus”, revoga o edito de banimento de 1538. Farel, que convencerá Calvino em 1536 a permanecer em Genebra, agora, a pedido do Conselho daquela cidade – visto que Calvino não atendera ao seu convite –, persuade Calvino a retornar a Genebra em 1541. Em agosto de 1541, Calvino já se decidira; mesmo desejando permanecer em Estrasburgo, voltaria a Genebra: “Mas quando eu me lembro que não pertenço a mim próprio, eu ofereço meu coração, apresentado como um sacrifício ao Senhor.” (John Calvin, “Letter to Farel,” *John Calvin Collection*, [CD-ROM], [Albany, OR: Ages Software, 1998], nº 73.) Na manhã de terça-feira de 13/9/1541 os magistrados de Genebra, precedidos por um arauto, foram receber Calvino, percorrendo o mesmo caminho que ele e Farel fizeram três anos antes, passando pela porta Cornavin em direção a Versoix. Neste mesmo dia, Calvino entra em Genebra; no dia 16, escreve a Farel dando-lhe notícia da sua entrevista com os magistrados e dos passos para a elaboração da forma para disciplina eclesiástica. (John Calvin, “Letter to Farel,” *John Calvin Collection*, [CD-ROM], [Albany, OR: Ages Software, 1998], nº 76, p. 276-277.) A partir de então, Calvino dá prosseguimento à implantação de uma intensa reforma naquela cidade. Mais tarde (1557), ele contaria que regressou a Genebra com lágrimas, tristeza, ansiedade e abatimento, contrariando a sua “aspiração e inclinação”; contudo, ele tinha dentro de si um sentimento maior do que simplesmente fazer o que desejava; confessa: “o bem-estar desta igreja, é verdade, era algo tão íntimo de meu coração, que por sua causa não hesitaria a oferecer minha própria vida; minha timidez, não obstante, sugeri-me muitas razões para escusar-me uma vez mais de, voluntariamente, tomar sobre meus ombros um fardo tão pesado. Entretanto, finalmente, uma solene e conscienciosa consideração para com meu dever prevaleceu e me fez consentir em voltar ao rebanho do qual fora separado.” (João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, p. 42.) Mas, como ele mesmo diria, comentando o Salmo 13, “é pela fé que tomamos posse de Sua providência invisível.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (SI 13.1), p. 262.] Comentando o Salmo 18, diz: “Não há nada mais miserável do que uma pessoa, em adversidade, que entra em desespero por agir segundo o mero impulso de sua própria mente e não em obediência à vocação divina.” (João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, p. 354.)

Calvino permaneceria em Genebra até o fim de sua vida (17/5/1564). De fato este fora o desejo dos 25 conselheiros que, quando o convidaram a voltar, registraram: “Resolve-se conservar Calvino aqui para sempre.” NE.

³³ Possivelmente visava despistar seus inquisidores. NE.

ou Gérard, enviado em 1536 pelos valdenses à cidade e ali retido por Farel. Seu nome não figura nas *Institutas* de 1541, mas nas edições de 1545 e de 1553, saídas do mesmo prelo. Em 1540 ele inaugurou, na Bíblia revista por Calvino, um símbolo tipográfico: uma espada fincada verticalmente e rodeada de chamas. De pequeno formato, *in-8º* (185mm por 115; espessura de 40mm, incluída a encadernação), em texto compacto e em caracteres pequenos, com margens estreitas, o volume tem 822 páginas. Pode caber no bolso; evidentemente se destina a outras categorias de leitores, mais numerosos, que não sabem latim.

O título não traduz o de 1539; as diferenças são significativas: *Instituição da Religião Cristã: que contém um sumário sobre a piedade, e quase tudo o que é necessário conhecer da doutrina da salvação. Composta em latim por João Calvino e por ele traduzida para o francês* (indicação que não será mais repetida nas edições ulteriores e que dá a esta um valor incomparável), *com o prefácio dirigido ao cristianíssimo rei da França, Francisco, o primeiro desse nome, pelo qual o presente livro lhe é oferecido para confissão de fé. – Habacuque 1 – “Até quando, Senhor?”*

As letras ornadas, que se vêem em muitas páginas, pertencem ao excelente material proveniente de uma tipografia parisiense.

Por que as *Institutas* não foram impressas na França, mesmo depois da abrogação da interdição absoluta de 1535? Os livros impressos em 1536 são raros; um deles, obra de Baïf, precisa ser reeditado em 1537, e o será em Basiléia, pela firma de Platter, o impressor das *Institutas*. Por outro lado, em Paris, entre 1539 e 1541, e em Lião, ocorrem duas greves de impressores: seu trabalho era duro; às vezes trabalhavam das duas da manhã às oito da noite! Com esse ritmo, concebe-se que certos livros saíam rapidamente do prelo. Três meses, em 1552, foram suficientes para que fossem publicadas as 734 páginas da obra *Christianismi restitutio* (Restabelecimento do Cristianismo), de Serveto, com uma tiragem de mil exemplares, em Viena, não longe de Lião. De 1500 exemplares foi a tiragem de uma *Epístola Utilíssima*, produzida por Girard, a cuja empresa Calvino confiará a obra *Institutas*. Não sabemos qual foi a tiragem desta.

As publicações deste gênero eram bem recebidas na França pelos partidários e pelos adversários, uns e outros igualmente ardorosos. R. Estienne teve essa experiência na mesma época: “Lá pelo ano de 1541, mandei imprimir o Novo Testamento com breves anotações... O livro foi recebido com alegria, e depois... fui obrigado a me esconder” (*Censuras dos Teólogos*).

Corajosos colportores, pela Suíça, pela Holanda, pelos vales valdenses, fizeram penetrar na França bom número de exemplares das *Institutas*. A repressão não tarda. Em Paris o preboste³⁴ mandou prender o porteiro e guarda Antoine Le Noir, “livreiro que se dizia de Anvers” [Bélgica]; no dia primeiro de julho de 1542, o Parlamento o condena a confessar sua culpa no adro de Notre Dame. As

³⁴ Antigo magistrado da justiça militar. Em francês: *prévôt*. NT.

Institutas de 1539 e de 1541 serão queimadas; Antoine Le Noir será banido. Nessa ocasião o Parlamento, à solicitação do procurador geral, sob a presidência de P. Lizet, dá ordem de embargo das *Institutas*: todos os exemplares deveriam ser apreendidos. Proibidas a reimpressão e a venda. Ao som de trombetas nas encruzilhadas, os arautos levam essas medidas ao conhecimento do público.

A profunda impressão produzida pelas *Institutas* leva a Faculdade de Teologia a publicar, em 10 de março de 1543, artigos de fé sobre os assuntos controvertidos. No dia 14 de fevereiro de 1544 o Parlamento ordena que a obra *Institutas* seja queimada no adro de Notre Dame, ao som do grande sino. No dia 23 de junho de 1545 ele proíbe a impressão e a venda dos livros mencionados no catálogo (o *Index*) dos livros censurados pela Faculdade de Teologia. Uma reedição das *Institutas* de 1541 acabava de aparecer em Genebra. Não nos alongaremos com informações sobre as medidas de repressão.

**PORQUE CALVINO
PUBLICA UMA TRADU-
ÇÃO FRANCESA** Qualquer que fosse a língua em que Calvino escrevesse, o objetivo era sempre o mesmo: servir. O “Argumento” de 1541 o diz expressamente: o livro foi redigido “primeiramente” em latim, para *servir* os leitores de todas as nações. Mas agora – a carta escrita ao rei o indica – ele quer especialmente “*servir* a nós, franceses”. Nem todos sabem latim. A obra é então traduzida para servir “nossa nação francesa”, inteiramente. Desde 1535, querendo tornar conhecido o Novo Testamento em sua língua, Calvino dedicou a tradução de Olivetan “a todos quantos amam Jesus Cristo”.

Na opinião do chanceler Pasquier, Calvino “escrevia bem, tanto em latim como em francês, e a ele nossa língua deve muito, porque ele a enriqueceu com uma infinidade de passagens típicas”.³⁵ Era belo o latim de Calvino. Ainda estudante, ele tinha lido a obra *Ciceronianus*, de Erasmo (1528), complementando a *De elegantia latinæ linguæ* (Acerca da Elegância da Língua Latina), de Valla. É belo o francês de Calvino; eleva de Cordier, que ele conhecia desde antes da sua publicação, em 1530, das lições *De corrupti sermonis apud Gallos emendation* (Acerca das Palavras Errôneas, Conforme as Correções de Gallos) – obra reimpressa nove vezes, até 1536; Calvino tinha lido também a *Breve Doutrina para a Boa e Devida Redação da Língua Francesa*, de Augereau, queimado como herege em Paris na véspera do Natal de 1534. Em 1536, R. Estienne trata *Da maneira de verter à língua francesa os verbos ativos, etc.* Mais tarde, Calvino ditará o que escreve a secretários; como principiante, escrevia de próprio punho; mas sempre corrige as provas cuidadosamente. Pouco antes de 1535, Geoffroy Tory tinha feito publicar sua obra *Campo Florido* (“*Champ Fleury*”), *que contém a arte e a ciência da devida e verdadeira proporção das letras áticas* (1529).

³⁵ Viajei certa vez (1987) com um padre francês (Pe. Henrique). No fim da viagem ele confessou que no seminário em que tinha estudado, em Paris, Calvino era lido como modelo da língua francesa. Acrescento que recentemente (dia 11.11.01) conversei em Campinas com um bispo católico romano (Bispo Bruno, de Bragança Paulista) e lhe contei a experiência acima referida. Ele confirmou o que o padre Henrique dissera. NT.

Segundo essa obra, à letra gótica, ainda empregada por P. de Wingle para a Bíblia de 1535, Calvino e Platter preferem em 1536 a romana e a itálica. Em 1541 apareceram algumas vezes o acento agudo, o apóstrofo, a cedilha: Em 1540, Dolet acabava de imprimir suas reflexões sobre *A maneira de bem traduzir de uma língua para outra, com a vantagem da pontuação da língua francesa, mais os seus acentos*.

O ESTILO DE CALVINO

Sobre a forma literária das *Institutas*, como falar sem repetir o que excelentemente disseram mestres como Brunetière, Lanson, Lefranc, Brunot, Plattard, Huguet? Aos vinte e três anos de idade, Calvino já tinha indicado, a propósito de Sêneca, que havia procurado escrever numa linguagem pura, elegante, breve, clara, variada. Ora são os períodos oratórios, ora os termos incisivos, irônicos. A sintaxe é mais demorada que a nossa, observa Petit de Julleville; por isso, as construções são sempre limpas. Os períodos amplos lembram a frase latina, com poucos incidentes longos. As palavras importantes são bem valorizadas; a frase, em termos matizados, equilibrados, é harmoniosa na leitura e sonora ao ouvido, com cadência musical. O ritmo é ora mais lento, ora mais rápido: é obra de um grande apreciador do canto, estilo de um homem instruído e igualmente elevado, de conversa agradável e também orador eloquente. As imagens são vivas, mantendo a atenção desperta; são mais numerosas em 1541 que em 1536. Os provérbios são freqüentes, como igualmente as comparações, aqueles e estas mais freqüentes também em 1541, porque o autor deseja ser compreendido por maior número de leitores. Já não se dirige somente aos letrados; quer esclarecer os que pouco sabem. É, pois, necessário que uma expressão familiar venha alegrar um desenvolvimento que se arriscava a parecer muito abstrato. Algumas palavras são curiosas e merecem realce. Umas mantêm o sabor da Picardia, terra natal do autor (no tratado contra os libertinos, Calvino reproduzirá a forma de expressar de um interlocutor em sua fala própria da Picardia); as outras provêm dos seus estudos jurídicos.

Os termos jurídicos são mais freqüentemente empregados no latim de 1536 e de 1539, cujos leitores conheciam a linguagem técnica, do que no francês de 1541. Nesta, quando essa linguagem ainda ocorre, a terminologia é a dos procedimentos da época, e mesmo, familiarmente, a do clero.

Calvino considera a parte contrária como um querelante que ataca os interesses dos quais ele é o defensor: os interesses da verdade, do Evangelho. Diante de um tribunal onde há um trono real, Calvino pleiteia uma causa que é a de um soberano maior, o Rei dos reis.

Trata-se de “argüir” bem, de “redargüir”, de “prescrever”, de “requerer”. Juiz, julgamento, testemunho, são expressões correntes. Em 1541, é questão de uma “pobre defesa, *indigna* de admitir-se” (a tipografia de 1539 tinha tolamente impresso *digna*). Não se pode “alegar ignorância”, é-lhe negada “toda escusa”, redige-se um instrumento. Termos bastante específicos: *manumissio*,

restitutio in integrum, são substituídos por equivalentes mais fáceis de entender: *libertação*, *reparação*.

De maneira constante, o escritor se esforça para dar ao livro de 1541 um caráter mais popular; as palavras impressas em caracteres gregos são suprimidas; outras, transliteradas em francês: *thesis*, *hypothesis*, etc., desaparecem em 1541.

Em 1541 a tradução francesa, grave e simples, segue literalmente o texto de 1539. Vinte anos depois, na última edição francesa, revista e bastante aumentada, a língua ficará mais livre do latim; mas, se Calvino fez revisão do texto, parece que a de 1541 foi inteiramente redigida por ele, o que dá a essa edição um valor documental sem par. Em 1560 serão eliminados os substantivos abstratos terminados em *tion* e os advérbios em *ment*, demasiado freqüentes em 1541; se certos termos novos adotados pelo revisor de 1560 estão mais próximos da nossa língua moderna, as formas empregadas pelo jovem escritor de 1541 são mais concisas e a redação é mais analítica. A seqüência dos pensamentos é bem encadeada, as idéias secundárias são agrupadas em torno do pensamento principal, os componentes de frase são coordenados segundo suas respectivas proporções. Do ponto de vista da forma, o conjunto produz no leitor uma impressão artística, como também, do ponto de vista do conteúdo, uma impressão de pensamento profundo.

AS FONTES Passemos às observações mais importantes: sobre o conteúdo do livro e suas fontes, sobre o plano, sobre os diversos capítulos.

O livro *Institutas*, em princípio, não pretende ser outra coisa que um comentário da Escritura Sagrada. Quanto a esta, já há uma dezena de anos, Olivetan levou Calvino a reconhecer a autoridade soberana em matéria de fé; Calvino estudou hebraico e grego a fundo para poder ler melhor que na Vulgata os textos do Antigo e do Novo Testamento. As edições de Erasmo, os comentários de Lefèvre, são seus livros de cabeceira.

Ele lê também os chamados pais da igreja, e, depois de 1541, os lerá mais do que antes de 1539. Entre os “pais” gregos ele só fica conhecendo bem João Crisóstomo; ele lê maior número de “pais” latinos, sobretudo Agostinho.

Com respeito a autores profanos, Aristóteles e Platão, Cícero e Sêneca, freqüentemente editados e comentados pelos humanistas, fornecem muitas referências. Muitas vezes os estóicos são criticados, o mesmo acontecendo com os escolásticos, entre os quais Calvino inclui os sorbonistas do seu tempo. De bom grado cita histórias da igreja antiga, e também a história profana.

Quanto aos reformadores, Calvino não cita Ecolampádio em 1536 (e, todavia, a lembrança do teólogo de Basileia era ainda muito recente naquela cidade quando Calvino fez chegar lá o livro *Institutas*), como também não cita Bucer em 1539 e em 1541 (e, todavia, a influência do pastor alsaciano se faz sentir nas páginas acrescentadas à redação primitiva: sobre a doutrina da igreja, etc.).

De Lutero, Calvino fala com respeito; ele não tinha lido as suas obras em alemão, língua que ele ignorava, mas em latim.

Por fim, suas leituras estendem-se aos escritos dos adversários. Um deles é Bédá (ex-diretor do colégio Montaigu, onde Calvino estudou alguns meses), inspirador das declarações da Sorbonne contra Erasmo, Lefèvre, Berquin e Lutero (Bédá não pôde ler e condenar as *Institutas*, pois morreu em 1536).

TOM Contra os adversários Calvino batalhará vigorosamente, empregando termos enérgicos, sobretudo após 1541. Como os primeiros escritos dos evangélicos franceses e como os primeiros extratos das obras de Lutero, selecionados pelos tradutores franceses, as primeiras edições latina e francesa das *Institutas* pretendem ser obras de edificação, antes que tratados de controvérsia. Não quer dizer que nos textos de 1539 e de 1541 não se encontrem expressões cáusticas, mordazes e até violentas; mas Calvino, aos vinte e nove anos de idade, ainda não é o homem que se tornará à medida que envelhecer, mostrando-se na juventude muito irritado pelas oposições, pelas dificuldades, pelas inquietações e pelas doenças³⁶ que o mantiveram preso ao leito durante boa parte do seu tempo de trabalho.

Mais ainda que os adversários declarados, ele vê com maus olhos, desde 1539, aqueles que, como Rabelais e Des Périers, tendo-se inclinado para o Evangelho, depois o abandonaram; assim, dois ex-discípulos de Lefèvre, o cônego flamengo Clichtow (cujos sermões foram publicados em 1535) e o capelão de Marguerite d' Angoulême, que se tornou bispo de Oloron, Gérard Roussel: as cartas contra os "Nicodémites" (hipócritas) foram compostas em Ferrara em 1536, o *Tratato sobre os Escândalos* em Estrasburgo, em 1540, portanto entre a segunda edição latina das *Institutas* e sua versão francesa.

OS TESTEMUNHOS INVOCADOS Calvino recorre também, quando se lhe apresenta a ocasião, às descobertas – ainda bastante rudimentares – dos sábios, às obras dos artistas, aos espetáculos da natureza, em favor da causa que lhe é cara; mais ainda: em favor da Causa que, de toda a sua alma, ele crê que é santa. Como bom advogado, ele invoca todas as autoridades das quais pode reclamar testemunho: a autoridade de autores profanos, de "pais" da igreja e, sobretudo, de escritores sacros; mas, para tocar o coração de todos, dos reis e dos sábios, como também dos "simples e rudes" que têm sede da verdade, Calvino conta, antes de tudo e quase unicamente, com uma ação superior aos poderes humanos, com a intervenção pessoal e direta do Pai celeste na consciência dos Seus filhos, com o testemunho interno do Espírito Santo. Esta doutrina especificamente calvinista, baseada na Escritura Sagrada, é o fio condutor que permite seguir de um extremo ao outro o plano geral e os diversos capítu-

³⁶ Calvino reflete sobre a fragilidade humana: João Calvino, *As Institutas*, I.17.10. Calvino que sempre teve saúde débil, acompanhada de uma capacidade hercúlea de trabalho, em 08/02/1564, escreve a médicos de Montpellier agradecendo os remédios e a gentil atenção. Nesta carta ele descreve suas enfermidades: artrite, pedras nos rins, hemorróides (enfermidade que o impedia de cavalgar), febre, nefrite, indigestão, cólicas, úlceras, emissão de sangue por via urinária... (Vd. John Calvin, "To the Physicians of Montpellier", "Letters," *John Calvin Collection*, [CD-ROM], (Albany, OR: Ages Software, 1998), nº 665.) NE.

los do livro. Outra doutrina, destinada a receber mais tarde grande desenvolvimento, a da predestinação, é rapidamente formulada nos textos de 1539 e de 1541. Se Calvino comenta a Palavra de Deus, se escreve as *Institutas*, é porque está persuadido de que esta Palavra pode e deve exercer uma ação irresistível sobre as almas a quem Deus concede esse privilégio.

Post tenebras lux (luz após trevas) é o versículo de Jó que Calvino viu tornar-se a divisa de Genebra quando esta adotou a Reforma, em 1536. Quando essa luz de Deus brilha, quando a voz de Deus se faz ouvir, só nos resta obedecer. “*Promptè et sincerè*” (Pronta e sinceramente) é uma palavra de ordem que Calvino toma para si e dá aos outros.

RESUMO DO LIVRO

A edição de 1536 não tinha mais que seis capítulos; em 1539 e em 1541, dezessete. Aqui se vê a introdução: Acerca do conhecimento de Deus e do homem, seguido da explicação do Decálogo, do Credo e do *Pater* [a oração do Senhor], que já formavam a trama dos antigos catecismos católicos romanos e do de Lutero.

O capítulo primeiro trata da idéia de Deus, inata; juiz e pai. O ateísmo e as religiões falsas são desmascarados. Como conhecer Deus? O espetáculo do mundo mostra a existência da Providência, mas uma revelação interior, mais precisa, é indispensável. O testemunho do Espírito Santo estabelece a autoridade da Escritura; provas secundárias são admissíveis.

O conhecimento de si mesmo é útil ao homem, se nele produz humildade. A liberdade existe; não há necessidade de exaltá-la, nem de suprimi-la. Tudo deve ser feito para a glória de Deus. As faculdades da alma foram classificadas por Platão de maneira muito complicada. Calvino distingue simplesmente a inteligência e a vontade. A inteligência aplica-se proveitosamente à ordem política e social, às artes, à filosofia; para as coisas celestiais ela é insuficiente.

Vem então a questão do livre arbítrio. A vontade foi corrompida pelo pecado, do qual o homem é escravo. A graça é o único remédio. O mal é obra do Diabo.

O capítulo Acerca da Lei dá explicação de cada mandamento do Decálogo do ponto de vista prático, e depois o Sumário da Lei, dado por Jesus Cristo.

A fé é primeiro definida: Um conhecimento seguro da vontade de Deus. Seu objeto é a vida eterna, seu fundamento é a promessa de Jesus Cristo. O Credo é explicado em quatro partes: Pai, Filho, Espírito Santo, Igreja (sua organização, o ministério sagrado, os sacramentos: pontos mais desenvolvidos que na edição de 1536).

A propósito da Penitência (IV), Calvino fala contra o mérito das obras e contra o purgatório. A Justificação pela Fé (V) é a reconciliação com Deus. Somente ela dá paz às consciências.

Vem depois um paralelo do Antigo e do Novo Testamento (VII), seguindo-se a questão da Predestinação e da Providência de Deus (VIII). Somente a Palavra de Deus é capaz de esclarecer este assunto, que é preciso não abordar com curiosidade. Se há predestinação dos eleitos, há também dos reprovados. Deus intervém, direta ou indiretamente, em toda a vida humana.

O capítulo Acerca da Oração (IX) é simplesmente uma explicação da Oração do Senhor; começa com uma introdução sobre a utilidade e a legitimidade da oração.

Depois de falar dos sacramentos em geral (X), sinais visíveis da graça invisível, segundo a doutrina agostiniana, Calvino trata do Batismo, preconizando (contra os anabatistas) o batismo das crianças; e ensina que, na Santa Ceia, Jesus Cristo está presente real, mas espiritualmente. Essa doutrina, definida com precisão sob a influência de Bucer, exclui a transubstanciação católica romana, a consubstanciação luterana e, sobretudo, a simples comemoração zwingliana.

Em seguida são eliminadas “outras cinco cerimônias falsamente chamadas sacramentos” (XIII). Um belo capítulo (XIV) é dedicado à Liberdade Cristã, bem diferente da licença [isto é, do abuso da liberdade].

O Poder Eclesiástico (XV) deve ser regulado de tal maneira que não atente contra essa liberdade, como é o caso da igreja romana. Os diversos regulamentos e as cerimônias diversas são admissíveis, desde que ajudem a edificação.

Que pensar do Governo Civil (XVI)? Os magistrados (o termo era empregado em Estrasburgo para designar os detentores do poder legislativo e do poder executivo, e não somente os juízes) têm uma missão divina, seja qual for a forma do Estado: monarquia, democracia ou outra. (No fundo, o regime preferido por Calvino é a teocracia.) A autoridade real é por direito divino; além disso, os generais de Estado e outros representantes dos direitos do povo estão no plano divino.

O último capítulo foi redigido durante a permanência em Estrasburgo. Calvino reflete nas diversas provas pelas quais passou desde 1535; aprendeu a sofrer. A Vida Cristã (XVII) consiste em cada um levar a sua cruz meditando na vida futura.

A conclusão do capítulo – e do livro inteiro – é todo de moralidade prática: pode-se fazer uso dos bens deste mundo, mas é necessário que o cristão não se afeiçoe muito por eles; convém que se considere simples depositário. Cada cristão, seja qual for o seu estado, será feliz se se conduzir em conformidade com a vocação que recebeu de Deus.

Tal é a obra realizada em 1539 por um homem de trinta anos e que, dois anos depois, ele quer fazer chegar à porta de todos os seus compatriotas.

O EFEITO PRODUZIDO

Uma dezena de edições latinas, uma quinzena de edições francesas, numerosas traduções em línguas estrangeiras foram dadas a público durante a vida do autor. Ele pode dizer, não por orgulho mas com reconhecimento, que, graças às *Institutas*, ele tem filhos espirituais no mundo inteiro. Um dístico que se deve a um húngaro declara que, desde os escritos apostólicos, nada se iguala às *Institutas*.

Durante o século XVI, do ponto de vista religioso, nenhum livro, depois da Bíblia, tem semelhante autoridade; do ponto de vista literário, nenhuma obra contribuiu com igual clareza e igual força para a expansão do pensamento francês. Aos olhos de um holandês do século XVII, é “um tesouro caído do céu: desde o conselheiro do tribunal supremo até os cocheiros e barqueiros, todos são

versados na teologia calvinista, todos relêem dia e noite estas *Institutas* de ouro”. Ainda no século XVIII, Bayle escreve: “Jamais houve livro tão comum como esse”.³⁷

Alguns exemplares são encadernados suntuosamente, com fechos de ouro. Outros trazem os sinais dos tempos de perseguição: foram escondidos debaixo do soalho, nos celeiros; a primeira página foi arrancada, o nome do autor foi raspado ou cortado, para escaparem da destruição. As edições mais antigas foram em grande parte consumidas pelas chamas. Com efeito, os adversários não somente contestavam vivamente, mas condenavam e queriam suprimir o que um deles (Florimont de Raemond) denominava “o Talmude da heresia, um amontoado de quase todos os erros do passado e... e do futuro”.

Se a Associação Guillaume Budé faz reimprimir este texto de 1541, não é em consideração ao papel que ele tem desempenhado na história do pensamento religioso, mas em razão do lugar que ele ocupa na história da língua e da literatura francesas. Bossuet não se constringe ao “dar” ou ao atribuir a Calvino “esta glória, de, em suma, escrever como homem do seu século”, e de ter-se “excedido em excelência ao falar a língua do seu país”. Esse elogio, sob uma pena não suspeita de benevolência, é ratificado pelos eruditos mais modernos.

Até a sua morte, Calvino revisou e aumentou sua obra, sem acrescentar nada de essencial.³⁸ Mas, se as edições posteriores, e em especial o grande volume de 1560,³⁹ são relativamente fáceis de encontrar, já não é assim com o texto de

³⁷ Alguns dos inúmeros testemunhos a respeito das *Institutas*:

O historiador Félice, a denomina “primeiro monumento teológico e literário da Reforma francesa.” (G. de Félice, *História dos Protestantes da França*, São Paulo, Typographia International, 1888, p. 53.)

“Após três séculos e meio, ela conserva sua inquestionável preeminência como o maior e mais influente de todos os tratados dogmáticos.” [B.B. Warfield, *Calvin and Calvinism*, Grand Rapids, Michigan, (“The Work’s of Benjamin B. Warfield”), 1981, Vol. V, p. 8.]

Albrecht Ritschl (1822-1889) a chama de “obra-prima da teologia protestante” [*Apud* B.B. Warfield, *Calvin and Calvinism*, Vol. V, p. 9.]

“A *Institutio* não é somente uma obra-prima de teologia Cristã; ela é um clássico devocional.” [John Murray, *Calvin as Theologian and Expositor*, Carlisle, Pennsylvania, The Banner of Truth Trust, (*Collected Writings of John Murray*, Vol. II, 1976, p. 311.)]

“A *Institutio* de Calvino é a mais importante obra da história da ciência teológica.” (William Cunningham, *The Reformers and the Theology of the Reformation*, Carlisle, Pennsylvania, The Banner of Truth Trust, 1989 (Reprinted), p. 295.) NE.

³⁸ William Cunningham (1805-1861), escreveu: “A primeira edição da sua grande obra, ‘A Instituição da Religião Cristã’, foi publicada quando ele tinha 27 anos de idade; e ela é a mais extraordinária prova da maturidade e vigor de sua mente, do cuidado com que ele estudou a Palavra de Deus, e da profundidade e vastidão de suas meditações sobre as coisas divinas, e não obstante a obra ter sido posteriormente grandemente ampliada, e ainda que algumas alterações tenham sido feitas em sua disposição dos tópicos discutidos, contudo nenhuma alteração de qualquer importância foi feita nas doutrinas que ali estabeleceu.” (William Cunningham, *The Reformers and the Theology of the Reformation*, p. 294.) NE.

³⁹ Recordemos um pouco: A edição original escrita em latim – dispunha de 6 capítulos em apenas 520 páginas, com formato aproximado de 15x10 – um livro de bolso que facilitava o seu transporte discreto; a última – passando por algumas ampliações, revisões e reorganizações [1536, 1539, 1543 (sem alteração, 1545), 1550 (sem alterações: 1553 e 1554)], até atingir a forma definitiva – publicada em Genebra (1559) na tipografia de Robert Estienne. Esta foi reimpressa duas vezes em 1561.

Conforme o próprio Calvino nos diz; ele só se satisfaz com o arranjo e ordem desta última (Prefácio à Edição de 1559). A tradução francesa foi impressa na tipografia de Jean Girard, em Genebra (1541), seguin-

1541. Da edição original não existem mais que seis exemplares: dois em Paris (na Biblioteca Nacional e na Biblioteca do Protestantismo Francês), um em Genebra, um em Estrasburgo, um em Montpellier, e um derradeiro numa coleção particular existente em Neuchâtel.

Em 1865, os professores estrasburgueses Baum, Cunitz e Reuss, reimprimindo nas *Opera Calvini* (Obras de Calvino), t. III, o texto de 1560, introduziram aqui e ali, ao pé das páginas, algumas frases do texto de 1541. Este foi reproduzido integralmente em 1911 na Biblioteca da Escola de Altos Estudos, sob a direção do professor Abel Lefranc, mas essa edição em dois volumes esgotou-se rapidamente.

A edição atual, preparada pela Sociedade Calvinista da França, vem a público sob os auspícios da Associação Guillaume Budé, com uma generosa subvenção da Sociedade do Museu Histórico da Reforma em Genebra. Budé e Genebra, o Colégio da França onde Calvino se formou em Paris, por volta do ano de 1530, e Genebra, onde ele publicou o seu livro em 1541, encontram-se desse modo evocados juntos, graças a uma feliz coincidência!

A melhor maneira de celebrar o quarto centenário das *Institutas* seria fazer chegar de novo este livro à porta dos leitores do século XX. Oxalá tenham eles o mesmo interesse dos leitores do século XVI!

JACQUES PANNIER

Pastor, Doutor em Letras Bibliotecário da
Sociedade de História do Protestantismo Francês.

do-se outras: 1545, 1551, (sem alterações: 1553 e 1554), 1557 e a definitiva: 1560. Ela exerceria poderosa influência sobre as igrejas da França, tendo o Parlamento francês inclusive interditado a obra e destruído alguns volumes (1542) e a Faculdade de Teologia a incluiu entre os livros censurados (23/06/1545). Apesar das sucessivas edições ampliadas da *Instituição*, a realidade é que a sua teologia não mudou. As modificações refletem, na realidade, mais uma preocupação pedagógica do que metodológica, e menos ainda teológica. (Vd. Alister E. McGrath, *A Life of John Calvin: A Study in the Shaping of Western Culture*, Oxford, UK & Cambridge, USA., Blackwell Publishers, 1991, p. 148.) É bom lembrar, que toda a sua obra foi produzida não num clima de sossego e paz, numa “torre de marfim”, mas em meio a inúmeros problemas: administrativos, domésticos, financeiros e, principalmente, de saúde. (Vd. “John Calvin, To Farel”, “Letters,” *John Calvin Collection*, [CD-ROM], (Albany, OR: Ages Software, 1998), nº 34; Vd. “John Calvin, To the Physicians of Montpellier”, “Letters,” *John Calvin Collection*, [CD-ROM], nº 665; John Calvin, To Monsieur de Falais, “Letters,” *John Calvin Collection*, [CD-ROM], 161.)

A edição definitiva da *Instituição* (latim: 1559; francês: 1560), seguindo a ordem do Credo Apostólico, pode ser, grosso modo, assim esboçada:

- I – Do Conhecimento de Deus, o Criador (Teologia)
- II – Do Conhecimento de Deus, o Redentor (Cristologia)
- III – O Espírito Santo e a Aplicação da Obra salvadora de Cristo (Pneumatologia/Soteriologia)
- IV – Os Meios Externos de Salvação: a Igreja e os Sacramentos (Eclesiologia). NE.

O TEXTO E AS NOTAS DA PRESENTE EDIÇÃO

O TEXTO

A data de 1536 e a de 1539, entre colchetes, indica a data da edição latina da qual Calvino traduziu o texto no parágrafo que se segue à menção dessa data.

Os títulos dos capítulos são os da edição de 1541.

AS NOTAS

1. As chamadas com algarismos remetem à margem inferior das páginas; ali são reproduzidas em *itálico* as referências impressas nas margens da edição de 1541, e em *caracteres romanos* as referências e as indicações complementares fornecidas, quer por outras edições publicadas durante a vida de Calvino, quer pelas Obras Seletas de Calvino (*Opera Calvini selecta*), edição de P. Barth e Niesel, 1928, quer ainda pelos editores da presente edição.

2. As chamadas com *pequenas letras* [chumbo miúdo] remetem igualmente ao rodapé (comentário histórico, teológico e literário). Vão ali inseridos extratos de edições latinas (1536, 1539) cujo paralelo com a tradução francesa oferece alguma utilidade ou algum interesse lingüístico.

As notas teológicas foram redigidas pelo pastor Lecerf, presidente da Sociedade Calvinista da França; todas as outras devemos ao pastor J. Pannier, vice-presidente da referida sociedade. Nesta edição da Editora Cultura Cristã, além das notas do tradutor (NT), Odayr Olivetti, o leitor encontrará ainda as notas editoriais (NE), elaboradas por Hermisten Maia Pereira da Costa. O objetivo desta editora é que esta publicação enriqueça a pesquisa dos estudiosos interessados na doutrina bíblica conforme resgatada pelo mestre da Reforma.

Índice Remissivo — Ainda para facilitar o trabalho dos pesquisadores, no fim do último volume incluiremos índices de assuntos, de nomes e de passagens bíblicas, bem como uma grade comparativa da localização de assuntos nesta edição de pesquisa e na edição clássica da Editora Cultura Cristã.

CLÁUDIO A. B. MARRA
Editor

Para que os leitores façam melhor proveito deste livro, quero mostrar-lhes resumidamente a utilidade que eles terão em aplicar-se à sua leitura. Por que, ao fazê-lo, eu lhes mostrarei a que objetivo deverão ater-se^a e ao qual deverão dirigir sua atenção durante a leitura. Embora seja fato que a Escritura Sagrada contém uma doutrina perfeita, à qual nada se pode acrescentar^b, visto que nela o nosso Senhor Jesus Cristo quis expor os tesouros⁴⁰ infinitos da Sua sabedoria, contudo, uma pessoa que não esteja bem exercitada necessita de alguma orientação e direção para saber o que deverá buscar, para que não fique vagando aqui e ali, mas tenha uma certa visão para pôr sempre a atenção nos pontos para os quais o Espírito Santo a chame. Portanto, o ofício dos que receberam mais ampla iluminação de Deus que os outros consiste em dar aos simples o que lhes é necessário^c neste assunto e em saber estender-lhes a mão para os conduzir

^a No início da edição latina de 1539 a Carta ao Leitor (*Epistola ad lectorem*) não contém nada equivalente a estas primeiras linhas.

^b No Sumário e Breve Declaração (*Summaire et briefve declaration*) publicado por Farel por volta de 1524 e que tinha acabado de ser reeditado em 1534, quando Calvino estava escrevendo este argumento, lê-se: “Na obra de salvação não é necessário apresentar senão as coisas das quais haja muita certeza, e as quais se pode tomar tão-somente da Escritura Sagrada”.

⁴⁰ *Provérbios de Salomão 2.2-4*

^c Em 1539 a *Epistola ad lectorem* começava assim (em latim no original francês): “Na primeira edição desta obra de nossa autoria, à qual eu não esperava que a bondade do Senhor concedesse tanto êxito, era minha intenção, como acontece em geral com obras de pequeno vulto, fazer uma exposição sucinta. Quando vi, porém, que ela foi tão favorecida por quase todos os piedosos, coisa que não ousei desejar, nem tampouco esperar, senti-me apoiado além de meus merecimentos. Eu julguei que seria ingrato se não procurasse corresponder com empenho, diligentemente e com os recursos ao meu alcance ao desejo demonstrado”, etc.

“Este foi, pois, o meu propósito neste trabalho: Preparar e instruir os candidatos à Teologia Sacra para o estudo da Palavra de Deus, facilitando-lhes o acesso de modo que possam progredir neste aprendizado sem tropeços.”

e os ajudar^a a encontrar a essência do que Deus nos quer ensinar em Sua Palavra. Ora, a melhor maneira de fazer isso é com as passagens que tratam dos assuntos principais e, por conseguinte, as que estão contidas na filosofia cristã.^b Pois quem tiver entendimento estará capacitado a crescer na escola de Deus, um dia mais, outro menos, num período de três meses; isso porque sabe mais ou menos quando deve introduzir esta ou aquela sentença, e tem sua regra para dispor com equilíbrio tudo o que lhe é apresentado.^c Vendo então que é uma coisa tão necessária auxiliar dessa maneira os que desejam ser instruídos na doutrina da salvação, esforcei-me, conforme a capacidade que Deus me deu, para dedicar-me a esse trabalho; e com esse fim compus o presente livro. Primeiramente escrevi em latim – para servir a todos os estudiosos de qualquer nação; logo depois, desejando comunicar o que pode vir a ser benéfico à nossa nação francesa, eu o traduzi para a nossa língua. Não me atrevo a dar um testemunho muito forte e declarar quão proveitosa poderá ser a sua leitura, temendo parecer que eu dou demasiado valor à minha obra; todavia, posso muito bem prometer uma chave e uma abertura para dar acesso a todos os filhos de Deus para entenderem bem, e diretamente, a Escritura Sagrada.

[1539] Por isso, se daqui em diante o nosso Senhor me der os meios e a oportunidade de fazer alguns comentários,^d serei o mais breve possível, porque não será necessário fazer longas digressões, visto que aqui já dei extensamente pormenores de quase todos os artigos pertencentes à cristandade.

Já que é necessário que reconheçamos que toda a verdade e toda a doutrina procedem de Deus,⁴¹ ousarei declarar audaciosamente, mas com simplicidade, o

^a “Com efeito, meu interesse foi apresentar um sumário de todas as partes interligadas num todo que permita fácil exame (*ibid.*).

^b No discurso proferido em Paris no dia 1º de novembro de 1533 pelo reitor Cop, mas composto por Calvino (*Opera Calvini*, IX, 873), trata-se da questão da filosofia de Cristo (*philosophia Christi*), expressão com a qual Erasmo já designava a substância da doutrina cristã.

^c Cf. Rm 2.20: “Tendo [tu] na lei a forma da sabedoria e da verdade”. Ou, na tradução dada no original francês: “Tu tens na lei a regra da ciência e da verdade”. Fazia pouco tempo que Calvino tinha comentado esta epístola de Paulo em Estrasburgo, em 1538-39. Numerosas passagens das *Institutas*, particularmente no último capítulo, têm nesse comentário a sua inspiração.

^d Calvino dedicou a Grineu [Simon Grynaeus (1493-1540)]1 seu Comentário da Epístola aos Romanos já em 18 de outubro de 1539, dois meses depois de anunciar isso na epístola de 1539.

⁴¹ Esta compreensão esteve sempre presente no pensamento teológico da igreja; cito alguns exemplos: Justino Mártir (c. 100-165): “... Tudo o que de bom foi dito por eles (filósofos), pertence a nós, cristãos, porque nós adoramos e amamos, depois de Deus, o Verbo, que procede do mesmo Deus ingênito e inefável.” (Justino, *Segunda Apologia*, São Paulo, Paulus, 1995, XIII.4. p. 104); Agostinho (354-430): “Todo bom e verdadeiro cristão há de saber que a Verdade, em qualquer parte onde se encontre, é propriedade do Senhor. Essa verdade, uma vez reconhecida e professada, o fará rejeitar as ficções supersticiosas que se encontram até nos livros sagrados.” (Agostinho, *A Doutrina Cristã*, São Paulo, Paulinas, 1991, II.19. p. 122.) Em lugares diferentes, Calvino escreveu: “... visto que toda verdade procede de Deus, se algum ímpio disser algo verdadeiro, não devemos rejeitá-lo, porquanto o mesmo procede de Deus. Além disso, visto que todas as coisas procedem de Deus, que mal haveria em empregar, para sua glória, tudo quanto pode ser corretamente usado dessa forma?” (João Calvino, *As Pastorais*, (Tt 1.12), p. 318.) Em outro lugar: “Se reputamos ser o Espírito de Deus a fonte única da verdade mesma, onde quer que ela haja de aparecer, nem a rejeitaremos, nem a desprezaremos, a menos que queiramos ser insultuosos para com o Espírito de Deus.” (João Calvino, *As*

que eu penso desta obra, reconhecendo que ela é mais de Deus que minha; pelo que, na realidade, a Ele se deve render louvor. Exorto a todos os que têm reverência para com a Palavra do Senhor, que leiam este livro e que o gravem diligentemente^a na memória, se quiserem ter, primeiro, um resumo da doutrina cristã, e, depois, uma proveitosa iniciação na leitura, tanto do Antigo como do Novo Testamento. Quando tiverem feito isso, eles saberão por experiência que de modo nenhum eu quis abusar das palavras.⁴² Se alguém não puder compreender todo o conteúdo, não precisa ficar desanimado por isso; continue indo sempre adiante, na esperança de que uma passagem lhe dará uma exposição mais fácil de outra.^b Acima de tudo mais, é recomendável que se recorra à Escritura para considerar os testemunhos por mim citados.^c

Institutas, II.2.15.) Ele acrescenta: “.... Se o Senhor nos quis deste modo ajudados pela obra e ministério dos ímpios na física, na dialética, na matemática e nas demais áreas do saber, façamos uso destas, para que não soframos o justo castigo de nossa displicência, se negligenciarmos as dádivas de Deus nelas graciosamente oferecidas.” (J. Calvino, *As Institutas*, II.2.16.) (Vd. J. Calvino, *As Institutas*, I.5.2; II.2.12-17.) Fiel a esse princípio, na Academia de Genebra estudavam-se autores gregos e latinos, tais como: Heródoto, Xenofonte, Homero, Demóstenes, Plutarco, Platão, Cícero, Virgílio, Ovídio, entre outros. (Ver: Philip Schaff, *History of the Christian Church*, Vol. VIII, p. 805.) NE.

^a Calvino traduziu assim o versículo de João 5.39: “Pesquisai *diligentemente* as Escrituras”.

⁴² Na sua carta dedicatória do Comentário de Romanos – dirigida a seu amigo de Basileia, Simon Grynaeus (1493-1540) –, com quem discutira alguns anos antes sobre a melhor maneira de interpretar as Escrituras, concluía, conforme também pensava Grynaeus, que “a lúcida brevidade [*perspicua brevisitas*] constituía a peculiar virtude de um bom intérprete. Visto que quase a única tarefa do intérprete é penetrar fundo na mente do escritor a quem deseja interpretar, o mesmo erra seu alvo, ou, no mínimo, ultrapassa seus limites, se leva seus leitores para além do significado original do autor.” (João Calvino, *Exposição de Romanos*, Dedicatória, p. 19.) NE.

^b A *epístola* de 1539 concluía: “Passe bem, amigo leitor, e se tiveres algum fruto do meu trabalho, ajuda-me com tuas orações ao Senhor. Genebra, agosto de 1539”.

^c Assim o Livro de Atos (17.11) mostra os ouvintes do apóstolo Paulo “examinando as Escrituras todos os dias para ver se as cousas eram, de fato, assim”.

**AO NOBILÍSSIMO, PODEROSO E ILUSTRE PRÍNCIPE
FRANCISCO, CRISTIANÍSSIMO REI DA FRANÇA,
SEU PRÍNCIPE E SENHOR,**

João Calvino deseja paz e salvação em Deus.

[1536] A princípio, quando me pus a escrever este livro, só pensei em escrever algo dedicado à tua majestade, ó nobilíssimo rei. A minha intenção era somente ensinar alguns princípios elementares com os quais as pessoas que têm algum amor a Deus recebessem instrução para a verdadeira vida piedosa. Principalmente, o meu desejo era servir aos nossos compatriotas franceses, muitos dos quais eu via que têm fome e sede de Jesus Cristo^a e dos quais muito poucos receberam bom conhecimento. O próprio livro mostra que aquele era o meu propósito, visto que o adaptei à maneira mais simples de ensinar que me foi possível. Vendo, porém, que o furor de alguns homens perversos^b cresceu tanto em teu reino que já não há lugar nenhum para a verdadeira doutrina, pareceu-me que seria útil usar este livro, tanto para dar instrução àqueles a quem primeiramente resolvi ensinar,

^a Já em 1525, Lambert d' Avignon escrevia: "Quase toda a França está profundamente abalada; sem mestre e sem quem busque diligentemente a verdade" (Carta de 20 de janeiro ao Eleitor da Saxônia. Cf. Herminjard, Correspondência dos Reformadores (*Correspondence des Reformateurs*) nos países de língua francesa, t. I, p. 113). Em 1534 se acabava de reeditar o Sumário e Breve Declaração (*Summaire et briefve declaration*) publicado por Farel uma dezena de anos antes, dedicado "a todos os que amam o nosso Senhor e desejam conhecer a verdade".

^b Os doutores da Sorbonne e os conselheiros do Parlamento de Paris.

como para confissão de fé diante de ti – para que conheças a doutrina contra a qual com tanta raiva e tão furiosamente se inflamam aqueles que com fogo e espada perturbam o teu reino. Pois não tenho medo de confessar que já reuni aqui um sumário quase completo da mesma doutrina que eles acham que devem punir com prisão, exílio, confisco de bens e fogueira, e que deve ser expulsa do mundo – da terra e dos mares. Bem sei com que horríveis boatos^a eles encheram os teus ouvidos^b e o teu coração, querendo tornar a nossa causa por demais odiosa a ti. Mas, segundo a tua clemência e mansidão, podes considerar que, se fosse suficiente fazer acusação, não restaria nenhum inocente, nem no falar, nem no fazer; bastaria acusar.

Certo é que se alguém, querendo despertar ódio contra esta doutrina, a qual pretendo esforçar-me para explicar – se alguém, digo, argumentar dizendo que ela já foi condenada por consentimento comum de todos os estados^c, que ela já foi julgada e recebeu muitas sentenças condenatórias, essa pessoa não estará dizendo outra coisa senão esta: que em parte esta doutrina foi abatida pela força e pela conspiração dos adversários, e em parte foi oprimida de maneira astuta e maldosa por suas mentiras, calúnias e traições. É usar a força e a violência pronunciar sentenças contra esta causa, sem antes lhe dar oportunidade para defender-se. É usar fraude e traição acusá-la de promover revolta e de causar danos e males.

Para que ninguém pense que nos queixamos sem motivo, tu mesmo, excelentíssimo rei, podes dar testemunho de quantas calúnias contra ela apresentam todos os dias. As calúnias dizem que a única finalidade desta doutrina é que todos os reinos e todas as instituições políticas e sociais sejam arruinados, a paz seja perturbada, as leis sejam abolidas, os direitos de posse e de propriedade sejam anulados – em resumo, que todas as coisas sejam transtornadas e postas em confusão. E, contudo, o que ficas sabendo é uma pequenina parte. Porque os adversários semeiam entre o povo boatos horríveis contra esta doutrina, boatos que, se fossem relatos verdadeiros, todo o mundo poderia julgá-la, e também os seus autores, merecedores de mil fogueiras e forcas.

Agora, quem vai se admirar de que o mundo inteiro a fique odiando dessa maneira, visto que se acredita nessas acusações falsas e perversas? Aí está a razão pela qual todos os estados conspiraram e se puseram de comum acordo para condenar tanto a nós como a nossa doutrina. Os que são colocados como juízes deixam-se levar pela paixão e pronunciam como sentenças as idéias que trouxeram de casa; e pensam que cumpriram bem o seu dever, se não condenaram ninguém à morte, a não ser quem tenha sido convencido de culpa, ou por sua própria confissão ou por testemunhos indubitáveis.

^a Delatores. O edito de Coucy prometia recompensas aos delatores. (Cf. Lambert, *Coleção Geral de Leis Antigas* [*Recueil Général des Anciennes lois*, t. XII, p. 409]).

^b Orelhas (dialeto picardo – da Picardia).

^c “Omnium ordinum calculis”, isto é, todas as classes e condições da sociedade.

Mas, culpados de que crime? Desta doutrina condenada, dizem eles. Mas, condenada por qual lei? Ora, esta seria a defesa: não negar a doutrina, mas defendê-la por ser verdadeira. Mas aqui não se pode abrir a boca.

Portanto, ó poderosíssimo rei, não é sem razão que te solicito que tu mesmo procures conhecer bem esta causa – causa que até agora tem sido tratada sem nenhum respeito à ordem e ao direito, e com furor impetuoso, sem a moderação e a seriedade que devem caracterizar o poder judiciário.

Não quero que o rei pense que com isso estou pretendendo fazer minha defesa pessoal, com o fim de obter liberdade para voltar à minha pátria,^a à qual dedico o amor humano que ela merece; todavia, como as coisas andam agora, não me causa muita tristeza ficar longe dela. Mas eu tomo a causa de todos os fiéis, e do próprio Cristo, a qual hoje em dia é tão desprezada e pisoteada em teu reino que parece já estar em condições para as quais não há mais esperança. Certo é que isso acontece mais pela tirania de alguns fariseus do que por teu desejo.

Entretanto, é inútil comentar aqui como isso é feito. Seja como for, a verdade é que esta causa está sendo submetida a grande aflição. Porque, embora a verdade de Cristo não seja arruinada e desfeita, o poder dos ímpios conseguiu que ela seja enterrada e coberta como algo vergonhoso; e a pobre igreja, ou se vê consumida por mortes cruéis, ou despojada por banimentos, ou de tal maneira atormentada por ameaças e terrores que ela nem se atreve a dizer uma palavra. E ainda insistem, com o furor de costume, em derrubar a parede já meio destruída, e em transformá-la em ruína completa.

Enquanto isso, ninguém se apresenta^b para colocar-se em defesa contra essas violências. E se alguns querem dar a aparência de que favorecem com todo o empenho a verdade, esses elementos dizem que em todo caso se deve perdoar a imprudência e a ignorância das pessoas simples. Porque eles falam dessa maneira, chamando de imprudência e de ignorância aquilo que eles sabem que é a certíssima verdade de Deus, e chamam de simples aqueles a quem o nosso Senhor tanto estima que lhes comunicou os segredos da Sua sabedoria celestial. A esse ponto eles têm vergonha do Evangelho!

Ora, de ti se espera, ó generosíssimo rei, que não desvies nem os ouvidos nem o vigor do teu coração de uma defesa assim tão justa, principalmente quando se trata de uma questão da maior importância, qual seja – como se há de manter a glória de Deus na terra, como a verdade de Deus poderá reter a dignidade e como o reino de Cristo irá manter a sua integridade. Que assunto! É digno dos teus ouvidos, do teu julgamento e do teu trono real! Porquanto, este pensamento faz o verdadeiro rei: se ele reconhece que é um ministro de Deus exercendo o governo do seu reino.⁴³ Ao contrário, aquele que não governa com a finalida-

^a Calvino partiu de Noyon no princípio de 1536.

^b O edito de janeiro de 1535 prescrevia o extermínio dos hereges.

⁴³ “A razão porque devemos estar sujeitos aos magistrados é que eles foram designados pela ordenação divina. Se a vontade de Deus é que o mundo seja governado desta maneira, então aqueles que desprezam a sua

de de servir à glória de Deus não é rei, é um salteador.⁴⁴ E comete grande engano quem espera duradoura prosperidade num reino que não é governado com o cetro de Deus, isto é, com a Sua Santa Palavra. Pois o oráculo celestial⁴⁵ não pode mentir, e este anunciou que quando falta a profecia, o povo se desvia. E que a nossa pequenez humilde não te impeça de fazer isso. Sabemos muito bem que somos uma pobre gente, e desprezada; quer dizer, diante de Deus somos pecadores,^a e pelos homens somos vistos como seres desprezíveis e, se preferes, até como lixo e escória do mundo, e coisa ainda mais vil, se é que se pode nomear coisa mais vil. A tal ponto que não nos resta nada do que possamos gloriar-nos diante de Deus, a não ser em Sua misericórdia única,⁴⁶ pela qual somos salvos sem nenhum merecimento da nossa parte; nem diante dos homens podemos gloriar-nos, senão em nossa fraqueza, o que todos consideram uma vergonha.⁴⁷

Contudo, é preciso que a nossa doutrina se mantenha elevada, em posição superior a toda a glória e poder do mundo. Porque ela não é nossa, mas do Deus vivo e do Seu Cristo, o qual pelo Pai foi constituído Rei para exercer domínio de mar a mar e desde os rios até os confins da terra.⁴⁸ E que domine de tal maneira que, golpeando a terra apenas com a vara de Sua boca,⁴⁹ Ele faça em pedaços a terra toda – a terra com o seu poder e a sua glória. Assim os profetas predisseram sobre a magnificência do Seu reino – que Ele destruiria os reinos rijos como ferro e bronze, e reluzentes como ouro e prata.⁵⁰

É bem verdade que os nossos adversários nos contradizem e nos acusam, dizendo que temos a mentirosa pretensão de seguir a Palavra de Deus, da qual, dizem eles, somos perversos falsificadores. Mas tu mesmo, segundo a tua sabedoria, lendo a nossa confissão poderás julgar e ver que essa acusação não somente é uma calúnia marota, mas também uma tremenda sem-vergonhice. Todavia, será bom dizer aqui algo que te desperte o interesse por aquela leitura. Quando o

autoridade estão se esforçando por subverter a ordem divina, estão, portanto, resistindo a Deus mesmo, já que desprezar a providência daquele que é o Autor do governo civil é declarar guerra contra ele mesmo.” [João Calvino, *Exposição de Romanos*, (Rm 13.1), p. 450.] NE.

⁴⁴ Deus “designou os magistrados para que governem o mundo de forma justa e legítima. Ainda que as autoridades ditatoriais e injustas não devem ser classificados como governos ordeiros, todavia o *direito* de governar é ordenado por Deus visando o bem-estar da humanidade.” [João Calvino, *Exposição de Romanos*, (Rm 13.1), p. 451.] “A sua administração não deve ser feita em função de si próprios, mas visando o bem público. Nem têm eles poderes ilimitados, senão que sua autoridade se restringe ao bem-estar de seus súditos. Em resumo, são responsáveis diante de Deus e dos homens pelo exercício de sua magistratura. Uma vez que foram escolhidos e delegados por Deus mesmo, é diante deste que são responsáveis.” [João Calvino, *Exposição de Romanos*, (Rm 13.4), p. 453.] Ver também, *As Institutas*, III.19.15; IV.20.1ss. NE.

⁴⁵ *Provérbios* 29.18 [Em citações como esta, a indicação de versículo(s) é acrescentada por mim ao original, que só traz a indicação de capítulo(s). NT].

^a “Pêcheurs” (dialeto picardo).

⁴⁶ *2 Coríntios* 10.17,18.

⁴⁷ *Tito* 3.1-5; *2 Coríntios* 11.30 e 12.5,9.

⁴⁸ *Salmo* 72.8.

⁴⁹ *Isaías* 11.4.

⁵⁰ *Salmo* 2.9; *Daniel* 2.34,35.

apóstolo Paulo⁵¹ quis que toda profecia estivesse em harmonia com a analogia ou similaridade da fé, ele estabeleceu uma excelente regra para testar toda interpretação da Escritura. Pois bem, se a nossa doutrina for examinada com base nesta regra de fé, a vitória estará em nossas mãos. Sim, pois, o que é mais conveniente à fé senão que nos reconheçamos desnudos de toda virtude, para sermos vestidos por Deus; vazios de todo bem, para que Ele nos encha de todo bem; escravos do pecado, para sermos libertos por Ele; cegos, para que Ele nos ilumine; coxos, para sermos por Ele curados; fracos, para sermos sustentados por Ele; e que nos desfaçamos de todo pretexto de glória própria, para que somente Ele seja glorificado, e nós nele?

Quando nós dizemos estas coisas e outras semelhantes, os nossos adversários gritam que, se fosse assim, seriam destruídos sei lá que cega luz da natureza, certas preparações inventadas, o livre arbítrio, as obras meritórias com direito à salvação eterna, com as sua superrogações; isso porque eles não podem suportar a idéia de que em Deus residem plenamente o louvor e a glória de todo bem, de toda virtude, justiça e sabedoria. Mas nós não lemos que tenham sido repreendidos os que tiraram muita água da fonte de água viva. Ao contrário, são severamente repreendidos os que cavaram poços secos e que não podem reter a água.⁵² Além disso, o que estará em maior conformidade com a fé que ter Deus como um Pai amável e bondoso, sempre que se reconheça Cristo como irmão e propiciador; que esperar confiantemente todo bem e toda prosperidade de Deus, cujo amor por nós chegou ao ponto de não poupar Ele o Seu próprio Filho, não O livrando, mas O entregando por nós;⁵³ que descansar, firmados na segura esperança da salvação e da vida eterna, quando lembramos que Cristo nos foi dado pelo Pai e que em Cristo aqueles tesouros estão ocultos? A essas afirmações eles contestam, dizendo que essa certeza confiante não está isenta de arrogância e presunção. Mas, como não devemos presumir coisa alguma de nós mesmos, tudo devemos presumir de Deus, e não é por outro motivo que nos despojamos de toda vanglória, senão para aprendermos a gloriar-nos em Deus.⁵⁴

E que mais direi? Considera, ó valoroso e virtuoso Rei, todas as partes da nossa causa, e poderás julgar-nos os mais perversos de todos os perversos, se não vires claramente que nós trabalhamos e sofremos injúrias e humilhações⁵⁵ porque pomos a nossa confiança no Deus vivo, pois cremos que esta é a vida eterna: conhecer o único Deus verdadeiro e Aquele que Ele enviou, Jesus Cristo.⁵⁶ Por causa desta esperança, alguns de nós são mantidos em prisões, outros são chicoteados, outros são ridicularizados de muitas maneiras, outros são desterrados,

⁵¹ Romanos 12.6.

⁵² Jeremias 9. [Ver também Jr 2.13.]

⁵³ Romanos 8.32.

⁵⁴ 2 Coríntios 10.17; Jeremias 9.23,24.

⁵⁵ 1 Timóteo 4.10.

⁵⁶ João 17.3.

outros são atormentados com torturas cruéis, outros se vêem forçados a fugir. Todos nós somos atribulados, somos amaldiçoados, repudiados, injuriados e tratados de forma desumana.

Por outro lado, peço que observe os nossos adversários (refiro-me aos sacerdotes), pela aprovação e pelo apetite dos quais os outros se fazem nossos inimigos; e peço que tomes um pouco de tempo para verificar comigo a paixão que os move. Eles facilmente permitem a si mesmos e aos outros ignorar, negligenciar e menosprezar a religião verdadeira, que nos é ensinada pela Escritura e que deveria continuar vigente e válida entre todos. E eles acham que tanto faz a pessoa crer ou não crer nisto ou naquilo acerca de Deus e de Cristo, contanto que, com a fé implícita, como eles dizem, ela submeta o seu entendimento às decisões da igreja.⁵⁷ Tampouco lhes causa preocupação se a glória de Deus é maculada com declaradas blasfêmias, desde que ninguém diga nada contra a autoridade da “santa madre igreja”.

Por que eles lutam com tanto furor e violência pela missa, pelo purgatório, pelas peregrinações e por outras tolices? Por que chegam ao ponto de negar que possa existir verdadeira religiosidade, se não se crer nessas coisas e se elas não forem aceitas como fé explícita, como eles dizem, quando nenhuma delas pode ser comprovada pela Palavra de Deus? Por quê? Só pode ser porque o ventre deles é o seu deus,⁵⁸ a cozinha a sua religião, e, se essas coisas são extraídas, eles dizem que os que fazem isso não são nem cristãos nem seres humanos. Porque, ainda que alguns deles vivam do bom e do melhor e com fartura, e outros passem a vida roendo pão seco, na verdade todos eles vivem da mesma panela, a qual, sem essa ajuda, não somente se esfriaria, mas ficaria totalmente congelada. Daí, o melhor e mais zeloso defensor da fé é aquele que sacia mais fartamente o seu ventre. Em resumo, todos eles têm o mesmo propósito: ou manter seu poder, ou manter seu ventre cheio. Mas nenhum deles mostra sinal algum de zelo verdadeiro. Contudo, não param de caluniar a nossa doutrina, desacreditando-a e difa-

⁵⁷ Calvino combate a “fé implícita”, patente na teologia católica, que chama de “espectro papista”, que “separa a fé da Palavra de Deus”. [J. Calvino, *Exposição de Romanos*, (Rm 10.17), p. 375.] A sua insistência é no fato de que a nossa fé deve ser “explícita”. No entanto, Calvino ressalta que devido ao fato de que nem tudo foi revelado por Deus, bem como à nossa ignorância e pequenez espiritual, muito do que cremos permanecerá nesta vida de forma implícita.

Depois de um extenso comentário, nos diz:

“Certamente que não nego (de que ignorância somos cercados!) que muitas cousas nos sejam agora implícitas, e ainda o hajam de ser, até que, deposta a massa da carne, nos hajamos achegado mais perto à presença de Deus, cousas essas em que nada parece mais conveniente que suspender julgamento, mas firmar o ânimo a manter a unidade com a igreja. Com este pretexto, porém, adornar com o nome de fé a ignorância temperada com humildade, é o cúmulo do absurdo. Ora, a fé jaz no conhecimento de Deus e de Cristo (Jo 17.3), não na reverência à igreja.” (João Calvino, *As Institutas*, III.1.3. (Vd. também III.2.5ss.)

Pelas palavras de Calvino, podemos observar a necessidade latente do ensino e estudo constante da Palavra de Deus, a fim de que cada homem, sendo, como é, responsável diante de Deus, tenha condições de se posicionar diante de Deus de forma consciente; a fé explícita é patenteada pela igreja através do ensino da Palavra. NE.

⁵⁸ *Filipenses* 3.19.

mando-a por todos os meios possíveis, para torná-la odiosa ou suspeita. Eles^a a chamam “nova” doutrina, e dizem que foi forjada há pouco tempo. Acusam-na dizendo que ela é duvidosa e incerta. Que milagres exigem eles para que ela seja confirmada? Eles perguntam se é aceitável que ela se sobreponha ao consenso de tantos “pais” antigos e a tão prolongados usos e costumes. Insistem em que confessemos que a nossa doutrina é causadora de cisma, pois guerreia contra a igreja, ou que afirmemos que a igreja esteve morta durante muitos anos, sendo que nesse período nada se ouviu semelhante à nossa doutrina.

Finalmente, dizem eles que não há necessidade de muitos argumentos, já que ela pode ser julgada pelos frutos que dá. Vê-se, por exemplo, dizem eles, que ela tem produzido uma multidão de seitas, de dificuldades e revoltas sediciosas, e de abusado mau comportamento. O certo é que lhes é fácil levar vantagem contra uma causa que se vê isolada e que não pode contar com ajuda alheia; principalmente quando o que lhes cabe fazer é persuadir uma multidão de gente ignorante e crédula. Se, porém, nós tivéssemos igual oportunidade de falar, entendendo que, na minha opinião, o ardor com que eles espumam acidamente contra nós se esfriaria um pouco.

**DOCTRINA
NOVA?**

Primeiramente, dizendo que é nova fazem grande ofensa a Deus, pois a Sua Palavra não merece a acusação de que não passa de uma novidade. Claro, não tenho dúvida de que é nova para aqueles para quem o próprio Cristo e o Seu Evangelho são novos.

Mas aqueles que sabem que a pregação feita pelo apóstolo Paulo – que Jesus Cristo morreu pelos nossos pecados e ressuscitou para a nossa justificação⁵⁹ – é antiga, não encontrarão nada de novo entre nós.

DESCONHECIDA?

O fato de que esta doutrina permaneceu oculta e desconhecida por muito tempo é crime cometido pela impiedade humana. Agora, quando pela bondade de Deus ela nos é restaurada, ao menos devia ser recebida com reconhecimento da sua autoridade antiga.

INCERTA?

Da mesma fonte de ignorância vem a acusação de que a nossa doutrina é duvidosa e incerta. É deveras disso que o Senhor se queixa, por intermédio do Seu profeta, quando afirma que o boi conhece o seu possuidor, e o jumento, o dono da sua manjedoura, mas o Seu povo não O conhece.⁶⁰ Mas, como eles zombam da incerteza da nossa doutrina, se tivessem de selar a deles com o seu próprio sangue⁶¹ e à custa da sua vida, então se poderia ver bem quanto a prezam. Muito diferente é a nossa confiança, pois esta não tem medo, nem dos horrores da morte, nem do julgamento feito por Deus.

^a O cônego Clichtow e outros doutores da Sorbonne.

⁵⁹ Romanos 4.25.

⁶⁰ Isaías 1.3.

⁶¹ Romanos 8.36.

MILAGRES?

Na exigência que nos fazem de milagres eles são insensatos. Porquanto não estamos forjando um evangelho novo, mas nós mantemos aquele Evangelho já confirmado por todos os milagres que Jesus Cristo e os Seus apóstolos realizaram. Os nossos adversários poderiam dizer que levam vantagem sobre nós, porque, dizem eles, podem confirmar a sua doutrina com a constante realização de milagres, até o dia de hoje. Mas, quanto a isso, eles alegam milagres que podem perturbar o espírito de uma pessoa e enchê-la de dúvida, quando sem esses milagres a pessoa estaria bem e tranqüila, tão frívolos e falsos eles são! Contudo, mesmo que esses milagres fossem prodigiosos e admiráveis, não se deveria dar a eles nenhum valor contra a verdade de Deus. Pois o importante é que o nome de Deus seja santificado sempre e em toda parte, quer havendo milagres, quer seguindo a ordem natural das coisas.

Poderia acontecer que eles nos impressionassem mais, se a Escritura não nos avisasse sobre o uso legítimo dos milagres. Pois, como diz Marcos,⁶² os milagres operados pelos apóstolos foram realizados para confirmar a sua pregação. Paralelamente, Lucas afirma que o nosso Senhor, por meio deles, deu testemunho confirmando a palavra da Sua graça.⁶³ A isso corresponde o que diz o apóstolo Paulo: que a salvação anunciada pelo Evangelho foi confirmada por Deus por meio de sinais, manifestações de poder e prodígios.⁶⁴ Quando ouvimos que os milagres são selos que credenciam o Evangelho, iremos fazer deles armas para destruir a autoridade do Evangelho? Quando ouvimos que eles foram destinados a estabelecer a verdade, iremos aplicá-los de modo que fortaleçam a mentira? Portanto, primeiro é preciso mencionar a doutrina, que precede aos milagres, como diz o evangelista. Se for aprovada, então poderá ser confirmada pelos milagres. Ora, um bom sinal da verdadeira doutrina, como diz Jesus Cristo, é se ela não tende a buscar a glória dos homens, mas, sim, a de Deus.⁶⁵ Visto que Cristo afirma que essa deve ser a prova, será errado tomar os milagres para outra finalidade que não seja a de engrandecer o nome de Deus. Também devemos lembrarnos de que Satanás tem os seus milagres,⁶⁶ os quais, embora sendo meras ilusões e não prodígios reais, podem enganar os simples e incultos.⁶⁷ Os magos e os encantadores sempre alcançam fama por seus milagres. A idolatria dos não cristãos sempre é alimentada por milagres maravilhosos, mas estes não são capazes de levar-nos a aprovar, nem a superstição dos magos, nem a dos idólatras.⁶⁸

⁶² Marcos 16.20.

⁶³ Atos 14.3.

⁶⁴ Romanos 15.18,19.

⁶⁵ João 5.44.

⁶⁶ Deuterônimo 13.2; 2 Tessalonicenses 2.9,10.

⁶⁷ “Não me passa despercebido que Satanás é em muitos aspectos um imitador de Deus, a fim de, mediante enganosa similaridade, melhor insinuar-se à mente dos símplies.” (J. Calvino, *As Institutas*, I.8.2.) NE.

⁶⁸ “A importância dos milagres é que eles nos despertam para alguma verdade particular sobre Deus.” [João Calvino, *Exposição de Romanos*, (Rm 15.18), p. 500]. “Sejam quais forem os milagres que busquem glorificar a criatura em lugar do Criador, e que fomentem a mentira em lugar da Palavra de Deus, são manifestamente do Diabo.” [João Calvino, *Exposição de Romanos*, (Rm 15.18), p. 501.] NE.

Antigamente os donatistas usavam o mesmo artifício para explorar a simplicidade do povo comum, dizendo que faziam milagres. Damos, pois, aos nossos adversários a mesma resposta que naquela época Agostinho deu aos donatistas,⁶⁹ dizendo que contra esses milagreiros o Senhor nos advertiu, pois predisse que viriam falsos profetas que com grandes maravilhas e prodígios fariam errar até os eleitos, se fosse possível.⁷⁰ E o apóstolo Paulo nos preveniu de que o reino do Anticristo será com todo poder, sinais e falsos prodígios.⁷¹ Dizem os nossos adversários, porém, que os seus milagres não são feitos por ídolos, nem por encantadores, nem por falsos profetas, mas pelos santos. Como se nós não percebêssemos aí a astúcia de Satanás, de transformar-se em anjo de luz!⁷² Houve tempo em que os egípcios fizeram de Jeremias, sepultado entre eles, um deus, e lhe ofereciam sacrifícios e lhe prestavam todas as honras que costumavam prestar aos seus deuses.⁷³ Não abusavam do santo profeta de Deus com essa idolatria? E, contudo, com sua veneração do sepulcro do profeta, levavam as pessoas a acreditarem que sua recompensa seria a cura das picadas de serpentes. O que poderemos dizer? Tão-somente isto: Esta será sempre uma vingança do santo e justo Deus: tornar eficaz a ilusão do erro para acreditarem na mentira aqueles que não gostaram da verdade.⁷⁴ A verdade é que milagres temos muitos, e milagres autênticos e não merecedores de zombaria. Por outro lado, os pretensos milagres⁷⁵ dos nossos adversários não passam de enganos de Satanás que afastam o povo do culto devido a Deus e o arrastam para a ilusão vã e vazia.

**A AUTORIDADE DOS
PAIS DA IGREJA**

Além disso tudo, colocam injustamente contra nós os antigos “pais” (em meu entendimento, os escritores cristãos dos primeiros tempos da igreja^a) como se eles fossem favoráveis à impiedade dos nossos atuais adversários. Tenho a certeza de que, se a nossa contenda fosse resolvida pela autoridade dos referidos “pais”, a melhor parte da vitória caberia a nós. Mas, se é verdade que muitas coisas excelentes e sábias foram escritas por esses “pais”, por outro lado, como acontece com todos os homens, eles também falharam e erraram; e estes bons e obedientes filhos, segundo a sua habilidade de entendimento, de julgamento e de decisão, só veneram os erros e os enganos dos “pais”. Entretanto, o que eles escreveram com acerto, estes não entendem ou disfarçam ou pervertem. De tal maneira fazem isso que parecem não ter outro desejo que não o de recolher esterco deixando o ouro que o cerca. E então nos perseguem clamando contra nós como se fôssemos desprezadores e inimigos dos “pais”! Mas tão longe de sermos seus desprezadores

⁶⁹ Sobre o evangelista João (In Johan, tractatus XIII), 17 (Migne, 35, 15).

⁷⁰ Mateus 24.24.

⁷¹ 2 Tessalonicenses 2.9,10.

⁷² 2 Coríntios 11.14.

⁷³ Jerônimo, no prefácio.

⁷⁴ 2 Tessalonicenses 2.11,12.

⁷⁵ Deuterônimo 13.1-18.

^a Antiquos et melioris adhuc sæculi.

estamos que, se fosse este o nosso propósito aqui, com facilidade eu provaria com os escritos deles a maior parte daquilo que nós dizemos hoje. Quando os lemos, porém, nós o fazemos com tão cuidadoso critério que sempre temos diante dos nossos olhos o que Paulo disse: que tudo é nosso para nos servir, não para nos dominar,⁷⁶ e que todos nós pertencemos a Cristo, a quem se deve obediência em todas as coisas, sem exceção. Os que não seguem esta ordem não terão segurança em nenhum ponto da fé, visto que aqueles santos personagens em questão ignoraram muitas coisas, têm divergências entre si e às vezes até se contradizem.

Dizem os nossos adversários que não é sem motivo que não devemos ultrapassar os marcos antigos que foram fixados por nossos pais.⁷⁷ Mas aqui não se trata de observar uma mesma regra para determinar os limites das propriedades e para determinar a área da obediência da fé; essa regra deve ser tal que ninguém esqueça o seu povo e a casa de seu pai. Contudo, se mostram tanto entusiasmo pelas alegorias, por que não tomam os apóstolos como seus pais, e não os outros? Pois não é lícito remover os marcos dos limites dos apóstolos. Assim o interpretou Jerônimo, cujas palavras eles citam em seus cânones. E ainda, se eles querem que os limites dos “pais”, segundo eles, sejam respeitados, por que eles mesmos os ultrapassam audaciosamente a seu bel-prazer?

Da lista de “pais” houve um que disse⁷⁸ que Deus não come nem bebe, e, portanto, não precisa de pratos e de cálices. Outro⁷⁹ disse que os sacramentos dos cristãos não requerem ouro nem prata, e que não é com ouro que eles agradam a Deus. Assim os nossos adversários ultrapassam os limites dos “pais” quando em suas cerimônias tanto se deleitam com o ouro, a prata, o mármore, o marfim, as pedras preciosas e as sedas, e acham que Deus não pode ser adorado como se deve se não houver grande número destas coisas supérfluas.⁸⁰

⁷⁶ 1 Coríntios 3.21-23.

⁷⁷ Provérbios 22.28.

⁷⁸ Acácio, em *Hist. Tripar.* (Cassiodoro, 1.XI,16; Migne, 69, 1198).

⁷⁹ Ambrósio, liv. I, sobre os ofícios, II, cap. XXVIII, 158 (Migne, 16, 140).

⁸⁰ “Os homens se dispõem naturalmente a exibição exterior da religião, e, medindo Deus segundo a própria medida deles, imaginam que alguma atenção para as cerimônias constitui a suma de seu dever.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 2, (Sl 50.1-2), p. 398.] “Há inerentemente em todos os homens uma forte e indelével convicção de que devem cultuar a Deus. Indispondo-se em adorá-lo de maneira pura e espiritual, torna-se compulsório que inventem como substitutivo alguma aparência quimérica; e por mais claramente sejam persuadidos da vaidade de tal conduta, persistem até ao fim, porquanto se esquivam da peremptória renúncia do serviço divino. Consequentemente, os homens se encontram sempre devotados a cerimônias até que sejam trazidos ao conhecimento daquilo que constitui a religião verdadeira e aceitável.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (Sl 50.14), p. 407-408.] “Devemos ter sempre em mente que, tudo quanto não agrada a Deus, que vise a seu próprio bem, e somente até onde ele leva a algum outro fim, se porventura é posto no lugar de seu culto e serviço verdadeiros, é por ele rejeitado e desvanece.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (Sl 40.6), p. 226-227.] “É evidente, à luz desse fato, que os homens cultuarão a Deus inutilmente, se porventura não observarem o modo correto; e que todas as religiões que não contêm o genuíno conhecimento de Deus são não só fúteis, mas também perniciosas, visto que todas aquelas que não sabem distinguir Deus dos ídolos estão sendo impedidas de se aproximarem dele. Não pode haver religião alguma onde não reine a verdade. Se um genuíno conhecimento de Deus habita os nossos corações, seguir-se-á inevitavelmente que seremos conduzidos a reverenciá-lo e a

Um dos “pais”⁸¹ dizia que, visto que ele era cristão, ousava comer livremente carne na quaresma, quando os outros dela se abstinham. Portanto, os seus pretensos filhos rompem os limites quando excomungam quem na quaresma tenha comido carne.

Um desses chamados “pais”⁸² disse que o monge que não trabalha com suas próprias mãos deve ser tratado como assaltante. Outro deles⁸³ disse que aos monges não é lícito viverem de bens alheios, mesmo quando assíduos nas contemplações, nas orações e no estudo. Também ultrapassaram este limite os nossos adversários, quando puseram os monges, com seus avultados ventres, nos bordéis (isto é, em seus claustros) para ali engordarem à custa do suor alheio. Também foi um dos “pais” que disse que é uma horrível abominação ver-se uma imagem de Cristo ou de algum santo nos templos dos cristãos.⁸⁴ Muito longe estão de respeitar estes limites, pois não deixam nenhum canto sem imagens em todos os seus templos.

Outro “pai”⁸⁵ aconselhou que, após haver se exercido o ofício humanitário de conceder sepultura aos mortos, que estes fossem deixados em paz. Estes limites são desrespeitados quando exigem que se tenha perpétua solicitude pelos mortos.

Foi um daqueles “pais” que negou que, no sacramento da Ceia, sob o pão, está o verdadeiro corpo de Cristo, e afirmou que é apenas um mistério do Seu corpo; e ele fala assim de cada uma das palavras.⁸⁶ Portanto, vão além das medidas quando dizem que o corpo de Cristo está incluído ali, localmente.

Dentre alguns “pais” houve um que ordenou que fossem excluídos da Ceia aqueles que participavam de uma espécie e se abstinham da outra.⁸⁷ Outro afirmava que não se deve negar ao povo cristão o sangue do seu Senhor, na confissão do qual lhe é ordenado que derrame seu próprio sangue.⁸⁸ Também removeram estes limites quando, com todo o rigor, ordenaram a prática da mesma coisa que um dos dois punia com a excomunhão e o outro com muita razão reprovava.

Houve um “pai”⁸⁹ que afirmava que é uma temeridade decidir sobre uma questão obscura a favor desta ou daquela parte, sem base em claros e concluden-

temê-lo. Não é possível ter genuíno conhecimento de Deus exceto pelo prisma de sua majestade. É desse fator que nasce o desejo de servi-lo, e daqui sucede que toda a vida é direcionada para ele como seu supremo alvo.” (João Calvino, *Exposição de Hebreus*, São Paulo, Paracletos, 1997, (Hb 11.6), p. 305-306). “Pelo que, nada de surpreendente, se o Espírito Santo repudie como degenerescências a todos os cultos inventados pelo arbítrio dos homens, pois que em se tratando dos mistérios celestes, a opinião humanamente concebida, ainda que nem sempre engendre farto amontoado de erros, é, não obstante, a mãe do erro.” (J. Calvino, *As Institutas*, I.5.13.) NE.

⁸¹ Espiridião, no livro *Hist. Tripar.*, c. 10 (Cassiodoro, I, 10; Migne, 69, 894).

⁸² Ver o cap. I do livro V da *Hist. Tripar.*— Cassiodoro, VIII, I (Migne, 69, 1103).

⁸³ Agostinho, sobre o trabalho dos monges (Cap. XVII e XXIII, Migne, 40, 564).

⁸⁴ Epifânio, cuja epístola foi traduzida por Jerônimo (*Ad Iohann, Ierosolym.*, ep. 51, 9; Migne, 22, 526).

⁸⁵ Ambrósio, no livro de Abraão (I, c. 9, 80; Migne, 14, 450).

⁸⁶ O autor da obra imp. sobre Mateus; *Hom. II*; consta entre as obras de Crisóstomo (ed. de Paris, 1835, VI, 796).

⁸⁷ Gelásio, no c. *Comperimus de consecratione*, distin. 2 (can. 12; *decretum Gratiani III*; Migne, 187, 1736).

⁸⁸ Cipriano, na epíst. 2, no livro I, *pecador (De lapsis, cap. 22 et 25; Migne, 4, 483; cf. ep. 63 ad Caecilium; Migne, 4, 372).*

⁸⁹ Agostinho, I. I, sobre a graça do Novo Testamento, último cap. (*Ep. 140 das edições modernas*).

tes testemunhos da Escritura. Os tais se esqueceram deste limite quando, sem nenhum respaldo da Palavra de Deus, estabeleceram conclusivamente tão grande número de constituições, cânones e determinações magistrais.

Um dos “pais”⁹⁰ reprovou Montano⁹¹ que, entre outras heresias suas, foi o primeiro a impor leis sobre jejuns. Também ultrapassaram estes limites quando ordenaram com leis rigorosíssimas a prática de jejuns. Também era um dos “pais”⁹² aquele que afirmou que não se deve proibir o casamento aos ministros da igreja e que declarou que ter a companhia da legítima esposa é castidade. Sua opinião teve apoio doutros “pais”, que reconheceram a sua autoridade. Ora, os nossos adversários fugiram para longe deste limite quando ordenaram aos seus sacerdotes que se abstivessem do casamento.

Um dos “pais”⁹³ escreveu que só se deve ouvir a Cristo, do qual foi dito da parte do Pai: “a ele ouvi”, e que não se deve dar atenção àquilo que outros fizeram ou disseram antes de nós, mas unicamente àquilo que foi ordenado por Cristo, que é o mais antigo de todos. Nem dentro dos limites desta prescrição se mantiveram os tais, nem permitem que outros se mantenham, pois constituíram, para si e para os demais, outros mestres que não Cristo.

Todos os “pais”, unânimes, consideraram abominação e com uma só voz repudiam a contaminação da santa Palavra de Deus pelas sutilezas sofísticas, e o seu envolvimento nos conflitos e debates filosóficos. Acaso respeitam eles estes limites, quando a vida toda outra coisa não fazem senão amortilhar e obscurecer a simplicidade da Escritura com infundáveis disputas e contendas mais sofísticas que as dos sofistas?⁹⁴ A tal ponto chegam que, se os “pais” ressuscitassem agora e ouvissem essa engenhosa arte de combate, à qual dão o

⁹⁰ Apolônio, em *História Eclesiástica*, li. 5; Eusébio, V, 18.

⁹¹ Montano, natural da Frigia (atual Turquia), foi um cristão que por volta do ano 170 começou a ensinar o fim iminente do mundo. Pregava também um rigoroso ascetismo: Não casamento, jejuns intensos. O montanismo, como movimento extático e apocalíptico, supostamente amparado no Livro de Apocalipse, ensinava o retorno iminente de Cristo, o Seu governo terreno de mil anos e que a nova Jerusalém desceria sobre a Frigia. Dentro da ênfase à proeminência feminina, duas profetisas se destacam: Priscila e Maximila, que alegavam possuir, juntamente com Montano, o Paracleto. [Ver: Eusebio de Cesarea, *História Eclesiástica*, Madrid, La Editorial Catolica, S.A. (Biblioteca de Autores Cristianos, Vols. 349 e 350), IV.27; V. 14-19.] NE.

⁹² Pafnúcio (Paphnutius), em *Histo. Tripar.*, l.2, c. 14, Cassiodoro; Migne, 69, 933.

⁹³ Cipriano, na *epíst. 2 do 2º. Livro, das Epíst. (ad Caecilium)*; Migne, 4, 383).

⁹⁴ “Aqueles que inquiram curiosamente acerca de tudo, e que jamais ficam satisfeitos, podem com justiça ser chamados ‘questionadores’. Em suma, as coisas mantidas em elevada estima pelos eruditos da Sorbonne são aqui condenadas pelo apóstolo. Porquanto toda a teologia dos papistas nada é senão um labirinto de questões.” [João Calvino, *As Pastorais*, (Tt 3.9), p. 355.] “Esta é a principal diferença entre o evangelho e a filosofia. Ainda que os filósofos abordem esplendidamente temas de cunho moral, com inusitada habilidade, no entanto todo o ornamento que sobressai de seus preceitos nada é senão uma bela superestrutura sem um sólido fundamento; porque, ao omitir princípios, eles não fazem outra coisa senão propor uma doutrina mutilada, como um corpo sem cabeça. Este é exatamente o mesmo método de doutrinação entre os católicos romanos. Embora falem incidentalmente da fé em Cristo e da graça do Espírito Santo, é plenamente evidente que se avizinham mais dos filósofos pagãos do que de Cristo e seus discípulos.” [João Calvino, *Exposição de Romanos*, (Rm 12.1), p. 420-421.] “Os filósofos (...) vagueando por entre especulações ilusórias são na maioria das vezes mais tolos do que vivazes!” [João Calvino, *Exposição de 1 Coríntios*, São Paulo, Paracletos, 1996, (1Co 1.21), p. 64.] NE.

nome de Teologia Especulativa, apenas julgariam essas práticas como sendo meras disputas acerca de Deus.

Mas, até onde eu iria nesta oração, se quisesse narrar tudo o que os nossos adversários fazem para livrar-se do jugo dos “pais”, dos quais se dizem filhos obedientes? Gastaria meses e anos no cumprimento desse propósito! E, no entanto, é tão absurda a sem-vergonhice deles que se atrevem a acusar-nos de desprezitar os limites antigos!

Agora, quanto a nos remeterem à questão do costume, de nada lhes adianta. Porque nos fariam grande injustiça se fôssemos constrangidos a ceder ao costume. Certo é que, se os juízos dos homens fossem retos, o costume deveria seguir os bons. Mas muitas vezes o que acontece é diferente. Porque aquilo que se vê que muitas vezes fazem é o que logo se torna costume. E a verdade é que nunca o modo de viver dos homens foi tão bem regrado que as coisas melhores agradassem à maioria. Assim é que dos vícios particulares de muitos resulta o erro público, ou, melhor dizendo, resulta o consentimento geral dos vícios, que agora estes nobres homens querem que seja lei. Os que não são de todo cegos percebem que verdadeiros oceanos de males têm inundado a terra, e que todo o mundo foi corrompido por muitas pestes mortais, ameaçando levar tudo de roldão, de tal maneira que, ou perdemos toda a esperança quanto às condições da humanidade, ou enfrentamos a situação para corrigir tão grandes males, empregando até remédios violentos.⁹⁵ E, contudo, o remédio é rejeitado não por outra razão que a seguinte: há muito tempo estamos acostumados com essas práticas calamitosas.

Todavia, ainda que na vida social dos homens o erro público tenha lugar, no reino de Deus a Sua verdade singular e eterna deve ser ouvida e cumprida; contra a verdade divina não tem valor nenhuma prescrição, nem a ditada por seus longos anos de existência, nem por costume antigo, nem por conjuração, qualquer que seja. Foi assim que no passado Isaías instruiu os eleitos de Deus, no sentido de que não dissessem “Conspiração!” a tudo o que o povo dissesse “Conspiração!” (Is 8.12), isto é, que não se juntassem à conspiração do povo; e que não tivessem o temor que o povo tinha, nem se espantassem. Antes, que santificassem o Senhor dos Exércitos e que só Ele fosse o seu temor. Portanto, que agora os nossos adversários lancem contra nós quantos exemplos queiram, do passado e do presente! Se santificarmos o Senhor dos Exércitos, não nos espantaremos muito. Pois bem, ainda que muitos séculos tenham dado assentimento à mesma impiedade, o Senhor é poderoso para exercer vingança até à terceira e quarta geração. Embora o mundo inteiro conspire para praticar a mesma ação maldosa, a experiência já nos ensinou qual é o fim daqueles que pecam com a multidão, quando Deus eliminou toda a humanidade por meio do Dilúvio, tendo preservado Noé, com sua pequena família, e ele, por sua fé, unicamente dele, condenou o mundo

⁹⁵ *Ver em Dec., dist., 8, c. fii., extra de consuetudi. (Decretum Gratiani, can. 3: radicitus est evelleris perniciose consuetudo; can. 9: Dei veritatem, non hominum consuetudinem, sequi oportet; Migne, 187, 46 e 48).*

inteiro.⁹⁶ Em resumo, o mau costume não é outra coisa senão uma praga pública na qual os que morrem no meio de uma multidão perecem do mesmo modo como se estivessem sós.

Eles não têm muita força no argumento com o qual nos pressionam querendo constranger-nos a confessar que a igreja esteve morta por alguns anos, ou que agora estamos em conflito com ela. Certamente a igreja de Cristo tem vivido e viverá enquanto Cristo reinar à destra de Seu Pai – pois pelas mãos de Cristo ela é sustentada, por Sua proteção ela é armada e pelo Seu poder é fortalecida. Porque, sem dúvida, Ele cumprirá a Sua promessa de que dará assistência aos Seus até à consumação do século.⁹⁷ Contra esta Igreja não fazemos nenhuma guerra. Porquanto, graças ao consenso que nós temos com todo o povo fiel, adoramos e damos honra a um só Deus e a um só Cristo, o Senhor, como sempre Ele foi adorado pelos Seus servos.⁹⁸ Mas os nossos adversários estão bem longe da verdade quando não reconhecem a Igreja, se ela não se vê presentemente com os olhos da carne, e a querem manter encerrada dentro de certos limites, aos quais ela de modo nenhum está restrita.

Em torno destes pontos gira a nossa controvérsia: Primeiro, eles exigem que a igreja tenha sempre uma forma visível e aparente. Segundo, eles dão essa forma à sé da Igreja Romana e ao estado da prelazia. Nós, ao contrário, afirmamos que a igreja pode existir sem aparência visível; igualmente, que não se deve querer que a sua aparência tenha esta magnificência exterior que os nossos adversários loucamente admiram,⁹⁹ mas é bem outra a marca da igreja, a saber, a pura pregação da Palavra de Deus, incluída a legítima administração dos sacramentos.¹⁰⁰ Já eles não ficam contentes se nem sempre se pode mostrar a igreja com o dedo. Quantas vezes, porém, sucedeu que ela foi tão deformada entre os judeus que não lhe restou nenhuma aparência! Que forma julgamos que a igreja tinha quando Elias se queixou de que havia ficado só?¹⁰¹ Quantas vezes, depois da

⁹⁶ *Gênesis 7.1; Hebreus 11.7.*

⁹⁷ *Mateus 28.20.*

⁹⁸ *1 Coríntios 8.6.*

⁹⁹ Igualmente Lutero (1483-1546) enfatizou que, “nem trabalho em pedra, nem boa construção, nem ouro, nem prata tornam uma igreja formosa e santa, mas a Palavra de Deus e a sã pregação. Pois onde é recomendada a bondade de Deus e revelada aos homens, e almas são encorajadas para que possam depender de Deus e chamar pelo Senhor em tempos de perigo, aí está verdadeiramente uma santa igreja.” [Jaroslav Pelikan, ed. *Luther's Works*, Saint Louis, Concordia Publishing House, 1960, Vol. II, (Gn 13.4), p. 332.] O eminente teólogo puritano John Owen (1616-1683), escreveu: “Quão pouco pensam os homens sobre Deus e seus caminhos, se imaginarem que um pouco de tinta e de verniz fazem uma beleza aceitável!” [William H. Goold, ed. *The Works of John Owen*, 4ª ed. London, The Banner of Truth Trust, 1987, Vol. IX, p. 77,78.) NE.

¹⁰⁰ Ver também: João Calvino, *As Institutas*, IV.1.9-12; IV.2.1.

Na Resposta ao Cardeal Sadoletto (01/09/1539), Calvino declara que a igreja é:

“... A assembléia de todos os santos, a qual, espalhada por todo o mundo, está dispersa em todo tempo, unida sem dúvida por uma só doutrina de Cristo, e que por um só Espírito guarda e observa a união da fé, junto com a concórdia e caridade fraterna”. (Juan Calvino, *Respuesta al Cardeal Sadoletto*, p. 30-31.) Ele diz que os membros da Igreja são reconhecidos “por sua confissão de fé, pelo exemplo de vida e pela participação nos sacramentos”, sendo estes sinais indicativos de que tais pessoas “reconhecem ao mesmo Deus e ao mesmo Cristo que nós” (*As Institutas*, IV.1.8.) NE.

¹⁰¹ *3 Reis 19.10* (1 Reis nas edições protestantes modernas).

vinda de Cristo, ela ficou oculta, sem forma visível! Com que frequência dessa época em diante ela foi tão oprimida por guerras, sedições e heresias que não se mostrava em parte alguma! E então? Se essa gente que aí está vivesse naquele tempo, teria acreditado na existência de alguma igreja? Entretanto, a Elias foi dito que ainda havia sete mil que não tinham dobrado os joelhos a Baal. E não se deve duvidar, de maneira nenhuma, que Jesus Cristo sempre reinou na terra, desde que ascendeu ao céu. Mas se, entre tais desolações, os fiéis quisessem ter alguma aparência definida da igreja, não perderiam o ânimo?

[1539] E, de fato, Hilário julgava que esse era um grande mal da sua época – que, estando cegos em sua louca reverência pela dignidade de seus bispos, não se apercebiam de que, às vezes, aquelas pragas estavam ocultas debaixo dessas máscaras. Por isso ele fala da seguinte maneira^{102 a}: Eu vos admoesto: Cuidado com o Anticristo! Vocês se apegam demais às paredes, buscando a Igreja de Deus na beleza dos edifícios, pensando que nessas coisas está a união dos fiéis. Acaso se pode duvidar de que o Anticristo tem lá o seu lugar de assento? Para mim, as montanhas, os bosques, os lagos, as prisões e os desertos são mais seguros e mais confiáveis. Porque, ocultos nesses lugares, os profetas profetizaram”. Ora, que é que o mundo exalta hoje nesses bispos infiéis? Justamente venera os que ele julga serem os mais excelentes, isto é, os que presidem às maiores cidades. Eliminemos, pois, tão grande loucura!

[1536] Ao contrário, deixemos com o Senhor que, como só Ele conhece os Seus, também alguma vez oculte da vista dos homens o conhecimento externo da Sua Igreja. Confesso que essa é uma terrível vingança de Deus sobre a terra. Mas, se a impiedade dos homens merece isso, por que havemos de esforçar-nos para contradizer a justiça divina? Dessa maneira o Senhor, no passado, puniu a ingratidão dos homens. Porque, por isso mesmo, aos que não quiseram obedecer à Sua verdade e extinguiram a sua luz, Ele permitiu que, em sua cegueira, sofressem abusos de grosseiras mentiras e fossem envolvidos por trevas profundas, de tal maneira que não se tornou visível nenhuma forma da verdadeira Igreja. Todavia, nessas mesmas ocasiões, Ele preservou os Seus no meio destes erros e destas trevas^b, embora dispersos e ocultos. E não é de admirar, porque Ele sabe guardá-los, como fez na confusão da Babilônia e nas chamas da fornalha ardente. Nisso que eles querem que a forma da igreja seja valorizada por não sei que tipo de vã pompa, para não avançar além do meu propósito, tocarei só de passagem, para mostrar quanto é perigoso. Dizem os nossos adversários que o papa de Roma, que tem a cátedra apostólica, e os outros bispos, representam a igreja e como tais devem ser respeitados pela igreja, visto que não podem errar. Por quê? Porque são pastores da igreja, é a resposta que dão, e foram consagrados a Deus. Arão e os outros líderes do povo de Israel também eram pastores.

¹⁰² *Contra Auxêncio.*

^a Esse parágrafo sendo inserido somente em 1539, parece que Calvino leu esse tratado depois de 1536.

^b Por volta de 1524, Farel começou assim o seu Sumário e Breve Declaração, reeditado em 1534: “Nesse tempo, quando aprouve ao nosso Senhor manifestar a santa claridade e luz sobre os que estavam em trevas profundas”.

Arão e seus filhos foram eleitos sacerdotes de Deus; todavia pecaram quando fabricaram o bezerro de ouro.¹⁰³ E, segundo a razão dada, vai se dizer que os quatrocentos profetas que serviam a Acabe representavam a Igreja?¹⁰⁴ Mas a Igreja estava do lado de Micaías, o único fiel, e desprezado; entretanto, foi de sua boca que saiu a verdade. Os profetas que se levantaram contra Jeremias¹⁰⁵ gabando-se de que não haveriam de faltar a lei ao sacerdote, o conselho ao sábio e a palavra aos profetas, não traziam sobre si o nome da igreja? Não foi semelhante aparência que reluziu sobre o concílio que reuniu os sacerdotes, os doutores e os religiosos para se aconselharem sobre a morte de Jesus Cristo?¹⁰⁶ E ainda agora os nossos adversários se apegam a essas marcas externas, e com isso transformam Cristo e todos os profetas de Deus em causadores de cisma; por outro lado, fazem dos ministros de Satanás instrumentos do Espírito Santo. Se a seu favor falam com bom motivo, que me respondam com boa fé: em qual região ou em que povo eles acham que a Igreja reside, depois que, por sentença definitiva dada pelo Concílio de Basiléia, Eugênio, papa de Roma, foi deposto^a e Amadeu foi posto em seu lugar^b? Nem morrendo poderiam negar que, quanto às solenidades externas, o concílio foi legítimo e válido, tendo sido convocado por dois papas, não somente por um. Eugênio foi condenado ali como cismático, rebelde e contumaz, ele e toda a companhia dos cardeais e bispos que com ele tinham maquinado a dissolução do concílio. No entanto, sendo depois apoiado pelo favorecimento dos príncipes, manteve a posse do seu papado; e a eleição de Amadeu, solenemente confirmada pela autoridade do sacro concílio geral, esvaiu-se como fumaça, acontecendo, porém, que o dito Amadeu foi apaziguado por um chapéu cardinalício, como se aquieta um cachorro com um pedaço de pão.

Desses rebeldes e contumazes procedem todos os papas, cardeais, bispos, abades e sacerdotes que existiram daí em diante. Agora é necessário que não os deixemos escapar. Pois, a que lado darão eles o nome da igreja? Negarão o caráter geral desse concílio, o qual em nada falhou quanto à majestade externa, visto que solenemente foi feita a sua convocação por dupla bula e consagrado pelo Legado da Santa Sé Apostólica, que o presidiu^c? Bem ordenado foi o concílio em todas as cerimônias, mantendo até o fim a sua dignidade. Confessarão eles que Eugênio e todo o seu bando foram cismáticos, contra aqueles pelos quais eles tinham sido consagrados?

É, pois, necessário que eles definam diferentemente a forma da igreja; ou, sejam eles quantos forem, segundo a sua própria doutrina serão por nós considerados cismáticos, tendo sido eles, conscientemente e por sua própria vontade,

¹⁰³ Êxodo 32.1-10.

¹⁰⁴ 3 [1] Reis 22.5-9, 13-37.

¹⁰⁵ Jeremias 18.18.

¹⁰⁶ João 11.47.

^a Em 25 de junho. O décimo concílio geral tinha sido convocado por Eugênio IV.

^b Em 5 de novembro de 1439. Amadeu foi papa com o nome de Félix V.

^c O cardeal Juliano Cesarini.

ordenados por hereges. E daí em diante, se jamais se viu que a igreja deixou de ligar-se a pompas externas, nós temos neles mesmos segura e suficiente experiência comprobatória de que quando, sob o título e as cores da igreja, orgulhosamente eles têm levado o mundo a respeitá-los, não passam de pragas mortais da igreja. Não me refiro aos seus costumes, nem aos seus atos execráveis, dos quais sua vida está repleta; refiro-me ao que eles dizem, o que lembra os fariseus, que se deve ouvir mas não seguir. Se, porém, quiseses dedicar um pouco do teu tempo de lazer à leitura dos ensinamentos que nós ministramos, verás claramente que a própria doutrina deles, pela qual desejam ser reconhecidos como igreja, é uma cruel geena, um matadouro de almas, um fogo, uma dissipação da igreja.

**SEITAS E
AGITAÇÃO**

Finalmente, eles agem com maldade quando nos lançam em rosto as grandes revoltas, perturbações e contendas resultantes da pregação da nossa doutrina e os frutos que agora ela produz em muita gente. Pois impiedosamente a culpam disso tudo, quando esses males todos deveriam ser atribuídos à maligna astúcia de Satanás. Pode-se dizer que o seguinte traço caracteriza a Palavra de Deus: Cada vez que é posta em evidência, Satanás acorda e apronta as suas artimanhas.¹⁰⁷ Esta é uma segura marca para se discernirem as doutrinas falsas – que estas são recebidas de boa vontade por todos e agradam a todo o mundo. Desta maneira, durante alguns anos passados, quando tudo estava envolto em trevas, o senhor do mundo brincava com os homens a seu bel-prazer; e, como um Sardanápalo,¹⁰⁸ vivia em paz, gozando seus entretenimentos. Porquanto, o que lhe restava fazer, senão divertir-se e deleitar-se na posse amena e tranqüila do seu reino? Porém, depois que dos céus resplandeceu a luz e desfez um pouco as suas trevas, depois que o valente invadiu e transtornou o seu reino, de imediato ele começou a despertar do sono e a tomar as armas.

Primeiro ele instigou o poder dos homens para, por meio dele, oprimir com violência a verdade nascente. Quando viu que por esse meio nada conseguia, recorreu a armadilhas. Usou, então, os seus catabatistas^{a109} e outros grupos semelhantes, e fez um verdadeiro reboiço com muitas seitas e opiniões divergentes, a fim de obscurecer a verdade e, por fim, apagá-la. E ainda hoje ele persiste em persegui-la com essas duas máquinas de guerra. Sim, pois, pela violência e pela mão dos homens, ele se empenha em arrancar aquela semente verdadeira e, quanto está em seu poder, empenha-se por todos os meios para suplantá-la, impedindo-a de florescer e frutificar.¹¹⁰ Mas todos os seus esforços serão inúteis, se dermos

¹⁰⁷ “Satanás jamais descansa enquanto não envia esforço para obscurecer, com suas mentiras, a santa doutrina de Cristo, e a vontade de Deus é que nossa fé seja provada com tais conflitos”. [J. Calvino, *Efésios*, São Paulo, Paracletos, 1998, (Ef 4.14), p. 129.] NE.

¹⁰⁸ Possível corruptela do nome Assurbanípal, rei da Assíria de 668 a 626 a. C. Frutos de sua arrogância blasfema foram a sua decadência e a sua trágica morte. Ver *Everyman's Encyclopædia*, e 2 Reis 18 e 19. NT.

^a Essa palavra, mais precisa que *anabatistas*, não prevaleceu. Ver a Introdução, pp. 8,9.

¹⁰⁹ Termo empregado para designar os anabatistas indicando, em vez de repetição do batismo, sua destruição. NT.

¹¹⁰ *Mateus 13.25*.

ouvidos às advertências do Senhor, que há muito tempo pôs a descoberto as suas artimanhas para não sermos apanhados de surpresa, e nos supriu de boas armas de defesa contra as suas máquinas de guerra.¹¹¹

De resto, que tremenda perversidade é esta, de acusar a Palavra de Deus da sanha das revoltas contra ela movidas pelos estultos e desmiolados, ou das seitas que semeiam enganadores? Todavia, não há nada de novo nisso. Perguntaram a Elias se não era ele o perturbador de Israel.¹¹² Os judeus consideravam Cristo um revoltoso.¹¹³ Os apóstolos eram acusados de causar agitação popular.¹¹⁴ E não é isso que estão fazendo conosco hoje os que nos atribuem a agitação, os tumultos e as contendas que se levantam contra nós? Pois bem, Elias nos ensina que resposta lhes devemos dar. É que não somos nós que semeamos erros ou provocamos a agitação; na verdade são eles mesmos, os quais fazem resistência ao poder de Deus. Mas, se esta razão basta para neutralizar a sua temeridade, também, por outro lado, é preciso fazer frente à fraqueza de alguns que muitas vezes se assustam com os escândalos e, em seu espanto, vacilam. Portanto, para que estes não se desanimem e não percam a coragem, devem lembrar-se de que as mesmas coisas que agora vemos sobrevieram aos apóstolos no tempo deles. Naquela época havia pessoas incultas e inconstantes que, como diz o apóstolo Pedro, torciam, para a sua própria perdição, o que Paulo tinha escrito sob inspiração divina.¹¹⁵ Havia desprezadores de Deus que, quando ouviam que havendo muito pecado aumentaria a graça, logo concluíam: “Permaneceremos no pecado, para que seja mais abundante a graça”.¹¹⁶ Quando ouviam que os fiéis não estão sob a Lei, replicavam: “Vamos pecar, porque não estamos debaixo da Lei e sim da graça”. Havia gente que dizia que Paulo instigava o mal.¹¹⁷ Falsos profetas se insinuavam para destruir as igrejas que Paulo tinha edificado.¹¹⁸

[1539] Alguns pregavam o Evangelho por discórdia e insinceramente,¹¹⁹ e até com sutileza maldosa, pensando fazê-lo sofrer mais em sua prisão.

[1536] Nalguns lugares o Evangelho não dava muito fruto. Cada qual buscava o seu proveito pessoal, e não o de Jesus Cristo.¹²⁰

[1539] Outros retrocediam, como cães voltando ao seu vômito,¹²¹ e como porcos ao seu lamaçal.

¹¹¹ “Satanás, também, vive sempre pronto a engendrar todo gênero de calúnia com o fim de lançar ao descrédito a doutrina da graça.” [João Calvino, *Exposição de Romanos*, (Rm 6.1), p. 201.] NE.

¹¹² 3 [1] *Reis* 18.18.

¹¹³ *Lucas* 23.5; *João* 19.7.

¹¹⁴ *Atos* 24.5-9.

¹¹⁵ 2 *Pedro* 3.16.

¹¹⁶ *Romanos* 6.1.

¹¹⁷ *Romanos* 3.8.

¹¹⁸ 1 *Coríntios* 1.10-13; 2 *Coríntios* 11.3,4; *Gálatas* 1.6,7.

¹¹⁹ *Filipenses* 1.17 e nas epístolas aos coríntios e 2 *Timóteo*.

¹²⁰ *Filipenses* 2.21.

¹²¹ 2 *Pedro* 2.22.

[1536] Muitos transformavam a liberdade do Espírito em licença carnal.¹²² Não poucos falsos irmãos se infiltravam, deles provindo então grandes perigos para os cristãos fiéis. Mesmo entre os irmãos surgiam diversos desentendimentos.¹²³ Nessas condições, que poderiam fazer os apóstolos? Deveriam usar o recurso da dissimulação por algum tempo, ou deveriam pôr de lado e abandonar totalmente este Evangelho, que viam estar sendo semeadura de tantos conflitos, causa de tantos perigos, ocasião para tantos escândalos? Acontece que no meio dessas aflições eles se lembravam de que Jesus Cristo é pedra de tropeço e de ofensa para ruína e ressurreição de muitos,¹²⁴ e um sinal que seria objeto de contradição.¹²⁵ Armados desta confiança, prosseguiram corajosamente, em meio a todos os perigos de tumultos e de escândalos.¹²⁶

Fortalecemo-nos com um só pensamento, pois o apóstolo Paulo atesta que esta é a característica perpétua do Evangelho – que seja cheiro de morte para morte, para os que perecem, e cheiro de vida para vida, para os que são salvos.^{127 128}

Mas volto a falar-te, ó magnânimo rei. Não te impressões com esses boatos com os quais os nossos adversários se esforçam para te infundir temor e terror; isto é, que este novo evangelho, assim chamado por eles, não busca nada mais que oportunidades para revoltas e total impunidade para todo e qualquer mal que se faça. Pois o nosso Deus não é Deus de divisão, mas de paz,¹²⁹ e o Filho de Deus não é ministro do pecado, mas veio para romper e destruir as obras do Diabo.¹³⁰

Quanto a nós, somos injustamente acusados dessa cobiça, da qual não temos dado o menor motivo para suspeita. Bem provável seria que estivéssemos mancomunados para derrubar os reinos – nós, de quem jamais se ouviu uma palavra sediciosa, e cuja vida sempre foi reconhecidamente simples e pacífica quando éramos teus súditos! E agora, expulsos de nossos lares, não deixamos de orar a Deus por tua prosperidade e pela prosperidade do teu reino. Como podem acreditar que pretendemos ter licença para praticar o mal sem receber castigo? Ainda que tenhamos praticado alguma coisa que merece repreensão, nada temos que mereça repreensão tão severa. E, graças a Deus, não temos aproveitado tão mal o Evangelho que a nossa vida não seja para os que nos difamam exemplos de

¹²² 2 Coríntios 11.3,4.

¹²³ Atos 6.1; 11.1-3; 15.1,2.

¹²⁴ “Toda verdade proclamada referente a Cristo é completamente paradoxal pelo prisma do juízo humano. Entretanto, o nosso dever é prosseguir em nossa rota. Cristo não deve ser suprimido só porque para muitos ele não passa de pedra de ofensa e rocha de escândalo. Ao mesmo tempo que ele prova ser destruição para os ímpios, em contrapartida ele será sempre ressurreição para os fiéis.” [João Calvino, *Exposição de Romanos*, (Rm 6.1), pp. 201-202.] NE.

¹²⁵ Isaías 8.14; Romanos 9.33; Lucas 2.34.

¹²⁶ 1 Pedro 2.1-10.

¹²⁷ 1 Coríntios 2.16.

¹²⁸ “O fato de que o Evangelho é aroma de morte para os ímpios não vem tanto de sua própria natureza, mas da própria perversidade humana. Ao determinar um *caminho* de salvação, ele elimina a confiança em quaisquer outros caminhos.” [João Calvino, *Exposição de Romanos*, (Rm 1.16), p. 58.] NE.

¹²⁹ 1 Coríntios 14.33.

¹³⁰ Gálatas 2.17; 1 João 3.8.

castidade, generosidade, misericórdia, temperança, paciência, modéstia, e de todas as demais virtudes.¹³¹

Certo é que a própria verdade dá testemunho em nosso favor, sendo evidente que nós com sinceridade tememos e honramos a Deus, desejando que, com a nossa vida e com a nossa morte, o Seu nome seja santificado. E até a boca dos invejosos é constrangida a dar testemunho da inocência e da retidão civil de alguns de nós, os quais foram por eles punidos com a morte por aquilo que merecia singular louvor.

Ora, se há alguns que, usando o Evangelho como pretexto, promovem tumultos – tumultos que até agora não foram vistos em teu reino; se há quem queira encobrir a sua licença carnal com o nome da liberdade que nos é dada pela graça de Deus (dos quais conheço muitos), existem leis e penas determinadas pelas leis para os corrigir severamente, conforme os seus delitos. Mas que nesse meio tempo o Evangelho de Deus não seja blasfemado pelos malefícios dos maus! Tu, ó rei, em tua realza magnífica, ouviste a descrição da venenosa iniquidade dos nossos caluniadores, exposta com muitas palavras, para que não dê muita atenção nem muito crédito às suas acusações.

Chego a temer que eu tenha me alongado demais, pois este prefácio tem quase a extensão de uma defesa completa. No entanto, com esta exposição não pretendi compor uma defesa, mas tão-somente abrandar o teu coração para ouvires a nossa causa. Apesar de no presente o teu coração estar desviado e afastado de nós, digo mais, até mesmo inflamado contra nós, é, não obstante, minha esperança que poderemos recuperar a tua graça, se te aprouver ler uma vez, com ânimo sereno e sem ira, esta nossa confissão, que desejamos seja recebida como nossa defesa por tua majestade.

Mas se, ao contrário, as murmurações dos nossos adversários mal-intencionados ocuparem tão completamente os teus ouvidos que os acusados não tenham a oportunidade de defender-se; se, por outro lado, essas impetuosas fúrias continuarem a agir sempre com crueldade, prisão, açoites, geenas^a, faca, fogo, certamente, como ovelhas destinadas ao matadouro, ao sacrifício extremo seremos lançados. Todavia, será de tal maneira que em nossa paciência possuiremos as nossas almas¹³² e esperaremos pela poderosa mão do Senhor, que, sem dúvida, agirá no tempo próprio e virá armada, tanto para livrar os pobres da sua aflição como para punir esses desprezadores.

Queira o Senhor, Rei dos reis, estabelecer o teu trono na justiça e o teu juízo na equidade, ó poderoso e ilustre rei.

De Basiléia, vinte e três de agosto de 1536^b.

¹³¹ “O Evangelho não é uma doutrina de língua, senão de vida. Não pode assimilar-se somente por meio da razão e da memória, senão que chega a compreender-se de forma total quando ele possui toda a alma, e penetra no mais íntimo recesso do coração. (...) Os cristãos deveriam detestar aqueles que têm o Evangelho em seus lábios porém não em seus corações.” (John Calvin, *Golden Booklet of the True Christian Life*, 6ª ed. Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1977, p. 17.) NE.

^a 1536. equuleis.

¹³² *Lucas 21.19*.

^b 1539. Basileæ. Augusti 1536 (*sic*).

O Conhecimento de Deus	Cap. I
O Conhecimento do Homem e o Livre Arbítrio	II
A Lei	III
A Fé, ou Explicação do Símbolo dos Apóstolos	IV
A Penitência	V
A Justificação pela Fé e os Méritos das Obras (Obras Meritórias)	VI
Semelhança e Diferença do Antigo e do Novo Testamento	VII
A Predestinação e a Providência de Deus	VIII
A Oração, ou Explicação da Oração do Senhor	IX
Os Sacramentos	X
O Batismo	XI
A Ceia do Senhor	XII
As Cinco Cerimônias Falsamente Chamadas Sacramentos	XIII
A Liberdade Cristã	XIV
O Poder da Igreja	XV
O Governo Civil	XVI
A Vida Cristã	XVII

CAPÍTULO I

1. A sabedoria integral está no conhecimento de Deus e do homem.

[1536] A soma total da nossa sabedoria, a que merece o nome de sabedoria verdadeira e certa, abrange estas duas partes: o conhecimento que se pode ter de Deus, e o de nós mesmos^a.

[1539] Quanto ao primeiro, deve-se mostrar, não somente que há um só Deus, a quem é necessário que todos prestem honra e adorem, mas também que Ele é a fonte de toda verdade, sabedoria, bondade, justiça, juízo, misericórdia, poder e santidade, para que dele aprendamos a ouvir e a esperar todas as coisas. Deve-se, pois, reconhecer, com louvor e ação de graças, que tudo dele procede.

Quanto ao segundo, revela a nossa ignorância, miséria e maldade^b, induz-nos à humildade^c, à não confiança própria e ao desprezo de nós mesmos; inflama em nós o desejo de buscar a Deus, certos de que nele repousa todo o nosso bem, do qual nos vemos vazios e desnudos.

Ora, não é fácil discernir qual dos dois precede o outro e o produz. Porque, visto que o homem está repleto de qualidades indignas, mal nos contemplamos e tomamos conhecimento das nossas péssimas condições, e de imediato elevamos os olhos a Deus para que dele venha um pouco de conhecimento a Seu respeito. Assim, graças ao sentimento que temos da nossa pequenez, da nossa insensatez^d e vaidade, e mesmo da nossa perversidade e corrupção, reconhecemos que a verdadeira grandeza, sabedoria, verdade, justiça e pureza estão em Deus.

^a Os primeiros capítulos do Sumário de Farel (1534) tratavam: I. de Deus, II. do homem. Nesse capítulo, onde apenas algumas frases são traduzidas do texto de 1536, Calvino desenvolveu as idéias formuladas — muitas vezes com expressões idênticas — em sua Instrução e Confissão de Fé (*Instruction et confession de foi*) — Catecismo de Genebra, 1537.2

^{b,c} *Fœditatem*, *seriam humilitatem* (1539).

^d *hebetudinis*.

Finalmente, somos impedidos por nossas maldades e fraquezas de considerar os bens do Senhor, e não podemos sequer aspirar com amoroso empenho^a aos bens divinos, enquanto não começarmos a ficar aborrecidos com nós mesmos. Pois, qual dos homens não descansa em si mesmo e em si mesmo não tem prazer? Quem não descansa desse modo e durante todo o tempo em que, não se conhecendo bem, mostra-se satisfeito com as suas capacidades e ignora as suas miseráveis condições? Porquanto, cada um de nós não somente é instigado pelo conhecimento de si próprio a buscar a Deus, mas é como que levado pela mão ao Seu encontro.

2. Conhecer o homem depende de conhecer a Deus.

Por outro lado, é notório que o homem jamais pode ter claro conhecimento de si mesmo, se primeiramente não contemplar a face do Senhor, e então descer para examinar a si mesmo. Porque esta arrogância está arraigada em todos nós – sempre nos julgamos justos, verdadeiros, sábios e santos, a não ser que, havendo sinais evidentes, sejamos convencidos de que somos injustos, falsos, insensatos e impuros. Mas não seremos convencidos se só dermos atenção a nós mesmos, e não também ao Senhor, pois esta é a regra única à qual é necessário que se ajuste o julgamento que se queira fazer. Isso porque, uma vez que nós somos naturalmente inclinados à hipocrisia, em vez de contentar-nos com a verdade, ficamos muito satisfeitos com uma vã aparência de justiça. E, tendo em vista que não há nada em nós que não esteja gravemente contaminado por grosseira impureza^b, o que nos parece um pouco menos vil aceitamos como elevada pureza, enquanto mantemos o nosso espírito dentro dos limites da nossa condição humana, que é totalmente corrupta. É o que acontece com olhos só acostumados a verem a cor negra; uma brancura um tanto obscura ou mesmo acinzentada é, para esses olhos, a mais alva brancura. Todavia, menos se pode compreender as qualidades da alma e mais enganados seremos nessa compreensão, comparando-a com a nossa visão física. No entanto, quando em pleno dia olhamos para o solo ou para as coisas que estão ao nosso redor, achamos que a nossa visão é clara e firme. Mas quando elevamos o nosso olhar diretamente para o sol, somos constrangidos a confessar que a excelente visão que tínhamos quando olhávamos a terra fica confusa, ofuscada pelo fulgor do sol.

É o que acontece quando avaliamos os nossos poderes espirituais. Porque, enquanto a nossa contemplação não vai além da terra, ficamos satisfeitos com a nossa justiça própria, com a nossa sabedoria e com a nossa capacidade ou poder, e nos gratificamos e nos elogiamos a nós mesmos, pouco faltando para que nos consideremos semideuses. Mas se, uma vez que seja, pensarmos no Senhor e

^a serio.

^b obscænitæ inquinatum.

virmos a perfeição da Sua justiça, da Sua sabedoria e do Seu poder, a cujo modelo devemos ajustar-nos, o que antes nos agradava parecendo justiça, logo veremos que não passa de uma grande iniquidade, o que nos impressionava maravilhosamente sob o título de sabedoria se revelará como loucura extrema, e o que tinha a aparência de capacidade ou poder se mostrará miserável fraqueza. Assim, o que em nós tem a aparência de absoluta perfeição, nem de longe se assemelha à pureza de Deus.

3. Espantoso contraste: o homem face à majestade e à perfeição de Deus!

Essa realidade explica a reação de espanto e de horror dos santos toda vez que se viam na presença de Deus. Porque vemos que, quando se sentiam firmes e seguros na ausência de Deus, ficavam cheios de temor e tremor quando Deus lhes manifestava a Sua glória. Sentiam-se quase que tragados por um pavor mortal, e quase reduzidos a nada. Daí se conclui que o homem não reconhece quão grande é a sua imperfeição enquanto não se compara com a majestade de Deus.

Dessa atitude de aterrorizado espanto há numerosos exemplos, tanto em Juízes como nos Profetas, de tal maneira que a seguinte sentença veio a ser um dito comum do povo de Deus: “Certamente morreremos, porque vimos a Deus”.¹³³ Assim também a história de Jó, com a finalidade de humilhar os homens e levá-los ao reconhecimento da sua loucura, da sua fraqueza e da sua corrupção, sempre apresenta como principal argumento a descrição da sabedoria, do poder e da pureza de Deus; e não sem motivo. Sim, pois vemos que Abraão reconheceu melhor que não passava de terra e pó depois que contemplou de perto a glória do Senhor,¹³⁴ e que Elias não pôde comparecer com o rosto descoberto à Sua presença, tal o temor que tinha de contemplá-lo!¹³⁵

E o que poderia fazer o homem, que nada mais é que podridão e verme, quando até os querubins cobrem o rosto por temor e reverência?¹³⁶ É isso que o profeta diz, quando declara: “A luz se envergonhará, e o sol se confundirá quando o Senhor dos Exércitos reinar;¹³⁷ isto é, quando Ele mostrar mis de perto o Seu esplendor, a maior luminosidade do mundo diante dele será escuridão. Contudo, seja como for a relação existente entre o conhecimento de Deus e o de nós mesmos, a boa norma requer que primeiro estudemos o conhecimento de Deus e depois desçamos ao estudo do conhecimento de nós mesmos.

¹³³ *Juizes 13.22; Isaías 6.5; Ezequiel 1.28; 3.14 e outras passagens.*

¹³⁴ *Gênesis 18.27.*

¹³⁵ *1 Reis 19.13.*

¹³⁶ *Isaías 6.2.*

¹³⁷ *Isaías 24.23.*

4. Universalidade da idéia da existência de Deus e do sentimento religioso.

Sabemos sem nenhuma dúvida que no espírito humano há, por inclinação natural, certo senso da Divindade. Para que não nos refugiemos na alegação de ignorância, o Senhor nos dotou de certa percepção da Sua majestade. Assim, tendo todos entendido que há um Deus, que é o seu Criador, serão condenados por seu próprio testemunho aqueles que não O glorificarem e não dedicarem sua vida a fazer a Sua vontade. Certo é que, se se buscar entre os homens ignorância tal que Deus seja absolutamente desconhecido, com toda a probabilidade exemplos disso serão encontrados somente entre os povos mais rudes e mais distanciados das boas condições de civilidade e de humanidade.

Ora, como os próprios pagãos^a confessam, não existe nação tão bárbara, nenhum povo tão selvagem que não tenha impressa no coração a existência de algum Deus^b. E, por outro lado, aqueles que parecem não diferir quase nada dos animais irracionais, não obstante sempre conservam uma semente da religião, de tal modo esta concepção universal arraigou-se em todos os espíritos e se fixou em todos os corações.

Portanto, visto que desde o princípio do mundo não há região nem cidade nem mesmo casa alguma que não tenha nada de religião, nesse fato nós temos uma confissão tácita de que há um senso da Divindade gravado no coração de todos os seres humanos.

Até a idolatria nos serve de grande argumento em favor desta idéia. Porque sabemos quanto o homem se tem humilhado, contra si mesmo, e em seu detrimento tem prestado honra a outras criaturas. Pois lhe parece melhor cultivar a madeira e a pedra do que ter fama de que não tem nenhum deus, o que mostra quão forte é este sentimento nele impresso da Majestade divina, impressão de tal modo difícil de apagar do espírito humano que seria mais fácil eliminar os seus afetos naturais. Como certamente estes são eliminados quando, da sua elevação e da sua presunção, o homem se rebaixa voluntariamente e se coloca abaixo das criaturas menos nobres da terra a fim de prestar honra a Deus. Porque é emitir falsa opinião dizer, com alguns, que antigamente a religião foi inventada por uns poucos com o fim de manter modesto e dócil o povo simples, quando os que incitavam os outros a servir a Deus nem pensavam na existência de algum deus. Bem sei que entre os pagãos houve homens astutos e engenhosos que forjaram muitas coisas de caráter religioso para impor medo aos simples e gerar escrúpulos. Sua finalidade era tê-los mais obedientes e mais dóceis ao comando. Mas essa idéia jamais lhes teria ocorrido se anteriormente já o espírito dos homens não estivesse firmemente resolvido a crer em Deus. Daí procede toda a inclina-

^a (1539) *ethnicus ille* (e na margem: Cícero, *De natura deorum* (Da Natureza dos Deuses).

^b Catecismo de 1537, Art. I: Que todos os homens nasceram para conhecer a Deus (*Opera selecta*, I, 378).

ção dos homens para a fé religiosa. E não é preciso pensar que aqueles que, em nome da religião, enganavam as pessoas mais simples, estivessem inteiramente vazios e despidos da idéia de que Deus existe. Porque, apesar de que na antigüidade houve alguns, e hoje em dia há muitos, que negam totalmente a existência de Deus, todavia, querendo-o ou não, por vezes sentem aquilo que gostariam de ignorar.

5. Desprezadores de Deus: Consciência em conflito.

Não se lê de nenhuma outra pessoa que tenha desprezado e ultrajado a Deus com maior arrogância e atrevimento do que o imperador romano Caio Calígula^a. Mas ninguém tremeu mais miseravelmente que ele, quando surgia algum sinal de manifestação da ira de Deus. Assim, para seu próprio pesar, ele tinha verdadeiro pavor de Deus, a quem ele queria de fato desprezar e para isso se esforçava. Experiência como essa vemos com freqüência suceder com todos os que tomam atitude semelhante à de Calígula. A realidade é que quanto mais atrevido for o desprezador de Deus, mais tremerá de medo ao ruído de uma simples folha que cai.¹³⁸ De onde provém esse temor? Certamente de Deus que, em Sua majestade, vinga-se, atormentando tanto mais a consciência deles quanto mais procuram dela fugir.

Todos eles procuram esconderijos para ocultar-se da presença de Deus e tentam apagá-la da memória, mas, quer queiram quer não, não escapam. E ainda que esse pavor pareça desvanecer-se por breve tempo, sempre volta, e com maior força, a tal ponto que a momentânea tranquilidade de consciência acaso desfrutada por eles não difere muito do sono dos bêbados e dos loucos, os quais, mesmo enquanto dormem, não descansam em paz. Sim, porque são constantemente perturbados por alucinações e sonhos assustadores.

Logo, os próprios ímpios nos servem de exemplo de que algum conhecimento sobre Deus existe universalmente no coração dos homens^b.

6. O conhecimento de Deus nos ensina a viver.

Já demonstramos que o conhecimento de Deus tem o poder de plantar em nosso coração alguma semente de religião^c. Primeiro nos leva à reverência e ao temor de Deus^d; depois, ensina-nos a buscar o bem e a reconhecer que este procede de Deus. Pois, como pode algum pensamento sobre Deus penetrar a nossa mente sem que de imediato julguemos (visto que somos Suas criaturas^e) que, por direito de criação, devemos estar sujeitos e ser submissos^f ao Seu domínio, a nossa vida

^a Os dois vocábulos estão sem equivalentes latinos.

¹³⁸ *Levítico* 26.36.

^b Catecismo de 1537, Art. I.

^c Frase sem equivalente em 1539.

^d Catecismo de 1537, Art. I.

^e *figmentum*.

^f *addictum et mancipiatum* (termos do direito romano).

deve ser dedicada ao Seu serviço e todos os nossos propósitos e tudo o que dizemos e fazemos devem ser atribuídos a Ele? Se é assim, segue-se que a vida de um homem está perversamente corrompida, a não ser que esteja sendo dirigida pela obediência à Sua santa vontade.

Por outro lado, ninguém pode entendê-lo bem, a menos que reconheça que Ele é a fonte e a origem de todo o bem. Dessa consideração se produz um desejo de estar em comunhão com Ele, e uma confiança em Sua bondade, a não ser que, por sua perversidade, a mente humana seja retirada da investigação^a correta. Mas, de um lado e do outro, o que e se vê é uma estupenda vaidade e insipidez de todos nós. Pois, em vez de em toda a nossa vida nos mantermos em perseverante obediência a Ele, em todas a nossas obras insistimos em querer agradá-lo somente com pequenas satisfações. Em lugar de procurarmos levar Deus a comprazer-se com a santidade e a pureza de coração, inventamos sabe-se lá quantas pilhas de coisas inúteis e de cerimônias que de nada valem, esperando distraí-lo. O resultado é que, em vez de pormos a nossa confiança totalmente em Deus, ela é posta em nós ou em outras criaturas.

Finalmente,^b estamos envolvidos em tantos erros e opiniões perigosas que a centelha de verdade, que poderia iluminar-nos e guiar-nos à contemplação da majestade de Deus, fica encoberta e estanque de tal maneira que já não nos propicia um reto conhecimento de Deus, só restando a primeira semente, que jamais pode ser arrancada – isto é, a que leva o homem a saber que Deus existe.

7. Maus frutos da semente de religião.

Todavia, essa mesma semente tanto se corrompeu que só produz frutos ruins. Sendo este o caso, comete-se pecado principalmente de duas maneiras. A primeira é que os pobres homens, na busca da verdade de Deus, não vão além da linha da sua natureza, como seria de toda a conveniência, mas avaliam a Sua grandeza conforme a rudeza dos seus sentidos. Com isso, não percebem, que quanto mais se empenham em conhecer a Deus desse modo, mais^c O fazem fruto da sua imaginação, criando-o de acordo com a presunção que os domina. Fazendo isso, eles abrem um abismo do qual não escapam; movam-se para este ou aquele lado, estão condenados. Assim é porque tudo quanto se esforçam por fazer para servi-lo lhes é inútil; nada disso é levado em conta, pois não é a Deus que honram, mas sim às imaginações do seu coração.¹³⁹ Pois a inútil coberta que muitos costumam querer usar para desculpar a sua superstição foi destruída.

^a investigatio.

^b Catecismo de 1537, Art. II (Opera Selecta, I, 379).

^c “Eles não avaliam Deus por Sua infinita majestade, mas sim pela estulta e confusa vaidade da sua mente” (Catecismo de 1537, II).

¹³⁹ *Gênesis* 8.21.

Acham eles que toda aparência de religião, seja esta qual for, mesmo quando desenfreada, é suficiente, mas não consideram que a verdadeira religião deve ter como sua regra universal a conciliação com a vontade de Deus. Saiba-se que Deus não muda; não é um ser fantasioso que se transforma ao gosto de cada um. Verdadeiramente, pode-se ver com quantas vãs ilusões a superstição imita a Deus, quando o dever de todos é agradá-lo. Porque a superstição – a falsa religião – quase unicamente se apegue a coisas que Deus declara sem valor, e negligencia ou rejeita as que Ele ordenou e declarou aceitáveis. Assim, todos os que se dispõem a adorar a Deus com religiões inventadas pela imaginação humana não adoram a Deus. Adoram, sim, as suas fantasias, pois não se atreveriam a zombar de Deus dessa maneira, a não ser que O tivessem criado à semelhança das suas fantasias. Por isso o apóstolo Paulo ensina que esse conceito vago e errôneo que se tem de Deus é ignorância de Deus – é ignorar a Deus.¹⁴⁰ “Outrora, porém”, diz o apóstolo, “não conhecendo a Deus, servíeis a deuses que, por natureza, não o são.” Noutra passagem ele declara que os efésios tinham estado sem Deus durante todo o tempo em que não tinham o verdadeiro conhecimento de Deus;¹⁴¹ e não faz muita diferença se imaginam um deus ou muitos, porque sempre se afastam do verdadeiro Deus e O abandonam, só restando uma execrável idolatria. Temos que concluir, pois, com Lactâncio, que não existe religião legítima, se não estiver unida à verdade.

O segundo erro cometido pelos homens é que se deixam levar à força e contra a sua vontade a terem consideração por Deus, e não movidos por um temor decorrente da reverência à majestade divina. O que os move é somente o pavor causado pelo juízo de Deus, do qual têm grande horror, sabendo que dele não podem escapar^a. Contudo, de tal forma O temem que O detestam.

Por isso, o que a respeito disse o poeta pagão Estácio^b aplica-se bem à impiedade, e unicamente a esta. Disse ele: “O medo foi o primeiro produtor de deuses no mundo”.¹⁴² Certo é que todos os que têm seu coração afastado da justiça de Deus gostariam imensamente que fosse destruído o Seu tribunal, porque sabem que as transgressões que eles cometem são por ele punidas. Movidos por esse desejo, eles guerreiam contra Deus, que não pode deixar de lado a aplicação da justiça. Reconhecendo, porém, que pende sobre eles o inevitável poder de Deus, do qual não podem esconder-se nem fugir, temem. E assim, para não parecer que eles desprezam totalmente a majestade divina, procuram cumprir esta ou aquela forma aparente de religião. Todavia, enquanto isso, não param de contaminar-se com toda espécie de vícios e de empilhar pecado e mais pecado, até violarem inteiramente a santa Lei do Senhor e dissiparem toda a Sua justiça. Nem ao me-

¹⁴⁰ *Gálatas* 4.8.

¹⁴¹ *Efésios* 2.12.

^a Catecismo, Art. II.

^b Statii: Timorem primum fecisse in orbe deos.

¹⁴² Literalmente do francês: “Primeiramente o medo introduziu a reverência a Deus no mundo”. NT.

nos se deixam conter por esse falso temor, permanecendo em seus pecados e em sua vanglória; e dão rédeas soltas à sua intemperança carnal, em vez de se restringirem sob o governo do Espírito Santo. Mas, como tudo isso não passa de uma sombra vã de religião (que mal merece o nome de sombra), precisamos esclarecer, ainda que resumidamente, qual é o verdadeiro conhecimento de Deus, que somente ao coração dos fiéis Ele instila, como também o amor pela piedade que acompanha esse conhecimento.

8. Bênçãos da Fidelidade

Primeiramente,^a o coração fiel não inventa um deus a seu gosto, mas põe a sua atenção no único Deus verdadeiro, e não Lhe atribui o que lhe parece bom, mas se alegra com o que de Deus lhe é revelado. Além disso, sempre se vigia diligentemente para não sair da Sua vontade por atrevida presunção. Tendo esse conhecimento, pelo qual entende que por Sua providência Deus modera todas as coisas, o fiel se confia a Ele, tendo-o como seu tutor e protetor, e, portanto, coloca-se sob a Sua guarda, sabendo que Ele é o autor de todo bem. Se o aflige alguma necessidade, corre logo em busca do Seu socorro e, tendo invocado o Seu nome, espera a ajuda que dele vem. Visto que está persuadido da bondade e da benignidade de Deus, ele se sente seguro e descansa em Sua clemência. Não tem a menor dúvida de que terá sempre remédio pronto para todas as suas misérias, graças à Sua misericórdia. Reconhecendo-o como Senhor e Pai, o fiel considera digno Aquele a cujos mandamentos se entrega, cuja majestade reverencia, cuja glória ele se empenha em buscar e cuja vontade procura seguir.

Compreendendo que Deus é justo Juiz, que se vingará de todos os transgressores, o fiel sempre tem os seus olhos postos no tribunal^b divino, para manter-se longe de tudo quanto provoque a Sua ira. Todavia, não fica demasiadamente assustado ao pensar no juízo, ao ponto de querer subtrair-se a ele, mesmo quando tivesse meios de evadir-se. Mas, ao contrário, sabe que Ele não se mostra menos desejoso de corrigir os maus do que de recompensar os bons, visto que não pertence menos à Sua glória punir os malvados e iníquos que recompensar os fiéis com a preciosidade da vida eterna. Não há vantagem em reprimir-se o pecador por puro medo de vingança. Mas, visto que o fiel ama a Deus como seu Pai e o teme como seu Senhor, mesmo que não existisse inferno, ofender a Deus lhe causaria horror.

9. A Religião Pura e Verdadeira

Eis aqui a religião pura e verdadeira – a fé unida ao temor de Deus, desde que sob o nome de temor estejam compreendidas tanto a estima por Sua justiça, que Ele ordenou mediante Sua Lei, como a reverência, voluntária e de todo o coração, votada à Sua divina majestade.

^a Catecismo, Art. II.

^b tribunal (No original: Throsne.)

Ora, se todos nós nascemos com este propósito de conhecer a Deus (e o conhecimento de Deus será vão e infrutífero se não chegar a esse ponto), ficará manifesto que os que não dirigem a essa meta todas as cogitações e ações de sua vida, declinarão e serão abatidos da ordem da sua criação.

Isso não foi ignorado nem pelos filósofos, pois outra coisa não entendeu Platão,¹⁴³ tendo ele ensinado muitas vezes que o supremo bem da alma é a semelhança com Deus, quando, estando em feliz e verdadeira contemplação do Ser divino, transforma-se nele.

Igualmente Grilo argumenta com grande sabedoria em Plutarco, afirmando que se a religião fosse eliminada da vida dos homens, eles não somente deixariam de ter qualquer excelência acima dos animais irracionais, mas também de muitas maneiras viriam a ser muito mais miseráveis. Assim seria, visto que estamos sujeitos a tantas espécies de males, levando uma vida laboriosa^a e sem repouso. Porquanto, não há negar que tão-somente o conhecimento de Deus os torna superiores, conhecimento pelo qual eles podem aspirar à imortalidade.

10. A Finalidade da Vida Feliz

Visto que Deus quis que o fim principal da vida realmente feliz estivesse situado no conhecimento do Seu nome^b, para que não pareça que é seu desejo vedar a alguns o ingresso na felicidade, Ele se manifesta claramente a todos.

11. Revelação de Deus no Universo

Como a Sua natureza essencial é incompreensível e está oculta à inteligência humana, Ele gravou em cada uma de Suas obras certos sinais da Sua gloriosa majestade, pelos quais Ele se dá a conhecer segundo a nossa diminuta capacidade. Digo que são sinais tão notórios e evidentes que nem mesmo os mais cegos e os mais rudes^c do mundo podem alegar ignorância. Porque, embora a Sua essência nos esteja oculta, não é assim com as Suas virtudes, as quais se mostram constantemente aos nossos olhos e de tal modo O revelam que nos servem de meios para conhecê-lo para a nossa salvação.

Em primeiro lugar, para onde quer que voltemos os olhos, não há o mais diminuto rincão do mundo em que não refulja ao menos alguma centelha da glória de Deus. Realmente, ninguém pode de um relance contemplar a belíssima obra de arte universal em sua vasta amplitude e extensão, sem ficar, por assim dizer, estupefato ante a incomensurável riqueza do seu esplendor. Por isso o apóstolo-

¹⁴³ Em *Phaedone et Theæteto*.

^a tumultuariam.

^b Catecismo, Art. III: "O que nos falta conhecer de Deus".

^c rudissime.

lo que escreveu Hebreus¹⁴⁴ com muita propriedade chamou aos séculos espelhos das realidades invisíveis, pois o mundo foi composto para servir-nos de espelho para podermos contemplar a deus, que, de outro modo, nos seria invisível.

Pela mesma razão o profeta atribui às criaturas chamadas corpos celestes uma linguagem que se faz conhecida a todas as nações,¹⁴⁵ porquanto há nelas um testemunho tão evidente da divindade que não pode ser ignorado, nem mesmo pelos mais rudes e mais atrasados. Sobre isso Paulo, expondo o assunto com maior franqueza, diz^a: “... o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou. Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder, como também a sua própria divindade claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas”.¹⁴⁶

No céu e na terra há incontáveis demonstrações da maravilhosa sabedoria^b de Deus. Não me refiro apenas às que são difíceis de compreender, cujo entendimento só se pode obter por meio do conhecimento de astronomia, medicina e física, mas principalmente as que são fáceis de ver até para os mais simples e ignorantes^c, a tal ponto que basta que abram os olhos para se verem forçados a dar testemunho delas. É bem verdade que os que receberam instrução sobre as artes liberais, ou que provaram algo delas, têm nesse conhecimento uma ajuda especial para aprofundar-se nos segredos da sabedoria divina. Contudo, mesmo aquele que desconhece essas artes não é impedido de ver grande parte das obras de Deus, sendo levado a admirar o Artífice que as criou.

A modo de exemplo, é necessário ter arte e habilidade especiais para estudar os movimentos dos astros, para distribuí-los em suas respectivas posições^d, para calcular as distâncias e observar as propriedades de cada um deles. (Por essa consideração, tendo-se em conta que por essas coisas a providência de Deus se mostra com mais clareza, ainda mais alto deve elevar-se a nossa alma na contemplação da glória divina.) Entretanto, como nem as pessoas que só têm como recurso os seus olhos podem ignorar a excelência da sabedoria divina, que se revela na variedade de corpos celestes^e, incontáveis e harmoniosamente ordenados, certo é que não existe ninguém a quem Deus não manifeste suficientemente a Sua sabedoria.

Paralelamente, estudar, com a aplicação que nesse empenho Galeno¹⁴⁷ demonstra, a constituição do corpo humano, em que se notam inter-relação, proporção, beleza e funções, leva à conclusão de que essa obra só pode ter sido realizada

¹⁴⁴ *Hebreus 8.5 e 11.3.*

¹⁴⁵ *Salmo 19.1-4.*

^a O Catecismo cita essa passagem.

¹⁴⁶ *Romanos 1.19,20.*

^b Poder, sabedoria, bondade, justiça e misericórdia são enumerados nessa ordem no Catecismo, como atributos de Deus.

^c *stupidis.*

^d *distribuendas sedes.*

^e *cœlestis militiæ.*

¹⁴⁷ *Libris de usu partium.*

com grande habilidade e sabedoria. E, como todos em geral reconhecem, o corpo humano tem uma constituição tão engenhosa que dá ao seu Artífice o merecimento da nossa maior admiração.

Quantos exemplos mais serão necessários para levar os homens à consideração do poder de Deus? Pois de outro modo não se pode agir, se não é que ignoramos o grande poder de Deus, que sustenta a imensa grandeza do céu e da terra unicamente por Sua palavra, capaz de, a Seu comando, fazer tremer o céu com os Seus trovões, acender a seu bel-prazer os raios, inflamar os ares com os Seus relâmpagos, inundar o mundo com diferentes tipos de tempestades; e, subitamente, quando Lhe parece bem, restabelecer a bonança e a tranquilidade; igualmente pode manter o mar de tal modo suspenso que não possa causar dano à terra, como também, pela altura de suas ondas, ameaça destruí-la, mantendo-se numa terrível agitação pela grande impetuosidade dos ventos; e, de repente, pode apaziguar as suas vagas e serená-lo. Este Seu poder deve levar-nos a considerá-lo necessariamente eterno, tendo Seu princípio em Si mesmo, e de Quem todas as coisas têm a sua origem.

Além disso, se for procurada a causa que O induziu a criar no princípio todas as coisas e agora O movem a conservá-las, não a encontrará senão em Sua bondade, a qual, mesmo não havendo outro motivo, deverá ser mais que suficiente para atrair o nosso amor. Sim, pois, como nos ensina o profeta, não há nenhuma criatura sobre a qual Deus não tenha derramado a Sua misericórdia.¹⁴⁸

12. O Poder de Deus Manifesto em Sua Justiça

Semelhantemente, na segunda classe das obras de Deus, a saber, as que são realizadas fora do curso comum da natureza, elas mostram sinais manifestos do Seu poder. Quanto ao governo exercido sobre o gênero humano, Ele administra de tal maneira a Sua providência que, embora para com todos se mostre geralmente benigno e generoso de mil maneiras, todavia, em Seu governo demonstra diariamente a Sua justiça para com os bons, e para com os maus o Seu severo juízo. Os castigos por Ele impostos aos maus, na vindicação da Sua justiça, não ficam escondidos nem são desconhecidos. Mas também, sem nenhuma dúvida, Ele age como protetor e defensor da inocência, dando prosperidade à vida dos bons por Sua bênção, socorrendo-os em suas necessidades, suavizando as suas dores e em tudo e por tudo cuidando do seu bem-estar.

O fato de permitir Deus que os ímpios e os malfeitores vivam por algum tempo na impunidade, e que os bons e os inocentes sofram muita adversidade e até sejam oprimidos pela iniquidade dos maus, não deve obscurecer o caráter perpétuo das normas da Sua justiça. Ao contrário, outra deve ser a nossa maneira de pensar. É que quando Ele manifesta claramente a Sua ira contra algum peca-

¹⁴⁸ Salmo 19.1,7 e 145.9.

do, é necessário reconhecer que todos os pecados Lhe são detestáveis. E quando Ele deixa sem castigo muitos pecados, é preciso entender que outro juízo haverá, para cuja sentença eles estão reservados. Igualmente, quantos motivos Ele nos dá para considerarmos a Sua misericórdia quando não deixa de tratar miseráveis pecadores com clemência? E por quê? Para vencer a obstinação deles com Sua clemência mais que paternal e com Suas bênçãos!

13. Manifestações do Poder e da Sabedoria de Deus

O poder e a sabedoria de Deus também não estão ocultos.

O poder se revela claramente quando, tantas vezes, a crueldade dos ímpios, considerada fortaleza inexpugnável pelo critério humano, num momento é arrasada e reduzida a pó, sua arrogância é subjugada, todas as suas munições são destruídas, suas armas feitas em pedaços, suas forças dissipadas e seus empreendimentos postos abaixo. Caindo em confusão por sua própria impetuosidade maligna, sua audácia, que os elevava até os céus, é abatida até às profundezas da terra. Já, por outro lado, os desprezados são elevados do pó, os pobres são retirados do lixo,¹⁴⁹ os oprimidos e os aflitos sofrendores são libertados da sua extrema angústia, aos desesperados é devolvida a esperança, os que são poucos e não dispõem de armas enfrentam vitoriosos os inimigos numerosos e bem armados, os fracos vencem os fortes^a.

A sabedoria de Deus se manifesta na administração oportuna e adequada de cada coisa, na confusão em que põe toda a sabedoria terrena, surpreendendo os astutos em suas artimanhas, e no governo do mundo, dispondo na melhor ordem todas as coisas. Vemos, pois, que não há necessidade de recorrer a longas e curiosas demonstrações, nem de juntar testemunhos numerosos para mostrar e comprovar a majestade de Deus. Porque, embora sejam poucas as provas que mencionamos, são tão notórias as evidências que, para onde quer que nos voltemos, elas podem ser observadas com os olhos e indicadas com os dedos.

14. O Coração Acima da Razão

É preciso observar, nesta altura, que somos convidados a buscar um conhecimento de Deus que não se confunde com o conhecimento que gira em torno de vãs especulações, mas sim o conhecimento que é proveitoso e frutífero, desde que bem apreendido. Porque Deus se manifesta por Suas obras poderosas. Quando sentimos a sua força em nós e recebemos os seus benefícios, devemos impressionar-nos mais com esse conhecimento do que com o que resulta de castelos no ar, de um deus imaginário, sem nada de Deus em nosso coração e em nossa experiência.

¹⁴⁹ *Salmo 113.7.*

^a 1539 acrescenta: *victoriam referunt.*

Daí deduzimos que não há melhor meio de buscar a Deus, que não há processo mais eficaz para isso do que contemplá-lo em Sua obras. Por Suas obras Ele se aproxima de nós, torna-se mais familiar a nós e até se comunica conosco. Não que devamos ser movidos por audaciosa curiosidade e queiramos especular sobre a grandiosidade da essência do Seu Ser. O Ser essencial de Deus devemos adorar, não pesquisar com curiosidade^a. A esse ponto refere-se o apóstolo Paulo,¹⁵⁰ dizendo que não precisamos buscar a Deus longe de nós, visto que Ele habita em cada um de nós por Seu poder. Por essa razão Davi, tendo confessado que a grandeza de Deus é indescritível, declara que não deixará de proclamá-la.¹⁵¹ Portanto, não nos cansemos de buscar conhecer a Deus, pois esta investigação de tal modo mantém a admiração do nosso espírito que o comove e lhe inspira genuíno sentimento.

15. A Glória de Deus e a Esperança da Glória

Ora, este conhecimento não somente deve levar-nos a glorificar a Deus e a servi-lo,^b mas também deve despertar e fomentar em nós a esperança da vida futura. Quando nos apercebemos de que os ensinamentos do nosso Senhor, tanto sobre a Sua clemência como sobre a Sua verdade, não são exaustivos, devemos reconhecer que são apenas figuras ou amostras da realidade que ainda será plenamente revelada, no dia estabelecido por Deus para esse glorioso fato.

Por outro lado, quando vemos os bons e os inocentes carregados de aflições, atormentados por injúrias, oprimidos por calúnias, maltratados por ultrajes e humilhações, e, ao contrário, vemos os maus florescerem e prosperarem, gozando tranqüilidade e honras humanas, sem nenhum pesar, só podemos pensar na existência de uma outra vida, na qual a iniquidade tenha seu justo castigo e o explorador seja entregue à justiça. Além disso, quando vemos como tantas vezes os fiéis são castigados pela vara do Senhor, devemos ter toda a certeza de que muito menos os ímpios escaparão do castigo divino.

Cabe-nos confessar, pois, que em cada obra de Deus em particular, e principalmente no conjunto de todas elas, as operações do Seu poder estão representados como que em telas de pintor, pelas quais toda a humanidade é convidada a tomar posse deste conhecimento e, por ele, para o gozo da suprema felicidade. E por mais claramente se manifestem as operações do poder de Deus, muitas vezes só chegamos a entender para onde elas tendem, qual a sua importância e a que fim se destinam; até que, descendo para dentro de nós mesmos, consideramos as maneiras pelas quais Deus manifesta em nós a Sua vida, a Sua sabedoria e o Seu poder, e exerce em nosso favor a Sua justiça, a Sua bondade e a Sua clemência.

^a Catecismo, Art. III.

¹⁵⁰ Atos 17.27,28.

¹⁵¹ Salmo 145.1-3.

^b cultum.

16. A Luz de Deus e a Cegueira dos Homens

Todavia, apesar da claríssima luz sob a qual as obras de Deus são expostas à contemplação, representando o Seu Ser e a Sua realeza imperecível, tão preso à carne está o nosso espírito que não conseguimos ver esses testemunhos tão nitidamente manifestos^a. Sim, pois, quanto à composição do universo, quantos elevam os olhos aos céus? E dos que percorrem muitas regiões da terra, quantos se lembram do Criador? Não se põem, antes, a contemplar as criaturas, esquecidos do Criador?

Quanto às coisas que sucedem no curso comum da vida diária, não são muitos os que imaginam que são guiados pela roda do destino cego, que os faz girar e agitar-se para cá e para lá, em vez de atribuírem à providência de Deus o bom governo do mundo? E se alguma vez somos constrangidos por estas coisas a pensar em Deus (o que acontece necessariamente com todos os seres humanos), logo depois de conceber uma débil noção de uma divindade duvidosa, recaímos na loucura da nossa carne e, com nossa vaidade, corrompemos a pura verdade de Deus. É bem verdade que nisso nós somos diferentes uns dos outros. Cada um inventa seus erros particulares. Nisto, porém, somos parecidos: Todos nós nos desviamos do único Deus verdadeiro e nos deixamos dominar por nossas enganosas imaginações. Este mal não afeta somente os elementos do povo simples e inculto, mas atinge também os que noutras áreas se mostram excelentes e instruídos. Quanta insensatez, quanta tolice, tem mostrado a imensa linhagem dos filósofos! Porquanto, ainda que poupemos os outros filósofos que abusivamente erraram, que dizer de Platão,¹⁵² que, sendo o mais sóbrio e o mais razoável^b deles todos, e não estando distante da religião, perdeu-se em sua busca de um deus corpóreo – o que é impróprio e totalmente indigno da majestade divina. E que dizer dos outros, se os principais, que deveriam esclarecer o restante do povo, erram tão grosseiramente?

De igual modo, quanto ao governo das coisas humanas, é tão patente a ação da providência divina que é impossível negá-la. Mas isso não dá proveito maior do que acreditar que todas as coisas são deixadas em desordem^c e temerariamente dirigidas pelo destino cego. A tal ponto chega a nossa propensão para a vaidade e para o erro! Como sempre, estou falando dos que atingiram alto grau de excelência, não dos tipos vulgares, cuja loucura em contaminar e corromper a verdade ultrapassa todas as medidas.

^a Catecismo, Art. III (*Opera selecta*, I, 380).

¹⁵² Em *Timão* (nota de rodapé da edição de 1539).

^b Estas palavras (três no original francês) estão sem as suas equivalentes latinas em 1539.

^c Sursum deorsum versari.

17. Revelação que nos Deixa sem Defesa

Eis porque em vão resplendem tantas luzes no edifício do universo para manifestação da glória do Criador. Tal é o brilho que sobre nós seus raios lançam! E, apesar disso, essas luzes não nos podem conduzir pelo reto caminho. É bem verdade que nos enviam certas centelhas, mas estas se apagam antes de tornar-se plena luz. Por isso o apóstolo, na mesma passagem na qual afirma que os mundos são figuras das coisas invisíveis,¹⁵³ logo a seguir declara que é pela fé que o mundo foi construído pela Palavra de Deus. Com isso ele quer dizer que a Divindade invisível é representada pela figura do mundo, mas que os nossos olhos são incapazes de observá-la, a não ser que sejam iluminados interiormente pela revelação de Deus.

Mesmo onde o apóstolo Paulo ensina que o que se deve conhecer de Deus é revelado na criação do mundo, ele não se refere a uma revelação que o entendimento humano possa compreender; antes, ele dá a entender que essa revelação não faz mais que nos tornar inescusáveis.¹⁵⁴ Embora em certa passagem o mesmo apóstolo ensine que não é preciso distanciar-nos para buscar a Deus, porque Ele “não está longe de cada um de nós,”¹⁵⁵ noutra passagem nos ensina a importância desta proximidade, dizendo que Deus, “nas gerações passadas, permitiu que todos os povos andassem nos seus próprios caminhos; contudo, não se deixou ficar sem testemunho de si mesmo, fazendo o bem, dando-vos do céu chuvas e estações frutíferas, enchendo o vosso coração de fartura e de alegria”.¹⁵⁶ Vê-se, pois, que, embora não sendo desprovido de testemunhos pelos quais generosa e brandamente Deus convida os homens a que O conheçam, eles, entretanto, não deixam de seguir os seus próprios caminhos – isto é, seus erros, que só merecem condenação.

Sendo, porém, que nos falta a capacidade natural para obtermos o puro e claro conhecimento de Deus, todavia, visto que a causa dessa ignorância está em nós, não temos desculpa. A verdade é que não nos adianta alegar ignorância, porque nós mesmos sempre nos persuadimos da nossa negligência e da nossa ingratidão. E certamente será uma pobre e indigna^a defesa o homem dizer que não tem ouvidos para ouvir a verdade, quando as próprias criaturas destituídas de voz a proclamam alto e bom som! Também não pode alegar que não tem olhos para ver o que muitas criaturas sem olhos mostram! Inútil será ainda defender-se dizendo que a sua mente é incapaz de entender a verdade, quando todas as criaturas irracionais a ensinam!

Portanto, não temos desculpa^b por andarmos extraviados e perdidos, pois todas as coisas nos mostram o caminho certo. Contudo, ainda que essa ignorân-

¹⁵³ *Hebreus* 9.23; 11.3.

¹⁵⁴ *Romanos* 1.18-20.

¹⁵⁵ *Atos* 17.27 (nota da ed. de 1539).

¹⁵⁶ *Atos* 14.16,17.

^a Feliz correção de *digna*, impressa em 1539.

^b Expressão jurídica.

cia deva ser atribuída aos homens que, em sua maldade, corrompem logo a semente do conhecimento de Deus semeada em seu entendimento pelas admiráveis obras de Deus na natureza, impedindo-a de dar bom fruto, a verdade é que não somos suficientemente habilitados pelo simples e nu testemunho que as criaturas dão da grandeza de Deus. Sim, porque, tão logo experimentamos um pouco da Divindade pela contemplação do universo, em seguida abandonamos o Deus verdadeiro e em Seu lugar erigimos os sonhos e as imaginações do nosso cérebro, como também usurpamos o louvor da justiça, da sabedoria e do poder de Deus. Acresce que, de tal maneira obscurecemos as Suas realizações diárias e as invertemos com o nosso mau julgamento, que até tomamos para nós o louvor devido ao seu Autor.

18. Dádiva de um Recurso Melhor

Portanto, como o Senhor expõe a todos, sem exceção, a clara percepção da Sua majestade, figurada em Suas criaturas, para despojar a impiedade dos homens de toda defesa^a, assim também, por outro lado, ele socorre com um remédio mais eficaz a ignorância daqueles aos quais Ele tem prazer em dar-se a conhecer para salvação. Porque, para instruí-los, Ele não se restringe ao uso de criaturas mudas, mas abre os Seus lábios sagrados e, não somente lhes declara que é necessário adorar algum deus, mas também mostra que Ele é o Deus que é necessário adorar; e não se limita a lhes ensinar que é preciso reconhecer um só Deus, mas, além disso, apresenta-se como Aquele a quem unicamente devem apegar-se. E de fato o Senhor, desde o princípio, tem observado esta ordem na vocação dos Seus servos: Além dos ensinamentos dados pelos meios já mencionados, Ele faz uso da Sua Palavra,^b que é um meio de indicação mais seguro e mais acessível para conhecê-lo. Desta maneira, Adão, Noé, Abraão e os outros patriarcas puderam conhecê-lo, iluminados que foram por Sua Palavra. Seja que esta lhes tenha sido comunicada por comunicações diretas e visões, seja que tenha sido revelada primeiramente a seus antecessores e deles recebida, a Palavra lhes foi dada pela sua pregação, como que passando de mão em mão. E foi assim que eles foram participantes da Palavra divina e tiveram o firme entendimento de que ela procedia de Deus. Disso o Senhor deu certeza quando Lhe aprouve revelar-se por meio dela. Ele se manifestou, então, a poucos, dando-lhes sinal manifesto da Sua presença, e lhes confiou o tesouro da Sua sã doutrina, para que fossem os Seus despenseiros e ministradores com vistas à posteridade.

Vemos assim que Abraão comunicou à sua família a aliança da vida eterna que lhe fora dada^c, e com sofrimento e dor ela foi conservada até às gerações futuras. Por isso, desde aquele tempo, a linhagem de Abraão se mantém separada

^a Expressão jurídica.

^b “É necessário vir à Palavra de Deus onde Deus é muito bem descrito”(Catecismo, Art. III).

^c 1539 acrescenta: *coelesti oraculo*.

das outras nações por esta diferença: Por uma singular graça de Deus, foi-lhe dada esta comunhão na Palavra.

Pois bem, quando pareceu bem ao Senhor edificar uma igreja mais segregada ainda, Ele publicou mais solenemente aquela mesma Palavra, e foi da Sua vontade que ela fosse redigida como documento^a escrito. Por isso, desde quando os oráculos ou as revelações da Palavra de Deus começaram a ser reduzidas à escrita, ela tem sido mantida entre os fiéis e tem sido transmitida entre eles, uns aos outros. E, com vistas aos seus sucessores, Deus supriu Seu povo de uma providência muito especial. Porque, se considerarmos como o entendimento humano tende a esquecer-se de Deus, com que facilidade se deixa arrastar pelo erro, como se dispõe com levandade a sonhar o tempo todo com novas religiões e imitações, poderemos reconhecer facilmente quão necessário foi que a doutrina celestial fosse fixada por escrito. Sim, porque, com esse recurso, não há perigo de esquecimento ou de desaparecimento, destruída pelo erro, ou de ser corrompida pela audácia dos homens. Fica, pois, manifesto que Deus se serve da Sua Palavra em benefício daqueles que Ele deseja instruir para frutificação, estando claro que a Sua imagem e semelhança impressa no edifício do universo não é suficiente. Portanto, é necessário que sigamos este caminho, se de coração aspiramos à genuína contemplação da Sua verdade.

É necessário, repito, retornar sempre à Palavra, na qual Deus nos é revelado e retratado ao vivo por Sua obras, sendo elas, porém, avaliadas, não segundo a perversidade do nosso julgamento, mas segundo a regra da verdade eterna. Se nos desviarmos dessa Palavra, seja qual for o rumo que tomemos, jamais chegaremos ao nosso alvo, pois estaremos correndo fora do caminho. Devemos considerar a luz de Deus, à qual o apóstolo Paulo se refere como “inacessível”,¹⁵⁷ como um labirinto onde nos perderemos, a não ser que sejamos conduzidos pelo fio^b da Palavra.¹⁵⁸ Tal é a situação, que é muito melhor ir mancando por este caminho do que correr bem por fora dele.

19. O Ensino da Palavra

Por algo é que Davi, depois de declamar descrevendo como a glória de Deus é proclamada pelos céus, como as obras de Suas mãos são anunciadas pelo firmamento, e como pela sucessão bem ordenada do dia e da noite a Sua majestade é manifestada, passa ele à celebração da Palavra de Deus. “A lei do Senhor é perfeita”, diz ele, “e restaura a alma; o testemunho do Senhor é fiel e dá sabedoria aos símplices. Os preceitos do Senhor são retos e alegram o coração; o manda-

^a Expressão jurídica.

¹⁵⁷ 1 Timóteo 6.16.

^b lineia.

¹⁵⁸ Certamente uma referência ao labirinto do minotauro da mitologia, onde a segurança do herói Teseu foi dada pelo fio que Ariadne providenciou. NT.

mento do Senhor é puro e ilumina os olhos”.¹⁵⁹ O que significa o seguinte: A doutrina^a ministrada pelas obras criadas por Deus é universal, dirige-se a todos, ao passo que a instrução dada pela Palavra é a escola particular dos filhos de Deus.

Ora, quando está claro que a palavra que se propõe é de Deus, ninguém será tão atrevido (a não ser que seja totalmente desprovido de bom senso e de sentimento de humanidade) que ouse descrer dela e rejeitá-la. Mas, como não é todo dia que vêm novas comunicações do céu, e só temos a Escritura, na qual Deus quis gravar a Sua verdade para ser perpetuamente lembrada, é preciso verificar, ainda que resumidamente, a razão pela qual ela tem autoridade para os fiéis, que a recebem como se estivessem ouvindo a voz do próprio Deus. Este assunto deve ser tratado mais amplamente e estudado com esmerado empenho. Contudo, os leitores me perdoarão se, para não prejudicar o objetivo^b deste livro, eu lhe dedicar menor extensão do que a requerida pela grandeza deste tema.

20. A Autoridade da Escritura não se Subordina ao Interesse da Igreja

Muitos são os que se deixaram levar pelo erro por demais pernicioso de afirmar que a importância da Escritura só é real na medida e na proporção a ela atribuídas pela igreja, como se a verdade eterna e inviolável de Deus estivesse estribada no bel-prazer dos homens! Pois, numa afronta vergonhosa ao Espírito Santo, eles levantam esta questão: “Quem poderá dar-nos a certeza de que a Escritura procede de Deus? Quem nos poderá garantir que ela foi preservada em sua inteireza até o nosso tempo? Quem nos vai persuadir de que um livro deve ser aceito e obedecido, enquanto outro deve ser rejeitado? Não é à igreja que cabe impor regras a todas estas coisas?” Daí concluem eles que é a igreja que determina o grau de reverência que se deve ter pela Escritura e quais são os livros que devem ser considerados canônicos.

Desta maneira, estes homens blasfemos, pretendendo estabelecer uma tirania sem freios e sem limites com aparência de igreja, não se importam com os absurdos em que eles e os outros se envolvem, desde que consigam que as pessoas simples reconheçam que a igreja pode fazer tudo o que quiser.

Mas, nesse caso, que seria das pobres consciências que procuram ter firme^c segurança da vida eterna, se todas as promessas acerca da vida eterna estivessem apoiadas somente no julgamento dos homens? Recebendo essa informação, como poderiam tranquilizar-se? Por outro lado, como isso provocaria a zombaria dos ímpios e o descrédito geral da fé cristã – a opinião de que a sua autoridade tem por fundamento a bondade e a boa vontade dos homens!

¹⁵⁹ *Salmo 19.1,2,7,8.*

^a institutio.

^b ratio.

^c solidam.

21. A Escritura Constitui o Fundamento da Igreja

Basta, porém, uma só palavra do apóstolo Paulo para fazer calar esses falsos mestres. Sim, porquanto ele declara que a igreja está baseada no “fundamento dos apóstolos e profetas”.¹⁶⁰ Se a doutrina dos profetas e dos apóstolos é o fundamento da igreja, primeiro importa que haja firme certeza dessa doutrina para que, somente então, a igreja comece a existir. Tampouco é válido que se ponham a ironizar alegando que, ainda que a igreja tenha a sua origem nos escritos proféticos e apostólicos, não se sabe que livros podem ser atribuídos aos profetas e aos apóstolos, a não ser que a igreja intervenha e determine quais são.

Pois bem, se a igreja cristã, desde o princípio, esteve fundada nos escritos dos profetas e na pregação dos apóstolos, a aceitação dessa doutrina, onde quer que se encontre, é anterior à igreja, mesmo porque, sem ela, a igreja nunca existiria. Portanto, é pura fantasia e mentira dizer que a igreja tem autoridade para julgar a Escritura e que é ela que, a seu bel-prazer, determina a certeza que se pode ter ou não ter quanto à Palavra de Deus! A verdade é que, quando a igreja recebe e aprova a Escritura, não é a igreja que a torna autêntica, como se antes disso ela fosse duvidosa e incerta. Muito ao contrário, porque é a igreja que reconhece que a Escritura é a verdade de Deus, e, conforme o seu dever, a respeita sem restrições.

22. A Autoridade da Escritura Atestada pelo Testemunho Interno do Espírito

Com relação ao que eles nos perguntam: Como nos convenceremos de que a Escritura provém de Deus, se não recorrermos ao decreto da igreja? Fazer essa pergunta é como se alguém nos perguntasse como aprendemos a distinguir entre a luz e as trevas, entre o preto e o branco, entre o amargo e o doce. Porque a Escritura não nos mostra menos evidência da sua verdade do que os objetos pretos ou brancos nos mostram de suas cores, e as coisas doces ou amargas nos mostram do seu sabor.^a

Se, pois, quisermos firmar a nossa consciência de modo que não permaneça agitada e em perpétua dúvida, é preciso que coloquemos a autoridade da Escritura muito acima das razões ou das circunstâncias ou das conjeturas humanas; quer dizer, é preciso que a estabeleçamos com base no testemunho do Espírito Santo. Porque, ainda que, por sua própria majestade, a Escritura nos leve a respeitá-la, não obstante, verdadeiramente só começa a tocar-nos quando é selada em nosso coração pelo Espírito Santo. Iluminados, pois, pelo poder do Espírito Santo, não é mais baseados em nossa avaliação e na de outros que nós cremos que a Escritura é a Palavra de Deus. É graças à certeza dada por uma autoridade superior que concluímos que, sem dúvida nenhuma, a Escritura nos foi outorgada diretamente

¹⁶⁰ *Efésios* 2.20.

^a Doutrina do testemunho interno do Espírito Santo.

por Deus – a tal ponto, que é como se nela contemplássemos a sublimidade de Deus em Seu Ser essencial.^a

Não andamos em busca de argumentos ou de elementos que apontem para probabilidades, para nessas coisas basearmos a nossa decisão, mas, sim, submetemos o nosso juízo e o nosso entendimento a Ele, e o fazemos com a convicção de quem não precisa sujeitar-se a nenhum outro julgamento. E chegamos a esta certeza, não como alguns que costumam acatar precipitadamente uma coisa desconhecida para sua posterior decepção, mas porque estamos muitíssimo seguros de que na Escritura temos a verdade imbatível. Tampouco o fazemos como fazem alguns ignorantes, habituados a sujeitar sua mente à escravidão das superstições. Agimos como agimos porque sentimos que na Escritura reside e se manifesta o poder de Deus, que nos atrai e nos impulsiona à obediência ardorosa, consciente e voluntária, e, ainda mais, com eficácia maior que a acaso produzida pela humana vontade ou pelo saber humano. Vê-se, pois, que a nossa convicção não requer razões, uma vez que se apóia numa excelente razão. Isto é, a nossa mente está mais firme e mais segura do que se estivesse baseada^b em razões, fossem quais fossem.

Finalmente, o que sentimos é de tal natureza que só pode ter sido gerado por revelação celestial. O que estou dizendo não é outra coisa senão o que cada cristão fiel experimenta pessoalmente (reconhecendo, porém, que as palavras são muito inferiores à dignidade do argumento e não são suficientes para explicar bem o tema).

23. A Primazia da Fé

Se não tivermos esta certeza mais alta e mais firme que todo e qualquer juízo humano, inútil será tentar provar a autoridade da Escritura com argumentos da razão, inútil será tentar estabelecê-la por decisão da igreja ou confirmá-la por outros meios. A razão disto é que, se primeiro não for posto este fundamento, permanecerá a dúvida. Como, ao contrário, depois de recebida com disposição para obedecê-la, tendo sido eliminada toda dúvida, os argumentos da razão, que antes não tinham grande força para plantar e fixar a certeza em nosso coração, agora poderão prestar boa ajuda. Nem se pode descrever a grandeza da confirmação dada por esta consideração, quando avaliamos diligentemente como Deus dispôs e ordenou tão bem a dispensação da Sua sabedoria; quando reconhecemos quanto a doutrina se nos revela celestial, nada tendo de terreno; e quando vemos a extraordinária harmonia existente entre todas as suas partes; e ainda, quando se vêem nela outras coisas reconhecidas como capazes de dar autoridade a qualquer escrito. Sentimos ainda mais fortalecido o nosso coração quando consideramos que, mais que a elegância das palavras, é a sublimidade do conteúdo^c que arreba-

^a numen.

^b mens quiescit. (Cf. Agostinho: “Mens humana natura inquieta quiescit in Deo”.)

^c rerum.

ta a nossa extasiada admiração pela Escritura. E a verdade é que isso não aconteceria, se não houvesse a intervenção da providência divina, agindo no sentido de nos transmitir os altos mistérios do reino dos céus por meio de palavras em geral simples e pouco eloqüentes. É muito bom que seja assim, para evitar que, se fossem empregadas palavras grandiloqüentes, os ímpios a caluniassem, dizendo que todo o seu poder está na sua forma de expressão.

24. A Força da Simplicidade da Escritura

Pois bem, visto que a sua simplicidade rústica, pouco menos que agreste^a, nos inspira muito maior reverência que toda a eloqüência retórica dos oradores do mundo, qual deve ser o nosso pensamento, senão que o poder da verdade caracteriza de tal modo o conteúdo da Escritura que ela não precisa de nenhum artifício de palavras?

Logo, não é sem motivo que o apóstolo declara que a fé cristã dos coríntios não se apoiava “em sabedoria humana e sim no poder de Deus”. Por isso a sua pregação entre eles não consistia “em linguagem persuasiva de sabedoria, mas em demonstração do Espírito e de poder.”¹⁶¹ Porque a verdade está livre de toda dúvida, visto que, sem nenhuma ajuda, ela é suficiente para manter-se.

Pois bem, quanto essa virtude é própria da Escritura transparece do fato de que, de todos os escritos humanos, não há nenhum que, por mais que esteja ornado de requintes de engenho e arte, tenha o poder que a Escritura tem de comover-nos. Admito que a leitura de Demóstenes ou Cícero, de Platão ou Aristóteles, ou de qualquer outro da classe deles, nos atraia maravilhosamente, nos deleita e nos comove ao ponto de nos arrebatá-lo. Mas, quando deles nos transferimos para a leitura das Escrituras Sagradas, queiramos ou não, elas nos despertam tão vivamente, penetram de tal modo o nosso coração e de tal maneira se fixam em nossa medula, que toda a força dos retóricos e dos filósofos se evapora^b, em comparação com a eficácia das Escrituras no sentimento que nos infundem. Daí se infere que é fácil perceber que as Escrituras Sagradas têm certa propriedade divina pela qual nos inspira. De longe essa qualidade supera todas as virtudes da criatividade humana.

25. A Importância Relativa da Autoridade da Igreja

Por outro lado, o comum acordo da igreja não é destituído de importância. Não é preciso considerar como nulo de qualquer valor o fato de que, depois de tantos séculos desde que foram publicadas as Escrituras, tem havido permanente acor-

^a inculta et tamen non rudis.

¹⁶¹ 1 Coríntios 2.4,5.

^b No prefácio do *Psalterium quintuplex* (1509) Lefèvre descreve a mesma experiência: “Uma luz tão brilhante atingiu o meu olhar que as doutrinas humanas me parecem trevas, em comparação com os estudos divinos”.

do no sentido de obedecê-las. E por mais que o Diabo tenha se esforçado, de muitas maneiras, para oprimi-las ou derrubá-las ou até mesmo para apagá-las totalmente da memória dos homens, elas sempre se mantêm inexpugnáveis e vitoriosas^a, como a palmeira da ilustração.¹⁶² Porque não há quase nenhum retórico ou filósofo, dos melhores e mais inteligentes, que não tenha aplicado a sua sabedoria contra elas. Todavia, todos eles nada conseguiram. Todos os poderes da terra armaram-se para destruir a verdade das Escrituras, e todos os seus esforços se evaporaram.

Tendo elas sofrido agressões de toda parte, como teriam resistido, se só contassem com suporte humano? Pelo que, logo se deve concluir que a Escritura Sagrada que temos é de Deus; sim, pois, apesar de toda a astúcia e de todo o poder dos homens, ela segue adiante em seu caminho, e por seu próprio poder. Além disso, não foi só uma cidade ou nação que concordou em lhe dar boa acolhida, mas, em toda a extensão da terra, no comprimento e na largura, ela obteve autoridade credenciada pelo consenso de todos os povos, os quais, em nenhuma outra coisa tinham algo em comum. Ora, deveríamos ficar emocionados diante desse consenso de nações tão diferentes e que nas outras coisas discordam entre si – nos seus costumes e no seu modo de viver. É evidente que o poder de Deus foi necessário para que houvesse esse acordo. Contudo, estas considerações terão maior peso ainda, quando levarmos em conta a piedade^b e o santo viver dos que concordaram em acatar as Escrituras. Não digo isso de todos, mas daqueles que o nosso Senhor constituiu luzeiros em Sua igreja, para espargirem a luz do seu santo viver.

26. O Testemunho dos Mártires

Ademais, com que segurança devemos receber esta doutrina, selada e testificada que foi pelo sangue de tantos fiéis! Depois de a terem recebido, não tiveram dificuldade em morrer por ela corajosamente, e até com alegria. E nós, a quem a Escritura foi dada com tal garantia e confirmação, como não a acolheremos com a mais firme e inabalável convicção? Não é fraca aprovação da Escritura a que foi assinada com o sangue de tantas testemunhas. Principalmente se considerarmos que eles não sofreram a morte por terem dado testemunho de sua fé de maneira furiosa e frenética^c, como às vezes acontece com fanáticos que se sobrecarregam de erros transformados em argumentos. Os mártires aos quais me refiro morreram por terem zelo de Deus – zelo ao mesmo tempo equilibrado, firme e constante.

^a Um florão de J. Girard (impressor das *Institutas* em 1541 e em 1545), também representava uma palmeira ereta com a divisa: “pressa valentior”.

¹⁶² Ilustração feita pelo editor J. Gérard, simbolizando o espírito de vitória. Ver nota ^a, indicada no texto. NT.

^b Acréscimo em 1539.

^c phanatica intemperie.

Existem muitos outros motivos, e não fracos, pelos quais a majestade e a dignidade da Escritura não somente podem ser comprovadas no coração dos cristãos fiéis, mas também podem defendê-la vigorosamente contra a astúcia maligna dos caluniadores. Entretanto, esses motivos não são suficientes para fundamentar bem a sua certeza, enquanto não acontecer que o Pai celestial, fazendo resplender a Sua divindade, os livre de toda dúvida e contestação; então eles lhe prestarão firme reverência.

Assim é que, finalmente, a Escritura nos dará um satisfatório conhecimento de Deus, para a nossa salvação, quando esta certeza tiver o suporte dado pela persuasão interna operada pelo Espírito Santo. Os testemunhos humanos que servem para confirmá-la não serão, portanto, inúteis, quando seguem o testemunho principal e soberano. Subservientes a esse testemunho superior, eles serão meios auxiliares e secundários para suprir as nossas deficiências pessoais.

27. Indevida Exaltação do Espírito em Detrimento da Palavra.

Tenha-se em conta, porém, que aqueles que, menosprezando a Escritura, imaginam sabemos lá que caminho para chegar a Deus, não devem ser considerados apenas como pessoas equivocadas, mas, sim, como pessoas enlouquecidas.^a Desse tipo de gente surgiram alguns que têm a pretensão de que seguem a doutrina do Espírito Santo,^b desprezam toda leitura e zombam da simplicidade daqueles que ainda seguem a letra que, além de morta, mata – como eles dizem.

Mas eu gostaria que eles dissessem que espírito é esse, cuja inspiração os eleva a tais alturas que os leva a uma atitude de atrevimento, chegando eles a menosprezar todo o ensino da Escritura, criticando-a como pueril e pior que vulgar. Se responderem que é o Espírito de Cristo, direi que a segurança deles é por demais ridícula. Digo isso porque suponho que eles concederão que os apóstolos e os demais cristãos da Igreja Primitiva foram inspirados ou iluminados justamente pelo Espírito de Cristo. Pois bem, nenhum deles aprendeu do Espírito de Cristo a menosprezar a Palavra de Deus, mas, ao contrário, foram por Ele induzidos à atitude de grande reverência por ela, como disto dão claro testemunho os seus escritos.

Gostaria que aqueles fanáticos respondessem também esta pergunta: Receberam eles outro Espírito, diferente do que o Senhor prometeu aos Seus discípulos? Mesmo que tenham chegado a um alto grau de insanidade, não acredito que a sua loucura seja tão frenética que os leve à ousadia de gabar-se de algo desse tipo. Pois bem, quando o Senhor prometeu o Espírito, como Este seria? O Senhor

^a Acréscimo em 1539.

^b Calvino escreveu *Contra a Seita Fantástica e Furiosa dos Libertinos que se Dizem Espirituais* (*Contre la secte phantastique et furieuse des Libertins qui se nomment Spirituels*), tratado publicado em 1545.

mesmo explica que o Espírito não falaria diretamente, mas sugeriria à mente dos apóstolos o que por Sua Palavra Ele, Jesus Cristo, lhes tinha ensinado.¹⁶³

Vê-se, pois, que não é função do Espírito Santo, prometido por Jesus Cristo, imaginar novas revelações, até então desconhecidas, nem forjar nova classe de doutrina, levando-nos a afastar-nos da doutrina do Evangelho que já tínhamos recebido. O que, sim, cabe ao Espírito Santo fazer é selar e confirmar em nosso coração a doutrina que o Evangelho nos ensina.

28. A Escritura Constitui o Critério para Habilitar-nos a Discernir o Espírito

Se quisermos obter algum fruto ou algum proveito do Espírito de Deus, devemos dedicar-nos diligentemente a ouvir e a ler a Escritura. Se, porém, alguém que despreza a sabedoria da Palavra de Deus ensinar-nos outra doutrina, temos todo o direito de suspeitar que essa outra doutrina não passa de vaidade e mentira. E não será de estranhar, porque o próprio Satanás se transfigura em anjo de luz.¹⁶⁴ E então, que autoridade terá o Espírito entre nós, se não O pudermos discernir por meio de um sinal inconfundível? E, verdadeiramente, o sinal nos é demonstrado com muita clareza pela voz do Senhor, mas esses infelizes, em sua confusão, buscam voluntariamente o erro quando buscam o Espírito por eles mesmos e não por Ele.

Mas eles alegam que seria um grande absurdo o Espírito de Deus, a quem todas as coisas devem estar sujeitas, ficar subordinado à Escritura. Como se também fosse uma vergonha para o Espírito Santo ser Ele sempre e em toda parte igual a Si mesmo, perpetuamente constante, sem variar em nenhum aspecto. Certamente, se O reduzíssemos ao ponto de enquadrá-lo em regras humanas ou angélicas ou outras, então se poderia dizer que Ele teria sido rebaixado e reduzido à servidão. Comparado, porém, Consigo mesmo, e considerado em Si mesmo, quem poderá dizer que com isso O estamos ofendendo? Mas eles dizem que o Espírito é examinado dessa maneira. Confesso que sim. Trata-se, porém, de um exame por meio do qual Ele quer que a Sua majestade seja estabelecida entre nós. Revelando-se Ele a nós, isto deveríamos considerar suficiente. Entretanto, para que em Seu nome o espírito de Satanás não tenha acesso, Ele quer que O reconheçamos em Sua imagem, que Ele imprimiu nas Escrituras. Ele é o seu Autor; e não pode variar nem ser diferente de Si mesmo. Portanto, deve permanecer sempre como por elas se deu a conhecer. Isso não O desonra, a não ser que pensemos que Lhe seria honroso desfazer-se de Sua dignidade pessoal.

¹⁶³ João 16.13.

¹⁶⁴ 2 Coríntios 11.14.

29. Na Letra, o Espírito

Quanto ao fato de nos criticarem por apegar-nos demais à letra que mata, nisto mostram que não poderão escapar do castigo de Deus por desprezarem a Escritura. Porquanto claro está que nesta passagem¹⁶⁵ Paulo combate os falsos mestres que, exaltando exageradamente^a a Lei desvinculada de Cristo, faziam o povo afastar-se da graça do Novo Testamento, ao qual o Senhor tinha feito esta promessa: “Na mente, lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhes inscreverei”.¹⁶⁶ Vê-se, pois, que a Lei de Deus é letra morta e mata os que a seguem, quando está desvinculada da graça de Cristo e somente soa nos ouvidos, mas não toca o coração. Mas se o Espírito a imprime de fato na sede da vontade, e se Ele nos comunica Jesus Cristo, a Escritura é de fato a Palavra da vida,¹⁶⁷ converte as almas e “dá sabedoria aos símplices”¹⁶⁸

O certo é que, na mesma passagem, o apóstolo denomina a sua pregação “ministério do Espírito”.¹⁶⁹ O que ele quer dizer é que o Espírito de Deus está de tal maneira unido e ligado à Sua verdade, por Ele expressa nas Escrituras, que, quando estas são tratadas com a reverência que merecem, Ele por elas manifesta o Seu poder. Isso não contradiz o que acima foi dito – que a Palavra só é certa e segura quando comprovada pelo testemunho do Espírito. Isso porque o Senhor juntou, como por um elo mútuo, a certeza do Espírito e a de Sua Palavra, para que a recebamos com espírito de obediência, ao vermos reluzir nela o Espírito, que se mostra com tal claridade que até nos leva a contemplar a face de Deus! E, por outro lado, para que também, sem medo de engano ou erro, recebamos o Espírito de Deus, reconhecendo-o em Sua imagem, isto é, em Sua Palavra.

E certamente assim é!

Claro, porque Deus não comunicou uma palavra aos homens para tirá-la de circulação imediatamente após a vinda do Seu Espírito. Ao contrário, Ele enviou o Seu Espírito por cujo poder já nos tinha concedido a Sua Palavra para realizar a Sua obra, confirmando assim a eficácia da Palavra.

30. A Luz do Espírito na Palavra

Dessa maneira Cristo abriu o entendimento de dois discípulos, não para que eles pusessem de lado a Escritura e assim se tornassem sábios, mas, sim, para que a compreendessem.¹⁷⁰ De igual modo, Paulo, exortando os tessalonicenses, rogando-lhes que não extinguissem o Espírito,¹⁷¹ não os leva a passear pelos ares em

^a Palavra acrescentada em 1539.

¹⁶⁵ 2 Coríntios 3.6.

¹⁶⁶ Jeremias 31.33 e Hebreus 8.8-12.

¹⁶⁷ Filipenses 2.16.

¹⁶⁸ Salmo 19.7.

¹⁶⁹ 2 Coríntios 3.8.

¹⁷⁰ Lucas 24.27,45.

¹⁷¹ 1 Tessalonicenses 5.19,20.

vãs especulações alheias à Palavra, mas logo acrescenta que não devem menosprezar as profecias. Sem dúvida, com esta advertência o apóstolo quer dizer que a luz do Espírito se apaga quando as profecias são menosprezadas.

Diante disso, que dirão aqueles fanáticos^a orgulhosos, que só dão valor a esta iluminação e repudiam a Palavra de Deus, colocando atrevidamente no lugar dela os produtos dos seus sonhos e fantasias? Certamente bem outra deve ser a sobriedade dos filhos de Deus, os quais se sentem privados de toda luz da verdade quando não contam com o Espírito de Deus; não ignoram, porém, que a Palavra é o instrumento pelo qual o Senhor concede aos fiéis a iluminação do Seu Espírito. Porque eles não conhecem outro Espírito que não Aquele que habitou os apóstolos e que falou por meio deles. E para ouvir as suas palavras os fiéis são sempre chamados.

31. A Escritura Fala do Único Deus Vivo e Verdadeiro

Temos ensinado que o conhecimento de Deus é amplamente demonstrado na obra de criação e composição do universo, em todas as Suas criaturas, e que, todavia, será exposto com maior clareza por Sua Palavra. Devemos considerar agora se Deus se apresenta na Escritura tal qual O vimos figurado em Suas obras. Este assunto será longo, se for tratado diligentemente. Mas eu me contento em oferecer um resumo pelo qual a consciência dos fiéis seja admoestada de molde a perceberem eles quão essencial é que sejam levados a conhecer a Deus na Escritura e sejam dirigidos a um objetivo certo e definido de maneira que o alcancem.

Primeiro, consideremos que o Senhor se revela como o Deus que, após haver criado os céus e a terra, espalhou Sua graça e Sua benevolência sobre todo o gênero humano. Todavia, sempre e perpetuamente nutriu, sustentou e manteve a Sua graça especial para com os crentes, e, em reciprocidade, eles O conhecem e Lhe prestam honra. Igualmente, Ele põe diante dos olhos deles (como, digamos, numa pintura), qual é a constância da Sua bondade entre os fiéis, com que cuidado providencial Ele vela por eles, quão inclinado se mostra a lhes fazer o bem, qual o poder do Seu socorro, quão ardentemente os ama, como é grande a Sua paciência, pela qual suporta as faltas deles, que paternal clemência demonstra quando os castiga, e que perene segurança lhes dá de Suas promessas.

Por outro lado, Ele manifesta o Seu rigor na penalidade imposta aos pecadores, mostra como se inflama a sua terrível ira, depois de haver suportado afronta durante muito tempo, e os faz sentir quanto poder tem a Sua mão para os confundir e os dissipar.

Essa descrição ajusta-se bem ao que dissemos que se mostra na figura universal do mundo. Contudo, em certo lugar a propriedade dessa descrição é expressa de modo que Sua face nos é apresentada vividamente, expondo-se patente

^a ἐνθουσιασταί.

à nossa contemplação. Sim, pois, na descrição feita por Moisés, parece que ele quis abranger num resumo tudo quanto se permite que os homens conheçam de Deus. Diz ele:¹⁷² “Senhor,^a ¹⁷³ Senhor, Deus compassivo, clemente e longânimo, e grande em misericórdia e fidelidade; que guarda a misericórdia em mil gerações, que perdoa a iniquidade, a transgressão e o pecado, ainda que não inocenta o culpado, e visita a iniquidade dos pais nos filhos e nos filhos dos filhos, até à terceira e quarta geração”. Pelo que devemos considerar que a Sua eternidade e a Sua essência^b, residente nele próprio, são anunciadas por esse nome, que aparece duas vezes no texto hebraico da passagem acima transcrita (nome que equivale a dizer: “aquele que é único”); Sendo que as Suas virtudes nos são trazidas à lembrança, virtudes que demonstram, não que Ele se fecha em Si mesmo, mas que Ele está entre nós. E isso de tal maneira que este conhecimento se apóia mais em viva experiência que em vã especulação.

Além disso, vemos que aqui são enumeradas para nós as virtudes que temos visto resplender no céu e na terra, a saber: a clemência, a bondade, a misericórdia, a justiça, o juízo e a verdade. Porque o Seu poder está incluído na palavra hebraica^d empregada como Seu terceiro nome ou título, que equivale a dizer como as virtudes nele se contêm. Os profetas também nos oferecem os mesmos títulos quando querem exaltar e esclarecer o Seu Santo Nome. Para não nos constrangermos por acumular muitas passagens, no momento será suficiente citar um Salmo no qual a soma total das Suas propriedades é recitada com tal diligência que se pode dizer que nada é omitido.¹⁷⁴ E, todavia, nada ali é mencionado que não se possa contemplar nas criaturas, de tal maneira Deus tanto se nos dá a sentir por experiência quanto se nos revela por Sua Palavra. Em Jeremias, onde Deus declara que deseja ser conhecido por nós, a descrição não é tão clara e completa.¹⁷⁵ Mas praticamente vem a dar na mesma. “O que se gloriar, glorie-se nisto: em me conhecer e saber que eu sou o Senhor e faço misericórdia, juízo e justiça na terra”. Estas três coisas são as que principalmente precisamos conhecer. Sua misericórdia, na qual se firma a salvação de todos nós; o juízo de Deus, que diariamente Ele exerce sobre os maus e que, ainda mais rigorosamente, lhes está reservado como castigo eterno; e Sua justiça, pela qual os Seus fiéis são por Ele preservados e tratados com benignidade. Compreendidas estas três coisas, o profeta dá testemunho de que temos abundantes motivos para gloriar-nos em Deus. Contudo, assim procedendo, não são omitidos o Seu poder, a Sua verdade, a Sua santidade e a Sua bondade. Sim, porque, como se poderia ter real entendi-

¹⁷² Êxodo 34.6,7.

^a Jeová [Iavé].

¹⁷³ [SENHOR, Jeová, Iavé.]

^b αὐτοῦσιαν.

^c Explicação acrescentada em 1539.

^d O termo Elohim (1539) é aqui substituído pela frase que vem logo a seguir.

¹⁷⁴ Salmo 145.

¹⁷⁵ Jeremias 9.24.

mento da Sua justiça, da Sua misericórdia e do juízo por Ele exercido, requisito indispensável, se esse conhecimento não estivesse fundamentado em Sua verdade imutável? E como se poderia crer que Ele governa a terra com justiça e juízo, sem o reconhecimento do Seu poder? De onde procede a Sua misericórdia, senão da Sua bondade? Finalmente, se todos os seus caminhos são misericórdia, juízo e justiça, igualmente neles rebrilha a santidade do Seu Ser. Pois bem, o conhecimento de Deus, que nos é apresentado na Escritura, não tem outra finalidade que não a que se manifesta em Suas criaturas, qual seja: Primeiramente, induzir-nos ao temor de Deus; em seguida, a que ponhamos nele a nossa confiança, para que aprendamos a servi-lo e honrá-lo^a com uma vida inculpável e com uma obediência não fingida; e assim descansemos em Sua bondade.

Todavia, porque Deus não se deixa ver diretamente e de perto, a não ser na face de Cristo, a qual só se pode contemplar com os olhos da fé, o que resta dizer sobre o conhecimento de Deus melhor será protelar até o lugar em que estaremos falando sobre o entendimento dessa fé.

^a Uma só palavra em 1539: cólera.

CAPÍTULO II

1. Conhece-te a ti mesmo

[1539] Não é sem motivo^a que o provérbio antigo recomenda tanto ao homem o conhecimento de si mesmo.^b Porque, se achamos que é uma vergonha ignorar as coisas pertencentes à vida humana, o desconhecimento de nós mesmos é muito mais prejudicial, pois, dependendo do conselho alheio sobre todas as coisas, deixamo-nos enganar lamentavelmente, e acabamos até ficando totalmente cegos. Mas, assim como o preceito é muitíssimo útil, com muito maior razão é necessário cuidar diligentemente para não entendê-lo mal. Isso temos visto acontecer com alguns filósofos. Porque, quando eles admoestam o homem no sentido de conhecer a si próprio, reduzem o seu objetivo a considerar sua dignidade e suas qualidades excelentes. Com isso, levam-no a nada mais contemplar, senão aquilo no que ele possa exaltar-se em vã confiança própria e inchar-se de orgulho.

2. Sem presunção

Ora, a verdade de Deus nos manda procurar outra coisa, quanto à nossa estima própria. Manda-nos buscar um conhecimento que nos afaste para longe de toda presunção quanto à nossa virtude pessoal e nos despoje^c de todo tipo de glória,

^a No início acham-se alguns elementos traduzidos do texto de 1536, e dos desenvolvimentos dos artigos 4, 5 e 6 do catecismo de 1537 (sobre o homem, sobre o livre arbítrio, sobre o pecado e sobre a morte); no restante – mais de três quartos – corresponde aos textos de 1539, aqui desenvolvidos.

^b “Conhece-te a ti mesmo”, inscrição do templo de Delfos que veio a ser o ponto de partida da filosofia socrática. [Cf. Platão, Defesa de Sócrates, São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores, Vol. II), 1972, *passim*].

^c Despouille (despoje) talvez seja um picardismo (regionalismo: dialeto da Picardia). Cf. Catecismo de 1537.

para nos levar à humildade. Essa é a regra que devemos seguir, se desejamos conseguir o objetivo do bem sentir e do bem fazer. Sei quanto é agradável ao homem que o levem a reconhecer seus talentos e as suas qualidades elogiáveis,^a em vez de ser levado a entender e a enxergar a sua pobreza, a sua infâmia, a sua torpeza e a sua loucura. Porque não há no espírito humano maior apetite que o de que lhe passem mel na boca dizendo-lhe doces palavras e lisonjas.

3. Fome de lisonjas, e seus estragos

Todavia, quando o ser humano vê que mostram apreço por suas qualidades, inclina-se a acreditar em tudo o que lhe dizem a seu favor. Portanto, não é de admirar que a maior parte do mundo erre desse modo nesse aspecto. Uma vez que os seres humanos têm um amor desordenado e cego por si mesmos, mostram-se dispostos a acreditar que não existe neles nada que mereça desprezo. Assim, sem necessidade de outro advogado, todos acolhem a vã opinião de que o ser humano é auto-suficiente para ter uma vida digna e feliz. Se existem alguns que se dispõem a um sentimento mais modesto, concedendo alguma coisa a Deus para que não pareça que atribuem tudo a si mesmos, não obstante repartem tudo entre Deus e eles. Mas fazem isso de tal maneira que a maior parte da virtude, da sabedoria e da justiça fica com eles. Sendo, pois, assim, que o ser humano é tão inclinado a gabar-se, não há nada que o possa agradar mais do que quando o afagam com vãs lisonjas. É por isso que aquele que mais exalta a excelência da natureza humana é sempre o mais bem recebido. Todavia, essa doutrina – a que ensina o ser humano a aprovar a si mesmo – não faz mais que enganá-lo. E isso, seja quem for aquele em quem se ponha fé, só causará ruína. Pois, que proveito poderemos ter em conceber uma vã aliança para deliberar, ordenar, tentar e empreender o que nos parece bom, e, entretanto, fraquejar, tanto por falta de uma inteligência saudável quanto por falta de capacidade para a pretendida realização? Fraquejar, ou mostrar fraqueza, digo eu, desde o começo, e, contudo, insistir nesse intento com coração obstinado até sermos totalmente postos em confusão. Ora, não pode vir outro fruto aos que se acham capazes de fazer qualquer coisa por sua própria virtude e poder. Se alguém der ouvidos aos mestres que falam dessa maneira, os quais nos distraem querendo que tenhamos consideração por nossa justiça e virtude, esse, que lhes dá ouvidos, não terá proveito nenhum no conhecimento de si próprio, mas estará cego, vítima de perniciosa ignorância.

4. Conhecer-nos e conhecer-nos

Portanto, sendo que a verdade de Deus concorda nisso com o juízo comum de toda a humanidade, que a segunda parte da nossa sabedoria consiste no conhecimento de nós mesmos, todavia, em nossa maneira de conhecer-nos há grande diferença.

^a Nostra bona.

Digo isso porque, segundo a opinião da natureza humana, parece aceitável que, neste caso, o homem se conhece muito bem quando, confiante em seu entendimento e em sua virtude e poder, anima-se a dedicar-se ao cumprimento do seu dever, e, renunciando a todos os seus vícios e más disposições, esforça-se para fazer o que é bom e honesto. Mas quem se examina bem, segundo a regra do juízo de Deus, não encontra nada que possa elevar o seu coração, em termos de um bom compromisso de fé. E quanto mais profundamente se examina, mais abatido fica, ao ponto de se sentir completamente esvaziado de toda esperança, não lhe restando nada com que possa estabelecer retamente a sua vida.

Não negamos, porém, que haja alguma semente de nobreza em nossa natureza, a qual nos deve incitar a seguir a justiça e a honestidade. Porquanto não podemos pensar, nem quanto à nossa primeira origem, nem quanto ao fim para o qual fomos criados, que esta cogitação não seja senão como um aguilhão, para nos estimular e fazer-nos meditar na imortalidade^a do Reino de Deus. Mas, tanto é preciso que este reconhecimento eleve o nosso coração, como, ainda mais, que nos leve à humildade e à modéstia. Pois, qual é esta origem (a saber, da qual caímos), e qual a finalidade da nossa criação? Desta nos desviamos totalmente, a tal ponto que nada nos resta, senão que, depois de avaliarmos a nossa condição miserável, gemamos, e, gemendo, suspiremos por nossa dignidade perdida.^b

5. Do que se orgulha o homem?

Ora, quando dizemos que não há nada no ser humano que exalte o seu coração, entendemos que não há nele nada do que se orgulhar. Portanto, se parece bem a todos, dividamos assim o conhecimento que o homem deve ter de si mesmo. Em primeiro lugar, deve considerar para que fim ele foi criado e foi dotado de dons singulares da parte de Deus.¹⁷⁶ Essa meditação o incita a meditar na vida futura e a querer servir a Deus. Em seguida, que avalie as suas riquezas, ou melhor, a sua indigência. Conhecida esta, seja ele abatido, caindo em extrema confusão, como que reduzido a nada. A primeira consideração tende a isto – que ele saiba qual é o seu dever e o seu ofício.¹⁷⁷ A segunda, que ele saiba quanto é

^a 1539 acrescenta: expetendum que.

^b Calvino nos entrega aqui o segredo do dinamismo da doutrina do servo-arbítrio: Não se pode pensar nem crer seriamente no fim em vista do qual o homem foi criado e o qual deve ter de um lado, e, de outro, na incapacidade moral para concretizá-lo sem buscar em Deus a força e a libertação. E então se encontra.

¹⁷⁶ “À luz desse fato aprendemos, também, que os que são responsáveis pelo presunçoso uso da bondade divina, se aproveitam dela para orgulhar-se da excelência que possuem, como se a possuíssem por sua própria habilidade, ou como se a possuíssem por seu próprio mérito; enquanto que sua origem deveria, antes, lembrá-los de que ela tem sido gratuitamente conferida aos que são, ao contrário, criaturas vis e desprezíveis e totalmente indignas de receber algum bem da parte de Deus. Qualquer qualidade estimável, pois, que porventura víamos em nós mesmos, que ela nos estimule a celebrarmos a soberana e imerecida bondade que a Deus aprouve conceder-nos.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 1, (Sl 8.4), pp. 165-166.] NE.

¹⁷⁷ “.... sejam quais forem os dons que possuamos, não devemos ensoberbecer-nos por causa deles, visto que eles nos põem sob as mais profundas obrigações para com Deus.” [João Calvino, **Efésios**, São Paulo, Paracletos, 1998, (Ef 4.7), p. 113.] NE.

capaz de fazer o que deve.^a Comentaremos uma e outra, na medida da ordem que se seguirá na discussão.

6. A primeira condição do ser humano: É criatura

Pois bem, antes de passar a descrever esta condição miserável do homem, é conveniente saber que, primeiramente, ele foi criado.¹⁷⁸ Porque é de temer-se que, quando mostramos ao ser humano os seus vícios e maus pendores naturais, não lhe pareça mal que queiramos imputá-los ao autor da natureza, que é Deus, visto que a impiedade julga ter suficiente defesa sob esta capa – e ela pode alegar que tudo o que tem de ruim procede de Deus. E se a contestamos, ela não vacila em pleitear contra Deus e em transferir para Ele toda a culpa da qual é acusada. E mesmo os que parecem falar com maior sobriedade sobre Deus^b aproveitam de bom grado a ocasião de desculpar os seus vícios e erros acusando a natureza. E não consideram que, fazendo isso, estão difamando Deus (ainda que veladamente, ou, havendo algum vício ou mal em nossa natureza, entendem que Ele o formou e deve receber parte da censura). Visto que, pois, vemos o desejo que a carne tem de buscar todas as escapatórias pelas quais ache que a culpa dos seus vícios pode ser transferida para outros, é necessário evitar essa astúcia maldosa. Portanto, é preciso tratar devidamente essa desgraça do gênero humano, de modo que eliminemos de vez todas as evasivas da nossa carne, e que a justiça do Senhor fique livre, não somente de acusação, mas também de toda censura e de toda murmuração. Todavia, que se faça isso de tal maneira que não nos afastemos nem um pouco da pura verdade. Esta se acha tão longe de favorecer aqueles absurdos, que basta ser entendida para que eles sejam suficientemente refutados.

7. A imagem de Deus no homem

[1536]^c Isso posto, é certo que Adão, pai de todos nós, foi criado à imagem e semelhança de Deus¹⁷⁹ Pelo que se vê que ele foi feito participante da sabedoria, da justiça, da virtude, da santidade e da verdade de Deus. Note-se que não se pode

^a Deus criou “o homem” num estado em que ele era capaz de fazer o que devia e que sempre deve fazer, apesar da sua incapacidade espiritual presente, porque essa incapacidade é um fato. “O homem” é Adão e seus descendentes, considerados em sua unidade moral de raça provinda de um mesmo tronco, que cada indivíduo continua e representa solidariamente com todos os demais. Tal é o pensamento do reformador nesse parágrafo. Veremos mais adiante que, ao lado dessa obrigação genérica, o reformador estabelece uma obrigação pessoal.

¹⁷⁸ Na sua carta ao Rei Francisco I de França, diz: “Sim, pois, o que é mais conveniente à fé senão que nos reconheçamos desnudos de toda virtude, para sermos vestidos por Deus; vazios de todo bem, para que Ele nos encha de todo bem; escravos do pecado, para sermos libertos por Ele; cegos, para que Ele nos ilumine; coxos, para sermos por Ele curados; fracos, para sermos sustentados por Ele; e que nos desfaçamos de todo pretexto de glória própria, para que somente Ele seja glorificado, e nós nele?” NE.

^b de numine.

^c Catecismo de 1537, art. IV.

¹⁷⁹ Gn 1.26,27.

sustentar o erro dos que colocam esta imagem de Deus no senhorio e na preeminência de que o ser humano foi dotado sobre os animais inferiores, como se unicamente nisso ele tenha sido feito semelhante a Deus – tendo sido constituído senhor.

[1539] Esta sentença, em que se afirma que o ser humano foi criado à imagem de Deus, não seria repetida muitas vezes por Moisés, se não houvesse nisso um propósito maior. E o próprio apóstolo Paulo elimina toda a dificuldade desta questão quando fala nestes termos: “...e vos renoveis no espírito do vosso entendimento, e vos revistais do novo homem, criado segundo Deus, em justiça e retidão procedentes da verdade”.¹⁸⁰ E também: “Não mintais uns aos outros, uma vez que vos despistes do velho homem com os seus feitos e vos revestistes do novo homem que se refaz para o pleno conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou”.¹⁸¹ Vê-se, pois, como ele explica a imagem de Deus, a conformidade do nosso espírito com o Senhor; enquanto se mostra desembaraçado de toda imundícia terrena, somente aspira à pureza espiritual.

8. A Queda

[1536] Então, havendo o ser humano sido criado à imagem de Deus, foram-lhe concedidos bens espirituais e preeminência em vários aspectos, que podem atestar uma singular generosidade do seu Criador para com ele.¹⁸² Porque se ligou fortemente a ele pela participação de todos os bens, para viver eternamente, desde que perseverasse na integridade que tinha recebido. Mas isso não durou muito. Porquanto, por sua ingratidão, logo se tornou indigno de todos os benefícios que Deus lhe tinha feito. Dessa maneira foi apagada a imagem celeste que ele trazia; assim como ele foi alienado de Deus pelo pecado, igualmente foi posto fora da comunhão de todos os bens, os quais só poderá ter quem estiver naquela comunhão.¹⁸³

[1539] Portanto, em lugar da sabedoria, da virtude, da santidade e da justiça, ornamentos de que estava revestido quando tinha em si a semelhança com Deus, vieram sobre ele males horríveis, a saber, a ignorância, a fraqueza, a torpeza, a vaidade e a injustiça, as quais não somente envolveram a sua pessoa, mas também se levantaram contra toda a sua posteridade. Porque todos os seus sucessores são semelhantes a ele, no qual eles têm a sua origem e de cuja corrupção nasce a deles.

¹⁸⁰ Ef 4.23,24.

¹⁸¹ Cl 3.9,10.

¹⁸² Vd. João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 1, (Sl 8.5), p. 167.

¹⁸³ “Quando de seu estado original decaiu Adão, não há a mínima dúvida de que por esta defecção se haja alienado de Deus. Pelo que, embora concedamos não haja sido nele aniquilada e apagada de todo a imagem de Deus, foi ela, todavia, corrompida a tal ponto que, o que quer que resta, é horrenda deformidade.” (**As Institutas**, I.15.4.) “Pelo pecado estamos alienados de Deus.” [João Calvino, **Efésios**, (Ef 1.9), p. 32]; “Como a morte espiritual não é outra coisa senão o estado de alienação em que a alma subsiste em relação a Deus, já nascemos todos mortos, bem como vivemos mortos até que nos tornamos participantes da vida de Cristo.” [João Calvino, **Efésios**, (Ef 2.1), p. 51.] “Tão logo Adão alienou-se de Deus em consequência de seu pecado, foi ele imediatamente despojado de todas as coisas boas que recebera.” [João Calvino, **Exposição de Hebreus**, (Hb 2.5), p. 57.] Todos os homens estão “totalmente alienados de Deus”. [John Calvin, **Calvin’s Commentaries**, Grand Rapids, Michigan, Baker Book House Company, 1981, Vol. XVIII, (Jo 14.22), p. 97.] NE.

9. O pecado original

Esta é a corrupção hereditária^a, que os antigos chamavam pecado original, indicando com a palavra pecado a depravação da nossa natureza, que, até então, tinha sido boa e pura. Sobre isso eles tiveram grande contenda com os pelagianos; porque aqueles hereges^b, sendo convencidos pelos testemunhos da Escritura de que o pecado passou do primeiro homem para toda a sua posteridade, argumentavam com manhosas sutilezas que o pecado passou para os descendentes por imitação, e não por geração. Por isso aqueles santos personagens^c se esforçaram para demonstrar que não nos corrompemos com a maldade que nos atraiu pelo exemplo de outros, mas, sim, que trazemos a nossa perversidade desde o ventre da mãe; coisa que não podemos negar sem grande cinismo. Todavia, ninguém se espantará com a temeridade dos pelagianos^d no que disseram, se tiver visto pelos escritos de Agostinho que animais foram eles e quão pouca vergonha tinham. Certamente é indubitável o que Davi confessa¹⁸⁴ quando declara que “ele nasceu na iniquidade, e em pecado foi concebido por sua mãe”. Ele não está acusando seus pais; mas, para glorificar melhor a bondade de Deus a favor dele, Davi coloca em sua memória a sua perversidade em termos do seu primeiro nascimento.¹⁸⁵ Ora, isso não é algo peculiar a Davi. Segue-se, pois, que a condição universal de todos os homens é demonstrada pelo exemplo dele. Portanto, todos nós, que somos produtos de semente imunda, nascemos maculados pela infecção do pecado, e, mesmo antes de virmos à luz, estamos contaminados perante a face de Deus. Pois, “Quem da imundícia poderá tirar coisa pura?”, como se diz no Livro de Jó.¹⁸⁶ Certamente precisamos tirar esta conclusão – que Adão não somente é o pai da natureza humana, mas, como o tronco está na raiz, pela mesma razão o gênero humano se corrompeu na corrupção dele.¹⁸⁷ O que o apóstolo demonstra

^a Catecismo de 1537, art. VI.

^b Palavra acrescentada em 1539.

^c 1539 acrescenta: ac prae aliis Augustinus.

^d 1539 acrescenta: et Coelestianorum.

¹⁸⁴ *SI* 51.5.

¹⁸⁵ “Davi não culpa a seus pais, nem traça seu crime até chegar a eles, mas senta-se diante do tribunal divino, confessa que fora formado em pecado, e que era um transgressor nato, assim que viu a luz deste mundo.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (SI 51.5), p. 431.]

¹⁸⁶ *Jó* 14.4.

¹⁸⁷ “.... Adão, em sua queda, foi despojado de sua justiça original, sua razão foi obscurecida, sua vontade, perversificada, e que, sendo reduzido, a este estado de corrupção, trouxe filhos ao mundo semelhantes a ele em caráter. Se porventura alguém objetar, dizendo que essa geração se confina aos corpos, e que as almas jamais poderão derivar uns dos outros algo em comum, eu responderia que Adão, quando em sua criação foi dotado com os dons do Espírito, não mantinha um caráter privativo ou isolado, mas que era o representante de toda a humanidade, que pode ser considerada como tendo sido dotada com esses dons em sua pessoa; e deste conceito necessariamente se segue que, quando ele caiu, todos nós, juntamente com ele, perdemos nossa integridade original.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (SI 51.5), pp. 431-432.] Adão, antes de pecar, tinha uma compreensão genuína a respeito de Deus. No entanto, “após a sua rebelião, ficou privado da verdadeira luz divina, na ausência da qual nada há senão tremenda escuridão.” [João Calvino, **Efésios**, (Ef 4.18), p. 137.] “Agora não nascemos tais como Adão fora inicialmente criado, senão que somos a semente adulterada do homem degenerado e pecaminoso.” [João Calvino, **Efésios**, (Ef 2.3), p. 56.] NE.

com a maior clareza, comparando-o com Cristo:¹⁸⁸ “Portanto”, diz ele, “assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram, a fim de que, como o pecado reinou pela morte, assim também reinasse a graça pela justiça para a vida eterna, mediante Jesus Cristo, nosso Senhor”. E como foi que os pelagianos tagarelaram tanto, propalando que o pecado foi espalhado pelo mundo pela imitação de Adão? Não temos então outro proveito da graça de Cristo, senão que ela nos propõe um exemplo para seguirmos? E quem pode agüentar tal blasfêmia?

10. Recuperação em Cristo

Ora, se não há dúvida nenhuma de que a graça de Cristo é nossa por comunicação, e que por ela temos vida, segue-se paralelamente que, tendo uma e outra sido perdidas em Adão, em Cristo as recuperamos, e como o pecado e a morte foram gerados em nós por Adão, por Cristo foram abolidos. E, para entender isso, não há necessidade de envolver-nos nessa deplorável disputa, que tanto atormentou os antigos mestres, a saber, se a alma do filho procede da substância da alma paterna, visto que é na alma que reside o pecado original. Contentemo-nos em saber que o Senhor colocou em Adão os bens espirituais e os dons que Ele quis dar à natureza humana. Portanto, quando Adão os perdeu, não os perdeu ele somente, mas por causa dele todos nós também os perdemos. Quem vai se preocupar com a origem da alma após haver entendido que Adão tinha recebido os ornamentos que perdeu?

11. Herança da corrupção dos primeiros pais

Considere-se que foi menos ruim para ele do que para nós, visto que Deus não os havia dado a um só homem em particular, mas^a os tinha dado a fim de que toda a sua linhagem os desfrutasse em comum. Não é nenhum absurdo, pois, que, tendo sido assim despojada, a natureza humana esteja desnuda, e que, tendo sido maculada pelo pecado, essa infecção tenha se propagado sobre todos nós. Porque, como de uma raiz praguejada só procedem ramos praguejados, os quais passam a praga a todos os ramos e à folhagem^b por eles produzidos, assim os filhos de Adão foram contaminados em seu pai e são a causa da corrupção de todos os seus sucessores. Quer dizer, o princípio da corrupção esteve de tal modo em Adão que ela se expandiu como que por uma torrente perpétua dos pais aos filhos. Por aí se vê que é fácil refutar as cavilações dos pelagianos.

12. Os pelagianos

Dizem eles^c que não é provável que as crianças que nascem de pais fiéis atraiam corrupção, visto que, antes, devem ser purificadas pela pureza deles. A isso res-

¹⁸⁸ *Rm 5.12,21.*

^a Em seguida 1539 diz: *universæ hominis naturæ attributa.*

^{b c} Palavras acrescentadas em 1539.

pondemos que as crianças não descendem da geração espiritual que os servos de Deus recebem do Espírito Santo, mas da geração carnal, que elas recebem de Adão. É bem verdade que Deus santifica os filhos dos fiéis por causa dos seus pais, porém isto se dá, não em virtude da sua natureza, mas da graça de Deus. É, pois, uma bênção espiritual, que não impede que aquela primeira maldição esteja universalmente na natureza humana.

Pois bem, para que não se diga isso ligeiramente, é necessário definir o pecado original. Contudo, não é minha intenção examinar todas as definições já escritas. Darei apenas uma, que me parece estar em harmonia com a verdade.

13. Definição de pecado original

[1536] Diremos, então, que o pecado original é uma corrupção e perversidade na nossa natureza, que nos faz culpados, primeiramente, da ira de Deus, tendo a seguir produzido em nós as obras que a Escritura chama “obras da carne”.¹⁸⁹ É o que apropriadamente Paulo muitas vezes chama pecado, sem^a acrescentar “original”. Tais obras são os adultérios, a luxúria, em seus diversos aspectos, furtos, ódios, homicídios e glotonaria. Ele os denomina, por essa razão, frutos do pecado, ao passo que a Escritura em geral chama “pecado” a cada uma de todas essas obras.

14. Culpa herdada e culpa atual

[1539] Devemos examinar duas coisas, distinguindo-as bem: É preciso reconhecer que somos tão corrompidos em todas as partes da nossa natureza, que esta corrupção nos faz, com razão, condenáveis diante de Deus – a Quem nada agrada, senão a justiça, a inocência e a pureza. E não se diga que essa situação inevitável é causada somente por culpa de outra pessoa, como^b se respondêssemos pelo pecado de nosso primeiro pai, sem termos nada que nos faça seus merecedores. Dizer que por Adão somos feitos devedores ao juízo de Deus não é dizer que somos inocentes e que, sem nada merecer, levamos a culpa^c do seu pecado. Mas, visto que pela transgressão dele todos fomos envolvidos em confusão, todos nós somos declarados igualmente culpáveis. Todavia, não devemos entender que só nos fizemos merecedores da pena sem termos tido nenhuma participação em seu pecado. Pois a verdade é que o pecado que dele provém reside em nós, e a este a pena é devida com justiça.

Por isso Agostinho,¹⁹⁰ embora algumas vezes fale em pecado alheio, para mostrar mais claramente que temos o pecado da raça, todavia ele afirma que cada um de nós o tem. E o próprio apóstolo testifica¹⁹¹ que “a morte passou a todos os

¹⁸⁹ *Rm* 5, 6, 7.

^a Frases acrescentadas em 1539.

^b Frases acrescentadas em 1539.

^c culpam sustineremus.

¹⁹⁰ (1539): *Alibi sæpe, tum vero lib. III de peccatorum merit. et remiss., capit. VIII.*

¹⁹¹ *Rm* 5.12.

homens, porque todos pecaram”, quer dizer, todos estão envolvidos no pecado original e manchados por suas máculas.

15. Sobre a situação das crianças

[1536] Por essa razão, até as crianças estão incluídas nesta condenação. Não simplesmente por pecado alheio, mas pelo delas mesmas, porquanto, apesar de ainda não terem produzido frutos da sua iniquidade, não obstante, a semente do mal está oculta nelas. E, ademais, a sua natureza é uma semente de pecado, e, portanto, só pode ser desagradável e abominável a Deus. O outro ponto que devemos examinar é que esta perversidade jamais fica ociosa em nós, mas está sempre produzindo novos frutos, continuamente. São eles as obras da carne que há pouco descrevemos, e brotam tão naturalmente como uma fornalha acesa lança chamas e faíscas, e uma fonte jorra água. Porque os que definem o pecado como sendo a falta^a da justiça original, entendendo que nessas palavras está contida toda a substância, todavia não exprimem suficientemente a força do mesmo. Isso porque a nossa natureza não é somente vazia e destituída de todo bem, mas é também tão fértil em toda espécie de mal que não se pode dizer que é ociosa. Os que a chamam concupiscência, de modo algum empregaram uma palavra imprópria, tendo-se em conta que ela se ajusta a coisas que não se aceitam a respeito de muitos. É que todas as partes constitutivas do homem, do entendimento à vontade, da alma à carne, estão contaminadas e repletas dessa concupiscência, ou, para resumir o ponto, o homem, em si mesmo, não é outra coisa, senão corrupção.

16. Pondo a culpa em Deus!

[1539] Vejamos agora os que ousam atribuir a Deus o pecado deles, quando se diz que os homens são naturalmente maus. Perversamente vêem a obra de Deus na corrupção deles, quando melhor fariam em buscá-la e vê-la na natureza que Adão recebeu antes de se corromper. A nossa perdição procede da disposição da nossa carne, e não de Deus. Visto está que não perecemos por outra causa que não esta: decaímos da nossa criação^b original. E que não se conteste dizendo que Deus teria provido coisa melhor para a nossa salvação se a tivesse executado antes da queda de Adão. Essa objeção é tão audaciosa e temerária que nem deve entrar no pensamento do ser humano fiel. Em grau muito mais elevado, ela pertence à predestinação^c divina, que será tratada mais adiante, no lugar próprio. Portanto, que não nos ocorra imputar sempre a nossa desgraça à corrupção da nossa natureza, e muito menos àquela natureza que tinha sido dada originariamente ao homem, o que seria acusar a Deus, como se o nosso mal viesse dele. É

^a carentia.

^b conditione.

^c Primeira ocorrência da palavra em Calvino. Ver adiante, cap. VIII.

bem verdade que esta praga mortal do pecado se fixou em nossa natureza, mas estas são coisas bem diferentes – que ela tenha sido prejudicada desde a sua origem, ou depois, e de outra parte. Ora, o certo é que ela foi prejudicada pelo pecado que sobreveio inesperadamente. Portanto, não temos por que nos queixar, senão de nós mesmos. O que a Escritura nos mostra diligentemente. Pois Eclesiastes diz: “Eis o que tão-somente achei: que Deus fez o homem reto, mas ele se meteu em muitas astúcias.”¹⁹² Por aí se vê que nos cabe imputar unicamente ao ser humano a sua desgraça, visto que da graça de Deus ele tinha recebido uma retidão natural, e que por sua loucura ele tropeçou na vaidade e caiu.¹⁹³

17. Os maniqueus refutados

Dizemos que o homem é naturalmente corrompido em perversidade, mas que essa perversidade não está em sua natureza.¹⁹⁴ Que seja da natureza negamos com o propósito de mostrar que é mais uma qualidade vinda sobre ele do que uma propriedade da sua substância, estando esta desde o começo arraigada nele. Todavia, nós a chamamos natural, para que ninguém pense que é adquirida uns dos outros pelos maus costumes e pelo mau exemplo, sendo que ela nos envolve a todos desde o nosso primeiro nascimento. E não digamos que ocorreu assim sem nenhum autor, pois, pela mesma razão, o apóstolo a todos nos chama “herdeiros da ira de Deus”¹⁹⁵ [ARA: “filhos da ira”]. Como, porém, Deus se enfureceria com a mais nobre das Suas criaturas? Visto que as Suas mais singelas obras Lhe agradam. Mas o fato é que a Sua ira é mais contra a corrupção da Sua obra do que contra a Sua obra. Logo, se se pode dizer, não sem razão, que o homem é naturalmente abominável a Deus, com todo o direito podemos dizer que ele é naturalmente vicioso e mau. Como também Agostinho não teve dificuldade, em vista da nossa natureza corrompida, em chamar de pecados naturais aqueles que inevitavelmente imperam em nossa carne, quando nos falta a graça de Deus. Pela presente distinção é refutada a loucura dos maniqueus, que, imaginando uma perversidade essencial no ser humano, dizem que ele foi criado por outro ser, não por Deus, a fim de não atribuírem a Deus alguma origem^a do mal.

¹⁹² Ec 7.29.

¹⁹³ “O primeiro homem foi criado por Deus em retidão; em sua queda, porém, arrastou-nos a uma corrupção tão profunda, que toda e qualquer luz que lhe foi originalmente concedida ficou totalmente obscurecida. (...) Só quando aliados ao conhecimento de Deus é que alguns dos dotes a nós conferidos do alto se pode dizer que possuem alguma excelência real. À parte disso, eles se acham viciados por aquele contágio do pecado que não deixou sequer um vestígio no homem de sua integridade original.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. II, (Sl 62.9), p. 579.]

¹⁹⁴ “Lembremo-nos de que nossa ruína se deve imputar à depravação de nossa natureza, não à natureza em si, em sua condição original, para que não lhe lancemos a acusação contra o próprio Deus, autor dessa natureza.” (**As Institutas**, II.1.10.)

¹⁹⁵ Ef 2.3.

^a causam et principium.

18. Universalidade do pecado

Vimos que o domínio do pecado, após este haver subjugado o primeiro homem, reduziu à servidão todo o gênero humano. Resta-nos saber se, desde que fomos submetidos a esse cativo, estamos destituídos de toda liberdade e^a isenção, ou então, se nos sobra alguma coisa, até onde se estende isso. Mas, para que a verdade acerca desta questão nos seja mais facilmente esclarecida, é preciso primeiro estabelecer um alvo, para o qual dirijamos toda a nossa discussão. Ora, sabemos qual é o alvo para o qual devemos voltar-nos, e levamos em consideração os perigos que estão de um e de outro lado. Porque, quando o homem é desnudado de todo bem,^b logo toma ocasião para a preguiça, para a negligência. Visto dizer-se que, em si mesmo, não há virtude alguma em praticar o bem, ele não se preocupa em empenhar-se, como se não tivesse nada com isso. De outro lado, não se pode dar a ele os recursos do mundo, para que não se exalte em vã autoconfiança e temeridade, e também para que não se esquive da honra devida a Deus. Para não cairmos nesses inconvenientes, precisamos apegar-nos a esta moderação: Ensinando-se ao homem que não há nele nenhum bem e que está rodeado de miséria e de necessidade, que, todavia, ele entenda que deve aspirar ao bem, do qual está vazio, e à liberdade, da qual está privado; e seja mais espicaçado e incitado a fazer isso do que a acreditar que nele está a maior virtude do mundo.¹⁹⁶

19. Um alerta contra a negligência

Não há quem não veja quão necessário é o segundo ponto, a^c saber, o que nos leva a despertar o homem da sua negligência e preguiça. Quanto ao primeiro (que devemos mostrar ao homem sua pobreza), muitos duvidam de que se deve fazer isso. Não há nenhuma dúvida de que não é preciso despojar o homem dos seus bens, isto é, não é preciso negar-lhe o que ele tem. Mas também é uma coisa evidente quão conveniente é despojá-lo da glória vã e falsa. Pois não é lícito que ele se glorifique a si mesmo, quando pela benignidade de Deus ele é vestido e ornado de bênçãos da soberana graça divina. Quanto convém agora que se humilhe, uma vez que, por sua ingratidão, foi rebaixado à vergonha extrema, tendo perdido a excelência que tinha tido até então! Para que se entenda isso com maior facilidade, digo que a Escritura, desde o tempo em que o homem esteve exaltado ao mais alto grau de honra a que ele poderia chegar, não lhe atribui outra vantagem senão esta: que ele foi criado “à imagem de Deus”.¹⁹⁷ Com isso ela quer

^a Acréscimo feito em 1539.

^b omni rectitudine.

¹⁹⁶ “Os homens jamais encontrarão um antídoto para suas misérias, enquanto, esquecendo-se de seus próprios méritos, diante do fato de que são os únicos a enganar a si próprios, não aprenderem a recorrer à misericórdia gratuita de Deus.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (Sl 6.4), pp. 128-129.] NE.

^c Frase acrescentada em 1539.

¹⁹⁷ Gn 1.27; 1 Co 2.7; Tg 3.9.

dizer que o ser humano não é rico por seus próprios bens, mas a sua bem-aventurança está em sua participação de Deus.

20. Caniço e fumaça

Que lhe resta, então, despido e desprovido de toda glória, senão reconhecer o seu Deus, de cuja benignidade e generosidade ele quase nada reconhece, apesar da abundância das riquezas da Sua graça? E, não tendo glorificado a Deus pelas bênçãos dele recebidas, agora ao menos o glorifica na confissão da sua pobreza.^a Com muito maior razão, não é menos útil para nós que nos desfaçamos de toda apreciação elogiosa de sabedoria e virtude, o que se requer para a manutenção da glória de Deus. Tão importante é isso que, aqueles que nos atribuem algo exagerado, blasfemam de Deus e também nos causam desgraça. Pois, que outra coisa haverá, quando nos ensinam a caminhar por nossa força e virtude, senão que nos fazem subir num caniço oscilante ao vento, o qual, incapaz de nos agüentar, logo se rompe, e nós caímos? Pois ainda é honra para nós, que sejamos comparados com um caniço.^b Pois tudo o que os homens imaginam não passa de fumaça. Portanto, não é sem motivo que se encontra freqüentemente repetida nos escritos de Agostinho esta bela sentença: que os que defendem o livre arbítrio o lançam à ruína antes de o comprovarem. Por isso achei bom fazer este preâmbulo, por causa de alguns que, não podendo suportar que a virtude do homem seja destruída e aniquilada para que em seu lugar seja edificada a de Deus, com maior força julgam esta discussão, não somente inútil, mas também muito perigosa. Contudo, nós achamos que é muito útil e (*qui plus est*),¹⁹⁸ que é um dos fundamentos da religião.

21. Faculdades do ser humano

Para estudar bem^c as faculdades do homem, começemos fazendo uma divisão delas, o que faremos da maneira mais simples possível. Não há necessidade de seguir a sutileza dos filósofos. Confesso que Platão¹⁹⁹ parece ter razão quando diz que há no homem cinco sentidos. A estes ele chama instrumentos, pelos quais o senso comum, que é como um universal respeitável, concebe todas as coisas externas, que^d se apresentam à visão, à audição, ao paladar, ao olfato e ao tato. Depois, a imaginação discerne o que o senso comum concebeu e apreendeu; a seguir, a razão faz o seu trabalho julgando o todo. Finalmente, acima da razão

^a Catecismo de 1537, art. VI, fim: “Pelo entendimento da nossa pobreza, aprendamos a prosternar-nos diante do Senhor”.

^b Pascal teria lido essa frase?

¹⁹⁸ (o que é mais) – Em latim no original. NT.

^c As 60 páginas que se seguem em 1541 são traduzidas de 1539, sem nenhuma equivalente em 1536 e 1537.

¹⁹⁹ In *Theæteto*. [Platão, *Teeteto e Crátilo*, 2ª ed. Belém, Universidade Federal do Pará, 1988.] NE.

^d Frase acrescentada em 1539.

está a inteligência, que contempla com atenção séria e demorada todas as coisas sobre as quais a razão discorre e discute. Assim é que existem três virtudes na alma relacionadas com o conhecimento e o entendimento e que, por isso, são chamadas faculdades cognitivas, quais sejam: a razão, a inteligência e a imaginação. A essas correspondem outras três, que dizem respeito ao apetite, ao desejo. São elas a vontade, cuja função é desejar o que a inteligência e a razão lhe propõem; a cólera ou ira, que segue o que lhe apresentam a razão e a imaginação; e a concupiscência, que toma o que lhe é oposto pela imaginação.

Embora todas estas coisas sejam verdadeiras, ou ao menos pareçam tais, ainda assim é preciso cuidado – que não nos distraiamos, porque há o perigo de que elas pouco nos ajudem e de que nos atormentem muito por sua obscuridade.

Poderíamos apresentar outras distinções, como a que foi feita^a por Aristóteles (384-322 a.C.),²⁰⁰ de que há uma parte da alma a qual não contém razão em si mesma, mas pode ser conduzida pela razão à outra, que é realmente participante da razão. Igualmente, há três coisas das quais procedem todas as ações humanas. São elas o sentido, o entendimento^b e o apetite ou desejo. Mas é bom falar de maneira que seja entendida por todos. O que não se pode obter dos filósofos. Porque eles, quando querem falar com simplicidade, dividem a alma em duas partes, a saber, a inteligência e o desejo. Mas as duplicam, porque dizem que há uma inteligência contemplativa, que não chega à ação mas se limita unicamente a contemplar o que é representado pela palavra engenho,^c como disse Cícero.²⁰¹ A outra consiste na prática, a qual, após haver apreendido o bem ou o mal, põe a vontade a segui-lo ou a retirar-se. Nessa espécie é que está contida a ciência do bem viver.

Paralelamente, eles dividem o apetite ou desejo em concupiscência e vontade, chamando-lhe vontade^d quando o desejo do homem se sujeita à razão, e concupiscência,^e quando se extravasa em intemperança, rejeitando o jugo da modéstia. Ao fazerem isso, sempre imaginam que há no homem uma razão pela qual ele pode governar bem a si próprio. Logo, nós, que dizemos que a razão humana é depravada, não podemos concordar plenamente com eles.

22. Calvino propõe a sua classificação das faculdades do ser humano

Portanto, devemos fazer uma divisão diferente. Ei-la: Existem duas partes em nossa alma: a inteligência e a vontade. A inteligência é para discernir entre todas

^a ut altera vocent appetitiva.

²⁰⁰ Lib. I Ehtic, cap. ulti.; idem, l. I. VI, cap. II.

^b intellectiva.

^c ingenii nomine.

²⁰¹ De duplici intellectu Themist. in lib. III de ata, cap. XLIX, Cicero, de finibus, lib. IX.

^d βοθλῆσιν.

^e πάθος.

as coisas que nos são propostas, e julgar o que devemos aprovar ou condenar. A função da vontade é escolher e seguir o que o entendimento tiver julgado bom, e, ao contrário, rejeitar e evitar o que tiver reprovado.

Não precisamos deter-nos no que Aristóteles²⁰² propugna com muita sutileza, que o único movimento que ocorre propriamente na inteligência é o da escolha adotada pelo homem. Para nós deve ser suficiente (sem nos enredarmos em questões supérfluas^a) afirmar que o entendimento é como que o governador e capitão que comanda a alma – que a vontade depende do seu agrado e não deseja nada enquanto não tenha o seu julgamento. Assim é que Aristóteles diz uma verdade noutra passagem – que recusar ou querer é, no apetite, semelhante a contestar ou aprovar, no entendimento.

Pois bem, veremos logo a seguir até que ponto é certa a orientação do entendimento para dirigir a vontade. Aqui só pretendemos mostrar que todas as virtudes da alma humana se reduzem a um destes membros. Desta maneira, incluímos o sentimento (os sentidos, o senso) no entendimento, diferentemente dos filósofos, que dizem que o sentimento inclina-se para a volúpia,²⁰³ e o entendimento para a honestidade e a virtude.^b Quanto ao termo apetite, preferimos empregar a palavra vontade, que é mais utilizada.

23. Observações críticas sobre os filósofos

Consideremos agora que faculdade existe numa ou noutra parte. Os filósofos, em consenso comum, entendem que a alma humana reside na razão, a qual é como uma lâmpada para conduzir a inteligência, e como uma rainha para governar a vontade. Pois a imaginam tão cheia de luz divina que ela pode muito bem discernir entre o bem e o mal, e que tem tanta virtude que pode muito bem dominar; ao contrário, o sentimento é muito ignorante e rude, incapaz de se elevar para considerar as coisas sublimes e excelentes, sempre a arrastar-se na terra; e o apetite, estando disposto a subordinar-se à razão e não se deixando subjugar pelo sentimento, tende naturalmente a buscar o que é bom e honesto e, assim, pode conseguir o bom caminho.^c Ao contrário, se se rende em servidão ao sentimento, por este é corrompido e depravado, excedendo-se na prática de coisas desonestas.^d Por isso eles dizem que o entendimento tem consigo a razão, e assim conduz o homem ao viver feliz e virtuoso, desde que se mantenha em sua nobreza e dê lugar à virtude, que nele está naturalmente radicada.

²⁰² Ita Plato in Phædro.

^a Acréscimo a 1539.

²⁰³ Ou para o prazer dos sentidos. NT.

^b Aqui 1539 tem esta frase não traduzida: *Inde fieri ut appetitio sensus, concupiscentia fiat, et libido, affectio intellectus, voluntas.*

^c 1539 acrescenta: *et in voluntate formari.*

^d Frase de 1539 não traduzida: *Atqui omnino cum ex eorum opinione duæ animæ facultates concedantur, intellectus et appetitus, seu voluntas, quæ appellatio jam vulgariore usu recepta est.*

Isso porém eles dizem bem: que há um movimento interior, chamado sentimento (ou sentidos, ou senso) que distrai e desvia o homem para o erro e a ignorância, o qual, não obstante, pode ser domado pela razão e por esta pode ser pouco a pouco aniquilado. Eles estabelecem a vontade como um elemento intermediário entre a razão e o sentimento, isto é, com a liberdade de submeter-se à razão, se lhe parece bem, ou de se entregar ao sentimento. É bem verdade que a experiência os constringe a confessarem algumas vezes quão difícil é para o homem o estabelecer em si mesmo o império da razão – ora, acicatado pela volúpia, ora iludido por falsos valores, ora agitado por afetos intemperantes, que são como cordas (como diz Platão)²⁰⁴ que o esticam e o sacodem para cá e para lá. Por essa razão Cícero²⁰⁵ diz que nós temos somente duas diminutas centelhas do bem, por natureza iluminando o nosso espírito, centelhas que facilmente corrompemos com nossas falsas opiniões e com nossos maus costumes. Ainda bem que eles confessam que, quando tais males tomam posse do nosso espírito, dominam tanto que não é fácil contê-los, e não hesitam em compará-los com cavalos rebeldes. Porque, como o cavalo rebelde, depois de derrubar o cavaleiro, fica escoiceando sem parar, assim^c a alma, tendo rejeitado a razão e estando entregue às suas concupiscências, se extravasa em excessos. Além disso, eles dão por resolvido que tanto as virtudes como os vícios estão em nosso poder. Pois, se não pudéssemos escolher fazer o bem ou o mal, dizem eles, tampouco poderíamos abster-nos. Mas, ao contrário, se somos livres para abster-nos, também o somos para fazer. Pois bem, assim é que fazemos por livre escolha tudo o que fazemos, e nos abstermos livremente do que nos abstermos. Por conseguinte, está em nosso poder fazer o bem que fazemos, e também o mal, e, paralelamente, está em nosso poder fazer o que deixamos de fazer.²⁰⁶ E, de fato, alguns deles²⁰⁷ chegam à loucura de gabar-se de que, pelo benefício de Deus eles têm o bom caminho, e por eles próprios têm o bom viver.

Eis, pois, em suma, a sentença dos filósofos: A razão, que está no entendimento humano, é suficiente para nos conduzir e para nos mostrar o que é bom fazer; e a vontade, estando subordinada à razão, é tentada e solicitada pelos sentidos para a prática do mal, mas, todavia, no que diz respeito à liberdade de escolha, ela não está impedida de seguir inteiramente a razão.

24. Observações sobre os doutores da igreja

Quanto aos mestres da igreja cristã, se bem que não havia entre eles quem não reconhecesse que a razão é muito fraca no homem, por causa do pecado, e que a vontade está sujeita a muitas concupiscências, todavia, a maior parte deles seguiu

²⁰⁴ Libr. pri. de legi.

²⁰⁵ Lib. III Tuscul.

^c Frase acrescentada a 1539.

²⁰⁶ (1539) Vide apud Aristot. lib. III Ethic, cap. V.

²⁰⁷ Sêneca.

de preferência os filósofos, sem necessidade. Parece-me que há dois motivos pelos quais os antigos pais procederam desse modo. Primeiro, temiam que, se despojassem o homem de toda a liberdade para a prática do bem, os filósofos zombariam da doutrina deles. Segundo, a carne, que está sempre pronta a ceder à preguiça, não escolhe ocasião para reprimir as boas obras. Digo isso porque, a fim de não ensinarem nada que contrariasse a opinião comum dos homens, quiseram harmonizar, meio a meio, a doutrina da Escritura com a dos filósofos.^a A julgar, porém, por suas palavras, eles seguiram principalmente o segundo motivo. Em certa passagem²⁰⁸ Crisóstomo diz: “Deus colocou o bem e o mal em nossa faculdade, dando-nos o livre arbítrio para escolhermos um ou outro; e não nos força pelo constrangimento, mas nos recebe se O buscamos voluntariamente”. Idem:²⁰⁹ “Quem é mau pode tornar-se bom, se quiser; e quem é bom pode tornar-se mau. Porque Deus deu à nossa natureza o livre arbítrio e não nos impõe nenhuma necessidade. Mas Ele estabeleceu os remédios, que usamos se nos parece bem”. E mais:²¹⁰ “Como não podemos fazer nada sem sermos ajudados pela graça de Deus, assim também, se não apresentarmos o que a nós pertence, Sua graça não nos proverá”. Ele tinha dito que não devemos descansar no auxílio dado por Deus, mas que devemos fazer a nossa parte. E, de fato, esta sentença lhe é familiar: “Façamos o que nos cabe, e Deus suprirá o resto”. O que combina com o que disse Jerônimo: “A nós cabe começar, a Deus completar; é nosso dever oferecer o que pudermos, e o dele o de realizar o que não pudermos”.²¹¹ Vemos claramente que nessas sentenças é atribuída ao homem mais virtude do que deveriam atribuir-lhe. Aqueles mestres não queriam falar contrariamente a isso para não revelar a nossa preguiça, querendo eles demonstrar que, para eles, só contamos com o homem para vivermos bem. Logo veremos se eles têm boas razões para agir assim. As palavras acima citadas parecem falsas, para não dizer francamente que são. Embora os mestres gregos estejam nisso mais que os outros, e entre eles, singularmente, Crisóstomo foi além dos limites em seu engrandecimento dos poderes humanos, todavia, quase todos os pais antigos, à exceção de Agostinho, variam tanto neste assunto, ou falam com tanta dúvida ou tão obscuramente, que dos seus escritos não se pode chegar a nenhuma definição clara. Por isso não nos deteremos para referências específicas à opinião de cada um. Só vamos tocar de passagem no que uns e outros disseram, na ordem própria. Os outros escritores que surgiram depois, mostraram cada qual alguma sutileza, ao defenderem as virtudes humanas. Todos eles, uns após outros, foram de mal a pior, ao ponto de arrastarem o mundo para a opinião segundo a qual o homem

^a Ataque direto contra Erasmo e outros contemporâneos; a oposição é feita de agora em diante simplesmente contra o humanismo, ao qual Calvino tinha sido favorável no período anterior de sua vida.

²⁰⁸ Homélie de la prodiction des Juifs.

²⁰⁹ Homélie 18 en Genèse.

²¹⁰ Homél. 52.

²¹¹ Dialog. contra Pelagianos.

não foi corrompido, a não ser na parte sensual, conservando integralmente a razão e, na maior parte, a liberdade em seu querer. A expressão “livre arbítrio” sempre esteve entre os latinos. Os gregos empregam uma expressão mais arrogante^a ainda, com a qual querem dizer que o homem tem poder sobre si mesmo.

Portanto, sendo que, até entre os mais simples e populares, todos estão impregnados da opinião de que temos livre arbítrio, e que a maioria dos que querem ser vistos como sábios não entende nem até onde se estende essa liberdade, consideremos em primeiro lugar o significado dessa expressão, e depois vejamos, pela pura doutrina da Escritura, que faculdade ou poder o homem tem para a prática do bem ou do mal.

25. Definição de livre arbítrio

Embora a expressão^b “livre arbítrio” seja utilizada por todo o mundo, poucos são os que a definem. Todavia, ao que parece, Orígenes fez uma definição que na época foi bem recebida por todos em geral. Disse ele que o livre arbítrio “é uma faculdade da razão pela qual se pode discernir o bem e o mal, e da vontade, pela qual se pode escolher um ou outro”. Disso não discorda^c Agostinho,²¹² quando afirma que “é uma faculdade da razão e da vontade pela qual se escolhe o bem, quando se tem a assistência da graça de Deus, e o mal, quando não se tem essa assistência”. Bernardo^d [de Claraval], querendo falar sutilmente, foi mais obscuro. Disse ele que o livre arbítrio “é uma concessão feita à liberdade do querer, que não se pode perder, e um julgamento indeclinável da razão”. Não é mais clara a definição dada por Anselmo, segundo a qual essa faculdade “é um poder de manter a justiça por amor dela mesma”. Entretanto, o Mestre das Sentenças^e²¹³ e os doutores escolásticos deram preferência à definição de Agostinho, porque é mais fácil e não exclui a graça de Deus, sem a qual eles reconheciam que a vontade humana não tem nenhum poder. Contudo, eles apresentavam alguma coisa de sua iniciativa, pretendendo expressar melhor ou ao menos explicar melhor o que outros diziam.

Primeiro, eles estavam de acordo em que a palavra arbítrio deve referir-se à razão, cuja função é discernir entre o bem e o mal, e que o adjetivo livre ou franco, que se lhe junta, pertence propriamente à vontade, a qual pode ser inclinada para uma parte ou para a outra. Entendendo-se, pois, que a liberdade ajusta-se propriamente à vontade, Tomás de Aquino^f acha que seria boa esta definição:

^a αὐτεξούσιον.

^b liberum arbitrio.

^c 1539 tem somente: Augustinus, Bernardus.

²¹² Lib. III περὶ ἀρχῶν.

^d 1539 tem somente: Augustinus, Bernardus.

^e Petrus Lombardus.

²¹³ Lib. II *sententiarum*, distinctio 24.

^f Palavra acrescentada a 1539.

“O livre arbítrio é uma virtude eletiva que, intermediária entre a inteligência e a vontade, todavia inclina-se mais para a vontade”.²¹⁴

Vimos em que consiste a força do livre arbítrio, a saber, na razão e na vontade. Agora resta saber qual a sua extensão. Geralmente lhe são atribuídas coisas externas^a, não referentes ao Reino de Deus, mas sim ao conselho e à escolha dos homens; a verdadeira justiça é atribuída à graça de Deus, e a regeneração, ao Seu Espírito.²¹⁵ É o que o autor do livro da vocação dos gentios quer dizer quando diz que há três tipos de querer.²¹⁶ O primeiro se chama sensitivo; o segundo, animal; o terceiro, espiritual. Quanto aos dois primeiros, o homem é declarado livre. Do terceiro se diz que é operação do Espírito Santo.

26. Discussão da proposição supra

Discutiremos logo a seguir a veracidade da proposição acima exarada. O que precisamos fazer agora é anotar brevemente as sentenças de outros. Delas se observa que os escritores, ao tratarem do livre arbítrio, não dão muita atenção às obras externas, pertencentes à vida corporal^b, mas consideram principalmente a obediência à vontade de Deus. Pois bem, eu confesso que esta segunda questão é a principal, mas, ao mesmo tempo, digo que a outra não deve ser negligenciada, e espero comprovar bem a minha opinião quando chegarmos lá.

Existe ademais uma distinção que nos vem das escolas de teologia, na qual são mencionadas três espécies de liberdade. A primeira é a liberdade decorrente da libertação da necessidade; a outra, do pecado; a terceira, da miséria.²¹⁷ Da primeira os seus propugnadores dizem que ela está de tal modo arraigada por natureza no homem, que não pode ser extirpada. Eles confessam que as outras duas foram perdidas pelo pecado.

Acolho de boa vontade essa distinção, com esta reserva: Nela a necessidade é impropriamente confundida com o constrangimento [ou seja, com a obrigação forçada]. Logo se verá, na ocasião e no lugar próprios, que as duas coisas são muito diferentes. Uma coisa fica resolvida – que o homem não tem livre arbítrio para praticar o bem, a não ser que seja ajudado pela graça de Deus, e pela graça espiritual^c ou especial, dada tão-somente aos eleitos, mediante a regeneração.

²¹⁴ Parte I, quæst. 83, art. III.

^a medias.

²¹⁵ Comentando Gálatas 4.26, diz: “.... A Igreja enche o mundo todo e é peregrina sobre a terra. (...) Ela tem sua origem na graça celestial. Pois os filhos de Deus nascem, não da carne e do sangue, mas pelo poder do Espírito.” Continua: “Eis a razão por que a Igreja é chamada a mãe dos crentes. E, indubitavelmente, aquele que se recusa a ser filho da Igreja debalde deseja ter a Deus como seu Pai. Pois é somente através do ministério da Igreja que Deus gera filhos para si e os educa até que atravessem a adolescência e alcancem a maturidade.” [João Calvino, **Gálatas**, São Paulo, Paracletos, 1998, (Gl 4.26), p. 144.] Em outro lugar: “A Igreja é a mãe comum de todos os piedosos....” . [João Calvino, **Efésios**, (Ef 4.12), p. 125.] NE.

²¹⁶ Lib. I, cap. II.

^b civiles seu externas actiones.

²¹⁷ Lib. II *sentent.*, distinct. 25.

^c speciali.

Contudo, ainda não fica evidente se resta ao homem alguma porção dessa faculdade, pequena e fraca porém, a qual nada pode fazer sem a graça de Deus; mas, sendo ajudada por esta, age da parte dele. Querendo decidir esta questão, o Mestre das Sentenças afirma que “há uma graça dupla, necessária ao homem, para o tornar idôneo para a prática do bem”.²¹⁸ Uma ele chama atuante, a qual faz com que nós queiramos o bem com eficácia; a outra ele denomina cooperante, a qual segue a boa vontade para ajudá-la. Nessa divisão me desagrade que, quando atribui à graça de Deus o ato de fazer-nos desejar o bem com eficácia, significa que, da nossa natureza, de alguma forma desejamos o bem, apesar de nosso desejo não produzir nenhum efeito. Porque Bernardo fala pouco menos que isso, quando diz que toda boa vontade é obra de Deus, mas, não obstante, o homem pode, por sua própria iniciativa, desejar boa vontade. Mas o Mestre das Sentenças entendeu mal a Agostinho, que ele pensava estar seguindo quando introduziu essa distinção. Pior ainda, há no segundo componente uma dúvida que me incomoda, visto que gerou uma opinião perversa. Sim, pois, os escolásticos^a acharam que, por esse motivo, ele diz que não cooperamos com a graça de Deus, isto é, que está em nosso poder anular a primeira graça que nos é oferecida, rejeitando-a, ou confirmá-la, obedecendo-lhe. O que também diz o escritor do livro da vocação dos gentios.²¹⁹ Porquanto ele afirma que os que têm o juízo da razão são livres para afastar-se da graça, de modo que lhes seja imputado o poder de não compartilhar dela, para que tenham algum mérito por fazerem o que puderem, se assim o desejarem; se bem que não podem fazê-lo sem a graça cooperante de Deus.

Eu quis anotar de passo estes pontos, a fim de que o leitor entenda em que eu discordo dos doutores escolásticos, cuja doutrina é mais completa e mais pura, o que não se dá com os sofistas, de que trataremos pouco mais adiante^b e com os quais temos mais divergências, pois eles se afastaram muito da pureza dos seus predecessores. Seja como for, com esta divisão poderemos entender como podem conceder ao homem o livre arbítrio. Porque, finalmente, o Mestre das Sentenças declara²²⁰ que não se afirma que o homem tem o livre arbítrio no sentido de que ele é auto-suficiente para pensar ou praticar tanto o bem como o mal, mas unicamente no sentido de que ele não está sujeito à obrigação forçada, ao constrangimento. Essa liberdade não sofre impedimento, por mais malignos e servos do pecado que sejamos, e ainda que não consigamos fazer outra coisa que não seja o mal.

²¹⁸ Lib. II, distinct. 26.

^a falta à edição de 1539.

²¹⁹ Lib. II, cap. IV.

^b Calvino dá testemunho aqui de uma certa simpatia pelos escolásticos da boa época. Por “sofistas” ele entende os nominalistas do seu tempo.

²²⁰ Lib. II *sentent.*, distinct. 25.

27. Enfeite soberbo para algo insignificante

Vemos, pois, que eles confessam que não se afirma que o homem tem o livre arbítrio porque tem liberdade de escolher tanto o bem como o mal, mas porque ele faz o que faz por que quer, e não por constrangimento. Sentença que é bem verdadeira. Mas, que brincadeira é essa – enfeitar uma coisa tão pequena com um título tão soberbo? Aí está, que bela liberdade é essa, que o homem não é constrangido a servir ao pecado, mas que o faz numa servidão voluntária^b, que a sua vontade é mantida prisioneira pelos laços do pecado! Certo é que tenho verdadeiro horror pelas contendas de palavras^c, que inutilmente perturbam a igreja. Bom seria que fossem evitados todos os vocábulos em que haja algum absurdo, principalmente onde houver perigo de erro. Ora, quando se atribui ao homem o livre arbítrio, quantos não haverá que incontinenti se julgarão mestres e senhores do seu juízo e da sua vontade, e capazes de fazer girar a virtude de um e de outro lado?

Mas alguém poderá dizer que o perigo será extirpado, desde que as pessoas sejam advertidas quanto ao sentido da expressão “livre arbítrio”. Ao contrário, digo que, em vista da inclinação natural existente em nós que nos leva a seguir a falsidade e a mentira, mais facilmente tropeçamos numa só palavra do que seríamos instruídos na verdade por uma longa oração. Disso temos experiência mais que certa de que seria melhor dispensar tal vocábulo. Porque, uma vez inventado, é logo bem recebido por quem não leva em conta a exposição feita pelos antigos; e o toma como motivo para orgulhar-se de si mesmo.

28. Livre arbítrio: livre ou escravo?

E isso com maior razão, se nos defrontarmos com a autoridade dos pais que, conquanto estejam sempre com essa expressão na boca, entretanto mostram qual é o valor que lhe dão no uso que dela fazem. Principalmente Agostinho, que não hesita em chamá-lo servo²²¹ [arbitrio]. É bem verdade que em certo lugar ele se opõe aos que negam a existência do livre arbítrio,²²² mas, ao mesmo tempo, ele demonstra o que pretende, quando diz: “Somente que ninguém se disponha a negar o livre arbítrio para, com isso, escusar o pecado”. Por outro lado, porém, ele confessa que “a vontade do homem não é livre sem o Espírito de Deus, visto que é dominada por suas concupiscências”.²²³ Igualmente diz ele que “depois que a vontade é dominada pelo mal em que caiu, a nossa natureza perdeu a liberdade”.²²⁴ E ainda: “O homem, fazendo mau uso do livre arbítrio, perdeu-o, e perdeu-se”.²²⁵ E declara mais, “que o livre arbítrio está em cativeiro e não pode fazer bem algum”.²²⁶

^b ἐθελοδοῦλος. Em 1548 La Boétie havia composto um discurso sob esse título.

^c λογομαχίας.

²²¹ Lib. II cont. Iullia.

²²² Ad Anasta.

²²³ Homil. 53, in Ioan, de perfe. justi.

²²⁴ Lib. III ad Bonifa.

²²⁵ Ench. ad Laurent., cap. XXX.

²²⁶ De correptione et gratia, cap. XIII.

Que diremos nós, ainda mais que noutro lugar parece que ele se põe a zombar dessa expressão, dizendo que há um livre arbítrio bem livre no homem, mas de modo nenhum está livre de preocupações, e está livre da justiça e é servo do pecado? O que testifica que ele não tem outra opinião sobre a liberdade do homem, senão que se desviou da justiça, rejeitando o seu jugo para servir ao pecado. Não é assim, que ele zomba apenas do título que lhe dão, chamando-o *livre* arbítrio? Portanto, se alguém se permite usar essa expressão, não farei com ele grande controvérsia. mas, uma vez que vejo que não se pode fazer uso dela sem grande risco, e, ao contrário, que seria de grande proveito para a igreja se fosse abolida, eu não gostaria de empregá-la; e se alguém me pedisse conselho, eu lhe diria que se abstinhasse do seu uso.

29. Esclarecimento, não preconceito

Parecerá a alguns que estou agindo com grande preconceito quando declaro que todos os doutores eclesiásticos, exceto Agostinho, falaram tão dúbia ou voluvelmente sobre este assunto que nada se pode colher com certeza da sua doutrina. Entendem isso como se eu os rejeitasse^a tão-somente porque me são contrários. Mas, na verdade, meu único objetivo é simplesmente advertir os leitores, para o bem destes, do que acontece neste contexto, para que não esperem demais daquilo que ali encontrarem. É que estão sempre na incerteza, visto que, num dado momento, despojado o homem de toda virtude ou poder, ensinam que ele deve buscar refúgio unicamente na graça de Deus. E noutra ocasião lhe atribuem alguma faculdade ou poder, ou ao menos parecem atribuir-lhe. Todavia, não me é difícil fazer parecer, por algumas das suas sentenças, que, qualquer ambigüidade que acaso haja em suas palavras, não obstante, eles consideravam sem nenhum valor as obras humanas, ou ao menos pouco valor lhes davam, canalizando todo o louvor para as boas obras do Espírito Santo. Pois, que outra coisa quer dizer esta sentença de Cipriano^b, tantas vezes citada de Agostinho:^{c227} “Não temos por que nos glorificar, porque não existe nenhum bem que seja nosso”? Sem dúvida, ele anula tudo do homem, a fim de que este aprenda a buscar tudo em Deus. Algo semelhante se vê no que disse Euchère,²²⁸ antigo bispo de Lião^d: “Cristo é a Árvore da vida; quem estender a mão para ela viverá; e a árvore do conhecimento do bem e do mal é o livre arbítrio; quem dela provar morrerá”. Também o que diz Crisóstomo:²²⁹ O homem não somente é pecador por natureza, mas não é senão inteiramente pecado”. Se não existe bem algum em nós, se, da cabeça aos pés, o homem nada mais é que pecado, se nem sequer é lícito que ele queira o livre arbítrio, como lhe será lícito repartir entre Deus e o homem o louvor das boas obras?

^a a suffragii jure depellere.

^b c Falta em 1539.

²²⁷ Lib. de prædestin. sanct.

²²⁸ Lib. I in Genes.

^d Explicação acrescentada em 1539.

²²⁹ Homil. I in Advent.

Eu poderia apresentar aqui, de outros pais, muitos outros testemunhos semelhantes, mas, para que ninguém possa ironizar dizendo que só escolhi o que atende ao meu propósito, deixando de lado o que poderia prejudicar-me, abstenho-me de alongar as minhas citações. Não obstante, ousou afirmar o seguinte: Embora por vezes eles exaltem um tanto o livre arbítrio, sempre tendem a buscar como objetivo afastar o homem da confiança em sua própria virtude, ensinando-lhe que todo o seu poder está unicamente em Deus.

30. A natureza do homem

Consideremos agora, com simplicidade, e seguindo a verdade, qual é a natureza do homem. Sinto-me constrangido a repetir aqui o que já abordei no começo deste tratado, a saber, que tira bom proveito do conhecimento de si mesmo aquele que, entendendo inteligentemente a sua calamidade, a sua pobreza, a sua nudez e a sua ignomínia, fica abatido e arrasado. Porque não há perigo de o homem humilhar-se exageradamente, desde que entenda que poderá recuperar em Deus o que lhe falta. Por outro lado, o homem não pode atribuir a si mesmo nem um grão^a de bem, além da medida, que não se estrague pela confiança vã, e que não se faça culpado de sacrilégio por usurpar a glória^b de Deus. E, na verdade, sempre que nos entra na mente essa cupidez, essa cobiça, de querermos ter alguma coisa como sendo propriamente nossa, ou seja, pretender que isso está mais em nós do que em Deus, precisamos entender que essa idéia não nos é apresentada por outro conselheiro senão aquele mesmo que induziu os nossos primeiros pais a quererem ser “como Deus, ...conhecedores do bem e do mal”.²³⁰ Se é palavra diabólica a que exalta o homem em si mesmo, não devemos dar lugar a ela, a não ser que estejamos querendo receber conselho do nosso inimigo. É agradável pensar em termos em nós tanta virtude ou poder que fiquemos satisfeitos com nós mesmos. Mas há muitas sentenças na Escritura que nos desviam dessa vã confiança, como, por exemplo, as seguintes: “Maldito o homem que confia no homem, faz da carne mortal o seu braço...”.²³¹ Também: Deus “não faz caso da força do cavalo, nem se compraz nos músculos do guerreiro. Agrada-se o Senhor dos que o temem e dos que esperam na sua misericórdia”.²³² E mais: “Faz forte ao cansado e multiplica as forças ao que não tem nenhum vigor”.²³³ E ainda; Ele “prostra de fadiga os que estão na flor da idade, põe em decadência os fortes e fortalece aqueles que nele esperam” (tradução direta do original francês). Dos que buscam este objetivo, que ninguém se apoie na minúscula opinião do mundo e em sua própria virtu-

^a tantillum.

^b honorem.

²³⁰ Gn 3.5.

²³¹ Jr 17.5.

²³² Sl 147.10,11.

²³³ Is 40.29.

de ou poder, se é que deseja contar com a ajuda de Deus, que “resiste aos soberbos, mas dá graça aos humildes”.²³⁴

Depois, convém fixar na memória todas estas promessas: “Derramarei água sobre o sedento e torrentes sobre a terra seca”.²³⁵ E também: “Ah! Todos vós, os que tendes sede, vinde às águas”,²³⁶ e outras promessas semelhantes, as quais atestam que ninguém tem permissão para receber as bênçãos de Deus, exceto aquele que, reconhecendo a sua pobreza, humilha-se em sua necessidade.

Não nos esqueçamos das outras promessas, como a que também nos vem de Isaías: “Nunca mais te servirá o sol para luz do dia, nem com o seu resplendor a lua te alumiará; mas o Senhor será a tua luz perpétua”.²³⁷ Certamente o Senhor não extinguirá a luz do sol ou da lua para os Seus servos; contudo, mais do que manifestar por eles a Sua glória, Ele destrói a nossa confiança nas coisas que, em nosso humano conceito, são as mais excelentes.

31. Fundamento da filosofia cristã

Por isso esta sentença de Crisóstomo sempre me agradou muito: “O fundamento da nossa filosofia é a humildade”,²³⁸ diz ele. E mais ainda a de Agostinho,²³⁹ quando ele diz: “Como Demóstenes^a, o orador grego, sendo interrogado sobre qual seria o primeiro preceito da eloquência [ou seja, da boa oratória], respondeu que é a pronúncia [a articulação das palavras], e, sendo interrogado sobre a segunda, respondeu a mesma coisa, como também sobre a terceira, assim também, se me perguntares quais os preceitos da religião cristã, eu te responderei: O primeiro, o segundo e o terceiro, é a humildade”.²⁴⁰

32. A verdadeira humildade

Ora, ele não entende a humildade apenas no sentido de que, quando um homem acha que tem alguma virtude ou poder, não se orgulha disso, mas, sim, no sentido de que esse homem conhece de tal maneira a verdade que só encontra refúgio em humilhar-se diante de Deus. Como Agostinho declara noutro lugar:²⁴¹ “Que nin-

²³⁴ Tg 4.6.

²³⁵ Is 44.3.

²³⁶ Is 55.1.

²³⁷ Is 60.19.

²³⁸ Homil. de perfect. evang.

²³⁹ Epist. 56, *ad Diosco*.

^a rhetor ille.

²⁴⁰ “Ninguém possui coisa alguma, em seus próprios recursos, que o faça superior; portanto, quem quer que se ponha num nível mais elevado não passa de imbecil e impertinente. A genuína base da humildade cristã consiste, de um lado, em não ser presumido, porque sabemos que nada possuímos de bom em nós mesmos; e, de outro, se Deus implantou algum bem em nós, que o mesmo seja, por esta razão, totalmente debitado à conta da divina graça.” [João Calvino, *Exposição de 1 Coríntios*, São Paulo, Paracletos, 1996, (1Co 4.7), pp. 134-135.] NE.

²⁴¹ Homil. in Ioan, 49.

guém, diz ele, se gabe de si mesmo, pois cada um é diabo; todo o bem que existe é de Deus. Porque, que tens tu de ti mesmo, senão pecado? Se queres ficar com algo que seja teu, fica com o pecado, porque a justiça é de Deus”. E mais:²⁴² “Por que temos tanta presunção do poder da nossa natureza? Ela está ferida, foi abatida, dissipada, destruída; ela é causa de confissão verdadeira, e não de falsa defesa”.

Não contendamos, pois, contra Deus, por nossos direitos, como se estivéssemos enfraquecidos.^a Porquanto, como a nossa humildade é a Sua exaltação, assim a confissão da nossa humildade sempre traz consigo a Sua misericórdia como remédio. Não é bem que eu pretenda que o homem renuncie a seus direitos diante de Deus, nem que mude o seu pensamento e não reconheça a sua virtude, se é que ele tem alguma, para reduzir-se à humildade e nada mais. A única coisa que peço é que, desfazendo-se de todo o estulto amor a si próprio, e da auto-exaltação e da ambição,^b²⁴³ cegado que fora pelo apego a essas coisas, contemple-se no espelho da Escritura.^c

33. O poder da inteligência, do entendimento

Para que a ordem da nossa discussão proceda conforme a distinção que apresentamos, na qual dividimos a alma humana em inteligência ou entendimento e vontade, devemos verificar primeiro que poder há na inteligência. Dizer que ela é tão cega que não lhe resta nenhum conhecimento quanto às coisas do mundo seria contrário, não somente à Palavra de Deus, mas também à experiência comum. Porque vemos que no espírito humano há certo desejo de pesquisar a verdade, não tanto por propensão, mas principalmente por uma questão de gosto^d. Vê-se, pois, que, por uma centelha de conhecimento do espírito humano, o homem tem um amor natural pela verdade, cuja oposição revela mentes animais, cheias de insensatez e sem nenhuma disposição racional. Tanto que esse desejo, já antes de entrar em ação, mostra o seu defeito e cai na vaidade. Isso porque o entendimento humano, em sua rudeza, não pode ter o correto desejo de buscar a verdade, mas se perde em diversos erros. É como um cego que, caminhando na escuridão, tropeça aqui e ali até se perder totalmente; assim, na busca da verdade, o homem mostra quão inadequado e inidôneo é para procurá-la e encontrá-la, a tal ponto que muitas vezes nem percebe que coisas deve esforçar-se para conhecer. E assim se atormenta, com uma tola curiosidade, em busca de coisas supérfluas e de nenhum valor. Quanto às coisas necessárias, ou as despreza totalmente, ou, em

²⁴² Lib. de nat. et gratia, cap. LII.

^a ac si salutis nostri decederet quod illi tribuitur.

^b φιλαυτίας καὶ φιλονικίας.

²⁴³ “É da inveja que nascem as disputas, as quais, uma vez inflamadas, se prorrompem em seitas perigosas. Além do mais, a ambição é a mãe de todos estes males.” [João Calvino, *Exposição de 1 Coríntios*, (1Co 3.3), p.100.] NE.

^c Cf. Epístola de Tiago, I, 24. *O espelho da alma pecadora*, de autoria de Marguerite d’Angoulême, tinha surgido em 1531.

^d odore percepto.

vez de as observar bem, olha-as de soslaio ao passar, o que não se repete. E o certo é que quase nunca se aplica conscientemente a seu estudo. Dessa perversidade muitos escritores pagãos se queixam; contudo, vê-se que todos eles estão envolvidos no mesmo mal. Por isso Salomão, em seu *Eclesiastes*, depois de narrar todas as coisas das quais os homens gostam e nas quais se julgam muito sábios, por fim as declara vãs e frívolas.²⁴⁴ Todavia, quando o entendimento humano se esforça nalgum estudo, não trabalha tão inutilmente que não tenha algum proveito, principalmente quando se volta para as coisas inferiores. E nem é tão tolo que não tenha gosto, ainda que pequeno, pelas coisas superiores, se bem que se aplica negligentemente a buscá-las. Mas não possui faculdades paralelas para aquelas e para estas. Porque, quando quer se elevar acima da vida presente, logo fica principalmente convencido da sua imbecilidade. Portanto, para que o homem possa compreender melhor até que nível pode elevar-se nalgum tipo de conhecimento, devemos fazer uma distinção.

34. Coisas terrenas e coisas celestes

E a distinção é que o entendimento das coisas terrenas é um, e o das coisas celestes é outro. Chamo terrenas as coisas que não chegam a tocar em Deus e em Seu Reino, nem na verdadeira justiça e na imortalidade da vida futura, mas estão ligadas à vida presente e quase encerradas sob os limites desta. Chamo celestes as coisas que constituem a norma e a razão da verdadeira justiça e os mistérios do Reino celestial. Sob a primeira espécie contam-se: a doutrina política, a maneira de governar bem a casa, as artes mecânicas, a filosofia^a e todas as disciplinas chamadas^b liberais. À segunda pertencem o conhecimento de Deus e da Sua vontade, e as normas pelas quais o homem pode conformar a sua vida à vontade de Deus. Quanto ao primeiro gênero, é preciso confessar que, sendo o homem por natureza amigo de companhia,^{c245} ele é também inclinado, por um afeto natural, a ter e manter sociedade. Por isso vemos que há algumas noções gerais de honestidade e de ordem civil impressas no entendimento de todos os homens.

²⁴⁴ *Ec* 3.

^{a b} Acréscimos feitos em 1539.

^c sociale. Cf. Aristóteles: ζῶον πολιτικόν.

²⁴⁵ Aristóteles, *A Ética*, I.7.6. e *A Política*, I.1.9. Do mesmo modo, G.W. Leibniz, *Novos Ensaios*, São Paulo, Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. XIX), III.1.1. p. 167. Em outro lugar, Calvino escreve: “O homem foi formado para ser um animal social.” [John Calvin, *Commentaries on The First Book of Moses Called Genesis*, Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1981 (Reprinted), Vol. I, (Gn 2.18), p. 128.] Ainda: “O homem é um animal social de natureza, consequentemente, propende por instinto natural a promover e conservar esta sociedade e, por isso, observamos que existem na mente de todos os homens impressões universais não só de uma certa probidade, como também de uma ordem civil.” (João Calvino, *As Institutas*, II.2.13.) NE.

35. Ah! os que ao mal chamam bem e ao bem chamam mal!

Disso decorre que não se encontra ninguém que não reconheça que todas as assembléias devem ser regidas por leis, e que exista algum princípio dessas leis no entendimento humano. Disso decorre o consentimento que sempre foi dado, tanto pelos povos como pelas pessoas individuais no sentido de aceitarem leis, porque existe em todos alguma semente que procede da natureza, sem mestre e sem legislador. Isso não negam as lutas e dissensões que de repente surgem, quando uns gostariam que todas as leis^a fossem anuladas, toda honestidade fosse destruída e toda justiça fosse abolida, para governarem segundo a sua cupidez, segundo a sua cobiça, como ladrões e bandidos. Outros (o que é comum acontecer) acham que é iníquo o que um legislador ordena como justo e bom, e julgam bom o que para o legislador é mau.

Os primeiros odeiam as leis, não porque ignoram que elas são boas e santas, mas porque, tomados e arrebatados por sua cobiça, como por enlouquecida paixão, combatem a razão, e aquilo que aprovam no entendimento detestam no coração, no qual impera a maldade. Os segundos, diversamente, não negam que todos os homens tenham essa primeira percepção. Sua oposição consiste em querer que as leis sejam melhores, o que é sinal de que eles concedem que existe alguma equidade. No que também se evidencia a debilidade do entendimento do homem, o qual, pensando estar seguindo o caminho reto, coxeia e vacila. Mas isto permanece firme sempre – que há em todos os homens uma semente da ordem política, o que é um grande argumento em prol desta verdade: Ninguém está destituído da luz da razão quanto ao governo da presente vida.

No que se refere às artes mecânicas, como também às liberais, parece haver algum poder, quanto a esse aspecto, no entendimento humano.^b Porque o fato de que nem todos somos aptos e idôneos para aprendê-las todas é uma indicação suficiente de que o entendimento humano não é destituído de poder nesse terreno, visto que não se encontra ninguém que não tenha facilidade para aprender alguma delas. Melhor ainda, não se trata apenas da capacidade potencial e da facilidade para aprender, mas também vemos que cada um em sua arte muitas vezes inventa algo novo ou amplia e aperfeiçoa o que aprendeu de outros.

36. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra

Se bem que, com respeito a isso, Platão tinha errado, entendendo que tal apercepção não passa de uma recordação do que a alma sabia antes de adentrar o corpo,

^a jus et faz omne inversum, soluta legum refragula.

^b Essa graça relativa à atividade terrena e social, comum aos fiéis e aos infiéis, recebeu o nome de “graça comum” na teologia calvinista posterior ao reformador. O objetivo da graça comum não é dirigir o homem rumo ao céu – papel que cabe a “graça particular” –, mas sim o de impedir a corrupção total, extensiva às faculdades do ser humano, impedir que essa corrupção se torne intensiva e as destrua completamente.

todavia, a razão nos constrange a confessar que há um princípio dessas coisas gravado naturalmente em todos os homens.

Os exemplos acima dados nos mostram, pois, que há uma apercepção universal da razão impressa naturalmente em todos os homens; e, não obstante, isso é tão universal que cada pessoa, por si mesma, por sua inteligência, deve reconhecer uma graça especial de Deus. A esse reconhecimento Deus nos exorta o bastante produzindo loucos e insensatos, pelos quais Ele mostra, como num espelho, qual seria a qualidade da alma humana, se não fosse esclarecida por Sua luz – luz que por Ele é dada naturalmente a todos como um benefício gratuito da Sua generosidade para com cada um dos seres humanos. A invenção das artes, a maneira de ensiná-las, a ordem doutrinária, o conhecimento singular e a excelência deste, sendo coisas que vêm a pouca gente, não servem de argumento para provar que a engenhosidade não vem da natureza aos homens. Como, porém, são coisas comuns a bons e maus, podemos reputá-las como graças naturais. Portanto, quando vemos em escritores pagãos essa admirável luz da verdade que transparece em suas obras, devemos estar advertidos de que a natureza do homem, conquanto havendo perdido a sua integridade e se tornado grandemente corrupta, não deixa entretanto de ser ornada por muitos dons de Deus.

37. A única Fonte da verdade

Se reconhecermos o Espírito de Deus como a única Fonte da verdade, não lutaremos contra a verdade onde quer que ela apareça; caso contrário, estaremos ofendendo o Espírito de Deus. Porque não se pode falar mal dos dons do Espírito sem lançar desprezo e opróbrio sobre Ele.²⁴⁶

Pois bem, poderemos negar agora que os antigos juriconsultos tiveram grande clareza de sabedoria e prudência quando estabeleceram uma ordem tão boa e uma política^a tão eqüitativa? Diremos que os filósofos eram cegos, quando vemos que eles estudavam tão diligentemente os segredos da natureza e os descreveram com tanto engenho e arte em seus escritos? Diremos que os que nos ensinaram a arte de discutir, que é como se fala com a razão, não tinham nenhuma inteligência, nenhum entendimento? Diremos que os que inventaram a medicina eram insensatos? Quanto às demais disciplinas^b, vamos considerá-las como loucuras?

Muito ao contrário, não poderemos ler os livros escritos sobre todos esses assuntos sem nos maravilharmos. Pois nos maravilharemos, visto que seremos

²⁴⁶ “Se reputamos ser o Espírito de Deus a fonte única da verdade mesma, onde quer que ela haja de aparecer, nem a rejeitaremos, nem a desprezaremos, a menos que queiramos ser insultuosos para com o Espírito de Deus.” (J. Calvino, *As Institutas*, II.2.15); “Visto que toda verdade procede de Deus, se algum ímpio disser algo verdadeiro, não devemos rejeitá-lo, porquanto o mesmo procede de Deus.” [J. Calvino, *As Pastorais*, (Tt 1.12), p. 318.] NE.

^a disciplinam.

^b mathemata omnia.

constrangidos a reconhecer a sabedoria e a prudência neles presentes. Pois bem, assim é que não devemos considerar coisa alguma como excelente e louvável sem reconhecer que procede de Deus. De outro modo, seria uma grande ingrati-dão nossa – ingratidão que não se vê nos poetas pagãos, que confessaram que a Filosofia, as Leis (o Direito), a Medicina^a e outras doutrinas são dons de Deus.

Sendo, pois, assim, que as pessoas que não têm outro auxílio além da natureza^b, e têm sido tão engenhosas no entendimento das coisas terrenas e inferiores, tais exemplos devem instruir-nos sobre quanta graça o Senhor legou à natureza humana, tendo esta sido despojada do soberano bem.^c Não nos devemos esquecer, porém, de que todas essas graças são dons do Espírito de Deus, os quais Ele distribui segundo Lhe parece bem, para benefício comum do gênero humano. Porque, se mal se pode avaliar quanta ciência e quanta arte foram dadas de maneira especial por Deus aos²⁴⁷ que construíram o Tabernáculo no deserto, não é de admirar que digamos que o conhecimento das principais coisas da vida humana nos é comunicado pelo Espírito de Deus. Se alguém levantar a objeção: Como pode o Espírito de Deus fazer algo de bom com os iníquos, tão distanciados de Deus? Respondo que esse argumento não é suficiente. Porque quando dizemos que o Espírito só habita nos fiéis, entenda-se o Espírito de santificação, pelo qual somos consagrados a Deus para sermos Seus templos. Entretanto, Deus não deixa de suprir, mover e vivificar, pelo poder do mesmo Espírito, todas as criaturas, e isso Ele faz de acordo com as qualidades próprias de cada uma, tais como por Ele lhes foram dadas na criação. Ora, se o Senhor quer que os iníquos nos prestem serviço para deles aprendermos a Física, a Dialética^d e outras disciplinas, devemos fazer uso deles, para que não suceda que a nossa negligência seja puni-

^a Falta em 1539.

^b quos scriptura ψυχικότης vocat.

De nature: quer dizer que não tinham sido regenerados. Como a graça comum, da qual eles se beneficiam, não faz outra coisa que conservar ou restabelecer as qualidades da natureza tais como eram antes da Queda, hoje se pode falar de uma ordem da natureza, de um direito natural, etc., após a Queda, apesar da origem sobrenatural da conservação ou da restauração das qualidades sobrenaturais.

^c Vê-se que a doutrina calvinista da “graça comum” fez da cultura intelectual e estética um dever religioso. É, pois, um erro falar, como se tem falado, da “barbárie primitiva” que o calvinismo teria repudiado, renunciando a seu princípio inicial e à sua força original.

²⁴⁷ Bezalel e Aoliabe, Êx 31.1-11 e 35.30-35. Herman Bavinck (1854-1921) escreve de modo magistral, mostrando que a arte provém de Deus: “A arte também é um dom de Deus. Como o Senhor não é apenas verdade e santidade, mas também glória, e expande a beleza de Seu nome sobre todas as Suas obras, então é Ele, também, que, pelo Seu Espírito, equipa os artistas com sabedoria e entendimento e conhecimento em todo tipo de trabalhos manuais (Ex 31.3; 35.31). A arte é, portanto, em primeiro lugar, uma evidência da habilidade humana para criar. Essa habilidade é de caráter espiritual, e dá expressão aos seus profundos anseios, aos seus altos ideais, ao seu insaciável anseio pela harmonia. Além disso, a arte em todas as suas obras e formas projeta um mundo ideal diante de nós, no qual as discórdias de nossa existência na terra são substituídas por uma gratificante harmonia. Desta forma a beleza revela o que neste mundo caído tem sido obscurecido à sabedoria mas está descoberto aos olhos do artista. E por pintar diante de nós um quadro de uma outra e mais elevada realidade, a arte é um conforto para nossa vida, e levanta nossa alma da consternação, e enche nosso coração de esperança e alegria.” (Herman Bavinck, **Our Reasonable Faith**, 4ª ed. Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1984, p. 21.) NE.

^d 1539 acrescenta: mathematicis.

da, se desprezarmos os dons de Deus onde quer que os benefícios destes nos sejam oferecidos.²⁴⁸

Todavia, para que ninguém pense que o homem é muito feliz por concedermos que ele tem o grande poder de entender as coisas inferiores e existentes neste mundo corruptível, devemos igualmente notar que a faculdade de entendimento, e a de inteligência que se lhe segue, é coisa frívola e sem nenhuma importância perante Deus, quando lhe falta o firme fundamento da verdade. Porquanto, é bem verdadeira a sentença de Agostinho, que o Mestre das Sentenças sentiu-se constrangido a aprovar:²⁴⁹ que as graças ultranaturais dadas ao homem desde o princípio lhe são dadas após a sua queda em pecado, e assim também as graças naturais que nele subsistem foram corrompidas; não que tenham sido ou possam ter sido contaminadas quando e como procederam de Deus, pois foram entregues puras ao homem, sendo que depois ele se corrompeu. Por isso não se atribui ao homem nenhum louvor.

38. Tripé da sabedoria espiritual

Resta-nos agora expor o que a razão humana pode ver em sua busca do Reino de Deus, e qual a sua capacidade de compreender a sabedoria espiritual, que consiste em três coisas, a saber: conhecer a Deus; conhecer a Sua vontade; e saber como nos cabe reger a nossa vida segundo a vontade de Deus.

Quanto às duas primeiras, principalmente a segunda, os mais astutos de entendimento são mais cegos que os próprios cegos^a. Não nego que se possa encontrar nos livros de filosofia sentenças sobre Deus bem escritas^b; mas sempre se vê nelas tal inconstância^c que fica patente que não passam de imaginações confusas. É bem verdade que Deus lhes concedeu um pequeno sabor da Sua divindade, para que não pretendessem que a sua ignorância desculpassem a sua impiedade, e os impulsiona um pouco a dizerem sentenças pelas quais poderiam ser persuadidos. Mas eles de tal modo só vêem o que querem ver, que isso não consegue levá-los à verdade. Tal é a situação que é necessário que eles sejam conduzidos ao verdadeiro conhecimento. Poderemos explicar isso por meio de analogias^d. Se um homem estiver no meio^e de um campo numa noite completamente escura, um relâmpago o fará capaz de enxergar um grande espaço ao seu redor, mas essa claridade durará uma fração de tempo; assim, de nada lhe servirá para conduzi-lo pelo caminho

²⁴⁸ “.... Se o Senhor nos quis deste modo ajudados pela obra e ministério dos ímpios na física, na dialética, na matemática e nas demais áreas do saber, façamos uso destas, para que não soframos o justo castigo de nossa displicência, se negligenciarmos as dádivas de Deus nelas graciosamente oferecidas.” (J. Calvino, *As Institutas*, II.2.16.) NE.

²⁴⁹ Lib. II, *distinct.* 25.

^a talpis.

^b scite et apposite dicta.

^c vertiginosam quandam imaginationem.

^d Frase acrescentada em 1541.

^e Picardismo (*milieu*).

certo. Tão depressa se desvanece a claridade que, antes de ele poder pôr os olhos no caminho, é outra vez dominado pelas trevas; não há como chegar à casa. Mais que isso acontece com as pequenas gotas da verdade que vemos esparsas nos livros dos filósofos; por quantas horríveis mentiras são obscurecidas?

Mas, como eu disse no segundo artigo^a, a ignorância deles é que jamais tiveram um mínimo que fosse de certeza da vontade de Deus, sem o que o entendimento fica tomado por espantosa confusão. Porque a razão humana nunca pode aproximar, nem estender, nem acertar o seu objetivo – que é conhecer bem o Deus verdadeiro e que Ele quer estar entre nós. Mas, como uma falsa presunção nos deixa embriagados, e só com grande dificuldade podemos acreditar que a nossa razão é cega e insensível para entender as coisas de Deus, será melhor, ao que me parece, provar isso pelo testemunho da Escritura do que por argumentos da razão.²⁵⁰ O que nos é bem demonstrado pelo apóstolo João, quando afirma que desde o princípio a vida estava em Deus e que “a vida era a luz dos homens. A luz resplandece nas trevas, e as trevas não prevaleceram contra ela”.²⁵¹ Porque com estas palavras ele ensina que a alma do homem recebe um pouco da luz de Deus, de sorte que ela jamais fica destituída de alguma chama, ou ao menos de alguma centelha. Igualmente, porém, ele observa que, mesmo com essa iluminação, ela não pode compreender Deus. Por quê? A razão disso é que todo o seu engenho^b quanto ao conhecimento de Deus é pura escuridão, porque, quando o Espírito Santo chama aos homens trevas, Ele os despoja de toda a faculdade de inteligência espiritual.²⁵²

Por isso o apóstolo afirma que os crentes que recebem a Cristo não nascem nem do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas unicamente de Deus; como se dissesse que a carne não é capaz de tão alta sabedoria como a de compreender Deus e o que a Deus pertence, a não ser que seja iluminada pelo Espírito Santo.²⁵³ Como Jesus Cristo testifica ao apóstolo Pedro que

^a Frase acrescentada em 1541.

²⁵⁰ “Quanto tem avançado aquele homem que há aprendido a não pertencer-se a si mesmo, nem a ser governado por sua própria razão, senão que submete a sua mente a Deus!” [John Calvin, **Golden Booklet of the True Christian Life**, 6ª ed. Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1977, p. 21.] “O Evangelho não é uma doutrina de língua, senão de vida. Não pode assimilar-se somente por meio da razão e da memória, senão que chega a compreender-se de forma total quando ele possui toda a alma, e penetra no mais íntimo recesso do coração. (...) Os cristãos deveriam detestar aqueles que têm o Evangelho em seus lábios porém não em seus corações.” [John Calvin, **Golden Booklet of the True Christian Life**, p. 17.] NE.

^b acumen.

²⁵¹ Jo 1.4,5.

²⁵² “O gênero humano, depois que foi arruinado pela queda de Adão, ficou não só privado de um estado tão distinto e honrado, e despojado de seu primevo domínio, mas está também mantido cativo sob uma degradante e ignominiosa escravidão.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 1, (Sl 8.6), p. 171.] NE.

²⁵³ “Só quando Deus irradia em nós a luz de seu Espírito é que a Palavra logra produzir algum efeito. Daí a vocação interna, que só é eficaz no eleito e apropriada para ele, distingue-se da voz externa dos homens.” [J. Calvino, **Exposição de Romanos**, São Paulo, Paracletos, 1997, (Rm 10.16), p. 374.] A vocação eficaz do eleito, “não consiste somente na pregação da Palavra, senão também na iluminação do Espírito Santo.” (J. Calvino, **As Institutas**, III.24.2.) “O ensino interno e eficaz do Espírito é um tesouro que lhes pertence de forma peculiar. (...) A voz de Deus, aliás, ressoa através do mundo inteiro; mas ela só penetra o coração dos santos, em favor de quem a salvação está ordenada.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (Sl 40.8), p. 229.] NE.

foi por uma revelação espiritual de Deus que ele O pôde conhecer.²⁵⁴ Se tivéssemos como coisa resolvida aquilo sobre o que não se deve ter dúvida, sendo certo que tudo quanto o nosso Senhor confere aos Seus eleitos pelo Espírito de regeneração falta à nossa natureza, não teríamos nenhum motivo para vacilar nesta questão. Porque o povo fiel fala desta maneira, pela boca do profeta:²⁵⁵ “Pois em ti está o manancial da vida; na tua luz, vemos a luz”. O apóstolo Paulo²⁵⁶ testifica que ninguém pode falar verdadeiramente de Cristo, senão pelo Espírito Santo. Igualmente João Batista, vendo a rudeza dos seus discípulos, exclama que ninguém pode compreender ou receber coisa alguma se do céu não lhe for dada.²⁵⁷ Pois bem, por essa palavra referente a “dom”, que ele entende que se trata de uma revelação espiritual, e não de uma inteligência comum pertencente à natureza, fica evidente no que ele se queixa – de que os seus discípulos nada aproveitaram das muitas pregações que ele lhes havia feito acerca de Cristo. Vejo bem, diz ele, que as minhas palavras não terão nenhum poder de instruir os homens sobre as coisas divinas, se Deus não os instruir por Seu Espírito.²⁵⁸ Paralelamente, Moisés, censurando o esquecimento do povo, ao mesmo tempo observa que ele não pode entender os mistérios de Deus, a não ser que lhe seja dada a graça de Deus. “As grandes provas que os vossos olhos viram, os sinais e grandes maravilhas; porém o Senhor não vos deu coração (ou entendimento) para entender, nem olhos para ver, nem ouvidos para ouvir.”²⁵⁹

39. A grande limitação da luz da natureza

Será que ele se expressaria melhor se os chamasse de brancos e incapazes de considerar as obras de Deus? Por essa razão o Senhor, mediante Seu profeta, prometeu aos israelitas que, por uma graça singular, lhes daria entendimento pelo qual O conheceriam, significando que o entendimento do homem não poderá ter melhor sabedoria ou prudência espiritual, a menos que seja iluminado por Ele.²⁶⁰ Mas o apóstolo Paulo fala mais claramente que todos os outros quando, tirando uma dedução deste assunto, conclui que “o homem natural não aceita as

²⁵⁴ Mt 16.17.

²⁵⁵ Sl 36.9.

²⁵⁶ 1 Co 12.3.

²⁵⁷ Jo 3.27.

²⁵⁸ “A função peculiar do Espírito Santo consiste em gravar a Lei de Deus em nossos corações” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (Sl 40.8), p. 228.] É o Espírito Quem nos ensina através das Escrituras (Vd. **As Institutas**, I.9.3); esta é “a escola do Espírito Santo”. (J. Calvino, **As Institutas**, III.21.3. Vd. também, **As Institutas**, IV.17.36), que é a “escola de Cristo” [João Calvino, **Efésios**, (Ef 4.17), p. 133]; e, o Espírito é o “Mestre” [João Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 1.16), p. 58]; “o melhor mestre” [João Calvino, **As Institutas**, IV.17.36. Calvino diz que quem rejeita o “magistério do Espírito”, é desvairado. (João Calvino, **As Institutas**, I.9.1); é o “Mestre interior” [João Calvino, **As Institutas**, III.1.4; III.2.34; IV.14.9.] Portanto, “Se porventura desejamos lograr algum progresso na escola do Senhor, devemos antes renunciar nosso próprio entendimento e nossa própria vontade” [João Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 3.3), p. 100.] NE.

²⁵⁹ Dt 29.3,4.

²⁶⁰ *Hiér.* 24. [Jerônimo.]

cousas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura” (ou, na versão utilizada no original: “o homem sensual não pode compreender as coisas que são do Espírito, que lhe são loucura”),²⁶¹ e não as pode entender.^a Que homem é esse que ele chama sensual^b? É o que se baseia na luz da natureza.²⁶²

Eis, pois, como se demonstra que o homem não pode conhecer naturalmente as coisas espirituais. Se lhe é pedida a razão delas, não consegue dá-la, não somente porque as negligencia, mas falha mesmo quando se esforça ao máximo, porque lhe falta discerni-las espiritualmente (diz o apóstolo Paulo).^c Com isso ele quer dizer que, estando ocultas à inteligência humana, são postas às claras pela revelação do Espírito, a tal ponto que toda a sabedoria de Deus é loucura para o homem, enquanto ele não for iluminado pela graça.²⁶³ Ora, o apóstolo Paulo^d antes havia elevado, acima da vista, do ouvido e da capacidade do nosso entendimento, o conhecimento das coisas que Deus preparou para os Seus servos, e até havia testificado que a sapiência humana é como um véu que nos impede de contemplar a Deus. Que mais desejamos? O apóstolo sentencia que a sapiência do mundo seja considerada loucura, como na verdade o quis Deus. E nós^e lhe vamos atribuir uma astúcia, uma sutileza capaz de chegar a Deus e de penetrar todos os segredos do Seu Reino? Que essa alucinação esteja longe de nós!

40. Como regradar a nossa vida

Resta-nos falar do terceiro membro do tripé, qual seja, o de conhecer a regra pela qual devemos ordenar bem a nossa vida, isto é, pela qual se conhece a verdadeira justiça das obras, em que parece evidente que o entendimento tem alguma sutileza superior à que se relaciona com as coisas acima citadas. Porque o apóstolo²⁶⁴ dá testemunho no sentido de que, quando “os gentios, que não têm lei, procedem, por natureza, de conformidade com a lei, não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos. Estes mostram a norma da lei gravada no seu coração^f, testemunhando-lhes também a consciência e os seus pensamentos, mutuamente acusando-se ou defendendo-se” diante do juízo de Deus, naquilo que eles fazem. Ora, se

²⁶¹ 1Co 2.14.

^a Acréscimo feito em 1529.

^b animal.

²⁶² “Uma vez que o *espiritual* se refere à pessoa cuja mente é orientada pela iluminação do Espírito, não há dúvida de que o *natural* signifique a pessoa entregue simplesmente aos dons naturais, como são chamados. Pois a *alma* se acha estreitamente ligada à natureza, mas o *Espírito* flui de um dom sobrenatural.” [João Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 2.14), p. 92.] NE.

^c Acréscimo feitos em 1539.

²⁶³ Vd. João Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 2.14), pp. 93-94. NE.

^d Acréscimo feitos em 1539.

^e A margem de 1539 diz: *Pri. tract. de fide*. (Ignoramos se *Pri.* significa *primo*, *priore*, ou se é a primeira sílaba do nome de um autor.)

²⁶⁴ Rm 2.14-16.

^f Cf. 1536, p. 46: Ne ignorantes homines essent, legem in omnium cordibus Dominus inscripsit et quasi impressit. Hæc vero non aliud est quam conscientia, quæ nobis *intus testis* sit eorum quæ Deo debemus, nobisque *quid bonum sit, quid malum*, proponat.

os gentios têm a justiça de Deus naturalmente impressa em seu espírito^a, não diremos que eles são totalmente cegos, quanto a saberem como se deve viver.

De fato é coisa vulgarmente sabida que o homem tem suficiente instrução sobre a justa regra do bem viver por essa lei natural de que o apóstolo fala. Todavia, precisamos considerar a finalidade para a qual esse conhecimento da Lei foi dado aos homens, e então se verá até que ponto ele nos pode dirigir à meta da razão e da verdade. Isso nos poderá tornar-se notório pelas palavras do apóstolo Paulo, se considerarmos o processo seguido na formulação da passagem. Ele tinha dito pouco antes que “todos os que pecaram sem lei também sem lei perecerão; e todos os que com lei pecaram mediante lei serão julgados”.²⁶⁵

41. A lei natural ajuda e condena

Visto que o último ponto não parece nem um pouco razoável, qual seja, que as pobres pessoas ignorantes, sem terem nenhuma luz da verdade, pereçam sem apelação, ele acrescenta que a sua consciência lhes pode servir de lei e, por sua vez, é suficiente para condená-las com justiça. Portanto, o fim da lei natural é deixar o homem sem desculpa. E assim a podemos definir apropriadamente: A lei natural é um sentido da consciência pelo qual ela discerne suficientemente o bem e o mal, para despir o homem de sua protetora capa de ignorância, ao mesmo tempo em que ela é censurada por seu próprio testemunho. Há no homem uma tal inclinação para iludir-se e gabar-se que sempre se mostra com forte disposição para desviar a sua mente do reconhecimento do seu pecado. O que, parece-me, levou Platão (427-347 a.C.) a dizer²⁶⁶ “que só pecamos por ignorância”. Até que isso passaria, se a hipocrisia do homem, ao esconder os seus vícios e erros, pudesse fazer com que a consciência não fosse por isso mesmo perseguida pelo juízo de Deus. Sendo, porém, assim, que o pecador, recusando o discernimento do bem e do mal que há em seu coração, isso lhe é arrancado à força, mais cedo ou mais tarde, de tal maneira que mal fecha os olhos, logo é constrangido, querendo ou não, a abri-los – fica evidente que é uma falsidade dizer que só se peca por ignorância. Temístio (outro filósofo^b [e retórico, c. 320-390 A.D.]) falou a pura verdade²⁶⁷ quando ensinou que o entendimento do homem pouco erra quando faz considerações gerais^c, mas se engana quando considera particularmente o que concerne à sua pessoa^d.

^a Cf. 1536, p. 46 (nota anterior).

²⁶⁵ Rm 2.12.

²⁶⁶ In *Protagora*.

^b Themistius, comentador de Aristóteles, é citado acima. Suas paráfrases foram impressas pela primeira vez em 1480.

²⁶⁷ *Paraph. in 3 de aia.*, cap. XLVI.

^c in definitione universali, seu rei essentia.

^d A primeira edição, toda em grego, dos *Discursos* de Themistius, acabava de ser publicada em Veneza, em 1534, com os Comentários sobre Aristóteles, quando Calvino redigia a *Instituição* (as *Institutas*).

Exemplos: Se for feita uma pesquisa geral para ver se o homicídio é mau, não haverá quem não responda que é. Todavia, quem maquina a morte do seu inimigo julga que isso é bom. Paralelamente, um adúltero condenará a corrupção moral em termos gerais, mas se gabará das suas pecaminosas práticas sexuais. Aqui está, pois, em que consiste a ignorância – quando, após haver estabelecido um bom juízo universal^a, o homem se vê envolvido pessoalmente, esquece a regra que seguia anteriormente^b, e não se leva em conta a si próprio para julgamento. Desse assunto Agostinho trata muito bem, na exposição do Salmo 57.²⁶⁸ O que disse Temístio não é universal. Porque algumas vezes a torpeza da maldade força tanto a consciência do pecador que ele não cai por deixar-se levar pela falsa imaginação de que o que pretende fazer é moralmente bom, mas porque se entrega ao mal consciente e voluntariamente. Dessa inclinação falam as sentenças que vemos nos livros dos pagãos:^c

“Vejo o melhor e o aprovo, mas não deixo de seguir o pior,²⁶⁹ e outras semelhantes^d. Para eliminar toda e qualquer dúvida sobre essa questão, há uma boa distinção em Aristóteles (384-322 a.C.) entre a incontinência e a intemperança.²⁷⁰ “Onde impera a incontinência”, diz ele, “o entendimento do bem e do mal é extirpado do homem por sua concupiscência desordenada^e, enquanto que ele não reconhece em seu pecado o mal que geralmente condena em todos os outros; mas quando a cupidez não o cega mais, o arrependimento lhe toma o lugar e o leva a reconhecer o seu pecado. A intemperança é uma doença mais perigosa: é quando o homem, vendo que está praticando o mal, não desiste^f, mas continua obstinadamente em seu mau desejo”.

42. Um padrão da justiça perfeita

Pois bem, sabedores de que existe um juízo universal no homem que o habilita a discernir o bem e o mal, não é necessário verificar se ele é totalmente são e completo. Porque, se o seu entendimento tem o discernimento do bem e do mal somente quanto às coisas das quais ele não pode alegar ignorância, não há necessidade de que a verdade lhe seja notória em cada ponto, mas é suficiente que a conheça ao ponto de não poder ficar com evasivas sem estar convencido pelo testemunho da consciência. E, de fato, se quisermos examinar que entendimento da justiça temos segundo a Lei de Deus, a qual é um padrão^g da justiça perfeita,

^a ubi ad hypothesim ventum est.

^b in thesi.

²⁶⁸ Santo Agostinho, **Comentário aos Salmos**, São Paulo, Paulus, (Patrística, 9/2), 1997, pp. 136-169. NE.

^c Proposição que faltam em 1539.

²⁶⁹ Medæa apud Ovid.

^d Proposição que faltam em 1539.

²⁷⁰ Lib. Ethic. 7, cap. III. [Aristóteles, **Ética a Nicômaco**, São Paulo, Abril Cultura, (Os Pensadores, Vol. IV), 1973, III.7. p. 359-361.]

^e Seu πτόθος.

^f non extingui aut frangi.

^g exemplar.

veremos de quantas maneiras esse entendimento é cego. Certamente ele nada sabe dos princípios mais importantes da Primeira Tábua^a, como os de pôr em Deus a nossa confiança, dar-lhe o louvor por Seu poder e Sua justiça, invocar o Seu Nome e observar o Seu descanso.²⁷¹ Qual entendimento humano será que, por seu sentido natural, não digo apenas que alguma vez tenha conhecido, mas que alguma vez tenha sequer imaginado, que a verdadeira honra e o real serviço^b a Deus consistem nessas coisas? Pois, quando os ímpios querem honrar a Deus, ainda que os afastemos mil vezes das suas loucas fantasias, sempre recaem, e não há como persuadi-los de que não há outro serviço agradável a Deus, senão o espiritual. Poderemos louvar um entendimento que por si mesmo não pode ouvir e compreender boas advertências? Ora, o entendimento está nessas condições; vemos, pois, que ele é totalmente insensato e insensível.^c

Quanto aos preceitos da Segunda Tábua,²⁷² há um pouco mais de compreensão, visto que os mandamentos nela contidos abordam mais de perto a vida humana e civil; mas, também nessa parte por vezes o entendimento humano falha muito. Aos mais excelentes espíritos parece absurdo tolerar uma superioridade muito insensata e insensível, sendo possível repudiá-la de algum modo. E nisso não pode haver outro julgamento ocorrido na razão humana, senão o de levar o coração decaído e fraco a mostrar persistentemente essa superioridade, ao invés de repudiá-la e sujeitá-la convenientemente e com virilidade. Ao contrário, o Senhor, condenando essa altivez exagerada do coração, ordena aos Seus que tenham a paciência humilde que os homens condenam e reprovam com veemência.

Mais fortemente ainda, o nosso entendimento é tão cego nesses pontos da Lei de Deus que nem sequer reconhece o mal da sua concupiscência. Pois o homem sensual^d não pode ser induzido a reconhecer a sua enfermidade interior; e, antes de chegar à entrada do seu abismo, a luz da sua natureza é sufocada.²⁷³ Note-se que quando os filósofos falam dos movimentos ou motivos imoderados do nosso coração, referem-se aos que aparecem mediante sinais visíveis. Quanto aos desejos malignos que incitam mais secretamente o coração, para eles nada significam. Por isso, como já acima Platão foi condenado por imputar todos os

^a Isto é, a primeira parte do Decálogo (explicada pouco depois, no cap. III).

²⁷¹ Êx 20.8-11.

^b cultum.

^c Conclusão acrescentada em 1539. 2. Pouco adiante, cap. III (5º. mandamento).

²⁷² Êx 20.12-17.

^d O “homem sensual” não considera pecados os maus desejos que se insinuam secretamente. Completamente diferente é o pensamento de Calvino. Para ele, o domínio do pecado se estende para além da zona de direção central pela vontade deliberada. A concupiscência já é pecado. O pecado é um gênero do qual a falta moral de que falam os filósofos é apenas uma espécie. Esse é o ponto de vista do 10º. mandamento: “Não cobiçarás”.

²⁷³ A razão estigmatizada pelo pecado, que se mostra tão eficaz nas coisas naturais, perde-se diante do mistério de Deus revelado em Cristo e, também diante da Revelação geral na Natureza: “As mentes humanas são cegas a essa luz, a qual resplandece em todas as coisas criadas, até que sejam iluminadas pelo Espírito de Deus e comecem a compreender, pela fé, que jamais poderão entendê-lo de outra forma.” [João Calvino, **Exposição de Hebreus**, São Paulo, Paracletos, 1997, (Hb 11.3), p. 299.] NE.

pecados à ignorância, assim também precisamos rejeitar a opinião daqueles que pensam que em todos os pecados há uma deliberada malícia. Porque já experimentamos muito mais do que o necessário quantas vezes falhamos apesar da nossa boa intenção. Pois a nossa razão e o nosso entendimento estão envolvidos em tantos aspectos da ignorância, estão sujeitos a tantos erros, tropeçam em tantos obstáculos e tantas vezes são abatidos pela perplexidade, que muito longe estão de poder dirigir-nos bem. Certamente o apóstolo Paulo²⁷⁴ mostra quanto o nosso entendimento é inseguro e incapaz de nos conduzir em nosso caminho, quando declara que “por nós mesmos” não somos “capazes de pensar alguma coisa, como se partisse de nós”. Ele não está falando da vontade ou dos afetos, mas nos despoja do que de bom nos possa vir do entendimento. Como é isso então, dirá alguém, que toda a nossa indústria e a nossa sabedoria, o nosso conhecimento e a nossa solicitude são tão depravados que nada de bom podemos fazer nem pensar diante de Deus? Confesso que nos parece muito duro e que muito nos entristece sermos despojados da prudência e da sabedoria, que julgamos constituírem as nossas qualidades mais excelentes. Mas isso parece justo ao Espírito Santo, que sabe que todas as cogitações do mundo são vãs e que sentencia claramente que tudo o que o coração produz é mau.²⁷⁵ Se tudo o que o nosso entendimento concebe, agita, delibera e maquina é sempre mau^a, como poderia o pensamento ocupar-se de coisas que agradam a Deus, a Quem não há nada que agrade, senão a justiça e a santidade? Pode-se ver, pois, que a razão, pertencente ao nosso entendimento, de qualquer lado para o qual se volte está pura e simplesmente sujeita à vaidade. Isso Davi reconhecia pessoalmente, declarando que o entendimento lhe foi dado por Deus para ele poder aprender os Seus preceitos.²⁷⁶ Porque, aquele que deseja um novo entendimento [ou um novo espírito] dá a entender que o seu não é suficiente. Pois bem, Agostinho conhecia de tal modo a incapacidade da nossa razão de entender as coisas de Deus que ele confessa que a graça e a iluminação do Espírito Santo são tão necessários ao nosso entendimento como a claridade do sol aos nossos olhos.²⁷⁷ Ainda não contente com o que disse, acrescenta^b que “nós abrimos bem os nossos olhos corporais para recebermos luz, mas os olhos do nosso entendimento permanecem fechados, a não ser que o Senhor os abra”.²⁷⁸

²⁷⁴ 2 Co 3.5.

²⁷⁵ Gn 6 e seguintes.

^a A confissão de pecados, que remonta à liturgia calvinista de Estrasburgo (1538), diz: “Sendo nós incapazes por nós mesmos de fazer o bem”, etc.

²⁷⁶ Sl 129 [Sl 51.10-13].

²⁷⁷ Lib. II de *peccato. mor. remiss.*, cap. II.

^b correctionem.

²⁷⁸ “O ensino interno e eficaz do Espírito é um tesouro que lhes pertence de forma peculiar. (...) A voz de Deus, aliás, ressoa através do mundo inteiro; mas ela só penetra o coração dos santos, em favor de quem a salvação está ordenada.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (Sl 40.8), p. 229.] NE.

43. A vontade e a liberdade

Devemos examinar agora a vontade, que inclui a liberdade, se é que existe alguma liberdade no homem^a.²⁷⁹ Vimos que a ação de escolher ou decidir pertence mais à vontade que ao entendimento^b. Quanto a este, para que não pareça que o que os filósofos disseram e que é aceito geralmente serve para aprovar qualquer coisa boa e reta que haja na vontade humana, sempre desejando naturalmente o bem, precisamos notar que o poder do livre arbítrio não deve ser considerado como um apetite ou desejo, o qual procede mais da inclinação da natureza^c que de alguma deliberação da mente. Os próprios teólogos escolásticos confessam que não há nenhuma ação do livre arbítrio senão somente quando a razão considera um ou outro lado. Por essa sentença ou pronunciamento eles entendem que o objetivo do apetite ou desejo deve ser tal que esteja subordinado à escolha. E a deliberação deve preceder a isso, para dar lugar à escolha.

Se de fato avaliarmos que desejo do bem existe no homem, descobriremos que esse desejo é comum a ele e aos animais irracionais. Porque estes desejam tudo o que lhes dê algum proveito, e, quando há alguma aparência de coisa boa, eles vão em sua busca. Ora, o homem, em seu apetite natural, não discerne pela razão, conforme a excelência da sua natureza imortal, o que deve buscar, e não o considera mediante o exercício da verdadeira prudência. Mas, sem a razão e sem o seu conselho, ele segue o movimento ou os motivos da sua natureza como os animais.^d Portanto, esse processo não está ligado ao livre arbítrio, isto é, que o homem seja incitado por um sentido natural a desejar o bem. Mas é preciso que ele o distinga pela reta razão, sabendo o que escolher, e, tendo-o escolhido, que o busque.²⁸⁰

^a Em 1524 tinha saído à luz a obra *De libero arbitrio*, de Erasmo, e em 1525, *De servo arbitrio*, de Lutero.
²⁷⁹ “A pena me acompanha, porque me deste livre-arbítrio. Se, pois, não me tivésseis dado o livre-arbítrio, e desta forma não me tivesses feito melhor do que os animais, não sofreria justa condenação ao pecar. Então, pelo livre-arbítrio me elevaste, e por justo juízo me derrubaste.” [Agostinho, **Comentário aos Salmos**, São Paulo, Paulus, (Patrística, 9/3), 1998, (SI (102)101.11), Vol. III, p. 22.] NE.

^b intellectum.

^c essentia.

^d instar pecudis.

²⁸⁰ “Os filósofos pagãos põem a razão como o único guia da vida, da sabedoria e da conduta, porém a filosofia cristã nos requer que rendamos nossa razão ao Espírito Santo, o que significa que já não vivemos para nós mesmos, mas que Cristo vive e reina em nosso ser. (Rm 4.23; Gl 2.20.)” (João Calvino, **A Verdadeira Vida Cristã**, São Paulo, Novo Século, 2000, p. 30.) Calvino orienta e adverte àqueles que querem discutir com Deus, limitando-O ao seu raciocínio: “Ponderem, por uns instantes, aqueles a quem isto se afigura áspero, quão tolerável lhes seja a impertinência, quando, porque lhes excede a compreensão, rejeitam matéria atestada de claros testemunhos da Escritura e inquinam de vício o serem a público trazidas cousas que, a não ser que houvesse reconhecido serem proveitosas de conhecer-se, Deus jamais haveria ordenado fossem ensinadas através de Seus Profetas e Apóstolos. Ora, nosso saber não deve ser outra coisa senão abraçar com branda docilidade e, certamente, sem restrição, tudo quanto foi ensinado nas Sagradas Escrituras.” (João Calvino, *As Institutas*, I.18.4.) NE.

44. Dois erros

E, com o fim de eliminar toda dificuldade, devemos notar que nessa questão há dois pontos em que se comete engano. Porque, como se diz comumente, o apetite ou desejo não está ligado propriamente ao movimento ou à motivação da vontade, mas a uma inclinação natural. Segundo, o que se tem por bem não está ligado à justiça e à virtude, mas ao fato de que todas as criaturas desejam comodidade, conforme o que a sua natureza traz.^a

Sendo, pois, assim, que o desejo natural não tem nenhuma importância, para provarmos que não há liberdade no homem, e, sim, nada mais que a inclinação que têm todas as criaturas insensatas e insensíveis^b de buscar a perfeição da sua natureza, o que não serve de nada para mostrar a existência de alguma liberdade, consideremos agora outras coisas – se a liberdade do homem é tão completamente corrompida e viciada que só pode gerar o mal, ou se há nela alguma parte íntegra, da qual procedem bons desejos. Os que atribuem à primeira a graça de Deus para podermos exercer eficazmente a vontade, parecem querer dizer com suas palavras que existe na alma uma faculdade que a habilita a aspirar voluntariamente ao bem, mas que ela é tão imbecil que não pode chegar a uma firme disposição para incentivar o homem a esforçar-se.

Não há dúvida de que os escolásticos concordavam com a opinião de Orígenes e de alguns outros antigos, visto que, quando consideravam o homem em sua natureza e nada mais, descreviam-no conforme as palavras do apóstolo Paulo, no capítulo sete de Romanos:²⁸¹ “Não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço; pois o querer está em mim; não, porém, o efetua-lo”. Ora, dessa maneira eles perverteram toda a discussão empreendida pelo apóstolo Paulo nessa passagem. Porque ali Paulo trata da luta cristã,²⁸² da qual ele fala mais resumidamente quando se dirige aos gálatas: que os fiéis sentem perpetuamente em si um conflito entre o Espírito e a carne.²⁸³ O Espírito não recebido da natureza, mas pela regeneração. Que ele fala dos regenerados se vê do fato de que, tendo dito que nele não habita bem algum, acrescenta na exposição que isto se refere à sua carne e, portanto, nega que seja ele que pratica o mal, afirmando que é o pecado que nele habita que o pratica.

Que significa, “em mim, isto é, na minha carne”? Certamente é o mesmo que dissesse: Não habita nenhum bem em mim que venha de mim mesmo, visto que eu não saberia encontrar coisa alguma em minha carne. Daí decorre esta

^a sed conditionis, ut scilicet homo bene habeat.

^b metallis et lapidibus.

²⁸¹ Rm 7.18-25.

^c A tradução não é nem de Lefèvre nem de Olivetan (1535).

^d A interpretação dada aqui por Calvino da célebre passagem da Epístola aos Romanos veio a ser clássica na teologia calvinista.

²⁸² “Paulo nos ensina que os crentes jamais alcançam a meta da justiça enquanto habitam a carne, senão que prosseguirão em seu curso até despirem-se do corpo.” [João Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 5.25), p. 255.] NE.

²⁸³ Gl 5.17. (João Calvino, **Gálatas**, São Paulo, Paracletos, 1998.)

espécie de escusa: “Não sou eu quem o faz [quem faz o mal], e sim o pecado que habita em mim”. De falar assim só têm direito os fiéis, os crentes, que se esforçam do fundo da alma para praticar o bem. Com maior força e razão, a conclusão que se segue demonstra isso claramente: “No tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus”, diz ele; “mas vejo, nos meus membros, outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente (ou do meu entendimento), me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros”.

Quem teria um tal conflito interior, senão aquele que, tendo sido regenerado pelo Espírito de Deus, sempre traz consigo restos da sua carne? Por isso Agostinho, tendo tomado erroneamente essa passagem sobre a natureza do homem, retratou-se depois, repudiando a sua exposição como falsa e imprópria. E de fato, se concedermos que, sem a graça de Deus, o homem tem a menor motivação do mundo para a busca e a prática do bem, que responderemos ao apóstolo, o qual nega que sequer somos capazes de pensar em qualquer forma do bem? Que responderemos ao Senhor, que, por meio de Moisés,²⁸⁴ denuncia que tudo o que o coração humano produz é inteiramente perverso? Pois, uma vez que os tais mestres são enganados pelo entendimento errado de uma passagem, não temos necessidade de sentir-nos detidos pela fantasia deles. Antes, devemos acolher o que disse Cristo, que “todo o que comete pecado é escravo do pecado.”²⁸⁵ Ora, como todos nós somos pecadores por natureza, segue-se que estamos sob o jugo do pecado. E mais, se todos os homens estão presos à servidão do pecado, é necessário que a vontade, que é a principal parte da constituição do seu ser, seja apertada e amarrada com laços firmes.

Todavia, o homem só poderá ser bem conhecido em suas diversas partes constitutivas quando lhe tivermos dado os títulos com os quais a Escritura o adorna. Se todo homem nos é descrito por estas palavras do Senhor,²⁸⁶ “o que é nascido da carne é carne”, como é fácil comprovar, fica patente que ele é uma criatura miserável. Porque o pendor da carne dá para a morte (ou, literalmente, toda a inclinação da carne é morte), testemunha o apóstolo,²⁸⁷ visto que é inimizade contra Deus, porquanto ela não se sujeita nem pode sujeitar-se à Lei de Deus. Se a carne é tão perversa que toda a sua inclinação a leva a exercer “inimizade contra Deus”;²⁸⁸ se

²⁸⁴ Gn 8.21.

²⁸⁵ Jo 8.34.

²⁸⁶ Jo 3.6.

²⁸⁷ [Rm 8.6.] Paulo “prova por meio do contraste que aqueles que permanecem na carne não podem ser participantes da graça de Cristo, pois ao longo de todo o curso de sua vida não fazem outra coisa senão precipitar-se para a morte” [João Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 8.6), p. 266.]

²⁸⁸ Rm 8.7. “Ele adiciona uma prova da proposição que oferecera, ou seja: nada, senão a morte, procede dos labores de nossa carne, visto que os mesmos são hostis à vontade de Deus. Ora, a vontade de Deus é a norma da justiça. Segue-se que tudo quanto seja contrário a ela é injusto; e se é injusto, também traz, ao mesmo tempo, a morte. Contemplamos a vida em vão, caso Deus nos seja contrário e hostil, pois a morte, que é a vingança da ira divina, deve necessariamente seguir de imediato a ira divina.

“Observemos aqui que a vontade humana é em todos os aspectos oposta à vontade divina, pois assim como há uma grande diferença entre nós e Deus, também deve haver entre a depravação e a retidão.” [João Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 8.7), pp. 266-267.]

ela não pode consentir com a justiça divina; em suma, se ela não pode produzir coisa alguma senão morte, agora, sendo pressuposto que na natureza humana não há outra coisa que não seja carne, como poderemos tirar dela sequer uma gota de bem?²⁸⁹

Mas (dirá alguém), esse vocábulo só se refere ao homem sensual ou carnal, e não se relaciona com a parte superior da alma. Respondo que se pode refutar facilmente isso citando palavras de Cristo e do apóstolo. O argumento do Senhor é que “importa-vos nascer de novo”,²⁹⁰ ou, é necessário que o homem nasça de novo, porque é carne. Não se trata de novo nascimento segundo o corpo. Ora, não se vai dizer que a alma renasce quando alguma parte dela é corrigida, mas, sim, quando é totalmente renovada. O que é confirmado pela comparação^a feita tanto por Cristo como pelo apóstolo Paulo, porque na comparação do Espírito com a carne, esta fica sem nada. Assim, por essa mesma razão, o que não é espiritual no homem é carnal. Ora, desse espírito, dessa qualidade espiritual, não temos uma só gota^b, a não ser pela regeneração. Portanto, tudo o que temos por natureza é carne.

45. Que existe no homem, senão vaidade?

Não vou citar particularmente tudo o que foi dito sobre a vaidade do homem, tanto por Davi^c como por todos os profetas. Mas é importante o que lemos num Salmo, que “pesados em balança, eles (os homens) juntos são mais leves que a vaidade”.²⁹¹ É uma grande condenação do seu entendimento, significando que todas as cogitações que dele procedem são ridicularizadas como tolas, frívolas, violentas e perversas. Não menor condenação é feita ao coração, quando é dito que ele está “cheio de fraudes e de perversidade, mais que todas as coisas”.²⁹² Mas, como o meu estudo deve ser breve, ficarei satisfeito em mostrar uma passagem que será como um espelho bastante nítido para nos fazer contemplar a imagem completa da nossa natureza. Pois, quando o apóstolo quer abater a arrogância do gênero humano, ele faz uso destes testemunhos:²⁹³ “Não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer;”²⁹⁴ a garganta deles é sepulcro aberto; com a língua urdem engano, veneno de víbora está nos seus lábios,²⁹⁵ a boca, eles

²⁸⁹ “Os desejos que agitam o homem carnal são como ondas impetuosas que se chocam umas contra as outras, arremessando o homem de um lado para outro, de modo tal que ele muda e vacila a todo instante. Todos quantos se entregam aos desejos carnis experimentam tal desassossego, porque não existe estabilidade senão no temor de Deus.” [J. Calvino, *As Pastorais*, São Paulo, Paracletos, 1998, (Tt 3.3), p. 344.] NE.

²⁹⁰ Jo 3.7.

^a antithesis.

^b Falta em 1539.

^c in psalmis.

²⁹¹ Sl 62.9.

²⁹² Hier. 17 [Jerônimo].

²⁹³ Rm 3.10-18.

²⁹⁴ Sl 14.1-3.

²⁹⁵ Sl 5.9 e 140.3.

a têm cheia de maldição^a e de amargura;²⁹⁶ são os seus pés velozes para derramar sangue, nos seus caminhos há destruição e miséria, desconhecaram o caminho da paz.²⁹⁷ Não há temor de Deus diante de seus olhos”.²⁹⁸ Com essas palavras rigorosas ele não fulmina apenas alguns homens, mas toda a linhagem de Adão, e não censura os costumes corrompidos de alguma época, mas acusa a corrupção perpétua da nossa natureza. Porque, na passagem acima citada, a sua intenção não é tão-somente repreender os homens a fim de que se corrijam, mas, antes, ensinar que todos os homens, do primeiro ao último, estão envolvidos em tão grave calamidade que dela não podem sair, a menos que a misericórdia de Deus os livre.²⁹⁹ Uma vez que isso não se pode provar pelo que se vê, pois não parece que a nossa natureza tenha caído em tão ruínoza desgraça, Paulo cita aqueles testemunhos, pelos quais mostra que a nossa natureza está mais que perdida. Vamos dar por resolvido, pois, que os homens não são como Paulo os descreve apenas pela perversão dos costumes, mas também por uma perversidade natural^b, porque, de outro modo, o argumento dele não teria consistência.³⁰⁰ Assim é, para mostrar que não temos salvação, a não ser pela misericórdia de Deus, visto que, deixado a si mesmo, todo homem está perdido e arruinado.³⁰¹ Não me causa preocupação aplicar os testemunhos citados como próprios do apóstolo Paulo, porque tomo aquelas sentenças como tendo sido primeiramente ditas por ele, e não como citadas dos profetas. Primeiro, ele despoja o homem da justiça, isto é, da integridade e da pureza, depois, da inteligência, à qual segue-se a indicação do sentido: que todos os homens se desviaram de Deus, sendo que buscá-lo é o primeiro nível da sabedoria. Seguem-se então os frutos da infidelidade: que todos decaíram e se tornaram dissolutos a tal ponto que “não há quem faça o bem”.³⁰²

^a maledictione.

²⁹⁶ *Sl* 10.7.

²⁹⁷ *Is* 59.7,8.

²⁹⁸ *Sl* 36.1.

²⁹⁹ No Salmo 51, Davi reconhece que o pecado não era algo acidental; não era algo periférico antes, ele, como todos nós, nascemos em pecado; o pecado jaz dentro de nós. “Davi não culpa a seus pais, nem traça seu crime até chegar a eles, mas senta-se diante do tribunal divino, confessa que fora formado em pecado, e que era um transgressor nato, assim que viu a luz deste mundo.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (Sl 51.5), p. 431.] NE.

^b Natural, aqui hereditário, inato. É preciso notar que, segundo Calvino, essas disposições não eram resultado de algum constrangimento, e, sendo espontâneas, o homem, tendo perdido o seu livre arbítrio, mantém, contudo, o que hoje chamaríamos sua liberdade formal. E, portanto, continua responsável.

³⁰⁰ “O gênero humano, depois que foi arruinado pela queda de Adão, ficou não só privado de um estado tão distinto e honrado, e despojado de seu primeiro domínio, mas está também mantido cativo sob uma degradante e ignominiosa escravidão.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 1, (Sl 8.6), p. 171.] NE.

³⁰¹ “Os homens jamais encontrarão um antídoto para suas misérias, enquanto, esquecendo-se de seus próprios méritos, diante do fato de que são os únicos a enganar a si próprios, não aprenderem a recorrer à misericórdia gratuita de Deus.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 1, (Sl 6.4), pp. 128-129.] NE.

³⁰² “... a causa do pecado, as raízes do qual sempre residem no próprio pecador; não têm sua origem em Deus, pois resulta sempre verdadeiro que “A tua ruína, ó Israel, vem de ti, e só de mim o teu socorro” [*Os* 13.9].” [João Calvino, **Exposição de Romanos**, São Paulo, Paracletos, 1997, (Rm 1.24), p. 71.] “Lembremo-nos de que nossa ruína se deve imputar à depravação de nossa natureza, não à natureza em si, em sua condição original, para que não lhe lancemos a acusação contra o próprio Deus, autor dessa natureza.” (**As Institutas**, II.1.10.) NE.

E, ainda mais, há no homem maldades de todo tipo, maldades que contaminam todas as partes do corpo, o qual transborda injustiça. Finalmente, ele testifica que os homens não têm “temor de Deus”, sendo que o temor de Deus deveria servir de regra para nos conduzir em todos os nossos caminhos. Se são essas as riquezas hereditárias do gênero humano, em vão se buscará algum bem em nossa natureza. Reconheço que nem todas essas maldades aparecem em cada ser humano, mas ninguém pode negar que cada ser humano encerra em si a semente do mal.^a Ora, como um corpo já marcado pela presença da causa e das características de uma enfermidade nele oculta não será considerado são, embora a doença ainda não se mostre e o enfermo ainda não sinta nenhuma dor, assim a alma não será reputada sã, tendo em si tais manchas.³⁰³

Certo é que a figura não é de todo própria, porque qualquer mal que haja no corpo não o impede de reter o vigor da vida; mas a alma, submersa como está no abismo da iniquidade, não somente é defeituosa e má, mas também é vazia de todo bem.

46. Explicando a presença da bondade humana

Levanta-se uma questão um tanto parecida com a que foi resolvida acima. É que, em todos os séculos tem havido alguns que, em sua conduta e por sua índole, durante toda a sua vida têm aspirado à virtude, e mesmo quando se encontre muita coisa que merece reparo em seus costumes, o seu apego à honestidade mostra alguma pureza da sua natureza. Explicaremos mais amplamente que valor têm tais virtudes para Deus, quando tratarmos do mérito das obras.^b Todavia, é bom dizer no presente o que será necessário para a matéria que temos em mãos. Os exemplos nos advertem de que não devemos considerar a natureza humana como totalmente viciosa e má, visto que, por sua inclinação, alguns não somente têm praticado muitas ações excelentes, mas também se têm portado com honestidade durante todo o curso da sua vida. Cabe-nos, porém, considerar que, na corrupção universal de que falamos, a graça de Deus tem seu lugar, não para corrigir a perversidade da natureza, mas para reprimi-la e restringi-la no íntimo. Porque, se Deus permitisse que todos os homens seguissem a sua concupiscência a rédeas soltas, não haveria ninguém que não demonstrasse experimentalmente que todos os males (pelos quais o apóstolo condena a natureza humana) estão em todos eles. Porque, quem será que se poderia separar do comum dos homens? O que seria necessário fazer, caso alguém quisesse eximir-se daquilo que o apóstolo Paulo disse de todos, a saber,³⁰⁴ que “os seus pés são velozes para derramar

^a *hydra ista in singulorum pectoribus lateat.*

³⁰³ “Quanto trazemos ainda conosco de nossa carne é algo que não podemos ignorar, pois ainda que a nossa habitação está no céu, todavia somos ainda peregrinos na terra.” [J. Calvino, *Exposição de Romanos*, São Paulo, Paracletos, 1997, (13.14), p. 462.] NE.

^b Mais adiante, cap. VI.

³⁰⁴ *Rm 3.12-18; cf. 1.29.*

sangue, as suas mãos estão sujas de assaltos, roubos e homicídios, suas gargantas parecem sepulcros abertos, suas línguas são astutas, seus lábios são venenosos, suas obras são inúteis, iníquas, podres, mortais; que Deus não está no coração deles, que estão cheios de malícia, os seus olhos só inventam armadilhas e não há misericórdia em seu coração” [tradução direta]. Em suma, todas as partes componentes do seu ser estão dispostas e preparadas para fazer o mal.

47. Restrição, ou eliminação do mal que há na natureza humana?

Sendo que cada alma está assim sujeita a todos esses monstruosos males, como o apóstolo denuncia tão duramente, podemos ver o que aconteceria se o Senhor deixasse vagar a cupidez humana conforme a sua inclinação natural. Não há animal feroz que se exceda tão desordenadamente, não há rio cujos caudais sejam tão violentos e indomáveis, cuja inundação seja tão impetuosa.

Esses males e vícios o Senhor expurga dos Seus escolhidos da maneira como explicaremos oportunamente. Nos réprobos, nos reprovados por Deus, eles são apenas reprimidos, como que por rédeas, para que não ultrapassem os limites que, por Sua sabedoria, Deus estabelece para a conservação do universo. Disso decorre que alguns por vergonha, outros por medo da lei, contêm-se e não se entregam à prática de muita maldade, e, ao menos em parte, não fingem, querendo ocultar as suas malignas concupiscências. Outros, porque julgam que é proveitoso o modo honesto de viver, aspiram, por isso mesmo, ao viver honesto. Outros ainda ultrapassam essas linhas e mostram uma qualidade excelente, especial, mantendo o vulgar sob sua obediência graças a uma espécie de majestade pessoal. Assim é que o Senhor restringe, por Sua providência, a perversidade da nossa natureza, mas não a expurga.³⁰⁵

Alguém poderá dizer que isso não é suficiente para resolver a questão. Porque, ou assemelhamos Catilina a Camilo,³⁰⁶ ou teremos em Camilo^a um exemplo que mostra que, quando a natureza é bem conduzida, não é totalmente desprovida de bondade. Confesso que as virtudes encontradas em Camilo, ele as recebeu como dons de Deus, e que elas poderiam ser consideradas louváveis mesmo que avaliadas pelo que eram em si mesmas. Como, porém, serão sinais de que em sua natureza Deus prevalece? Para mostrar isso não seria necessário mudar o cora-

³⁰⁵ “Deus, em sua inescrutável sabedoria, governa as atividades humanas de tal forma que suas obras, que ocupam muito pouco o pensamento humano em virtude de sua constante familiaridade com elas, excedem muitíssimo a compreensão da mente humana.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (SI 40.5), p. 220.] “... A Igreja será sempre libertada das calamidades que lhe sobrevêm, porque Deus, que é poderoso para salvá-la, jamais suprime dela sua graça e sua bênção.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, (SI 3.8), Vol. 1, p. 88.]. NE.

³⁰⁶ Catilina, Lucius Sergius (c. 109-62 a. C.). Da classe nobre, mas de caráter ignóbil. Cícero atacou publicamente o caráter e os procedimentos de Catilina (“*Até quando abusarás da nossa paciência, Catilina?*”). Camilo (Camillus), Marcus Furius (c. 445-365 a. C.). Arrogante general romano. Personalidade controvertida, mas de grande valor. Mescla de boas e más qualidades. Apesar de condenado e exilado, recuperou-se. Durante a sua vida foi eleito 6 vezes tribuno militar com poderes consulares, e cinco vezes ditador. A peste o matou. NT.

^a Alusão aos argumentos feitos mediante silogismos.

ção?³⁰⁷ Tendo-se em conta o argumento de que, se o homem natural foi dotado de tal integridade de coração que à natureza humana não falta a faculdade de aspirar ao bem, e que, por outro lado, se o coração é perverso e tendencioso como é, como mostrar que ele busca a justiça e a equidade? Pois bem, se concedermos que há homem natural com essa qualidade, não haverá dúvida de que o seu coração será como acima foi descrito. Que poder demonstraremos, então, que a natureza humana tem para aplicar-se ao bem, se na maior aparência de integridade que se encontre vê-se que ela sempre se inclina para a corrupção? Portanto, como não se tomará por virtuoso um homem cuja virtude só serve de sombra para cobrir seus vícios e defeitos, assim não atribuiremos à vontade humana a faculdade de querer o bem, dado o tempo em que se fixa na perversidade.³⁰⁸ Com maior força e mais razão, a solução mais certa e mais fácil consiste em dizer que as referidas virtudes não são comuns à natureza humana, mas, antes, são graças ou bênçãos especiais do Senhor, que Ele distribui até mesmo aos maus, como e quantas Lhe apraz. Por esse motivo, em nosso linguajar vulgar não devemos dizer que este é bem nascido, aquele é mal nascido, que um tem boa natureza, o outro tem natureza má. Ao contrário, não deixamos de incluir uns e outros na condição universal da corrupção humana, mas o que, sim, queremos dizer é que Deus dá de Sua graça particularmente a um e a nega a outro.³⁰⁹ Ora, a vontade humana, amarrada e presa como está à servidão do pecado, não pode trabalhar nem um pouco pelo bem, por mais que se esforce.^a Pois tal ação é o começo da nossa conversão a Deus, a qual é totalmente atribuída à graça do Espírito Santo pela Escritura,³¹⁰ como, por exemplo, Jeremias rogou ao Senhor que o convertesse, se o quisesse ver convertido.³¹¹ Por essa mesma razão o profeta, no mesmo capítulo, descrevendo a redenção espiritual dos fiéis, declara que Deus os “livrou

³⁰⁷ Hæc disputat Augustin. lib. IV contra Iullia.

³⁰⁸ “...a vontade humana é em todos os aspectos oposta à vontade divina, pois assim como há uma grande diferença entre nós e Deus, também deve haver entre a depravação e a retidão.” [João Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 8.7), p. 267.] NE.

³⁰⁹ “Deus, ao criar o homem, deu uma demonstração de sua graça infinita e mais que amor paternal para com ele, o que deve oportunamente extasiar-nos com real espanto; e embora, mediante a queda do homem, essa feliz condição tenha ficado quase que totalmente em ruína, não obstante ainda há nele alguns vestígios da liberalidade divina então demonstrada para com ele, o que é suficiente para encher-nos de pasmo.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 1, (Sl 8.7-9), pp. 173-174.] “Visto que ele ignorou todo o restante do mundo e adotou para si um povo que era pequeno em número e desprezível, assim era oportuno que tal penhor de seu amor paternal se distinguisse de sua beneficência comum, a qual se estende a toda a humanidade sem distinção.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (Sl 47.4), p. 344.] NE.

^a Quer dizer que ele está objetivamente certo de que ela não o fará por si mesma, se bem que, segundo Calvino, ela não está sujeita a nenhuma necessidade física, nem a nenhum constrangimento, como veremos um pouco mais adiante.

³¹⁰ “Em resposta ao Cardeal Sadoletto, Calvino diz: “... Hás sido castigado pela injúria que fizeste ao Espírito Santo, separando-O e dividindo-o da Palavra. (...) Aprende, pois, por tua própria falta, que é tão insuportável vangloriar-se do Espírito sem a Palavra, como desagradável o preferir a Palavra sem o Espírito.” (Juan Calvino, **Respuesta al Cardeal Sadoletto**, 4ª ed. Países Bajos, Felire, 1990, p. 30. (Vd. também, a p. 29). “O Espírito de Deus, de quem emana o ensino do evangelho, é o único genuíno intérprete para no-lo tornar acessível.” [João Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 2.14), p. 93.] NE.

³¹¹ Jr 31.18.

da mão do que era mais forte” do que eles [versículo 11], indicando com isso quão fortemente amarrado o pecador está enquanto se mantém distante de Deus, permanecendo debaixo do jugo do Diabo. Entretanto, a vontade permanece sempre no homem, a qual, por pura propensão, inclina-se ao pecado. Pois quando o homem sucumbe a esta necessidade, ele não está despojado da sua vontade, mas da vontade sadia. E, portanto, não fala erroneamente Bernardo^a quando afirma que o querer está em todos os homens, mas o querer o bem é matéria de acréscimo, e o querer o mal é da nossa deficiência; assim, “simplesmente querer é do homem, querer o mal é da natureza corrupta, querer o bem é da graça”.

Ora, como eu já disse, sendo que a vontade é destituída de liberdade^b, e é necessariamente tomada pelo mal, é espantoso que alguém ache estranha esta maneira de falar, a qual não é absurda e foi utilizada pelos antigos mestres^c.

48. Distinção entre necessidade e constrangimento

Alguns se aborrecem pelo fato de não poderem distinguir entre necessidade e constrangimento. Mas, se alguém lhes perguntar se Deus não é necessariamente bom e se o Diabo não é necessariamente mau, que responderão eles? O certo é que a bondade de Deus é tão ligada à Sua divindade que Ele não é menos necessariamente bom do que é necessariamente Deus.³¹² E o Diabo, por sua queda, não pode fazer outra coisa senão o mal. Pois bem, se algum blasfemo murmurar que Deus não merece grande louvor por Sua bondade, visto que Ele é constrangido a tê-la, a resposta não será fácil? Porquanto, da Sua bondade infinita é que resulta que Ele não pode agir mal, e não de um constrangimento violento.

Isso não impede, pois, que a vontade de Deus seja livre para fazer o bem, e que faça necessariamente o bem. Se o Diabo não deixa de pecar voluntariamente, visto que nada pode fazer senão o mal, quem contestará dizendo que o pecado do homem não é voluntário, alegando que ele está necessariamente sujeito ao pecado? Como Agostinho, que ensina sempre essa necessidade, não deixou de declará-la com precisão, assim que Celestius fez calúnia contra esta doutrina, tornando-a odiosa. Ele emprega estas palavras:³¹³ “Da liberdade do homem resultou que ele

^a Falta em 1539.

^b Discute-se aqui o que hoje se chama liberdade material. A liberdade material é a ausência das más inclinações que nos sujeitariam à necessidade de certeza objetiva, em virtude da qual se pode predizer que pecaremos, embora tenhamos conservado a liberdade formal. Esta é espontaneidade inteligente e voluntária.

^c nec a sanctorum usu aliena.

³¹² O conceito da bondade de Deus fazia parte até mesmo da compreensão pagã. Platão (427-347 a.C.), com acuidade acentua que o Criador que formou o universo é um ser pessoal e bom: “Ele era bom, e naquele que é bom nunca se lhe nasce a inveja. Isento de inveja, desejou que tudo nascesse o mais possível semelhante a ele. (...) Deus quis que tudo fosse bom: excluiu, pelo seu poder, toda imperfeição, e assim, tomou toda essa massa visível, desprovida de todo repouso, mudando sem medida e sem ordem, e levou-a da desordem à ordem, pois estimou que a ordem vale infinitamente mais que a desordem.” (Platão, *Timeu*, 29-30). Agostinho aventa a possibilidade de Platão ter tido contato com as Escrituras [Vd. Agostinho, *A Cidade de Deus*, 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1990, (Vol. 1), VIII.11.] NE.

³¹³ Lib. de perfect. iustitiae.

caísse em pecado; agora, a corrupção que se seguiu fez da liberdade necessidade”. Devemos então observar esta distinção: O homem, após corromper-se por sua queda, peca voluntariamente, e não contra o desejo do seu coração, nem por constrangimento. Ele peca, insisto eu, por uma fortíssima inclinação, e não por constrangimento forçado. Ele peca movido por sua própria cupidez, e não constrangido por outros. E, todavia, a sua natureza é tão perversa que ele não é estimulado, impelido ou induzido a outra coisa que não seja o mal. Se isso é verdade, é notório que ele está necessariamente sujeito a pecar.³¹⁴

49. O remédio da graça de Deus

Já é hora de falar do remédio da graça de Deus, pela qual a nossa natureza viciosa é corrigida.³¹⁵ Porque, como o Senhor, ajudando-nos, supre-nos do que nos falta, quando a Sua obra se manifesta em nós, assim também fica fácil entender a nossa pobreza. Quando o apóstolo diz aos filipenses³¹⁶ que está “plenamente certo de que aquele que começou boa obra neles há de completá-la até ao Dia de Cristo Jesus”, não há dúvida nenhuma de que, ao falar do começo dessa boa obra, ele se refere à origem da conversão deles, quando a vontade deles foi voltada para Deus. Porque o Senhor começa em nós Sua obra infundindo em nosso coração o amor, o desejo e o estudo do bem^a e da justiça (ou, para falar com mais propriedade), inclinando, formando e dirigindo o nosso coração para a justiça, Ele aperfeiçoa e completa a Sua obra, fortalecendo-nos na perseverança.³¹⁷ E a fim de que ninguém fique inquieto pelo fato de que o bem é iniciado em nós por Deus, tanto mais que a nossa vontade, em si mesma muito fraca, é ajudada por Ele, o Espírito Santo declara e determina noutra passagem que a vontade se abandone a Seu cuidado:³¹⁸ “Dar-lhes-ei um só coração, espírito novo porei dentro deles; tirarei da sua carne o coração de pedra e lhes darei coração de carne; para que andem nos meus estatutos”.

³¹⁴ “O primeiro homem foi criado por Deus em retidão; em sua queda, porém, arrastou-nos a uma corrupção tão profunda, que toda e qualquer luz que lhe foi originalmente concedida ficou totalmente obscurecida. (...) Só quando aliado ao conhecimento de Deus é que alguns dos dotes a nós conferido do alto se pode dizer que possui alguma excelência real. À parte disso, eles se acham viciados por aquele contágio do pecado que não deixou sequer um vestígio no homem de sua integridade original.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. II, (Sl 62.9), p. 579.] NE.

³¹⁵ Segundo Calvino, “a doçura da graça” de Deus [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, (Sl 6.1), Vol 1, p. 125] é a tônica da Sua relação com o Seu povo. NE.

³¹⁶ *Fp 1.6.*

^a Acréscimo feito em 1539.

³¹⁷ A graça é que começa, aperfeiçoa e conclui a obra da salvação em nós (Fp 1.6). Como bem disse Spurgeon (1834-1892): “A graça começa, continua e termina a obra da salvação no coração de uma pessoa.” [C.H. Spurgeon, **Sermões Sobre a Salvação**, São Paulo, PES., 1992, p. 45.] Aquele que nos regenerou e justificou, também nos santifica, modelando-nos conforme a imagem de Cristo que se completará na glorificação (Rm 8.29). [Vd. Sinclair B. Ferguson, **O Espírito Santo**, São Paulo, Os Puritanos, 2000, p. 156.] NE.

³¹⁸ *Ez 11.19,20.*

Quem dirá agora que basta que a vontade, em sua fraqueza, seja fortalecida, quando ouvimos que é necessário que ela seja totalmente reformada^a e renovada? Se a pedra fosse tão mole que, manipulando-a, pudéssemos vergá-la e dar-lhe a forma que quiséssemos, eu não negaria que o coração do homem tem alguma facilidade e inclinação para obedecer a Deus, bastando que fosse fortalecido em sua fraqueza. Mas, se o nosso Senhor quis, com essa figura, mostrar que é impossível tirar algum bem do nosso coração se este não for transformado noutro coração inteiramente novo, não repartamos entre nós e Ele o louvor que Ele só atribui a Si mesmo. Se, pois, quando o Senhor nos converte ao bem, é como se transformasse uma pedra em carne, com certeza o que pertence à nossa própria vontade é anulado, e tudo quanto sucede pertence a Deus.

Mas, poderá ser que concedam facilmente que a vontade do homem é convertida à justiça e à retidão unicamente pelo poder de Deus, e que, deixada a si mesma, ela se extravia, e, não obstante, sendo ou estando preparada, faz a sua parte; como escreveu Agostinho,³¹⁹ que “a graça precede toda boa obra, e que, no bem fazer, a vontade é conduzida pela graça, e não a conduz; segue-a, não a precede^b”.

50. A graça e a vontade

Mas eu considero que as palavras do profeta comportam duas coisas: que o Senhor corrige, ou melhor, anula a nossa vontade perversa, e, depois, de Si mesmo nos dá uma boa. Sendo, pois, que a nossa vontade é antecipada pela graça, admito que ela seja chamada “camareira”,^c mas, tendo sido reformada ou renovada, essa é uma obra de Deus, e não deve ser atribuída ao homem: que por sua vontade ele aquiesce à graça preveniente. Porquanto Crisóstomo³²⁰ não falou bem quando disse que a graça nada pode sem a vontade, como também a vontade nada pode sem a graça; como se a própria vontade não fosse gerada e formada pela graça.

51. Camareira da graça?

No tocante a Agostinho, não foi sua intenção dar à vontade do homem uma parte do louvor às boas obras quando a denominou camareira da graça, mas ele pensava apenas em refutar a perigosa doutrina de Pelágio, que colocava como primeira causa da salvação os méritos do homem. Portanto, o que se harmoniza com este propósito é que ele demonstra que a graça precede todos os méritos, deixando por último a outra questão – o seu efeito perpétuo em nós; assunto do qual ele trata muito bem noutro lugar. Porque, quando ele diz, repetidas vezes, que o Senhor previne quem não quer para que venha a querer, e que assiste ao

^a transformari.

³¹⁹ Ad. Bonifa. epist. 106.

^b pedissequa, non prævia.

^c pedissequa.

³²⁰ Sermone quodam de inventionem sanctæ crucis.

que quer, a fim de que não queira em vão, ele declara que Deus é o Autor de todo bem.³²¹

E como agora vamos passar ao ponto principal da matéria em foco, iremos redigir tudo sumariamente, e comprovar a nossa sentença, a nossa tese, com os testemunhos da Escritura. Depois, para que ninguém nos calunie dizendo que nós pervertemos a Escritura,³²² mostraremos que a verdade que sustentamos foi também ensinada por aquele santo personagem. Mas eu não creio que seja eficiente e prático apresentar todos os testemunhos da Escritura, um após outro, para confirmar a nossa doutrina, a não ser que selecionemos os que poderão abrir o caminho para entendermos os demais. Por outro lado, penso que não fará mal^a mostrar de maneira patente aquilo em que estou de acordo com aquele santo homem, por quem, com toda razão, a igreja^b mostra tanta consideração.

52. Testemunhos da Escritura

Como vimos, quando o Senhor coloca estas duas coisas na conversão do Seu povo, declarando que “tirará da sua carne o coração de pedra”,³²³ Ele dá franco testemunho de que é necessário que tudo o que a nós pertence seja anulado, para sermos induzidos ao bem, e de que tudo o que toma o seu lugar procede da graça. E não o diz só numa passagem, pois eis o que temos em Jeremias:³²⁴ “Dar-lhes-ei um só coração e um só caminho, para que me temam todos os dias, para seu bem e bem dos seus filhos. ... e porei o meu temor no seu coração, para que nunca se apartem de mim”. Igualmente em Ezequiel: “Dar-lhes-ei um só coração, espírito novo porei dentro deles; tirarei da sua carne o coração de pedra e lhes darei coração de carne”. Ele não poderia tirar-nos mais completamente o louvor a tudo o que de bom e de justo porventura exista em nossa vontade, para o atribuir a Si, do

³²¹ “A graça não teria razão de ser se os méritos a precedessem. Mas a graça é graça. Não encontrou méritos, foi a causa dos méritos. Vede, caríssimos, como o Senhor não escolhe os bons mas escolhe para fazer bons”, orienta pastoralmente Agostinho (354-430). [Augustin, *On The Gospel of St. John*. Tractate 86.2-3 In: Philip Schaff & Henry Wace, eds. *Nicene and Post-Nicene Fathers of Christian Church*, (First Series), 2^a ed. Peabody, Massachusettes, Hedrickson Publishers, 1995, (Jo 15.16), p. 353-354.] NE.

³²² Em 28 de abril de 1564, um mês antes de morrer, Calvino convoca os ministros de Genebra à sua casa; tendo-os à sua volta, despede-se [Vd. Theodore Beza, *Life of John Calvin*: In: *Tracts and Treatises on the Reformation of the Church*, Grand Rapids, Michigan, Eerdmans, 1958, Vol. I, p. cxxxi; J.T. McNeill, *The History and Character of Calvinism*, New York, Oxford University Press, 1954, p. 227]; a certa altura diz:

“A respeito de minha doutrina, ensinei fielmente e Deus me deu a graça de escrever. Fiz isso do modo mais fiel possível e nunca corrompi uma só passagem das Escrituras, nem conscientemente as distorci. Quando fui tentado a requintes, resisti à tentação e sempre estudei a simplicidade.

“Nunca escrevi nada com ódio de alguém, mas sempre coloquei fielmente diante de mim o que julguei ser a glória de Deus.” [Calvin, *Textes Choisis* par Charles Gagnebin, Egloff, Paris, © 1948, pp. 42-43. (Há tradução em inglês, *Letters of John Calvin*, Selected from the Bonnet Edition, Edinburgh, The Banner of Truth Trust, 1980, p. 259-260; Vd. também: P. Schaff, *History of the Christian Church*, Peabody, Massachusettes, Hendrickson Publishers, 1996, Vol. VIII, pp. 833-834.] NE.

^a intempestive.

^b piorum consensu.

³²³ Ez 11.19.

³²⁴ Jr 32.39,40.

que quando descreve a nossa conversão como a criação de um novo espírito e de um novo coração. Porque disso decorre que da nossa vontade não pode proceder nada de bom, enquanto ela não for reformada e renovada, e, após a reforma, o que nele é bom é de Deus, e não de nós.

53. Como oravam os antigos

Vemos que assim oravam os santos, como Salomão, quando disse: “O Senhor a si incline o nosso coração, para andarmos em todos os seus caminhos e guardarmos os seus mandamentos”.³²⁵ Ele mostra a contumácia do nosso coração, confessando que este é rebelde contra Deus e Sua Lei, a não ser que seja dobrado e subjugado para fazer o contrário. Paralelamente, quando Davi roga ao Senhor que crie nele “um coração puro e que renove dentro dele um espírito inabalável” (ou, “um espírito reto”),³²⁶ não está reconhecendo que todas as partes do seu coração estão cheias de manchas e de impurezas, e que o seu espírito está envolto na perversidade?³²⁷ Note-se, sobretudo, que, quanto à pureza que ele deseja, uma vez que a descreve como criação de Deus, a Este ele atribui toda a virtude e todo o poder.³²⁸

É verdadeira maravilha que do nosso orgulho Deus não exija estritamente nada mais do que a observação obediente do Seu Sábado (“Sabbath”). Isto é, descansarmos de todas as nossas obras; e não há nada que se tire de nós com maior dificuldade do que isto: que, abandonando todas as nossas obras, demos lugar às de Deus.³²⁹ Se não formos impedidos por nossa rancorosa rebeldia, o Senhor Jesus deu bastante amplo testemunho das Suas graças, das Suas bênçãos, para que não sejam obscurecidas: “Eu sou a Videira (diz Ele), vós sois os ramos, e meu Pai é o Viticultor. Como o ramo não pode dar fruto de si, se não permanecer na videira, assim também vós, se não permanecerdes em mim; porque sem mim nada podeis fazer”³³⁰ (tradução direta).

Se nós, que somos como um ramo desligado do solo e privado do húmus, não produzimos fruto de nós mesmos, não temos necessidade de continuar discutindo se a nossa natureza pode fazer algum bem; como também não há dúvida de que é certa a conclusão de que sem Ele nada podemos fazer. Cristo não diz que somos tão fracos que não podemos fazer o suficiente, mas, reduzindo-nos total-

³²⁵ *IRs* 8.58.

³²⁶ *SI* 51.10.

³²⁷ “Não teremos uma idéia adequada do domínio do pecado, a menos que nos convençamos dele como algo que se estende a cada parte da alma, e reconheçamos que tanto a mente quanto o coração humanos se têm tornado completamente corrompidos.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (SI 51.5), p. 431.] NE.

³²⁸ Davi reconhece que “somos totalmente devedores à graça de Deus, tanto por nossa primeira regeneração quanto, no ato de nossa queda, pela subsequente restauração.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (SI 51.10), pp. 439-440.] NE.

³²⁹ “A observância de um dia dentre cada sete (...) o Senhor a recomendou com Seu próprio exemplo. Pois é de não apoucada valia acendrar o zelo do homem que saiba que está a trilhar à imitação do Criador.” (João Calvino, *As Institutas*, II.8.30.) “Deus só é corretamente servido quando Sua Lei for obedecida.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (SI 1.2), p. 53.] NE.

³³⁰ *Jo* 15.1-5.

mente a nada, Ele exclui toda fantasia sobre o menor poder do mundo. Se, estando ligados a Cristo, frutificamos como um ramo ligado à videira, que recebe seu vigor da terra, bem como do orvalho do céu e do calor do Sol, parece-me que não nos sobra nenhuma parcela de todas as boas obras, se é que desejamos que a Deus seja sempre dada toda^a a honra.³³¹ Por isso o apóstolo dá a Deus todo o louvor, quando diz: “Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar”.³³²

54. Duas partes das boas obras

A primeira parte das boas obras é a vontade; a outra é o esforço para realizá-las e o poder fazê-lo. Segue-se, pois, que se o homem atribuir a si próprio alguma coisa, quer na vontade quer na realização, a estará usurpando de Deus. Se Paulo tivesse dito que Deus socorre a nossa débil vontade, ele nos teria deixado alguma coisa. Mas, como afirma que Deus efetua o querer, nisso fica demonstrado que tudo o que é bom é de outrem, não nosso. E uma vez que a boa vontade, já pelo peso da nossa carne mesma, é tarda e sofre opressão, diz ele, por conseguinte, que, para sobrepujarmos toda dificuldade, o Senhor nos dá a constância e o poder para a realização. E, de fato, o que Paulo ensina noutra passagem não pode ser outra coisa, pois afirma que só há um Deus, que opera tudo em todos [1Co 12.6]. Portanto, dessa maneira Deus começa e completa a boa obra em nós; é que por Sua graça a vontade é incitada a amar o bem, é inclinada a desejá-lo e é estimulada a buscá-lo e a doar-se com esse propósito. Acresce que o amor, o desejo e o esforço não falham, mas duram até conseguirem o seu efeito. E finalmente, o homem assim tomado pela graça de Deus, prossegue na busca do bem e persevera até o fim.

Ora, Ele não estimula a nossa vontade, como há muito tempo^b se tem imaginado e ensinado, como se dependesse da nossa escolha seguir ou resistir ao Seu estímulo, mas o move com tal eficácia que ela se sente na necessidade de segui-lo. Daí, o que se lê muitas vezes em Crisóstomo não deve ser aceito – que “Deus só atrai quem quer ser atraído”. O que significa que, quando Deus nos estende a mão, espera para ver se achamos bom que Ele nos ajude.

^a Vê-se que aos olhos de Calvino toda [pretensa] colaboração meritória da vontade humana é um insulto à glória de Deus.

³³¹ “Diz ele [Paulo] que, antes que nascêssemos, as boas obras haviam sido preparadas por Deus; significando que por nossas próprias forças não somos capazes de viver uma vida santa, mas só até ao ponto em que somos adaptados e moldados pelas mãos divinas. Ora, se a graça de Deus nos antecipou, então toda e qualquer base para vanglória ficou eliminada.” [João Calvino, *Efésios*, São Paulo, Paracletos, 1998, (Ef 2.10), p. 64.] “É preciso lembrar que sempre que atribuímos nossa salvação à graça divina, estamos confessando que não há mérito algum nas obras; ou, antes, devemos lembrar que sempre que fazemos menção da graça, estamos destruindo a justiça [procedente] das obras.” [João Calvino, *Exposição de Romanos*, (Rm 11.6), p. 389.] NE.

³³² *Fp* 2.13.

^b multis sæculis.

55. Antes e depois de Adão

Concedemos que, na época em que o homem estava em sua inteireza, podia pensar para um lado ou para outro. Mas, depois que Adão mostrou por seu exemplo quão pobre e miserável é o livre arbítrio, se Deus não nos vigiasse e não nos tirasse tudo, que proveito teríamos em distribuir Ele a Sua graça dessa maneira?^a Mas, como acontece que Ele derrama sobre nós a plenitude da Sua graça, nós Lhe roubamos o louvor por nossa ingratidão.³³³ Porque o apóstolo não ensina apenas que a graça do bom querer nos é oferecida, desde que a aceitemos, mas que Deus produz e forma em nós o querer. Essa é simplesmente outra maneira de dizer que Deus, por Seu Espírito, endireita, modela e modera o nosso coração, e que nele reina como em Sua possessão. O apóstolo não pode entender de outro modo esta sentença de Cristo: “Todo aquele que da parte do Pai tem ouvido e aprendido, esse vem a mim”,³³⁴ senão que por ela se entende que a graça de Deus é por si mesma poderosa para realizar e efetivar a Sua obra, como afirma Agostinho.³³⁵ Deus não dá a Sua graça a todos, como pretende o ditado comum^b, mas ela é negada à pessoa que faz aquilo que está em si. Bom seria ensinar que a bondade de Deus é posta à disposição de todos quantos a buscam, sem nenhuma exceção. Mas, como sucede que ninguém se põe a buscá-la sem que antes receba do céu inspiração para isso, nessa mesma passagem Paulo não cede e não diminui nem um pouco a graça de Deus. Certo é que esse privilégio pertence unicamente aos eleitos, os quais, tendo sido regenerados pelo Espírito de Deus, são conduzidos e governados por Ele.³³⁶

56. O dom da perseverança

Tampouco ele duvida de que a perseverança deva ser considerada como um dom gratuito de Deus. Há, porém, arraigada no coração dos homens, uma falsa opinião^c contrária, segundo a qual a graça é dispensada a cada um conforme o seu mérito,

^a Calvino aplica aqui o preceito *ab uno disce omnes*. Seu pessimismo quanto à criatura livre, ainda não enfraquecido, repousa, não sobre premissas filosóficas do gênero das de Leibniz, mas sim sobre um postulado religioso: sem Deus, não há nada que se possa esperar quanto à perseverança no bem.

³³³ “... Nosso próprio mau humor e impaciência ante a aflição transforma um minuto em um século; enquanto que, em contrapartida, nosso desconhecimento e ingratidão nos levam a imaginar que o favor divino, por mais que Ele o exerça para conosco, não passa de um momento. É nossa própria perversidade, pois, que na realidade nos impede de perceber que a ira divina é de mui curta duração, enquanto que seu favor para conosco prossegue durante todo o curso de nossa vida.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 1, (SI 30.5), p. 629.]. NE.

³³⁴ Jo 6.45.

³³⁵ Libr. de prædesti. sancto.

^b 1539: illud, nisi fallor, Okanicum (em *Compendium theologicum*, de Occam, impresso em 1494).

³³⁶ “Deus nos elegeu para sermos seu povo peculiar, a fim de fazer notório seu poder nos preservando e nos defendendo” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 2 (SI 46.7), p. 335]. “Quando Deus seleciona dentre toda a raça humana um pequeno número ao qual abraça com Seu paternal amor, esta é uma inestimável bênção que Ele derrama sobre eles.” [João Calvino, **O Livro de Salmos**, São Paulo, Paracletos, 1999, (SI 48.1), Vol. 2, p. 352]. NE.

^c pessimus error.

querendo dizer que não há nisso ingratidão quanto à primeira graça. Mas visto que isso provém de que se imagina que está em nosso poder recusar ou aceitar a graça de Deus quando esta nos é apresentada, é fácil refutar essa idéia, porquanto já se demonstrou que é falsa. Além disso, nota-se aí um duplo erro, porquanto, além de dizerem que, fazendo bom uso da primeira graça de Deus, merecemos que com outras graças subseqüentes Ele nos remunere pelo bom uso feito, acrescentam também que não é só a graça de Deus que opera em nós, mas que ela apenas coopera.³³⁷

Quanto ao primeiro erro, esta é a conclusão necessária: Que o Senhor Deus, multiplicando as Suas bênçãos a Seus servos e lhes dando diariamente outras novas, tão agradável Lhe é a obra que neles começou que nestas bênçãos encontra razão e ocasião para desse modo enriquecê-los e dar-lhes crescimento. E a isso devem ser aplicadas as seguintes sentenças: “A todo o que tem se lhe dará”.³³⁸ Igualmente: “Muito bem, servo bom e fiel; foste fiel no pouco, sobre o muito te colocarei”.³³⁹ Mas aqui Ele nos põe em guarda contra dois males: Primeiro, o de atribuir o bom uso da graça de Deus ao homem, como se por sua habilidade ele a tornasse proveitosa.³⁴⁰ Depois, o de julgar que as graças ou bênçãos que Deus concede ao homem fiel lhe são dadas para remunerar o bom uso da primeira graça, como se tudo não procedesse da bondade gratuita de Deus.³⁴¹ É minha convicção, pois, que os crentes devem estar atentos a esta bênção – que quanto melhor uso fizerem das graças de Deus, outras novas e mais grandiosas lhes serão acrescentadas diariamente. Mas, por outro lado, digo que esse bom uso é de Deus, e que essa remuneração provém de Sua benevolência gratuita. Foi isso que o apóstolo Paulo^a declarou especificamente. Porque, após haver dito que “Deus é quem efetua em nós tanto o querer como o realizar”,³⁴² imediatamente acrescenta que Ele faz tanto uma coisa como a outra “segundo a sua boa vontade”, referindo-se com essa expressão à benignidade gratuita de Deus.

Quanto ao que dizem que, depois de termos dado lugar à primeira graça, nós cooperamos com Deus, respondo: Se com isso fica entendido que, depois de ser ela reduzida^b, pelo poder de Deus, à obediência à justiça, seguimos voluntariamente o procedimento de Sua graça, concordo; porque é bem certo que, onde impera a graça de Deus há essa prontidão para a submissão obediente. Mas isso não decorre da ação do Espírito Santo que, coerente Consigo mesmo, nutre e fortalece em nós o amor pela obediência, o mesmo amor que no começo Ele

³³⁷ Ver: João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (Sl 51.10), pp. 439-440. NE.

³³⁸ Mt 25.29.

³³⁹ Mt 25.21.

³⁴⁰ Ver: João Calvino, *Exposição de 1 Coríntios*, São Paulo, Paracletos, 1996, (1Co 15.10), pp. 453-455. NE.

³⁴¹ Fp 2.13 [fim do versículo].

^a Acréscimo feito em 1539.

³⁴² Fp 2.13 [Almeida: “...quem efetua em vós...”].

^b edomiti.

gerou? Se, por outro lado, os tais querem dizer que o homem faz isso por seu próprio poder e que ele coopera^a com a graça de Deus, digo que cometem um erro danoso e contagioso. Mas eles alegam: Então, que é que o apóstolo quer dizer quando declara: “Trabalhei muito mais que todos eles [mais que todos os outros apóstolos]; todavia não eu, mas a graça de Deus comigo”.³⁴³ Porque, dizem eles, como parecia ter falado com arrogância, quando se colocou acima de todos os outros, ele modera essa declaração, rendendo o louvor à graça de Deus, e, contudo, coloca isso em tais termos que se diz companheiro de Deus no trabalho.³⁴⁴

É espantoso que tantas pessoas que noutras coisas não são más, tropeçam neste fiapo de palha, pois o apóstolo Paulo não disse que a graça de Deus tinha trabalhado com Ele para dizer-se companheiro de Sua graça, mas, antes, atribui a Deus todo o louvor pelo referido trabalho. “Não fui eu que trabalhei, mas foi a graça de Deus, a qual me ajudou.” Toda essa fábula resulta do fato de que eles se prendem à tradução comum,³⁴⁵ que é duvidosa, mas o texto grego do apóstolo Paulo é tão claro que não deixa dúvida.

^a gratiae cooperarium.

³⁴³ 1Co 15.10.

³⁴⁴ “Porque, como se tivesse cometido um equívoco em fazer dele mesmo a fonte de algo bom, Paulo corrige o que havia dito, e declara que a graça de Deus é a *causa eficiente* de tudo.” [João Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 15.10), p. 454.] NE.

³⁴⁵ Refere-se à tradução latina: Vulgata. Ver: João Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 15.10), p. 454.

No segundo século da Era Cristã, foi feita (possivelmente em Cartago na África do Norte ou na Itália) uma tradução latina da Bíblia [Versão do Latim Antigo (“Vetus Latina”), ou “Ítala”, preferida por Agostinho (354-430), (Agostinho, **A Doutrina Cristã**, São Paulo, Paulinas, 1991, II.15, p. 114), tomando como Texto base para o Antigo Testamento, a Septuaginta. No final do IV século, como esta tradução latina já precisava de uma ampla revisão, o papa Damásius I (c. 304-384) papa desde 366, incumbiu a Sophronius Eusebius Hieronymus, conhecido como Jerônimo (c. 347-419) – admirador profundo de Cícero – de fazê-la (383). Jerônimo, era um homem de profunda piedade (ainda que tenha sustentado diversas polêmicas durante a sua vida) e erudição, conhecendo bem o latim, o grego e o hebraico. O seu trabalho excedeu as expectativas de Damásius; já que ele fez mais do que uma simples revisão. Partindo dos originais Hebraicos e Gregos – ainda que dando atenção à Vetus Latina –, Jerônimo traduziu o Antigo e o Novo Testamento, concluindo a sua obra em 405, depois de 23 anos de trabalho. Na sua tradução, Jerônimo incluiu os “livros apócrifos”, conforme constava na LXX; todavia, questionou a sua canonicidade, fazendo uma distinção entre os “libri ecclesiastici” (“apócrifos”) e os “libri canonici” (canônicos, conforme os judeus aceitavam no Cânon Hebraico). Desta forma, na edição de Jerônimo, os “apócrifos” receberam um “status” secundário. “Sendo uma inovação, a sua tradução teve de sustentar grande batalha para poder firmar-se na Igreja. Nem mesmo seu amigo Agostinho queria saber da Hebraica veritas. Depois da morte do papa Damásius (384), protetor de Jerônimo, a tradução não gozou mais do favor e do apoio das autoridades eclesiásticas. Mas pouco a pouco venceu os seus antagonistas e a partir do século VII encontrou favor na Igreja. (...) Durante a Idade Média a tradução de Jerônimo se tornou a ‘Vulgata’, isto é ‘a comum’.” (A. Bentzen, **Introdução ao Antigo Testamento**, São Paulo, ASTE, 1968, Vol. I, pp. 106-107). Contudo a Vetus Latina continuou tendo a preferência na tradução dos “Apócrifos”. O nome “Vulgata” foi, ao que parece, aplicado primariamente na Igreja, para referir-se à LXX, bem como à “Vetus Latina”. (Cf. O.F. Fritzsche, *Bible Versions*: In: Philip Schaff, ed. **Religious Encyclopaedia: Or Dictionary of Biblical, Historical, Doctrinal, and Practical Theology**, 3ª ed. rev. amp. New York, Funk & Wagnalls Company, 1891, Vol. I, p. 283). O título honorífico “Vulgata”, foi concedido à tradução de Jerônimo somente no final da Idade Média. (Cf. W.G. Kümmel, **Introdução ao Novo Testamento**, São Paulo, Paulinas, 1982, p. 706); ou mais especificamente no século XVI, quando ela se tornou oficialmente – no Concílio de Trento (1546) – a Bíblia da Igreja Católica. (Vd. Alistar E. McGrath, **Reformation Thought: An Introduction**, 2ª ed. Oxford, Blackwell Publishers, 1993, p. 136). NE.

57. Agostinho citado contra os sofistas da Sorbonne

Ouçamos agora o que diz Agostinho, a fim de que os pelagianos do nosso tempo, quer dizer, os sofistas da Sorbonne,³⁴⁶ não nos censurem, como é seu costume, dizendo que todos os mestres do passado estão contra nós.^a Nisso eles seguem seu pai Pelágio, que importunou Agostinho com igual calúnia. Pois bem, ele tratou extensamente deste assunto no livro que intitulou *Da Correção e da Graça*,³⁴⁷ do qual vou citar alguns breves trechos empregando as suas próprias palavras. Diz ele que a graça de persistir no bem foi dada a Adão, bastando que ele a quisesse usar, que ela nos é dada a fim de que nós queiramos usá-la, e de que, usando-a, sobrepujemos as concupiscências. Assim é que Adão tinha o poder, se o quisesse, mas não tinha o querer, para que pudesse; que a nós é dado tanto o

³⁴⁶ As universidades são produto da Idade Média (séc. XII), resultante dos contatos entre o mundo Ocidental com o muçulmano e bizantino. (Vd. Universidade: In: Pierre Bonassie, **Dicionário de História Medieval**, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, p. 195). A Universidade foi uma das mais importantes criações culturais da Idade Média. No entanto, devemos ter em mente que a idéia de Universidade não deve ser associada, como hoje fazemos, a um conjunto de prédios, de faculdades dedicadas ao ensino e pesquisa, antes ao grêmio de professores e alunos que se dedicam ao estudo e, que “formavam uma corporação jurídica de direito próprio.” (Philotheus Boehner & Etienne Gilson, **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**, 3ª ed. Petrópolis, RJ., Vozes, 1985, p. 355). A Universidade de Paris (Sorbonne), que teve os seus Estatutos aprovados em 1215), constava de quatro Faculdades: Teologia, Filosofia (“Artes”) (a mais concorrida), Direito e Medicina. Todavia, ela especializou-se no ensino de Teologia, tornando-se para a “santa igreja”, como “a árvore da vida”. Em 1255, escreve o papa Alexandre IV (1254-1261): “A ciência das escolas de Paris está na Santa Igreja como a árvore da vida no paraíso terrestre e como a lâmpada refulgente na casa do Senhor. Como uma mãe fecunda de erudição, ela faz jorrar em abundância das fontes da doutrina da salvação os rios que vão banhar a face estéril da terra, ela alegra por toda parte a Cidade de Deus e subdivide as águas da ciência que faz correr nas praças públicas para o refrigério das almas sedentas de justiça.... É em Paris que o gênero humano, deformado pela cegueira de sua ignorância original, recupera sua visão e sua beleza pelo conhecimento da luz verdadeira que irradia da ciência divina.” (In: Etienne Gilson, **A Filosofia na Idade Média**, São Paulo, Martins Fontes, 1995, p. 490. Vejam-se também: António J. Saraiva, **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**, Lisboa, Gradiva, 1988, p. 112; **Idem.**, **História da Cultura**, Lisboa, Jornal do Fôro, 1950, Vol. 1, p. 30, 96,98). Este elogio de Alexandre IV, envolvia obviamente a sua vitória sobre a autonomia da Universidade, na qual ele demitiu e contratou quem desejou, concedendo amplos poderes aos religiosos mendicantes... fiéis ao papa. (Vd. Jacques Verger, **As Universidades na Idade Média**, São Paulo, Editora Unesp., 1990, p. 77-79; Etienne Gilson, **A Filosofia na Idade Média**, p. 488ss.). A Universidade de Paris – apesar do antagonismo interno –, tornou-se a definidora, defensora e divulgadora da ortodoxia católica, tendo os papas ao longo dos anos, contribuído decisivamente para a sua projeção internacional. “Ora, na medida em que ensinava teologia, a Universidade de Paris cessava de pertencer a si mesma e dependia de uma jurisdição mais alta do que a da razão individual ou da tradição escolar. Sua própria importância, o número sem cessar crescente dos mestres e alunos que vinham de todas as partes do mundo cristão para aí se instruir faziam dela a fonte do erro ou da verdade teológicos para toda a cristandade.” (Etienne Gilson, **A Filosofia na Idade Média**, p. 487). Aliás, os papas procuravam sempre tornar as Universidades em instrumento conservador e defensor da “ortodoxia” católica... Por outro lado, os reis também viam nas Universidades um meio de projeção pessoal e propagação do seu reino. (Vd. A.J. Saraiva, **História da Cultura em Portugal**, Vol. 1, pp. 30, 100; Philotheus Boehner & Etienne Gilson, **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**, p. 357-358; Etienne Gilson, **A Filosofia na Idade Média**, p. 484, 487ss; Jacques Verger, **As Universidades na Idade Média**, pp. 72, 79).

Em meados do século XIII, a Universidade de Paris passou a chamar-se Universidade de Sorbonne, em homenagem a Robert de Sorbon. NE.

^a Cf. Epistola ao Rei: “Eles colocam contra nós os antigos ‘pais’”, etc.

³⁴⁷ De correptione, cap. II. Ad Valentinum.

querer como o poder; que a primeira liberdade foi a de poder não pecar, e que o que temos agora é muito maior, é a liberdade de não poder pecar. Os sorbonistas expunham isso quanto à perfeição que haverá na vida futura, mas isso é tolice, visto que Agostinho^a se manifesta mais adiante dizendo que a vontade dos crentes é conduzida de tal maneira pelo Espírito Santo que eles podem fazer o bem porque o querem, e que o querem porque Deus criou neles o querer. “Porque, diz ele, se em sua grande fraqueza a carne fosse deixada a cargo deles de modo que pudessem fazer o bem com a ajuda de Deus quando bem lhes parecesse, e que Deus não lhes desse a vontade tão cercada de tentações, a vontade deles, fraca e frágil como é, sucumbiria, e assim eles não poderiam perseverar”.

Por isso Deus veio em socorro da vontade humana em sua fraqueza, dirigindo-a sem que ela possa virar-se para lá e para cá, e governando-a sem que ela possa desviar-se. Porque, dessa maneira, por mais fraca que seja, não pode cair. Pouco depois³⁴⁸ ele mostra como é necessário que o nosso coração siga o movimento de Deus, quando os atrai, dizendo que Deus atrai bem os homens segundo a vontade deles, e não por constrangimento ou pela força, mas que a vontade é aquilo que Ele formou neles.

58. Confirmação da tese de Calvino

Temos agora, aprovado por Agostinho, o ponto sobre o qual mantemos principalmente a nossa discussão. É que a graça não é somente oferecida por Deus para ser rejeitada ou aceita conforme pareça bem a cada qual. A verdade é que é a graça de Deus que nos induz a seguir o Seu movimento e, como se dá com a vontade, ela é causa da escolha ou decisão. Acontece isso de tal modo que todas as boas obras que se seguem são frutos dela, e ela não é recebida pelo homem natural e simplesmente em sua vida, mas na medida em que se transforma em obediência em seu coração. Neste sentido, o mesmo doutor diz noutro lugar³⁴⁹ que somente a graça, e nada mais, realiza em nós toda boa obra.³⁵⁰ No tocante a isso, ele diz noutra passagem dos seus escritos que a vontade não é destruída pela graça, mas que de má ela é transformada em boa e que, depois de tornada boa, somente nisso é ajudada. Com isso quer ele dizer que o homem não é lançado por Deus como uma pedra, sem nenhuma participação ativa do seu coração, por uma força externa, mas que é impulsionado de tal maneira que ele obedece de boa vontade. E, ademais, sendo que a graça de Deus é dada de maneira especial aos eleitos, escrevendo a Bonifácio ele fala da seguinte maneira:³⁵¹ “Sabemos que a graça de Deus não é dada a todos os homens e que, quando é dada a alguém,

^a ne de futura post immortalitatem perfectione loqui putetur, scrupulum hunc paulo post eximit.

³⁴⁸ Cap. XIV.

³⁴⁹ Epist. 105.

³⁵⁰ “A graça divina e o mérito das obras humanas são tão opostos entre si que, se estabelecermos um, destruiremos o outro”. [J. Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 11.6), p. 388.] NE.

³⁵¹ Epist. 106.

não o é segundo os méritos da sua vontade, mas segundo a bondade gratuita de Deus; quando é negada, isso é feito pelo justo juízo de Deus”.

Nessa mesma epístola ele condena com vigor e firmeza a opinião daqueles que consideram a segunda^a graça como uma retribuição feita aos méritos dos homens, entendido que, não tendo rejeitado a primeira, mostram-se dignos da segunda. O que ele deseja é que Pelágio reconheça que temos necessidade da graça para cada uma de nossas obras, e que ela não é uma restituição feita aos nossos méritos, devendo ser reconhecida como pura graça.³⁵²

59. Sumário deste ponto

Não se pode, porém, dar por resolvida essa questão sumariamente, senão pelo que ele diz em seu livro *Da Correção e da Graça*, no capítulo oito, onde primeiramente ele ensina que a vontade humana não obtém graça por sua liberdade, mas que obtém liberdade pela graça de Deus.³⁵³ Em segundo lugar, ensina que pela graça ela é confirmada quanto ao bem, para amá-lo e perseverar nele. Em terceiro lugar, que ela é fortalecida com um poder invencível, para resistir ao mal. Em quarto lugar, que, governada pela graça, nunca falha; e, se a graça for deixada de lado, imediatamente tropeça e cai. Também diz ele que, pela misericórdia gratuita de Deus, a vontade é convertida ao bem e, tendo sido convertida, persevera nele. E mais: quando a vontade do homem é conduzida para o bem, e, depois de haver sido assim dirigida, é confirmada no bem, isso vem unicamente da vontade de Deus, e não de algum mérito humano. Dessa maneira, só resta ao homem o livre arbítrio descrito noutro lugar.³⁵⁴ É que ele não pode se converter a Deus, nem persistir em Deus, a não ser por Sua graça, e que tudo o que ele pode fazer é também pela graça de Deus.

60. A graça de Deus como libertação

A graça [especial] de Deus algumas vezes é chamada libertação^b ou livramento, sendo que por ela somos libertados da escravidão do pecado; mas também é chamada, ora reparação^c do nosso ser, pela qual, sendo posto de lado o velho homem, somos restaurados à imagem de Deus; ora regeneração, pela qual somos feitos novas criaturas; ora ressurreição, pela qual Deus, fazendo com que morra-

^a subsequente.

³⁵² Comentando o Salmo 30.6 – quando Davi reflete a sua momentânea confiança no sucesso adquirido –, diz: “... Davi reconhece que havia sido justa e merecidamente punido por sua estulta e precipitada confiança, ao esquecer-se de sua mortal e mutável condição de ser humano, e ao pôr demasiadamente seu coração na prosperidade.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (Sl 30.6), p. 631.] Em outro lugar, fazendo menção da mesma passagem, escreve: “Davi afirma que a prosperidade havia obnubilado de tal forma seus sentidos, que deixou de pôr seus olhos na graça de Deus, da qual deveria depender continuamente. Em vez disso, creu que poderia andar por suas próprias forças e imaginou que não cairia jamais.” [João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, p. 47.] NE.

³⁵³ Ad Valentinum. De correptione.

³⁵⁴ Epist. 46.

^{b c} manumissio, restitutio in integrum (termos do direito romano).

mos, ressuscita-nos por Seu poder. Todavia, aqui é preciso observar que o livramento nunca é completo, visto que uma parte de nós permanece sob o jugo do pecado; que a restauração jamais se realiza completamente, porquanto muita coisa dos vestígios do homem terreno permanece; e que a ressurreição nunca é completa, pois alguma coisa retemos do velho homem. Isso porque, enquanto estamos encerrados nesta prisão que o nosso corpo é, trazemos sempre conosco as relíquias, ou seja, os restos da nossa carne, os quais na mesma proporção diminuem a nossa liberdade.

Porque a alma fiel, depois da sua regeneração, divide-se em duas partes, entre as quais há uma diferença perpétua. Pois, quando é regida e governada pelo Espírito de Deus, ela deseja e ama a imortalidade, o que a incita e a induz à justiça, à pureza e à santidade, e assim não medita noutra coisa senão na bem-aventurança do reino celestial, e aspira inteiramente à companhia de Deus; e no que permanece ainda em seu natural, estando impedida pela lama terrena e envolta^a em más ambições, não enxerga o que de fato é desejável e onde está a verdadeira felicidade. Detida pelo pecado, mantém-se longe de Deus e da Sua justiça.

61. O combate cristão

Dáí surge um combate^b que põe em ação o homem fiel durante sua vida toda, sendo que pelo Espírito é elevado às alturas, e pela carne é levado a desviar-se e é derribado. Segundo o Espírito, ele se dirige cheio de ardente desejo para a imortalidade; segundo a carne, desvia-se por um caminho que leva à morte. Segundo o Espírito, ele pensa em viver retamente; segundo a carne, é atraído pela iniquidade. Segundo o Espírito, ele é conduzido para Deus; segundo a carne, é levado a recuar. Segundo o Espírito, ele condena o mundo; segundo a carne, cobiça os prazeres mundanos.

Não se trata aqui de uma especulação frívola, da qual não teríamos nenhuma experiência na vida, mas é uma doutrina caracterizada pela prática,^c que verdadeiramente experimentamos em nós, se somos filhos de Deus.

62. Conflito entre a carne e o Espírito³⁵⁵

Vemos, pois, que a carne e o Espírito são como dois combatentes, os quais separam em diferentes partes a alma fiel, travando nela uma verdadeira batalha; toda-

^a immersa.

^b Ver no capítulo XVII: *Sobre a vida cristã*, acréscimo feito em 1539.

^c empirica.

³⁵⁵ Deus libertou-nos definitivamente do poder de satanás, o deus do secularismo. Cristo o derrotou, e agora, ele não mais tem domínio sobre nós; “por isso afirmamos que os fiéis nunca, jamais poderão ser vencidos por ele [satanás].” (J. Calvino, *As Institutas*, I.14.18). “Satanás com toda sua fúria e com suas forças se vê reprimido por seu mandato [mandato de Deus], como o cavalo pelo freio, e tudo quanto poderia impedir nosso bem e salvação depende de seu arbítrio e vontade [de Deus].” (J. Calvino, *As Institutas*, I.16.3). NE.

via, nesta batalha vê-se que o Espírito é superior.^a Porque, quando se diz que a carne faz desviar-se de Deus a alma, afasta-a da imortalidade, impede-a de seguir a santidade e a justiça, e a distancia do Reino de Deus, não é preciso entender que ela tem tanto vigor em suas tentações que derruba e destrói a obra do Espírito e que faz estagnar-se o Seu poder. Nada disso! Quando a carne se esforça para abater o homem, a ação do Espírito a entorpece; quando quer desviá-lo do seu caminho, o poder do Espírito a retarda e a impede; quando quer fazer com que todo o seu amor pela justiça fique amortecido, o Espírito a refreia; quando a carne se empenha em suprimir totalmente o seu amor, a obra do Espírito Santo a dobra e a restringe.

Em tais dificuldades, é necessário que o servo de Deus seja plenamente animado, e que, pelo maior desejo do seu coração e pelo seu maior afeto, aspire a Deus, prepare-se e esforce-se para buscá-lo, e constantemente gema e suspire, contrariado por ser impedido por sua carne de seguir sua carreira como deve. É isso que entende o apóstolo Paulo, quando diz:³⁵⁶ “Se somos filhos de Deus, não andemos segundo a carne, mas segundo o Espírito”. Tendo descrito o combate, ele quer dizer que no Espírito se pode encontrar o que há de melhor para a conquista da vitória. Ora, é fácil ver a diferença que existe entre o homem natural e o regenerado: O homem natural é muito espicaçado e aguilhoado em sua consciência para não iludir-se com seus vícios; contudo, nisso ele tem prazer de todo o coração, a isso prende a sua vontade, de bom grado solta as rédeas, e a única coisa que ele teme é a pena, que ele vê que está preparada para todos os pecadores.^b Já o homem regenerado, graças à melhor parte do seu coração, apega-se à justiça da lei, e detesta e abomina o pecado que ele comete por pura idiotice; o pecado o desgosta e por ele é reprovado; mas ele tem o seu prazer e o seu deleite na lei de Deus e nela acha mais ameno dulçor do que em todos os prazeres do mundo.³⁵⁷ Além disso, ele nunca peca por consciente decisão própria, mas ao pecar contraria o seu coração, porque não é somente a sua consciência que repudia o mal; os seus afetos também o repudiam.³⁵⁸

^a *dispari conditione inter se congregiuntur.*

³⁵⁶ *Rm 8* [tradução direta].

^b Três palavras acrescentadas em 1539.

³⁵⁷ A *Confissão de Westminster* (1647) conclui o capítulo XIII dizendo:

“Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que restam (*Rm* 7.23), contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada vence (*Rm* 6.14; *Ef* 4.15,16; *1 Jo* 5.4), e assim os santos crescem em graça (*2 Pe* 3.18), aperfeiçoando a sua santidade no temor de Deus (*2 Co* 7.1)” (XIII.3). NE.

³⁵⁸ “Os desejos que agitam o homem carnal são como ondas impetuosas que se chocam umas contra as outras, arremessando o homem de um lado para outro, de modo tal que ele muda e vacila a todo instante. Todos quantos se entregam aos desejos carnavais experimentam tal desassossego, porque não existe estabilidade senão no temor de Deus.” [J. Calvino, *As Pastorais*, São Paulo, Paracletos, 1998, (Tt 3.3), p. 344.] NE.

63. Grave erro anabatista

Alguns anabatistas^a imaginam não sei que tipo de intemperança frenética, em lugar da regeneração espiritual dos crentes. É que (como lhes parece) os filhos de Deus, restaurados ao estado de inocência, não devem preocupar-se em refrear as concupiscências da sua carne, mas devem seguir o Espírito como seu guia, sob cuja direção não podem errar. Se não publicassem arrogantemente essa doutrina, não se poderia acreditar que a mente humana pudesse cair em tal excesso. É de fato uma coisa horivelmente monstruosa. Mas é boa reparação, pois, que a audácia dos que se dedicam a transformar a verdade de Deus em mentira seja punida. Eu lhes pergunto, então, se deve ser eliminada toda a diferença entre a impudicícia e o pudor, entre a justiça e a injustiça, entre o bem e o mal, entre a virtude e o vício.

Essa diferença, dizem eles, provém da maldição do velho Adão, da qual fomos libertados por Cristo. Por isso não há mais o que distinguir entre a luxúria e a castidade, a simplicidade e a astúcia, a verdade e a mentira, a equidade e a rapina. Que tratemos de cortar todo temor frívolo, dizem eles, e que tratemos de seguir firmemente o espírito. Este não pedirá nenhum mal que não se submeta ao seu domínio.

Quem não se espantaria com essas propostas tão insensatas? No entanto, é uma filosofia popular e bem aceita entre os que, tendo ficado cegos por causa da loucura das suas concupiscências, perderam o bom senso. Mas, clamo eu, que Cristo terão forjado? E que espírito?^b Porque reconhecemos um Cristo, e Seu Espírito, que os profetas prometeram e que o Evangelho assinala como revelação, e do qual não ouvimos nada que seja semelhante a esses maus ensinamentos.

64. O espírito da Escritura

Sim, pois, o espírito que a Escritura nos mostra não favorece as diferentes formas de homicídio e de luxúria, a bebedice, o orgulho, a contenção [imposta], a avareza e a fraude; mas é inspiradora do vero amor, da castidade, da sobriedade, da modéstia, da paz, da temperança e da verdade. O que se nota na Escritura não é um espírito de ilusões fantasiosas nem de torvelinho a girar para lá e para cá irrefletidamente, movendo-se tanto para o mal como para o bem, mas, sim, um espírito cheio de sabedoria e de inteligência para discernir entre o bem e o mal. Esse espírito não impele o homem a uma licenciosidade dissoluta e desenfreada, mas, como distingue o bem do mal, ensina o homem a seguir aquele e a fugir deste.

Mas, por que me afano tanto em refutar essa praga brutal? Para os cristãos, o Espírito de Deus não é uma tola imaginação que em seus sonhos teriam formado ou tomado de outras pessoas. Eles O conhecem como a Escritura O mostra, na

^a A tendência que Calvino tem em vista é o antinomismo. Os anabatistas em questão não têm nada em comum com os anabatistas atuais, também conhecidos pelo nome de menonitas. De qualquer forma, é preciso não confundir os anabatistas com os batistas. [Alguns d]Estes são calvinistas que rejeitam o batismo de crianças.

^b 1539 acrescenta: eructant.

qual se afirma que Ele nos é dado **em** santificação,³⁵⁹ para conduzir-nos na obediência à justiça de Deus, havendo-nos purificado da impureza e da imundície.³⁶⁰ Obediência que não é outra coisa senão que as concupiscências (cujas rédeas aqueles tais querem deixar soltas) sejam domadas e subjugadas. A seguir ele diz também que o Espírito nos purifica **para** a santificação, visto que sempre nos restará muita fraqueza, enquanto estivermos enclausurados neste corpo mortal. Disso decorre que, estando nós longe da perfeição, devemos procurar crescer diariamente; e que, estando nós envolvidos em muitos hábitos pecaminosos, devemos combatê-los. Segue-se daí que nos é necessário vigiar diligentemente para evitar que sejamos traídos pela nossa carne. É preciso, pois, que não repousemos, como se não corrésemos perigo, e que não nos julguemos mais adiantados que o apóstolo na santidade no viver, sendo que ele era molestado pelos aguilhões de Satanás, para que em sua fraqueza fosse aperfeiçoado o poder.³⁶¹ E de fato vemos que ele confessa que o combate de que falei, entre o Espírito e a carne, estava em sua pessoa^{362, 363}

65. Sumário

Penso que ficou suficientemente provado que, como o homem é mantido cativo sob o jugo do pecado, ele não pode, por sua própria natureza, nem desejar o bem em sua vontade, nem se dedicar a ele. Fizemos também uma distinção entre constrangimento e necessidade, da qual se vê que, quando o homem peca necessariamente, não deixa de pecar por sua vontade.

Visto, porém que, quando o homem se põe a serviço do Diabo parece estar sendo levado pelo que agrada ao Diabo, e não pelo que lhe agrada, restamos dar a solução sobre como isso é feito. Depois será necessário resolver a questão a respeito da qual é comum duvidar-se. Isto é, se devemos atribuir algo a Deus quanto às más obras, nas quais a Escritura revela que o seu poder age^a de algum modo.

66. Quem é diretamente responsável pelas más obras?

Quanto ao primeiro ponto, Agostinho, em certo lugar, compara a vontade do homem com um cavalo, que é governado pelo desejo daquele que o monta. Por

³⁵⁹ “Ora, visto que a fé abraça a Cristo como Ele nos é oferecido pelo Pai, e Aquele, de fato, seja oferecido não apenas como justiça, remissão dos pecados e paz, mas também como santificação, e fonte de água viva, sem dúvida, jamais o poderá alguém conhecer devidamente que não apreenda ao mesmo tempo a santificação do Espírito (...). A fé consiste no conhecimento de Cristo. E Cristo não pode ser conhecido senão em conjunção com a santificação do Seu Espírito. Segue-se, consequentemente, que de modo nenhum a fé se deve separar do afeto piedoso”. (J. Calvino, **As Institutas**, III.2.8). NE.

³⁶⁰ 2 Co 7.1, etc.

³⁶¹ 2 Co 12.9.

³⁶² Rm 7.7-25.

³⁶³ “Como na presente vida não atingiremos pleno e completo vigor, é mister que façamos progresso até à morte.” [João Calvino, **Efésios**, (Ef 4.15), p. 130.] NE.

^a intercedere.

outro lado, ele compara Deus e o Diabo com dois cavaleiros, dizendo que, se é Deus que ocupa a vontade do homem, como bom e capaz cavaleiro Ele a conduz com bom controle. Incita-a quando está muito vagarosa, contém-na, se fica fogosa, reprime-a se fica rebelde, disciplina a sua rebelião e a leva pelo caminho certo. Ao contrário, se o lugar é conquistado pelo Diabo, como um mau e estouvado cavaleiro ele a faz extraviar-se pelos campos, leva-a a cair em fossos, a ir aos tropeções e sem rumo pelos vales, e a habitua à rebelião e à desobediência.

Quanto aos dois termos da comparação, contentemo-nos por ora, pois não temos nada melhor. O que se diz, então, é que a vontade do homem natural está sujeita ao senhorio do Diabo, sendo por ele conduzida, o que não significa que seja constringida pela força e sem a sua aprovação, como se força um servo ou um escravo a fazer o seu trabalho^a, por mais que este o deteste. Nós entendemos, porém, que, sofrendo os abusos e as mentiras do Diabo, é por necessidade, e não por constringimento, que a vontade se sujeita a obedecer ao que o Diabo quer. Sim, porquanto aqueles que não recebem de Deus a graça de serem governados por Seu Espírito, são abandonados e deixados com Satanás, para serem conduzidos por ele. Por essa causa diz o apóstolo Paulo que o Deus deste mundo (o Diabo) cegou o entendimento dos incrédulos para que não vejam a luz do Evangelho. E noutro lugar diz ele que o Diabo reina em todos os ímpios e desobedientes.³⁶⁴ A cegueira de todos os praticantes do mal e todos os malefícios resultantes são declaradamente obras do Diabo^b; e, todavia, não é preciso procurar a causa fora da vontade humana, da qual procede a raiz do mal e na qual está a base do reino do Diabo, quer dizer, o pecado.³⁶⁵

Quando a ação é de Deus, ótimo! É muito diferente! Mas, para entender bem a questão, tomemos os danos que os caldeus fizeram a Jó^{366,367} é que, matando os seus pastores, roubaram todos os seus camelos. Já vimos com os nossos próprios

^a invita mancipia domini jure obire jussa (termos do direito romano).

³⁶⁴ 2 Co 4.4; Ef 2.2. Calvino observa que os “incrédulos se encontram tão intoxicados por Satanás, que, em seu estupor, não têm consciência de sua miséria.” (J. Calvino, **As Pastorais**, São Paulo, Paracletos, 1998, (2Tm 2.26), p. 247). “Todos os que vivem segundo o curso do mundo, ou seja, segundo as inclinações da carne, batalham sob o comando de Satanás.” [João Calvino, **Efésios**, (Ef 2.2), p. 52.]

^b O pecado. O Diabo não é interposto aqui pela lógica do pensamento, mas a sua intervenção é afirmada em virtude da autoridade da Escritura.

³⁶⁵ “Aqueles que a tal combate se preparam na confiança de si próprios não compreendem suficientemente com quão aguerrido e bem equipado adversário se tenham de haver” (Calvino, **As Institutas**, III.20.46). Calvino, observa que os “incrédulos se encontram tão intoxicados por Satanás, que, em seu estupor, não têm consciência de sua miséria.” [J. Calvino, **As Pastorais**, São Paulo, Paracletos, 1998, (2Tm 2.26), p. 247]. NE.

³⁶⁶ Jó 1.

³⁶⁷ “Os ladrões e os homicidas, e os demais malfeitores, são instrumentos da divina providência, dos quais o próprio Senhor Se utiliza para executar os juízos que em Si determinou.” (João Calvino, **As Institutas**, I.17.5). Comentando a investida de Satanás contra Jó, arremata: “Concluimos que desta provação de que Satanás e os perversos salteadores foram os ministros, Deus foi o autor.” (João Calvino, **As Institutas**, I.18.1). Em outro lugar: “Paulo não lhe [a Satanás] concede o supremo governo, o qual pertence exclusivamente à vontade de Deus, a não ser que lhe atribui aquela tirania cujo exercício procede da permissão divina. O que é Satanás senão o verdugo de Deus para punir a ingratidão humana?” [João Calvino, **Efésios**, (Ef 2.2), p. 53.] NE.

olhos os autores dessa maldade. Sim, quando vemos ladrões cometendo roubos e mortes, não temos dúvida de lhes imputar culpa e de os condenar. Ora, assim é, e a história atesta que isso provém do Diabo. Vemos, pois, que ele faz a sua parte.^a

Por outro lado, Jó reconheceu que era obra de Deus, dizendo que Deus o tinha despojado dos bens que lhe tinham sido arrebatados pelos caldeus.

67. Autor do mal?³⁶⁸

Como poderemos dizer que uma mesma obra foi realizada por Deus, pelos homens e pelo Diabo, e não desculparmos o Diabo, sendo que parece agir em conjunto com Deus, ou, por que não dizer que Deus é o Autor do mal? Facilmente poderemos responder, se considerarmos primeiro o fim, e depois a maneira de agir. O propósito de Deus era exercitar o Seu servo na paciência por meio da adversidade. Satanás esforçou-se para levar Jó ao desespero. Os caldeus se empenharam na empreitada^b de enriquecer-se roubando bens alheios. Tal diferença de propósitos distingue claramente entre a obra de uns e de outros.

Na maneira de proceder não é menor a dissemelhança. O Senhor deixou o Seu servo Jó com Satanás para que este o afligisse e, por outro lado, entregou-o aos caldeus, ordenando-lhes que agissem como Seus ministros, e encarregou o Diabo de os impulsionar e guiar.³⁶⁹ Satanás estimulou com os seus aguilhões venenosos o coração dos caldeus para cometerem aquela iniquidade. E, por sua vez, os caldeus eram maus e, dando-se à prática daquela maldade, contaminaram o seu corpo e a sua alma.

Portanto, é próprio falar que a atividade^c de Satanás é reprovada, exercendo ele o seu reinado, isto é, o reinado da perversidade. Pode-se muito bem dizer também que de algum modo Deus age^d quando Satanás, como instrumento de Sua ira, segundo a Sua vontade e as Suas ordens, impele os homens para lá e para cá para executarem os Seus juízos.³⁷⁰ Não falo aqui da ação universal de Deus, por quem são sustentadas todas as criaturas e também de quem recebem poder para realizar o que realizam. Falo da Sua ação particular, que se mostra em cada

^a Parágrafo acrescentado em 1539.

³⁶⁸ Calvino tinha uma compreensão clara a respeito da relevância bíblica da doutrina da Providência. Falando das diversas calúnias que levantavam contra ele, partindo, inclusive de falsos irmãos, diz: “Só porque afirmo e mantenho que o mundo é dirigido e governado pela secreta providência de Deus, [Esta expressão é comum a Calvino. Ver: **O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (SI 47.3), p. 343] uma multidão de homens presunçosos se ergue contra mim alegando que apresento Deus como sendo o autor do pecado [**O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (SI 51.4), p. 429].... Outros tudo fazem para destruir o eterno propósito divino da predestinação, pelo qual Deus distingue entre os réprobos e os eleitos....”. [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 1, p. 44,45.] Vd. também: John Calvin, “To the Seigneurs of Berne,” **John Calvin Collection**, [CD-ROM], (Albany, OR: Ages Software, 1998), n° 398. NE.

^b 1539 acrescenta: *præter jus et fas*.

³⁶⁹ “É evidente que Satanás está sujeito ao poder de Deus, e é de tal maneira governado por sua vontade, que se vê obrigado a obedecer-lhe e a cumprir o que lhe manda.” (J. Calvino, **As Institutas**, I.14.17). NE.

^c ^d agere.

³⁷⁰ “Satanás mesmo, que opera interiormente com seu poder compelidor, é ministro de Deus, de tal maneira que ele só age em obediência à ordem divina.” [J. Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 9.18), p. 337.] NE.

obra. Por tudo isso vemos que não há incoerência em atribuir uma mesma obra a Deus e ao Diabo, como também ao homem. Mas a diversidade, que está na intenção e no meio empregado, faz com que a justiça de Deus em tudo e por tudo se veja irrepreensível.^a A malícia do Diabo e a do homem são reveladas pela confusão feita com ambas.

68. Temor das consequências de dizer a verdade

Os antigos mestres às vezes tinham receio de confessar a verdade nesta questão, achando que poderiam dar ocasião aos maus para falseá-la ou para falar irreverentemente das obras de Deus. Essa sobriedade tem a minha aprovação; todavia, não penso que haja algum perigo em termos simplesmente o que a Escritura nos mostra. Mas até Agostinho algumas vezes teve esse escrúpulo, como quando disse que não se deve atribuir a cegueira e o endurecimento dos maus à operação de Deus, mas sim à Sua presciência.³⁷¹ Ora, essa sutileza não pode harmonizar-se com tantas expressões da Escritura que mostram claramente que o que existe é a providência^b de Deus, e não outra coisa. Semelhantemente, o que alguns apresentam no sentido de que Deus permite o mal, mas não o envia, não pode subsistir. Frequentemente a Escritura afirma que Deus cega e endurece os maus, e que muda, dobra e move o coração deles. Não está certo empregar essas formas de falar recorrendo à presciência ou à permissão de Deus.

Por isso respondemos dizendo que isto se faz duplamente. Porque, como acontece que, se a luz de Deus for retirada, nada restará em nós, senão a escuridão e a cegueira; se for retirado o Seu Espírito, o nosso coração se endurecerá como pedra; cessando a Sua direção, nos desgarraremos pelos campos, assim, por boa razão se afirma que Deus cega, endurece e impulsiona os maus, dos quais Ele tira a capacidade de ver, de obedecer e de fazer o bem.

A segunda maneira, mais próxima da propriedade dos termos, é que Deus, para executar os Seus juízos por meio do Diabo, ministro da Sua ira, dirige para onde bem lhe parece o conselho dos maus, dá seguimento à vontade deles e confirma o seu esforço. Conforme a primeira razão, deve-se entender o que se diz no Livro de Jó:³⁷² “Aos eloquentes ele (Deus) tira a palavra e atira o entendimento aos anciãos. Tira o entendimento aos príncipes do povo da terra e os faz vaguear pelos desertos sem caminho”. Igualmente o que diz o apóstolo Paulo:³⁷³ “Deus lhes manda a operação do erro, para darem crédito à mentira”. Também em Isaías:³⁷⁴ “Ó Senhor, por que nos fazes desviar dos teus caminhos? Por que endureces o nosso coração, para que te não temamos?” Vê-se que todas essas senten-

^a inculpata.

³⁷¹ Libro de prædestin. et gratia.

^b præscientia.

³⁷² Jó 12.20,24.

³⁷³ 2Ts 2.11.

³⁷⁴ Is 63.17.

ças visam mais indicar o que Deus faz com os homens, abandonando-os e deixando-os, que mostrar como Ele age^a neles.³⁷⁵

Mas há outros testemunhos que vão além desse ponto. Como quando se fala do endurecimento do faraó:³⁷⁶ “Eu lhe endurecerei o coração (diz o Senhor), para que não deixe ir o povo”. Pouco depois diz Ele que “confirmou e corroborou o seu coração” [tradução direta]. Deve-se entender que Deus lhe endureceu o coração, e não o amoleceu? É a pura verdade. Ma há mais uma coisa: é que Ele entregou o coração do faraó a Satanás, para o confirmar na obstinação. Por isso Ele tinha dito um pouco antes:³⁷⁷ “Eu darei mercê a este povo (Israel) aos olhos dos egípcios”. [Ou, em tradução direta: “Enternecerei o seu coração”.] Paralelamente, quando o povo de Israel saiu do Egito, os habitantes do país pelo qual passaram [território de Seom] foram duros de coração para com eles;³⁷⁸ de onde teria vindo essa incitação? O certo é que Moisés disse que foi o Senhor que fortaleceu o coração deles para isso. O profeta,³⁷⁹ citando a mesma narrativa, afirma que o Senhor “mudou-lhes o coração para que odiassem o seu povo”. Agora não se poderá dizer que eles caíram no erro só porque foram privados do conselho de Deus, porquanto se vê que, se foram confirmados e conduzidos àquilo, de algum modo o Senhor os terá inclinado e os terá levado a agir assim.

Ademais, todas as vezes que Lhe aprouve castigar as transgressões de Seu povo, não o fez por meio dos maus?³⁸⁰ Certo, nesses casos veja-se bem que o poder e a eficácia da ação procediam dele, e que aqueles maus eram apenas Seus ministros. Por vezes Ele ameaçou que com assobio chamaria nações para virem destruir Israel,³⁸¹ por vezes os comparou com uma rede, e também com um martelo.³⁸²

Mas principalmente ele demonstrou que não havia ociosidade neles, comparando Senaqueribe, homem mau e perverso, com uma cunha³⁸³ ou com um machado, dizendo que Ele o conduzia e o impelia com Sua mão para que ele cortasse como lhe agradasse.

69. Agostinho sobre a divisão das trevas

Em certo lugar Agostinho fez uma distinção nada má: é que, no que os iníquos pecam, isso vem deles mesmos; e que, se ao pecarem fazem algo [de bom], isso

^a peragere.

³⁷⁵ “Enquanto por instrumentalidade dos ímpios Deus leva a cabo o que decretou em Seu juízo absconso, não são eles excusáveis, como se Lhe estejam a obedecer ao preceito, que, deliberadamente, violam em sua desregrada cupidez”. (João Calvino, *As Institutas*, I.18.4). NE.

³⁷⁶ Êx 4.21; 7.3; 10.20, etc.

³⁷⁷ Êx 3.21.

³⁷⁸ Dt 2.30.

³⁷⁹ Sl 105.25.

³⁸⁰ “Deus faz uso dos homens perversos e perniciosos como azorragues para castigar-nos e fazer-nos diligentemente ponderar sobre a causa, ou seja: que nada sofremos que não seja o que merecemos, a fim de que essa reflexão nos conduza ao arrependimento” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (Sl 3), p. 81.] NE.

³⁸¹ Is 5 e 7. [Ver 5.26.]

³⁸² Ez 12.13 e 17.20 [Jr 51.20]; Hier. 50.

³⁸³ Is 10.15.

vem do poder de Deus, que divide as trevas como bem Lhe parece. Pois bem, que o ministério de Satanás se propõe a incitar os maus, quando Deus, por Sua providência os quer dobrar ora para cá, ora para lá, seria suficiente ver por uma passagem. Porque é dito muitas vezes que o mau espírito de Deus invadiu ou deixou Saul.³⁸⁴ Não é lícito atribuir isso ao Espírito Santo. Portanto, vemos que o espírito imundo é chamado espírito de Deus, sendo que ele responde ao beneplácito e ao poder de Deus; é instrumento de Sua vontade, e não autor propriamente dito. Não obstante, há, como se diz, sempre uma grande distância entre o que Deus faz, o que o Diabo faz e o que os malfeitores fazem numa mesma obra. Deus faz servir à Sua justiça os instrumentos maus que Ele tem em Sua mão, e que Ele pode manobrar em prol de tudo quanto Lhe pareça bom. O Diabo e os ímpios, maus como são, produzem e criam, mediante suas obras, a maldade concebida em seu espírito perverso. O restante do tema, que consiste em defender a majestade de Deus contra todas as calúnias e em refutar os subterfúgios utilizados pelos que neste assunto são blasfemos, será exposto no tratado sobre a providência de Deus,^a porque aqui eu só quis mostrar, em resumo, como o Diabo reina num homem mau, e como Deus age tanto num como no outro.

70. Atos e feitos moralmente neutros

Quanto às ações que não são nem boas nem más, e que pertencem mais à vida terrena que à espiritual, ainda não foi declarada qual é a liberdade do homem em relação a elas. Alguns dizem que nessas coisas temos direito de livre escolha. Isso dizem, penso eu, porque não querem discutir uma coisa que não consideram muito importante, preferindo não dá-la como certa. Quanto a mim, como confesso que eles reconhecem que as suas forças são nulas para se justificarem no que se refere à salvação, sendo entendido o que é necessário para a salvação, penso, todavia, que não se deve negligenciar esse ponto, deixando de ver que é uma graça especial de Deus que atua quando nos ocorre escolher o que nos é proveitoso e desejá-lo; e também, em contrapartida, quando o nosso espírito e o nosso coração fogem daquilo que nos é prejudicial.

E, de fato, a providência de Deus estende-se, não somente até onde faça surgir o que Ele sabe que é útil e prático, mas também até onde incline a vontade dos homens canalizando-a para um mesmo objetivo. É bem verdade que, se avaliarmos a direção das coisas externas segundo os nossos sentimentos, julgaremos que elas estão sob o arbítrio e o poder do homem. Mas, se dermos atenção aos testemunhos [da Escritura], que revelam que é o nosso Senhor mesmo que nesta questão governa o coração dos homens, sujeitaremos o poder humano à ação especial de Deus. Que foi que tocou o coração dos egípcios movendo-os a cede-

³⁸⁴ *ISm 16, 18 e 19.*

^a Capítulo VIII, logo adiante.

rem ao povo de Israel os vasos mais preciosos que eles tinham?³⁸⁵ Jamais seriam induzidos a isso por iniciativa própria! Segue-se, pois, que o seu coração foi induzido mais por Deus que pelo motivo ou pela inclinação deles próprios. Que foi que levou o coração de Absalão a desviar-se³⁸⁶ para que não recebesse o conselho de Aitofel que ele costumava receber como um evangelho?^a Que foi que induziu Roboão a seguir o conselho dos jovens?³⁸⁷

71. Possível objeção, e resposta

Alguém poderá replicar dizendo que esses exemplos são particulares, dos quais não se deve formular uma regra geral. Mas eu digo que são suficientes para provar o que pretendo, que é o seguinte: Todas e quantas vezes Deus quiser dar curso à Sua providência, mesmo com relação às coisas externas, Ele dobrará e girará a vontade dos homens a Seu bel prazer, e a escolha feita por eles não é tão livre que Deus não os esteja dominando, queiramos ou não. A experiência diária nos constrange a considerar que o nosso coração está mais sujeito a ser conduzido pela ação de Deus que por sua escolha e liberdade, visto que com frequência a razão e o entendimento nos falham em coisas não tão difíceis de saber, e perdemos a coragem em coisas fáceis de fazer. Ao contrário, em coisas obscuras e duvidosas deliberamos sem dificuldade e sabemos como sair-nos; em^b coisas de grandes conseqüências e que envolvem grande perigo, nossa coragem permanece firme, e não vacila. De onde vem isso? Não é do fato de que Deus age tanto por um lado como por outro?

72. A soberania do Criador

E, de fato, entendo nesta matéria o que disse Salomão:³⁸⁸ “O ouvido que ouve e o olho que vê, o Senhor os fez”. Porque não me parece aceitável que nessa passagem ele esteja falando da criação, mas da graça especial, pela qual Deus opera nos homens dia a dia. Mais ainda quando ele diz:³⁸⁹ “Como ribeiros de águas assim é o coração do rei na mão do Senhor; este, segundo o seu querer, o inclina”. Não há dúvida de que ele está colocando todos os homens sob uma só espécie. Porque, se existe algum homem isento de toda sujeição, o privilégio pertence ao

³⁸⁵ Êx 11.2; [12.36].

³⁸⁶ 2Sm 16 e 17.

^a vice oraculi.

³⁸⁷ IRs 12.

^b Parágrafo acrescentado em 1539.

³⁸⁸ Pv 20.12.

³⁸⁹ Pv 21.1. As Escrituras declaram que todos estão sob o Seu poder: Os reis (Pv 21.1), as nações (Sl 66.7), os inimigos do povo de Deus (Sl 68.1-2) e as coisas aparentemente “insignificantes” (Mt 10.29,30). Tudo que existe tem a sua sustentação e preservação no Deus Todo-Poderoso. Portanto, não há o que temer; as próprias montanhas “se desmoronam na presença do Senhor”. [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (Sl 68.2), p. 642.] (Sl 68.7-8/Ex 19.18).

rei, que está sobre todos e cuja vontade governa os outros. E então, se a vontade do rei é conduzida pela mão de Deus, a nossa não estará isenta dessa condição; e a respeito há esta bela sentença de Agostinho:³⁹⁰ “A Escritura, diz ele, desde que examinada diligentemente, mostra que não são somente as boas vontades dos homens, as quais Deus criou em seu coração e, tendo-as criado, as conduz às boas obras e à vida eterna, são o que são pelo poder de Deus; mas também assim acontece com todas as que pertencem à vida presente; e de tal maneira que Ele as inclina segundo o Seu querer para um lado ou para outro, seja para proveito dos seus semelhantes, seja para causar-lhes dano quando Ele quer aplicar-lhes algum castigo. E tudo é feito por Seu julgamento oculto e, todavia, justo”. Aqui é preciso que os leitores se lembrem de que não há motivo para medir a faculdade do livre arbítrio do homem pelas coisas conforme surjam, como fazem alguns ignorantes. Porque lhes parece claramente que podem provar que a vontade dos homens está sob escravidão, mormente quanto às coisas que não são do gosto dos príncipes mais importantes do mundo e que com muita frequência não conseguem dar cumprimento aos propósitos dos seus empreendimentos.

Ora, o poder e a liberdade agora em discussão devem ser considerados no homem, e não devem ser avaliados em função das coisas externas. Isso porque, quando se discute o livre arbítrio, não se debate se é lícito ao homem cumprir e realizar o que deliberou, sem que nada possa impedi-lo. O que está em questão é se em todas as coisas ele tem livre escolha em seu juízo para discernir o bem e o mal, e para aprovar aquele e rejeitar este. Ou, paralelamente, se ele tem livre disposição ou afeto em sua vontade para querer, buscar e seguir o bem, e para odiar e evitar o mal. Porquanto, se pudesse haver isso no homem, ele^a não seria menos livre encerrado numa prisão do que exercendo domínio sobre toda a terra.

73. Falsos mestres da liberdade alongam a discussão deste assunto

Já seria suficiente o que falamos sobre a servidão da alma humana, não fosse que os que se empenham em seduzi-la com um falso conceito sobre a liberdade têm suas razões contrárias para impugnar a nossa proposição. Primeiro, eles apresentam algumas objeções absurdas para torná-la odiosa, como se ela causasse repulsa ao senso comum dos homens; em seguida usam testemunhos da Escritura para dar-lhes força persuasiva. Nessa ordem vamos dar-lhes resposta.

Assim, eles argumentam que, se o pecado é questão de necessidade, não é mais pecado; se é voluntário, pode ser evitado. Essa era a vara com a qual Pelágio pelejava contra Agostinho. Todavia, não queremos que por isso seu argumento não seja ouvido, até o refutarmos. E eu nego que o pecado não é imputado como

³⁹⁰ De gratia et libero arbitr. ad Valent., cap. XX.

^a Em lugar do que aqui se segue, 1539 diz: non minus liberi arbitrii. Attilius Regulus erit, angustiiis dolii aculeati inclusus, quam Augustus Cæsar magnam orbis partem nutu suo gubernans.

pecado, tendo em vista que é necessário. Como também nego, por outro lado, que, como resultado, seja possível evitar o pecado, se este é voluntário. Porque, se alguém quiser usar como proteção esta cobertura, em demanda contra Deus, como se fosse um bom subterfúgio dizer que Ele não poderia agir doutro modo, terá incontinenti a devida e ágil resposta. “A tua ruína, ó Israel, vem de ti, e só de mim, o teu socorro”.³⁹¹ Porque, de onde vem aquela impossibilidade que ele pretende, senão da perversidade da sua natureza? E de onde procede essa perversidade, senão do fato de que o homem se afastou do seu Criador? Ora, se todos os homens são culpados dessa queda, eles não têm por que pensar em escusar-se alegando que praticam o mal necessariamente, visto que nisso está a justa causa da sua condenação.

A outra parte do argumento dos citados opositores não é válida, uma vez que a sua pretensão é que tudo o que se faz voluntariamente é feito com plena liberdade. Pois logo acima nós provamos que muitas coisas que são feitas voluntariamente não são feitas por livre escolha. Dizem eles depois que, se os vícios e as virtudes não procedem de livre escolha, não é lógico que o homem seja recompensado ou punido. Embora esse argumento tenha sido tomado de Aristóteles, sei bem que Crisóstomo^a e Jerônimo^b fizeram algum uso dele. Jerônimo³⁹² não esconde que o referido argumento era conhecido pelos pelagianos, dos quais ele cita as seguintes palavras: “Se a graça de Deus atuar em nós, ela será recompensada, e não fomos nós que trabalhamos”. Quanto às punições que Deus aplica pelos malefícios, respondo que nos são devidas com justiça, porque a culpa do pecado reside em nós. Não importa, pois, se pecamos sentindo-nos livres ou servís, a menos que seja por cupidez voluntária, principalmente em vista de estar o homem convencido de que é pecador, estando sob a servidão do pecado. Quanto ao proveito que se obtém da prática do bem, que absurda é essa questão, se confessamos que muito mais nos é dado pela benignidade de Deus do que nos é restituído pelos nossos méritos!

74. Méritos ou dons?

Quantas vezes se vê repetida esta sentença nos escritos de Agostinho: que Deus não nos premia pelos nossos méritos, mas por Seus dons, e que o proveito que nos vem assim se chama, não porque nos seja devido por nossos méritos, mas porque nos é dado como retribuição pelas graças que nos foram conferidas anteriormente! Isso se aplica aos que entendem que os méritos não têm lugar, a não ser que as boas obras procedam da virtude e do poder do próprio homem. Mas pensarem eles uma coisa tão estranha é uma verdadeira zombaria. Porém o apóstolo os livrará dessa tola fantasia, se quiserem saber de qual princípio se deduz a

³⁹¹ *Os 13,9.*

^{a b} Acréscimos feitos em 1539.

³⁹² In epistola ad Ctesiphontem, et. dialog.

nossa beatitude, e a glória eterna que esperamos. “Aos que (Deus) predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou”.³⁹³

Então, por que os crentes são premiados? Certamente, segundo o apóstolo, vê-se que pela misericórdia do Senhor, e não pela habilidade deles, eles foram eleitos, chamados e justificados. Portanto, que seja eliminado esse tolo temor de que não haverá mais mérito se o livre arbítrio não for mantido. Porque é uma zombaria fugir daquilo para o que a Escritura nos leva. “Se o recebestes (diz o apóstolo Paulo),³⁹⁴ por que te vanglorias, como se o não tiveras recebido?” Vemos que ele tira todo o poder do livre arbítrio, a fim de destruir todos os méritos. Não obstante, considerando que Deus é rico e liberal em Suas dádivas e bênçãos, Ele remunera as graças que Ele nos confere como se fossem virtudes vindas de nós, porque, dando-as a nós, torna-as nossas.³⁹⁵

75. A mesma natureza determina as mesmas qualidades na prática?

Conseqüentemente, os opositores alegam a seguinte objeção que, ao que parece, foi tomada de Crisóstomo:³⁹⁶ Se estivesse em nosso poder escolher o bem e o mal, isso faria com que todos os homens fossem bons ou maus, visto que todos eles têm a mesma natureza. Com isso concorda o dito daquele que escreveu o livro intitulado *A Vocação dos Gentios*, que se atribui a Ambrósio.³⁹⁷ O referido dito é que ninguém jamais se afastaria da fé, se a graça de Deus deixasse a vonta-

³⁹³ Rm 8.30.

³⁹⁴ 1Co 4.7.

³⁹⁵ “Os crentes devem ter sempre em mente o fato de que tudo que compreende e rodeia nossa vida, depende única e exclusivamente da bênção de Deus.” (João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, São Paulo, Novo Século, 2000, p. 40). “Ninguém possui coisa alguma, em seus próprios recursos, que o faça superior; portanto, quem quer que se ponha num nível mais elevado não passa de imbecil e impertinente. A genuína base da humildade cristã consiste, de um lado, em não ser presumido, porque sabemos que nada possuímos de bom em nós mesmos; e, de outro, se Deus implantou algum bem em nós, que o mesmo seja, por esta razão, totalmente debitado à conta da divina graça.” [João Calvino, *Exposição de 1 Coríntios*, (1Co 4.7), p. 134-135.] “Os bens terrenos à luz de nossa natural perversidade, tendem a ofuscar nossos olhos e a levar-nos ao esquecimento de Deus, e portanto devemos ponderar, atentando-nos especialmente para esta doutrina: tudo quanto possuímos, por mais que pareça digno da maior estima, não devemos permitir que obscureça o conhecimento do poder e da graça de Deus.” [J. Calvino, *O Livro de Salmos*, Vol. 2, (Sl 48.3), p. 355-356.] “À luz desse fato aprendemos, também, que os que são responsáveis pelo presunçoso uso da bondade divina, se aproveitam dela para orgulhar-se da excelência que possuem, como se a possuísem por sua própria habilidade, ou como se a possuísem por seu próprio mérito; enquanto que sua origem deveria, antes, lembrá-los de que ela tem sido gratuitamente conferida aos que são, ao contrário, criaturas vis e desprezíveis e totalmente indignas de receber algum bem da parte de Deus. Qualquer qualidade estimável, pois, que porventura vírmos em nós mesmos, que ela nos estimule a celebrarmos a soberana e imerecida bondade que a Deus aprouve conceder-nos.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 1, (Sl 8.4), p. 165-166.] “.... sejam quais forem os dons que possuamos, não devemos ensoberbecer-nos por causa deles, visto que eles nos põem sob as mais profundas obrigações para com Deus.” [João Calvino, *Efésios*, (Ef 4.7), p. 113.] NE.

³⁹⁶ Homil. 22 in Genesim.

³⁹⁷ Lib. II, cap. IV.

de humana [livremente] movível. É espantoso, como tão grandes personagens ficam tão iludidos! Pois, como foi que Crisóstomo não considerou que é a eleição de Deus que faz essa distinção entre os homens? Certamente não devemos ter vergonha de confessar o que o apóstolo Paulo afirma com tanta firmeza: que todos são perversos e dados à malícia; mas igualmente acrescentamos com ele que a misericórdia de Deus vem em socorro de alguns, a fim de que não permaneçam todos na perversidade. E assim, sendo naturalmente vítimas todos da mesma moléstia, nenhuma garantia de solução haverá, a não ser para aqueles que a Deus aprouve curar. Os demais, abandonados por Seu justo juízo, ficam em sua corrupção, até serem consumidos. E, aliás, não é por causa deste ou daquele que uns prosseguem até o fim e outros fracassam no meio do caminho. Porque, de fato, a perseverança é dom de Deus, dom que Ele não estende a todos, indiferentemente, mas a quem Lhe apraz.³⁹⁸ Se for pedida a razão desta diferença, por que uns perseveram constantemente e outros mudam, não se achará outra resposta que não esta: Os primeiros são mantidos pelo poder de Deus, pelo que não perecem; os do segundo grupo não recebem a mesma força, sendo que Deus quer mostrar pelo exemplo deles a inconstância humana.³⁹⁹

76. Exortações para quê?

Os oponentes argumentam também que, se o pecador não fosse capaz de obedecer, todas as exortações seriam frustrantes, não haveria utilidade nas admoestações, e as repreensões seriam ridículas. Visto que já no passado essa objeção tinha sido feita a Agostinho, ele se sentiu constrangido a publicar o livro intitulado *Correção e Graça*, no qual, embora tivesse respondido ampla e completamente, não obstante, reduz a questão a este resumo: “Ó homem, nisto que te é ordenado, reconhece que é isso que deves fazer; no que tu és condenado por não tê-lo feito, sabe que tua virtude falha^a por causa do teu vício; e ao orares a Deus, sabe que só dele podes receber o que necessitas”. [Consideremos:] Em primeiro lugar, não somos só nós que defendemos esta causa, mas também Cristo e todos os Seus apóstolos. Portanto, que os nossos adversários considerem como será que poderão combater com êxito tais contendores! Tanto mais que Cristo declarou que sem Ele nada podemos fazer; contudo, Ele não deixa, por isso, de repreender os que, agindo sem Ele, praticam o mal, como também não deixa de exortar todos a

³⁹⁸ “O Senhor Jesus tem poder para nos levar lá! Ele lutará contra nossos inimigos para nós. Jesus nos guardará de cair no pecado, e levará todos aqueles pelos quais Ele morreu para a terra celestial. Ninguém será deixado para trás. Estaremos seguros e felizes com Ele para sempre. O Senhor Jesus nos apresentará a Deus e estaremos com aqueles que alcançaram o céu antes de nós.” (C.H. Spurgeon, *Sermões Sobre a Salvação*, São Paulo, PES., 1992, p. 12.) NE.

³⁹⁹ A promessa de Deus sempre se cumpre; nós é que precisamos perseverar nela. Esta é a vontade de Deus, que permaneçamos firmes na Sua Palavra. “A herança da vida eterna já nos está garantida; visto, porém, que esta vida se assemelha a uma pista de corrida, temos que nos esforçar por alcançar a meta final.” [J. Calvino, *Exposição de Hebreus*, (Hb 10.36), p. 290.] NE.

^a Essa frase traduzida: in correptione.

que pratiquem boas obras. E com que severidade o apóstolo Paulo repreende os coríntios por não viverem o amor cristão!⁴⁰⁰ Mas depois ele roga a Deus que os capacite para o amor. Aos romanos ele testifica que a justiça não está nem no querer nem na ação do homem, mas na misericórdia de Deus.⁴⁰¹ Mas ele não deixa de admoestá-los, exortá-los e corrigi-los. Por que aqueles tais não aconselham o Senhor a não se esforçar inutilmente, exigindo à toa dos homens o que só Ele lhes pode fazer, e em repreendê-los pelo mal que fazem, sendo que o fazem porque lhes falta a Sua graça? Por que não se queixam a Paulo de que ele deveria perdoar aqueles que não têm em suas mãos o quererem eles o bem, ou o realizarem, senão pela misericórdia de Deus, a qual lhes falta quando eles falham? Mas todas estas loucuras não têm lugar^a, visto que a doutrina de Deus está baseada em excelente razão, desde que bem analisada.

É bem verdade que o apóstolo Paulo mostra que a doutrina, a exortação e as palavras persuasivas, em si mesmas, não têm grande proveito, quanto à mudança do coração. Vê-se isso quando ele diz⁴⁰² que “nem o que planta é alguma coisa, nem o que rega, mas Deus, que dá o crescimento”. De que servem, então, as exortações?, alguém perguntará. Respondo^b que, se elas forem menosprezadas por um coração obstinado, as exortações servirão de testemunho para convencê-lo quando se der o juízo de Deus. E mesmo a consciência má é tocada e pressionada na vida presente, pois, por mais que escarneça, não as pode reprovar.⁴⁰³

77. Desculpas vãs

Se for levantada esta objeção: Que fará o pobre pecador, visto que a prontidão do coração lhe é negada? Respondo: Como poderá ficar com rodeios, se ele só pode imputar a si mesmo a dureza do seu coração? Porque os maus, por mais que desejem considerar os preceitos e as advertências de Deus como ilusões ou utopias, quanto lhes é possível, são confundidos, queiram ou não, pela virtude daqueles mesmos preceitos e advertências. Mas a principal utilidade deve ser considerada quanto aos fiéis, sabendo-se que o Senhor opera em seu favor mediante o Seu Espírito, empregando contudo a Sua Palavra como instrumento para realizar a Sua obra neles, e fazendo isso com eficácia.⁴⁰⁴

⁴⁰⁰ *1Co* 3.

⁴⁰¹ *Rm* 9,14-18.

^{a b} Acréscimos feitos em 1539.

⁴⁰² *1Co* 3,7.

⁴⁰³ “Quando Deus resolve, por si mesmo, levar avante as coisas, ele nos toma, seres insignificantes que somos, como seus auxiliares e nos usa como seus instrumentos.” [J. Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 3,9), p. 107.] “Não lograremos progresso a menos que o Senhor faça próspera a nossa obra, os nossos empenhos e a nossa perseverança, de modo a confiarmos à sua graça a nós mesmos e tudo o que fazemos.” [J. Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 3,7), p. 106.] NE.

⁴⁰⁴ “Portanto, mesmo que o cuidado do agricultor não seja ineficiente, e a semente que ele semeia não seja improdutiva, contudo é tão-somente pela bênção de Deus que se torna produtiva.” [J. Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, São Paulo, Paracletos, 1996, (1Co 3,6), p. 103.] NE.

Quando se conclui, como se deve, que toda a virtude dos justos situa-se na graça de Deus,⁴⁰⁵ se alguém questionar: Por que os homens são admoestados a cumprirem o seu dever, e por que não deixá-los aos cuidados do Espírito Santo? Por que instigá-los mediante exortação, se não podem melhorar se não forem impulsionados pelo Espírito? Por que corrigi-los quando falham, visto que necessariamente tropeçam e caem pela fraqueza da sua carne?, podemos responder: Homem, quem és tu, que queres impor leis a Deus? Se Ele quer preparar-nos mediante exortação para recebermos a graça de obedecer à Sua exortação, que é que tu tens para censurar e remoer essa ordem e essa maneira de agir?^a Se as exortações não dessem aos crentes outro proveito além de redargüi-los de pecado, ainda assim não deveriam ser consideradas inúteis. Mas agora, depois que elas apresentam grande proveito inflamando o coração de grande amor pela justiça^b, e, contrariamente, de ódio e desprazer pelo pecado, realizando esse benefício pela ação interior do Espírito Santo, quando faz uso desse instrumento externo, para a salvação do homem, quem ousará rejeitá-las como supérfluas?

78. Sumário: dupla ação divina

Se alguém desejar uma resposta mais clara, eu lhe darei a solução em poucas palavras. É que Deus age^c duplamente em nós:^d por dentro, por Seu Espírito; por fora, por Sua Palavra. Por Seu Espírito, iluminando o entendimento e formando o coração com amor pela justiça e pela inocência, Ele regenera o homem, fazendo dele uma nova criatura;⁴⁰⁶ por Sua Palavra, Ele estimula e incita o homem a desejar e a buscar essa renovação. Por Aquele e por Esta, Ele demonstra o poder da Sua mão, conforme a ordem da Sua dispensação. Quando Ele dirige essa mesma Palavra aos ímpios e réprobos, apesar de não fazê-los corrigir-se, não obstante, Ele a faz valer para este outro uso: que no presente sofram pressão em sua consciência, e no dia do juízo sejam ainda mais inescusáveis.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ “Nenhum outro jamais se apropriará corretamente da justiça divina senão aquele que a abraça como ela lhe é oferecida e apresentada na Palavra.” [João Calvino, **O Livros dos Salmos**, Vol. 2, (Sl 40.10), p. 233.] NE.

^a economia.

^b operatur.

^c 1539 acrescenta: ad discutiendum torporem, ad eximendam voluptatem iniquitatis, et venenatam dulcedinem.

^d in electis suis.

⁴⁰⁶ “É o Espírito de Deus quem nos regenera e nos transforma em novas criaturas; visto, porém, que sua graça é invisível e oculta, no batismo nos é dado um símbolo visível dela.” [João Calvino, **As Pastorais**, São Paulo, Paracletos, 1998, (Tt 3.5), p. 350-351.] “Elimine-se o evangelho, e todos permaneceremos malditos e mortos à vista de Deus. Esta mesma Palavra, por meio da qual somos gerados, passa a ser leite para nos criar, bem como alimento sólido para a nossa nutrição contínua.” [João Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 4.15), p. 143.] NE.

⁴⁰⁷ Comentado o Salmo 62, escreve: “O Deus que governa o mundo por sua providência o julgará com justiça. A expectativa disto, devidamente apreciada, terá um feliz efeito na disposição de nossa mente, acalmando a impaciência e restringindo qualquer disposição ao ressentimento e retaliação em face de nossas injúrias.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (Sl 62.12), p. 584.] Interpretando o salmo de Davi, diz que inutilmente “...Os maus pensam em escapar em sua iniquidade, mas que Deus os lançará abaixo. (...) Em nossa própria época, vemos tantos caracteres profanos que exibem uma desmedida audácia escudados na

79. Vão esforço de usar a Bíblia em prol do erro!

Nossos adversários se afanam com grande empenho em colher força dos testemunhos da Escritura a fim de que, se não puderem vencer-nos por citarem testemunhos melhores e mais próprios que os que nós citamos, que ao menos possam humilhar-nos perante o povo. Mas isso é como se um comandante reunisse um exército com homens completamente ineptos para a guerra^a para com eles assustar seu inimigo, fazendo com eles, antes de pô-los em ação, uma grandiosa revista das tropas. Mas, se de fato se aprestassem para a batalha e se juntassem contra o inimigo, no primeiro assalto seriam postos em fuga. Por isso nos será fácil pôr abaixo todas aquelas objeções, que só têm aparência e vã ostentação.^b E como todas as passagens citadas por eles podem ser reduzidas a certas classes, quando as distribuirmos sob uma resposta, muitas estarão respondidas satisfatoriamente. Assim, não será necessário relacioná-las uma após outra. Esses oponentes formam um grande escudo com os preceitos de Deus, que julgam ter força proporcional à nossa, de modo que, segundo eles, podemos lutar de igual para igual. Eles juntam um grande número, e com isso medem as forças humanas. Eis como eles argumentam: “Ou Deus zomba de nós quando de nós exige santidade, piedade, obediência, castidade, amor fraternal, e quando nos proíbe a impureza, a idolatria, a impudicícia, a ira, a rapina, o orgulho, e coisas semelhantes; ou exige de nós apenas o que está em nosso poder realizar”.

80. Classificação dos preceitos alegados

Ora, todos os preceitos que eles juntam num só bloco podemos distinguir e separar em três espécies: Uns ordenam aos homens que se convertam; outros simplesmente recomendam a observância da Lei; os demais mandam perseverar na graça de Deus já recebida.

Tratemos primeiro de todos eles em geral; depois descenderemos a cada espécie em particular. Reconheço que há muito tempo é comum avaliar as faculdades do ser humano pelo que Deus ordena, e que há nisso algum vestígio de razão. Todavia, digo que isso procede de uma grande ignorância; pois os que querem mostrar que seria um grande absurdo se a observância da Lei fosse impossível ao homem, usam um argumento muito fraco, dizendo que, se fosse assim, a Lei seria dada em vão. Realmente soa como se o apóstolo Paulo nunca tivesse falado disso! Porque, vejam vocês, que é que ele nos oferece? Que a Lei foi dada para agravar as transgressões: “pela lei vem o pleno conhecimento do pecado”; que a

certeza de que a mão de Deus jamais os alcançará. Não só buscam a impunidade, mas fundamentam suas esperanças de êxito em seus malfeitos e se animam em intensificar a perversidade nutrindo a opinião de que excogitarão uma via de escape da própria adversidade.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (SI 56.7), p. 499.] NE.

^a O termo *imbellis* (1539) é traduzido por essa frase.

^b Frase acrescentada em 1539.

Lei gera o pecado, veio para multiplicar o pecado.⁴⁰⁸ Estará ele dizendo que seria preciso haver correspondência com as nossas forças para que a Lei não fosse dada em vão? Não; antes, o apóstolo mostra em todas essas passagens que Deus nos ordena^a o que está acima da nossa capacidade para nos convencer da nossa incapacidade. Certamente, se a Escritura não ensinasse outra coisa senão que a Lei é regra de vida, à qual as nossas obras devem estar ajustadas, eu concordaria de imediato e sem dificuldade com a opinião deles. Mas, depois que ela nos explica muitas e diversas utilidades da Lei, devemos ficar com essa interpretação, e não com as nossas fantasias.

No que diz respeito a esta questão, tão logo a Lei nos ordena o que temos o dever de fazer, ela nos ensina com a mesma intensidade que a faculdade de obedecer procede da graça de Deus.^b Por isso a Escritura nos ensina a buscá-la pela oração.⁴⁰⁹ Se não vemos senão simples mandamentos e nenhuma promessa, Ele nos faz provar as nossas forças para vermos se elas seriam suficientes para fazer aquilo; mas depois nos ensina que os mandamentos e as promessas estão juntos e que estas últimas declaram não somente que precisamos ter como suporte a ajuda de Deus, mas também que em Sua graça está todo o nosso poder. E com isso demonstram satisfatoriamente que, não somente não somos suficientes, mas também que somos totalmente ineptos para a observância da Lei.⁴¹⁰ Portanto, que não nos embaracemos mais com a proposta^c de que meçamos as nossas forças com os mandamentos de Deus, como se Deus ajustasse à nossa imbecilidade e pequenez a regra de justiça que Ele queria dar. Já pelas promessas, porém, vemos como estamos mal preparados, visto que, em tudo e por tudo, temos tão grande necessidade de Sua graça.⁴¹¹

Mas, dizem eles, a quem se persuadirá de que Deus lhes endereçou a Sua Lei? Aos troncos ou às pedras? Digo que Ele não quer persuadir nada dessas coisas! Porque os pecadores não são nem troncos nem pedras quando, sendo ensinados pela Lei que as suas concupiscências contrariam a Deus, eles se tor-

⁴⁰⁸ Rm 3, 5, 7.

^a O que se segue foi acrescentado em 1539.

^b Noutras palavras, ensinando-nos nossa incapacidade ética de obedecer à lei e o remédio para essa incapacidade, Deus nos dá o poder físico e formal de fugir-lhe. Portanto, não é de admirar que mais adiante Calvino diga que os rebeldes, aprendendo que as suas concupiscências contrariam a lei de Deus, “tornam-se culpados em sua própria consciência”.

⁴⁰⁹ In enchirid. ad Laurent. de gratia et liber. arbitr., cap. XVI.

⁴¹⁰ Calvino resumindo o Salmo 1, diz: “A suma e substância de todo o Salmo consistem em que são bem-aventurados os que aplicam seus corações a buscar a sabedoria celestial; ao passo que, os profanos desprezadores de Deus, ainda que por algum tempo se julguem felizes, por fim terão o mais miserável fim. (...) Tudo estará bem com os devotos servos de Deus, cuja incansável diligência é fazer progresso no estudo da lei divina.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 1, (Sl 1), pp. 49,50.] NE.

^c 1539: proportio.

⁴¹¹ “É preciso lembrar que sempre que atribuímos nossa salvação à graça divina, estamos confessando que não há mérito algum nas obras; ou, antes, devemos lembrar que sempre que fazemos menção da graça, estamos destruindo a justiça [procedente] das obras.” [João Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 11.6), p. 389.] “É pela fé que nos apropriamos da graça de Deus, a qual está oculta e é desconhecida do entendimento carnal.” [J. Calvino, **O Livro de Salmos**, Vol 1, (Sl 13.5), p. 267.] NE

nam culpados em sua própria consciência; em paralelo contrastante, não são assim os crentes, que, quando advertidos da sua fraqueza, têm recurso na graça de Deus. A isso dizem respeito as seguintes sentenças de Agostinho:⁴¹² “Deus nos ordena o que não somos capazes de fazer a fim de que saibamos o que não devemos exigir dele”. Igualmente: “A utilidade dos preceitos é grande, se o livre arbítrio for de tal modo considerado que a graça de Deus receba maior honra”. E mais: “A fé obtém o que a Lei impõe [ou: “A fé alcança o que a Lei comanda”]. O próprio Deus exige que tenhamos fé; e não encontra o que exige, a não ser que Ele a coloque onde queira para ali a encontrar”. E ainda: “Deus dá o que ordena, e ordena o que irá querer”.⁴¹³

81. Explicação das três espécies de mandamentos, em particular

Poderemos entender melhor isto se considerarmos as três espécies de mandamentos de que falamos. Muitas vezes, tanto na Lei como nos Profetas, o Senhor nos conclama a converter-nos a Ele. Mas o profeta [Jeremias] responde de um outro ângulo: “Converte-me, e serei convertido, porque tu és o Senhor, meu Deus. Na verdade, depois que me converti (ou: que me converteste), arrependi-me”⁴¹⁴ etc. Também nos manda “circuncidar o nosso coração”, mas, por meio de Moisés, Ele declara que essa circuncisão é feita por Sua mão.⁴¹⁵ Numerosas vezes Ele exige dos homens um “novo coração”;⁴¹⁶ mas testifica que é somente Ele que o renova.⁴¹⁷ Que dirão aqueles que recorrem aos preceitos de Deus para exaltar o poder do homem e extinguir a graça de Deus, sendo que vemos que unicamente pela graça de Deus os preceitos são cumpridos?

O segundo modo de ação dos preceitos, que mencionamos, é simples: levar-nos a honrar a Deus, a servir e apegar-nos à Sua vontade, a observar os Seus mandamentos e a seguir a Sua doutrina. Mas há um sem número de testemunhos segundo os quais tudo o que podemos ter da justiça, da santidade, da piedade e da pureza é dom gratuito e vem do Senhor.

Quanto ao terceiro gênero, temos exemplo na exortação de Paulo e Barnabé, que eles fizeram aos crentes, a que perseverassem na graça de Deus.⁴¹⁸ Mas noutra lugar o apóstolo Paulo mostra de onde procede esse poder: “Sede fortalecidos no Senhor e na força do seu poder”. Por outro lado, ele nos proíbe entristecer o Espírito de Deus, no qual somos “selados para o dia da redenção”.⁴¹⁹ Mas o que nessas passagens ele ordena, noutra ele pede em oração ao Senhor, sabendo que

⁴¹² In enchirid. ad Laurent. de gratia et liber. arbitr., cap. XVI.

⁴¹³ Homil. 29, In Ioan., epist., 24.

⁴¹⁴ Jr 31.18,19.

⁴¹⁵ Dt 30.6; [10.16].

⁴¹⁶ Ez 11,19; 36.26; [18.31].

⁴¹⁷ Jr 31.

⁴¹⁸ At 13.43.

⁴¹⁹ Ef 4.30; [6.10].

isso está fora do poder dos homens; ele suplica ao Senhor que torne os tessalonicenses “dignos da sua vocação”⁴²⁰ e cumpra neles o que Ele tinha determinado por Sua bondade, e que complete a obra da fé.

Os mais astutos e mal intencionados usam capciosamente os testemunhos da Palavra, alegando que nada disso impede que, como eles dizem, conjuguem as nossas forças com a graça de Deus, e que, assim, Ele nos ajuda em nossa fraqueza. Eles citam algumas passagens dos Profetas onde parece que Deus repartiu o poder da nossa conversão entre Ele e nós, como por exemplo esta: “Converte-me, e eu me converterei a ti” [Jr 31.18 – tradução direta]. Já demonstramos acima qual é o auxílio que temos de Deus, e não é necessário repeti-lo neste ponto, visto que a questão aqui não é mostrar que é em vão que os homens tentam pôr no homem a capacidade para cumprir a Lei porque Deus nos manda obedecê-la. Sim, pois nos é revelado que a graça de Deus é necessária para cumprirmos o que Ele ordena, e que para esse fim Sua graça nos é prometida.⁴²¹

Quanto à declaração recém-citada: “Converte-me, e eu me converterei a ti”, de nada serve para confirmar o erro dos nossos opositores. Porque [nessa passagem] não se deve entender pela conversão a graça com a qual Ele renova o nosso coração para a vida santa, mas por ela Deus testifica a Sua boa vontade e o Seu amor por nós fazendo-nos prosperar, como se diz que Ele se afasta de nós quando Ele nos aflige. Por isso, quando o povo de Israel sofria miséria e calamidade por muito tempo e se queixava de que Deus tinha se afastado, Ele respondia que não lhes faltaria a benignidade, se eles retornassem ao reto caminho, e a Ele mesmo, que é a norma [viva] de toda a justiça. Será, pois, corromper essa passagem concluir dela que a eficácia da nossa conversão divide-se entre Deus e nós. Tratamos ligeiramente desta questão, porque a seu respeito ainda faremos algumas deduções do tratado sobre a Lei.^a

82. Segunda parte dos argumentos dos oponentes

A segunda ordem dos seus argumentos não difere muito da primeira. Eles citam as promessas nas quais parece que Deus faz aliança com a nossa vontade, como nos seguintes exemplos: “Buscai o bem e não o mal, para que vivais”. Também: “Se quiserdes e me ouvirdes, comereis o melhor desta terra. Mas, se recusardes e fordes rebeldes, sereis devorados à espada”. E ainda: “Se eliminares as abominações de diante da minha face, não serás rechaçado. Se ouvires a voz do teu Senhor e cumprires e guardares todos os seus preceitos, ele fará de ti o povo mais

⁴²⁰ 2 Ts 1.11.

⁴²¹ “Pela lei Deus exige o que lhe é devido, todavia não concede nenhum poder para cumpri-la. Entretanto, por meio do Evangelho os homens são regenerados e reconciliados com Deus através da graciosa remissão de seus pecados, de modo que ele é o ministério da justiça e da vida.” [João Calvino, **Exposição de Segundo Coríntios**, São Paulo, Paracletos, 1995, (2 Co 3.7), p. 70.] NE.

^a Capítulo III, logo adiante.

excelente da terra”.⁴²² E outras declarações semelhantes. Eles acham, então, que Deus estaria zombando de nós atribuindo à nossa vontade essas coisas, como se estivessem plenamente em nosso poder. E de fato, em termos humanos,^a esse argumento tem aparência grandiosa. Porque se pode concluir que seria uma crueldade Deus fazer parecer que caberia unicamente a nós, independentemente da Sua graça, recebermos dele todo bem, quando não temos nenhum poder para isso; que seria ridículo oferecer-nos Deus benefícios, não tendo nós nenhuma possibilidade de desfrutá-los. Em resumo, pode-se alegar que não podemos ter nenhuma certeza quanto às promessas, se elas dependem de uma impossibilidade para serem cumpridas.

Quanto a essas promessas, as quais trazem consigo uma condição impossível, falaremos oportunamente. E se verá que, por mais impossível que seja o seu cumprimento, todavia não há nisso nenhum absurdo. Quanto à presente questão, nego que o Senhor esteja sendo cruel ou desumano para conosco quando nos exorta a merecermos Suas graças e Seus benefícios, embora saiba que somos incapazes de fazê-lo. Pois, como as promessas são feitas aos crentes e aos ímpios, elas têm sua utilidade tanto para uns como para os outros. Porquanto, como o Senhor, mediante os Seus preceitos, acicata e desperta a consciência dos ímpios, a fim de que eles não se gabem dos seus pecados por não ligarem para o Seu juízo, assim Ele faz das Suas promessas testemunhos de quão indignos são os ímpios da Sua benignidade. Quem negará que é próprio que Deus faça o bem aos que O honram e se vingue com rigor dos que desprezam a Sua majestade? Portanto, o Senhor age retamente,^b quando expõe esta condição dos ímpios, que são mantidos cativos sob o jugo do pecado: Quando se retirarem do seu mau caminho, Ele lhes enviará todos os benefícios; e o propósito divino é que eles entendam que é com justiça que são excluídos dos benefícios devidos aos servos de Deus.⁴²³

E, por outro lado, Ele quer por todos os meios estimular os Seus fiéis a implorarem Sua graça, e não se deve estranhar muito que Ele faça com as Suas promessas o mesmo que fez com Seus mandamentos. Quando por Seus preceitos Deus nos ensina sobre a Sua vontade, Ele nos adverte da nossa miséria, dando-nos a conhecer como somos contrários à Sua santidade, e, ao mesmo tempo nos impulsiona a invocar o Seu Espírito, para por Ele sermos dirigidos no caminho reto. Mas, para que a nossa preguiça não seja fomentada demasiadamente pelos Seus preceitos, Ele acrescenta as Suas promessas, por cuja amenidade Ele nos induz a amar o que nos ordena. Ora, quanto mais amarmos a justiça, mais fervorosos seremos na busca da graça de Deus.

⁴²² *Am 1.14; Is 1.19,20; Jr 4; Dt 28; Lv 26.*

^a *facundis quærimoniis amplificare promptum est.*

^b *rite et ordine.*

⁴²³ “Devemos buscar refúgio na graciosa promessa da misericórdia que nos é oferecida em Cristo, para que saibamos com certeza que somos considerados justos aos olhos de Deus.” [J. Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 4.4), p. 131.] NE.

83. Sumário

Note o leitor, pelos protestos que aqui fizemos, que Deus não nos atribui a capacidade de fazer o que Ele diz, e, todavia, não zomba da nossa fraqueza, visto que esta Ele torna proveitosa aos Seus servos, e os ímpios^a Ele torna inescusáveis.

84. Terceira parte dos argumentos dos oponentes

A segunda ordem dos argumentos aqui em discussão tem alguma afinidade com as precedentes. Isso porque eles apresentam as passagens nas quais Deus censura o povo de Israel que não queria tê-lo como Aquele que poderia mantê-los em paz e prosperidade. Exemplos: Como quando Ele diz: “Os amalequitas e os cananeus ali estão diante de vós, e caireis à espada, pois, uma vez que vos desviastes do Senhor, o Senhor não será convosco”.⁴²⁴ Igualmente: “Porque eu vos chamei e não me respondestes, eu vos destruirei como fiz a Silo” (tradução direta; [cf. Jr 7.13-15]). E mais: “Este povo não ouviu a voz do seu Deus, e não quis receber a sua doutrina, e por isso ele o rejeitou”.⁴²⁵ E ainda: “Porque endurecestes o vosso coração e não quisestes obedecer ao Senhor, todos estes males vieram sobre vós” (tradução direta).

“Como”, alegam os nossos opositores, “todas essas censuras poderiam aplicar-se àqueles que poderiam responder imediatamente: ‘Só pedimos prosperidade; tememos a calamidade. Quanto ao fato de que não temos obedecido ao Senhor e não temos dado atenção à Sua voz para que assim evitássemos o mal e tivéssemos melhor sorte, o que importa é que Ele nos faça livres, a nós que estamos presos ao cativeiro do pecado. É, pois, injusto que Deus nos condene pelo mal que padecemos, mal que não temos poder para evitar!’”

Para responder a isso, deixando de lado o pretexto de necessidade, que não passa de uma cobertura frívola e sem nenhuma importância, pergunto se eles podem escusar-se, se não cometeram nenhuma falta. Porque, se eles se convencerem de que erraram, não é sem motivo que Deus declara que foi por essa causa que Ele não os manteve prósperos. Que eles me respondam, então, se podem negar que a causa da sua obstinação^b foi a sua vontade perversa. Se eles encontram a origem do mal neles mesmos, por que se esforçam^c para procurar as causas fora deles, querendo fazer crer que não são eles os autores da sua própria ruína? Portanto, se é verdade que os pecadores, por seu próprio erro^d, são privados dos benefícios de Deus e recebem punição da Sua mão, é mais que justo que essas palavras de repreensão lhes sejam dirigidas, a fim de que, se persistirem em

^a 1539 diz, em lugar dessa frase: si volueritis, si audieritis, neque volendi audiendive liberam facultatem nobis Dominus tribuat.

⁴²⁴ Nm 14.43.

⁴²⁵ Is 42 [tradução direta].

^b contumaciæ.

^c inhiant.

^d 1529 acrescenta: non alieno vitio.

seu erro, concordem em acusar a sua própria iniquidade como causa da sua miséria, em vez de insultarem a Deus dizendo que é rigoroso demais. Se eles não estiverem totalmente empedernidos e tiverem condições de tornar-se dóceis, que tratem de conceber desprazer e ódio por seus pecados, por cuja causa eles se acham em tão miserável situação. E, assim, retornem ao bom caminho e confessem que é verdade o que Deus demonstra ao repreendê-los.

Pela oração de Daniel⁴²⁶ se vê que tais advertências têm tido bom proveito para os crentes fiéis, com relação a essa finalidade. Quanto à primeira utilidade, vemo-la no caso dos juízes que, por mandado de Deus, Jeremias admoestou por causa das suas condições deploráveis;⁴²⁷ o que foi predito por Deus, isto é, que Ele lhes dirigiria a Sua Palavra, e não Lhe dariam ouvidos; que os chamaria, e eles não Lhe responderiam.

85. Por que falar aos surdos?

Mas, com que propósito deverá Deus falar aos surdos?, alguém dirá. O propósito é que, apesar disso, eles entendam que é verdade o que lhes foi dito, a saber, que é um sacrilégio abominável imputar a Deus a causa da calamidade sofrida por eles, sendo que a referida causa reside neles mesmos.⁴²⁸

Com essas três soluções, qualquer pessoa poderá facilmente despachar como resolvidos os inumeráveis testemunhos reunidos pelos inimigos da graça de Deus, tanto dos preceitos e das promessas de Deus, como também das censuras que Deus faz aos pecadores. Isso fazem os nossos oponentes porque desejam colocar no homem um livre arbítrio^a, que não se pode encontrar.⁴²⁹

86. Citação aparentemente forte feita pelos oponentes

Contudo, eles citam um testemunho da Lei de Moisés que fortemente parece contrariar a solução que oferecemos. É que, logo depois de ter tornada pública a Lei, Moisés faz esta declaração perante o povo: “Este mandamento que, hoje, te ordeno, não é demasiado difícil, nem está longe de ti. Não está nos céus, para dizeres: Quem subirá por nós aos céus, que no-lo traga e no-lo faça ouvir, para que o cumpramos?... Pois esta palavra está mui perto de ti, na tua boca e no teu coração, para a cumprires”.⁴³⁰

⁴²⁶ Dn 9.

⁴²⁷ Jr 7.27.

⁴²⁸ “Só uma exceção se deve fazer, a saber: que a *causa* do pecado, as raízes do qual sempre residem no próprio pecador; não têm sua origem em Deus, pois resulta sempre verdadeiro que “*A tua ruína, ó Israel, vem de ti, e só de mim o teu socorro*” [Os 13.9].” [João Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 1.24), p. 71.] NE.

^a *liberi arbitrii simulachrum*.

⁴²⁹ “No tocante ao reino de Deus e a tudo quanto se acha relacionado à vida espiritual, a luz da razão humana difere pouquíssimo das trevas; pois, antes de ser-lhe mostrado o caminho, ela é extinta; e sua perspicácia não é mais digna que a cegueira, pois quando vai em busca do resultado, ele não existe. Pois os princípios verdadeiros são como as centelhas; essas, porém, são apagadas pela depravação da natureza antes que sejam postas em seu verdadeiro uso.” [João Calvino, **Efésios**, (Ef 4.17), p. 134-135.] NE.

⁴³⁰ Dt 30.11-14.

Se isso fosse dito a respeito dos puros mandamentos, confesso que teríamos grande dificuldade para dar resposta ao argumento. Sim, pois, embora se possa alegar que a citada passagem fala da facilidade de entender os mandamentos e não de os praticar, ainda assim eu teria algum escrúpulo. Mas nós temos um bom expositor que nos tira toda a dúvida. É o apóstolo Paulo.⁴³¹ Este afirma que ali Moisés fala da doutrina do Evangelho. Se algum teimoso quiser replicar dizendo que o apóstolo afastou essa passagem do seu sentido natural para dela extrair o de^a Evangelho, se bem que não se deveria tolerar uma palavra tão maldosa como essa, todavia temos com que defender a exposição feita pelo apóstolo. Porque, se Moisés estivesse falando tão-somente dos preceitos, estaria enganando o povo com uma vã confiança, pois este pouco poderia fazer, a não ser arruinar-se, caso quisesse observar a Lei por seu próprio poder, julgando fácil fazer isso. Onde está essa nossa facilidade, visto que a nossa natureza sucumbe nesse ponto, e não há quem não caia quando tenta andar?

É, pois, coisa mais que certa que, com suas palavras, Moisés incluiu a aliança de misericórdia que ele tinha dado a público junto com a Lei. O apóstolo Paulo, considerando isso, a saber, que a salvação nos é apresentada no Evangelho (não sob a condição tão dura e difícil, e mesmo totalmente impossível, pelo uso da Lei, mas sob uma condição fácil e amenizada), aplica o presente testemunho para confirmar como nos é manifestada a misericórdia de Deus. Portanto, o citado testemunho de nada serve para estabelecer uma liberdade na vontade do ser humano.

87. Mais algumas objeções

Os nossos oponentes costumam fazer objeção a algumas outras passagens, nas quais é demonstrado que às vezes Deus retira a Sua graça dos homens para ver para que lado se voltarão eles. Como quando Ele diz em Oséias: “Eu me retirarei, até que eles deliberem em seu coração e resolvam seguir-me”.⁴³² Seria uma coisa ridícula, dizem eles, querer verificar se os homens^b seguirão o Seu caminho, a não ser que o coração deles fosse capaz de inclinar-se para um lado ou para o outro por seu próprio poder. Como se não fosse comum Deus dizer, por meio dos Seus profetas, que rejeitaria o Seu povo e o abandonaria até que ele se corrigisse. E consideremos o que de fato eles querem inferir disso. Porque, se eles dizem que, sendo abandonado por Deus, o povo pode converter-se por si mesmo, toda a Escritura os contradiz. Se confessam que a graça de Deus é necessária para a conversão do homem, essas passagens de nada lhes servem para a sua luta contra nós.

Mas eles dirão que a confessam necessária e que, entretanto, o homem pode realizar algo. Onde encontram eles provas do que afirmam? Certo é que não é na passagem aqui em foco, nem noutras semelhantes!

⁴³¹ *Rm 10.6-8.*

^a Provavelmente: devers [diverso]; 1539 diz: *ad evangelium*.

⁴³² *Os 5.15* (tradução direta).

^b Israel.

88. Dois atos de Deus

Porque se trata de duas coisas bem diversas: afastar o homem da graça, para ver o que ele fará tendo sido abandonado; e vir em socorro da sua debilidade, para fortalecer suas fracas forças. Mas eles reclamam: “Que significam, então, tais maneiras de falar?” Eu respondo: Valem como se Deus dissesse: “Visto que nada dá resultado com esse povo rebelde^a, nem por admoestações, nem por exortações, nem por repreensões, vou retirar-me por um pouco, e, em minha avaliação, suportarei que ele seja afligido. Assim verei se, após uma longa calamidade, ele se lembrará de mim para buscar-me”.

Pois bem, quando se diz que Deus se recolherá, o sentido é que Ele retirará a Sua Palavra. Quando se declara que Ele considerará o que os homens farão em Sua ausência, quer dizer que quando Ele não se manifestar^b, Ele os afligirá por algum tempo. Isto é aquilo Deus faz para nos humilhar mais. Pois, ainda que nos aniquilasse mil vezes mediante castigos e punições, não nos corrigiria, se não nos tornasse dóceis por Seu Espírito.⁴³³ Sendo essa a verdade, como é de fato, é inferência errônea dizer que o homem tem algum poder^c de se converter a Deus, sendo que a Escritura afirma que Deus, ofendido por nossa dureza e obstinação, retira de nós a Sua Palavra, na qual nos comunica a Sua presença e avalia o que poderíamos fazer por nós mesmos. Porquanto, Ele faz tudo isso tão-somente para nos dar a conhecer que não somos nada e nada podemos por nós mesmos.^d

89. Argumento das “nossas” boas obras

Os nossos opositores argumentam igualmente com base na seguinte maneira comum de falar, tanto dos homens como também da Escritura: que as boas obras são chamadas nossas, e que nós fazemos tanto o bem como o mal. Ora, se os pecados nos são imputados com justiça como procedentes de nós, pela mesma razão as boas obras devem ser atribuídas a nós. Não seria razoável dizer que as coisas que Deus nos impõe nós fazemos como pedras, sendo que não as podemos fazer por ação própria nossa. Daí concluem eles que, dando como certo que a graça de Deus tem o poder principal, não obstante, as referidas expressões significam que nós possuímos algum poder natural para fazer o bem.

^a contumacem.

^b tacitum et quasi se dissimulantem.

⁴³³ “E como sabemos que o propósito de Deus, ao infligir-nos algum castigo, consiste em humilhar-nos, então, quando somos reprimidos sob sua vara, a porta se abre para que sua misericórdia nos alcance. Além disso, visto que sua peculiar função é curar os enfermos, erguer os caídos, amparar os fracos e, finalmente, comunicar vida aos mortos, esta, por si só mesma, é uma razão suficiente para buscarmos seu favor quando nos acharmos mergulhados em nossas aflições.” (João Calvino, *O Livro dos Salmos*, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 1, (Sl 6.2), p. 126.) NE.

^c aliquas liberi arbitrii vires.

^d nostram ouzevían.

90. Resposta

Se só houvesse a primeira objeção, a saber, que as boas obras são chamadas nossas, eu responderia que, por outro lado, nós chamamos nosso o pão cotidiano, o qual pedimos que nos seja dado por Deus. Então, o que se poderá pretender com essa palavra^a, senão o seguinte: que aquilo que não se deve a nós é feito nosso pela infinita benignidade de Deus? Portanto, espanta-nos que os nossos adversários censurem o nosso Senhor por essa forma de falar, ou que considerem coisa muito estranha que as boas obras sejam chamadas nossas, nas quais não teríamos participação alguma, se não fosse a generosidade de Deus.

Mas a segunda objeção é um pouco mais forte, a saber, que com frequência a Escritura afirma que os fiéis servem a Deus, cumprem Sua justiça, obedecem à Sua Lei e aplicam o seu estudo à prática do bem. Pois bem, sendo essa função própria do entendimento e da vontade do ser humano, como se poderia concordar que isso fosse atribuído igualmente ao Espírito de Deus e a nós, se não houvesse nenhuma conjunção da nossa capacidade^b com a graça de Deus? Fácil nos será desvencilhar-nos de todos esses argumentos, se considerarmos corretamente de que maneira Deus age em Seus servos.

Primeiramente, a figura que eles nos querem inculcar é importuna. Porquanto, quem se irrita tanto, julgando que o homem é impelido por Deus como uma pedra lançada por nós? Certamente essa idéia não decorre da nossa doutrina! O que dizemos é que se trata de uma faculdade natural do homem pela qual ele pode aprovar, rejeitar; querer, não querer; esforçar-se, resistir, a saber: aprovar a vaidade, rejeitar o verdadeiro bem; querer o mal, não querer o bem; esforçar-se no pecado, resistir à retidão. Que é que o Senhor faz nisso? Se a Sua vontade é fazer uso da perversidade do homem como instrumento da Sua ira, Ele muda o seu rumo e a conduz como bem Lhe parece, a fim de realizar Suas obras justas e boas por meio de perversas mãos. Quando vemos, pois, um malfeitor servir a Deus quando o que quer é agradar a sua maldade, vamos assemelhar esse homem a uma pedra atirada pelo ímpeto de uma força externa, sem nenhum movimento, nenhum sentimento, nenhuma vontade dele próprio? Vemos quanta distância há entre uma coisa e outra!

Que diremos dos bons, dos quais trata a questão principal aqui? Quando o Senhor quer edificar neles o Seu Reino, Ele refreia e modera a vontade^c, para que esta não seja arrebatada pela concupiscência desordenada, sendo que, de outro modo, a isso levaria a sua inclinação natural.

Por outro lado, Ele flexiona a vontade do homem, forma-a, dirige-a e a conduz à regra da justiça, a fim de fazê-la desejar a santidade e a inocência. Finalmente, Ele a confirma e a fortalece pelo poder do Seu Espírito, para que não

^a ex possessionis titulo (expressão jurídica).

^b Deus não coloca o mal no homem; Ele o encontra. Mas, encontrando-o, dirige-o – quando não o reforma –, para fazer resultar dele certos aspectos do bem que, sem isso, não poderiam existir.

^c 1539 acrescenta: per spiritum,

vacile nem se torne insensível. Isso mostra que a graça de Deus é como um canal e como rédeas^a do Seu Espírito para dirigir e moderar a vontade do homem. Ora, Ele não poderá moderá-la sem corrigi-la, reformá-la e renová-la.⁴³⁴

91. O início da regeneração

Por essa causa dizemos que o começo da nossa regeneração está naquilo que de nós é anulado. Paralelamente, Ele não poderá corrigi-la sem movê-la, impulsioná-la, conduzi-la e mantê-la em forma. Por isso dizemos que todas as ações que assim procedem são de Deus. Entretanto, não negamos que haja muita verdade no que diz Agostinho: que a nossa vontade não é destruída pela graça de Deus, mas, antes, é reparada. Porque ambas estas verdades se combinam: que a vontade do homem é reparada quando, após ter sido corrigida a sua perversidade, ela é conduzida à regra da justiça; e que, nesse processo, há uma nova vontade criada no homem. Assim é porque a vontade natural é tão corrupta e pervertida que é necessário que seja totalmente renovada.⁴³⁵

92. Sumário

Agora nada nos impede de dizer que as obras que praticamos Deus produz em nós, e que não cooperamos, por nosso poder, com a Sua graça. A razão disso é, primeiramente, que, na mesma medida em que Ele as produz em nós, Ele quer que sejam nossas, desde que entendamos que não são nossas; e, em segundo lugar, que igualmente temos por nossa natureza o entendimento^b, a vontade e a busca de conhecimento^c, forças que Ele dirige para o bem com o fim de fazê-las produzir algo de bom.

93. Outros argumentos dos oponentes

Os outros argumentos que eles reproduzem aqui e ali não poderão perturbar muito as pessoas de entendimento médio, desde que recordem bem as soluções acima apresentadas. Eles alegam que em Gênesis está escrito o seguinte: “O teu desejo estará sob ti, e tu dominarás sobre ele”.⁴³⁶ O que eles interpretam como se referindo ao pecado. Como se Deus tivesse prometido a Caim que o pecado não poderia dominar seu coração, se ele se dispusesse a trabalhar para vencê-lo. Ao contrário, dizemos que o texto antes se refere a Abel. Porque, nessa passagem, a

^a Acréscimo feito em 1539.

⁴³⁴ “... sejam quais forem nossas aflições, é a mão de Deus que nos alenta, e que os ímpios não passam de azoragues que Ele emprega com esse propósito; e mais ainda, que tal consideração é muitíssimo oportuna para guiar-nos ao exercício da piedade.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 1, (Sl 17.13), p. 343.] NE.

⁴³⁵ Ver: João Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 8.7), pp. 266-267. NE.

^b mens.

^c studium.

⁴³⁶ Gn 4.7 (tradução direta).

intenção de Deus é reprovar a inveja que Caim tinha concebido contra o seu irmão, e isso por duas razões. A primeira é que Caim estava enganado, pensando adquirir excelência acima do seu irmão, diante de Deus, sendo que para Deus só há honra na justiça e na integridade. E a segunda é que ele foi muito ingrato, face à bênção que tinha recebido de Deus, pois declarou que não podia ser responsável por seu irmão, que era seu inferior e sobre o qual ele tinha o governo.

Contudo, para que não fique a impressão de que escolhemos esta interpretação porque a outra nos é contrária, concedamos que Deus está falando do pecado. Se assim é, ou Deus promete que Caim lhe será superior, ou lhe ordena que seja^a. Se lhe ordena, já^b vimos que os nossos oponentes não podem provar coisa alguma com a qual possam estabelecer o livre arbítrio. Se é promessa, onde está o seu cumprimento? Porquanto se vê que Caim foi vencido pelo pecado, o qual ele deveria dominar. Possivelmente dirão que há uma condição tácita inclusa sob a promessa, como se Deus tivesse dito: “Se lutares, conseguirás a vitória”.

94. Dá para agüentar?

Mas, quem poderá tolerar tais rodeios e oscilações? Porque, se é do pecado que se trata, não há dúvida nenhuma de que é uma exortação feita por Deus a Caim, a qual mostra claramente que ele não tem capacidade para vencer o pecado, mas que tem o dever de vencê-lo, apesar de não poder. Os nossos opositores se servem também do testemunho do apóstolo, quando ele declara que a salvação “não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia”.⁴³⁷ Dessa declaração eles inferem que a vontade e o curso de ação do homem têm alguma participação, e que a misericórdia de Deus supre o que falta. Mas, se eles aplicassem a razão ao assunto de que fala o apóstolo na referida passagem, não dariam tratamento tão abusivo e inconsiderado à sua proposição.⁴³⁸

^a Vê-se que, para Calvino, *dever* não significa *poder*, no sentido de aptidão ou capacidade ética, mas somente no sentido de aptidão formal e física. Deus não rebaixa as exigências racionais e absolutas da lei moral ao nível das variações acidentais das aptidões éticas do homem.

^b Subentendido: demonstrado; (1539: demonstravimus).

⁴³⁷ Rm 9.16. Ver: João Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 9.16), pp. 333-335.

⁴³⁸ Calvino (1509-1564) dá um golpe definitivo em todo e qualquer conceito de merecimento: “É preciso lembrar que sempre que atribuímos nossa salvação à graça divina, estamos confessando que não há mérito algum nas obras; ou, antes, devemos lembrar que sempre que fazemos menção da graça, estamos destruindo a justiça [procedente] das obras.” [João Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 11.6), p. 389.] Em outro lugar: “as pessoas são muitíssimo insensatas ao suporem que existe algum mérito ou dignidade nos homens que preceda a eleição divina.” [João Calvino, **Exposição de 1Coríntios**, (1Co 1.28), p. 70.] Ainda: “Que ninguém conclua que os eleitos o são em virtude de serem eles merecedores, ou porque de alguma forma conquistaram para si o favor divino, ou ainda porque possuíam alguma semente de dignidade pela qual Deus pôde ser movido a agir. A idéia simples, que devemos levar em conta, é esta: o fato de sermos contados entre os eleitos independe tanto de nossa *vontade* quanto de nossos *esforços* – pois o apóstolo substituiu *correr* por *esforço* ou *diligência*. Ao contrário, deve ser atribuído totalmente à benevolência divina, a qual, por si mesma, recebe graciosamente aqueles que nada empreendem, nem se esforçam, nem mesmo tentam.” [João Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 9.16), p. 333.] NE.

Bem sei que eles podem citar Orígenes⁴³⁹ e Jerônimo⁴⁴⁰ como defensores da sua explicação. Mas não é preciso que nos preocupemos com o que eles pensam a respeito, desde que entendamos o que o apóstolo quis dizer, a saber, que só obterá a salvação aquele a quem Deus tenha ministrado a Sua misericórdia; e que a ruína e a confusão estão preparadas para todos aqueles que Ele não tenha escolhido.⁴⁴¹ O apóstolo demonstrou a condição dos reprovados citando o exemplo do faraó, e provou a eleição gratuita dos fiéis citando o testemunho de Moisés, na passagem em que Deus diz: “Terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia”.⁴⁴² E então conclui que “não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia”.

Se se argumentar, com base nessas palavras, que há alguma vontade e algum poder no homem, como se o apóstolo Paulo dissesse que a vontade e a habilidade humanas, sozinhas e por sua própria capacidade, não seriam suficientes, será um argumento mal posto e sem critério. É necessário, pois, rejeitar essa sutileza totalmente destituída de razão. Porquanto, que propósito há em dizer: a salvação não depende de quem quer nem de quem corre? Há, pois, alguma vontade e algum curso de ação. Mas a sentença do apóstolo Paulo é mais simples: é que não há nem vontade nem curso de ação que nos leve à salvação, mas unicamente a misericórdia reina nessa questão. Paulo não comenta aqui outra coisa senão a mesma de que fala noutra passagem,⁴⁴³ na qual ele declara: “Quando, porém, se manifestou a benignidade de Deus, nosso Salvador, não por obras de justiça praticadas por nós, mas segundo sua misericórdia...”.

Se, com base nessas palavras, eu quisesse afirmar que temos praticado algumas boas obras, sendo que Paulo nega que tenhamos obtido a graça de Deus pelas obras de justiça que tenhamos praticado, até os nossos adversários zombariam de mim. No entanto, o argumento deles é parecido. Por isso, que eles pensam bem no que dizem, e, assim, não irão basear-se em razão tão frívola.

95. Um apócrifo em cena!

Depois os nossos opositores apresentam o testemunho do Livro de Eclesiástico, cujo autor se sabe que não tem autoridade segura e certa^a Mas, ainda que não o

⁴³⁹ Lib. VII in epist. ad Rom.

⁴⁴⁰ Dialog. 2 in Pela.

⁴⁴¹ “Os homens jamais encontrarão um antídoto para suas misérias, enquanto, esquecendo-se de seus próprios méritos, diante do fato de que são os únicos a enganar a si próprios, não aprenderem a recorrer à misericórdia gratuita de Deus.” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (SI 6.4), pp. 128-129.] NE.

⁴⁴² Êx 33.19.

⁴⁴³ Ad Tit. 3.

^a Com efeito, *Eclesiástico* não faz parte do cânon hebraico, o único que Jesus conheceu. O Concílio de Trento fez dele um livro canônico, é verdade. Os defensores da tese do concílio se baseiam na presença desse livro no “cânon alexandrino”. Mas a existência de tal cânon não foi comprovada. Filo [nome também grafado “Filão”] nunca cita *Eclesiástico*, e os manuscritos dos Setenta [Setuaginta] que contêm esse livro são todos de origem cristã [ou seja, da era cristã]. É, sem dúvida, por ignorância do hebraico que a igreja oriental achou que devia manter o *Livro de Eclesiástico* como canônico.

recusemos (coisa que poderíamos fazer com justiça), como pode esse testemunho ajudar a causa deles? Diz ele⁴⁴⁴ [isto é, o autor que se intitula “Eclesiástico”]⁴⁴⁵ que “Deus criou o homem desde o princípio, e deixou-o na mão do seu conselho. Deu-lhe mais os seus mandamentos e os seus preceitos. Se quiseres observar os mandamentos, eles te guardarão, e tu conservarás sempre a fidelidade que agrada a Deus. ... Diante do homem estão a vida e a morte, o bem e o mal; o que lhe agrada, isso lhe será dado”. É fato que, em sua criação, o homem recebeu o poder de escolher entre a vida e a morte; mas, que acontecerá se respondermos que ele o perdeu? Por certo não vou querer contradizer Salomão, que afirma⁴⁴⁶ que no princípio o homem foi criado bom, mas ele forjou perversas invenções por sua conta.

Ora, depois que o homem, degenerando-se e afastando-se de Deus, arruinou-se com todos os seus, o que se diz a respeito da sua primeira criação não se deve estender à sua natureza viciosa e corrupta. Por isso respondo, não somente aos nossos opositores, mas também ao Eclesiástico (seja ele quem for), da seguinte maneira: Se queres ensinar o homem a buscar em si a capacidade de adquirir a salvação, tua autoridade não merece uma estima tal que possa prejudicar a Palavra de Deus, a qual evidentemente é contrária. Se queres somente reprimir as blasfêmias da carne, a qual, transferindo seus erros e vícios para Deus, procura escusar-se, e, com relação à presente causa, na qual tu pretendes mostrar que o homem recebeu de Deus uma boa natureza e que ele foi a causa da sua ruína, nisso concordo de bom grado, desde que concordemos também neste ponto: que agora o homem está despojado dos ornamentos e graças recebidos originariamente de Deus.

96. Recorrendo a Jesus Cristo – e a uma alegoria

Mas o que os nossos adversários têm mais freqüentemente nos lábios é a parábola de Cristo, na qual Ele fala do homem que salteadores deixaram semimorto à beira do caminho.⁴⁴⁷ Bem sei que é doutrina comum dizer que sob a pessoa desse homem está representada a calamidade do gênero humano. Daí tomam o seguinte argumento: O homem não foi de tal maneira morto pelo pecado e pelo Diabo que não lhe reste alguma porção de vida; tanto é que o homem da parábola é descrito como estando semimorto. E, onde estaria essa meia vida, dizem eles, senão que lhe restava alguma porção de reta inteligência e reta vontade? Vejamos: Se eu não quiser aceitar a sua alegoria, que farão eles? Porque não há dúvida nenhuma de que foi cogitada pelos antigos pais, ultrapassando o sentido literal e natural da passagem. Não devemos aceitar as alegorias, a não ser que tenham

⁴⁴⁴ *Eclesiástico* 15.14-18 (Matos Soares).

⁴⁴⁵ Vd. a opinião de Calvino a respeito dos Livros de Macabeus e Eclesiástico, nas *Institutas*, II.5.18 e III.15.4. NE.

⁴⁴⁶ *Ec* 7.29.

⁴⁴⁷ *Lc* 10.

suas bases na Escritura. Muito longe estão de poderem provar alguma doutrina. Acresce que não nos faltam razões para refutar tudo o que os nossos adversários dizem. Pois a Palavra de Deus não deixa meia vida no homem, mas declara que ele está totalmente morto quanto à vida plenamente feliz. Quando o apóstolo Paulo fala da nossa redenção, ele não diz que nós estamos protegidos de uma meia morte, mas que fomos ressuscitados da morte.⁴⁴⁸ Ele não chama para receberem a graça de Cristo os que estão meio vivos, mas os que estão mortos e sepultados. Com o que se harmoniza com o que diz o Senhor, que “vem a hora e já chegou, em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus; e os que a ouvirem viverão”.⁴⁴⁹

Não terão eles vergonha de apresentar sei lá que leviana alegoria contra tantos e tão claros testemunhos? Mas, ainda que a alegoria utilizada por eles tenha algum valor, que poderão concluir contra nós? O homem, dirão eles, está semimorto; segue-se então que lhe resta alguma porção de vida. Reconheço, claro, que o homem tem alma capaz de inteligência, mas incapaz de se aprofundar ao ponto de chegar à sabedoria celestial de Deus.⁴⁵⁰ Ele tem algum discernimento do bem e do mal, tem algum sentimento, alguma percepção, que lhe permite saber que existe um Deus, mas não possui conhecimento verdadeiro.⁴⁵¹

Em que redundam, porém, todas essas coisas? Certamente elas não podem agir de tal maneira que desmintam o que diz Agostinho: que os dons gratuitos,

⁴⁴⁸ *Ef* 5.2 etc. “Como a morte espiritual não é outra coisa senão o estado de alienação em que a alma subsiste em relação a Deus, já nascemos todos mortos, bem como vivemos mortos até que nos tornamos participantes da vida de Cristo.” [João Calvino, **Efésios**, São Paulo, Paracletos, 1998, (Ef 2.1), p. 51.]

⁴⁴⁹ *Jo* 5.25.

⁴⁵⁰ “O homem, com toda a sua astúcia, é tão estúpido para entender por si mesmo os mistérios de Deus, como um asno é incapaz de entender a harmonia musical.” [João Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 1.20), p. 60.] NE.

⁴⁵¹ Calvino, discorrendo sobre a revelação de Deus na Natureza, diz: “Em toda a arquitetura de seu universo, Deus nos imprimiu uma clara evidência de sua eterna sabedoria, munificência e poder; e embora em sua própria natureza nos seja ele invisível, em certa medida se nos faz visível em suas obras. O mundo, portanto, é com razão chamado o espelho da divindade, não porque haja nele suficiente clareza para que os homens alcancem perfeito conhecimento de Deus, só pela contemplação do mundo, mas porque ele se faz conhecer aos incrédulos de tal maneira que tira deles qualquer chance de justificarem sua ignorância. (...) O mundo foi fundado com esse propósito, a saber: para que servisse de palco à glória divina.” [João Calvino, **Exposição de Hebreus**, (Hb 11.3), pp. 300-301.] “Nas coisas que Ele criou, Deus, portanto, mantém diante de nós nítido espelho de sua esplendorosa sabedoria. Em resultado, qualquer indivíduo que desfrute de pelo menos uma minúscula fagulha de bom senso, e atenta para a terra e outras obras divinas, se vê aturdido por candente admiração por Deus. Se os homens chegassem a um genuíno conhecimento de Deus, pela observação de suas obras, certamente que viriam a conhecer a Deus de uma forma sábia, ou daquela forma de adquirir sabedoria que lhes é natural e apropriada.” [João Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 1.21), p. 62.] “.... este mundo é semelhante a um teatro no qual o Senhor exhibe diante de nós um surpreendente espetáculo de sua glória.” [João Calvino, **Exposição de 1 Coríntios**, (1Co 1.21), p. 63.] Ele entende que “o princípio da religião” que é implantado nos homens é uma das evidências da sua “preeminente e celestial sabedoria”. [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 1, (Sl 8.5), p. 167.] Em outros lugares, observa que “no coração de todos jaz gravado o senso da divindade” [João Calvino, **As Institutas**, I.3.1.]; “Sabemos, aliás, que todos os homens possuem algum senso de religião impresso em seus corações, de modo que ninguém ousa desvencilhar-se pública ou totalmente de seu culto.” [João Calvino, **O Livro dos Salmos**, Vol. 2, (Sl 40.6), p. 224.] Então, argumenta que a tentativa humana de negar a Deus nada mais é do que uma revelação do “senso de divindade que, tão ardentemente, desejariam extinto”. [João Calvino, **As Institutas**, I.3.3.] Conclui que é impossível haver verdadeiro ateísmo. NE.

pertencentes à salvação, foram extirpados do homem após a sua queda; e que os dons naturais, que não podem levar à salvação, foram corrompidos e estão maculados, estão poluídos.

97. Conclusão

Por tudo isso, formulamos uma sentença que de modo algum pode ser enfraquecida. É a seguinte: O entendimento do homem está de tal maneira e tão completamente alienado da justiça de Deus que ele não pode imaginar, conceber e compreender outra coisa que não a maldade, a iniquidade e a corrupção; e, semelhantemente, que o seu coração acha-se tão envenenado pelo pecado que só pode produzir perversidade de toda sorte. E se suceder que, de algum modo, o homem faça algo que tenha a aparência de bem, não obstante o seu entendimento permanece sempre envolto na hipocrisia e na vaidade, e o seu coração está sempre entregue à malícia.

CAPÍTULO III

1. Introdução

[1539] Ao explicarmos as coisas que se requerem para o verdadeiro conhecimento de Deus, não é possível concebê-lo segundo a Sua grandeza, sem que imediatamente nos venha à mente este pensamento: Somente Ele tem a majestade merecedora de soberana honra.^a Quanto ao conhecimento de nós mesmos, dissemos que o ponto principal é que, estando vazios de toda fantasia ou ilusão sobre o nosso próprio poder, despojados de toda confiança em nossa justiça, e, ao contrário, abatidos pela consideração da nossa pobreza, aprendemos a perfeita humildade, rebaixando-nos e destituindo-nos de toda glória. Ambos esses aspectos nos são mostrados pela Lei de Deus, na qual o Senhor, reivindicando primeiramente o poder de comandar, ensina-nos a ter reverência por Sua divindade, demonstrando em que consiste e em que se situa essa reverência; e a seguir, tendo ordenado

^a Os mandamentos figuravam no frontispício de muitos opúsculos de edificação, como, por exemplo, em 1496, sob o título de *La Fleur des Commandemens de Dieu* (A Flor dos Mandamentos de Deus). Reimpresso em Paris em 1516.

A tradução dos mandamentos difere aqui [nesta edição francesa] da da Bíblia de 1535 e da da *Instruction* (Instrução) de 1537. Em Estrasburgo Calvino pôde ler o Pequeno Catecismo de Lutero, traduzido para o latim (D. Martini Lutheri theologi catechismus lectu dignissimus, latinus factus per Vincentium Obsopœum [o tradutor], impresso em 1529 em Haguenau com o de Bretz (I. Brentii ecclesiastæ hallensis pro pueris catechismus minor, etc.).

Seguindo os procedimentos catequéticos anteriormente em uso, Lutero primeiro explica o Decálogo, depois o *Credo*, a oração dominical e, por fim, os sacramentos.

Antoine Saunier tinha posto em verso *La chanson des dix commandemens* (A Canção dos Dez Mandamentos), 1532.

O primeiro catecismo de Calvino (*Instruction et confession de foy dont on use en l'Eglise de Genève* – Instrução e Confissão de Fé em Uso na Igreja de Genebra, 1537), depois de alguns artigos preliminares, explica, conforme o hábito, primeiro “a Lei do Senhor”, depois “o símbolo da fé”, e, por fim, “a oração dominical” e os sacramentos.

a regra de justiça, Ele nos recrimina, tanto por nossas tendências como por nossa injustiça. Igualmente mostra que a justiça da nossa natureza, sendo, como é, corrupta e perversa, é inteiramente contrária e repulsiva à justiça de Deus. E mais: que à perfeição dessa justiça as nossas faculdades pessoais não podem corresponder, débeis e inúteis que são para a prática do bem. Portanto, a ordem que registramos no começo desta obra nos leva a tratar agora da Lei de Deus.

2. A lei interior

Ora, tudo o que nos é necessário saber dela, de algum modo nos é ensinado pela lei interior, da qual dissemos acima que está escrita e praticamente impressa no coração de cada ser humano. Porque a nossa consciência não nos deixa dormir um sono perpétuo sem nenhum sentimento. Antes, em nosso íntimo ela nos dá testemunho e nos admoesta a respeito do que devemos a Deus, mostra-nos a diferença entre o bem e o mal, e assim nos acusa quando deixamos de cumprir o nosso dever. Todavia, o homem está de tal maneira envolvido nas trevas da ignorância que a duras penas consegue, por essa lei natural, ter uma bem fraca percepção de qual serviço agrada a Deus. Ao menos, longe está de conhecê-lo retamente.^a Além disso, tão inchado de orgulho e de ambição é ele, tão cego de amor-próprio, que nem mesmo pode observar a si mesmo e descer ao seu nível para aprender a humilhar-se e confessar a sua miséria. Por isso, conforme necessário à altivez do nosso espírito e à nossa arrogância, o Senhor nos outorgou Sua Lei, escrita, para nos dar mais certo e claro testemunho dos pontos muito obscuros da lei natural e, pondo fora a nossa negligência ociosa, tocar mais vivamente o nosso espírito e a nossa memória.

3. O que se deve aprender da Lei

Agora fica fácil entender o que se deve aprender da Lei. São as seguintes verdades: Como Deus é o nosso Criador, tem todo o direito de ocupar sobre nós a posição de Senhor e Pai; por essa razão, devemos render-lhe glória, reverência, amor e temor; e ainda, não somos livres^b para seguir a cupidez do nosso espírito, para onde quer que nos incite. Mas aprendemos também que em tudo dependemos do nosso Deus e devemos restringir-nos unicamente àquilo que Lhe dá prazer; e mais, que a justiça e a retidão Lhe são agradáveis, ao passo que, ao contrário, a iniquidade Lhe é abominável. Por isso, se não quisermos por perversa ingratidão abandonar o nosso Criador, devemos amar a justiça e aplicar-nos a estudá-la a vida toda. Porque, se somente Lhe prestamos a devida reverência quando preferimos a vontade de Deus à nossa, segue-se que não se pode dar-lhe outra

^a Eorum summam quæ in vera Dei notitia requiruntur. Antes de traduzir a parte inicial do livro de 1536, Calvino, em 1539, ainda resume, encabeçando o cap. III, os capítulos I e II; a seguir trata da lei interior (consciência), antes de passar aos valores da Lei expressa no Decálogo.

^b esse nostri júris (fórmula empregada pelo direito romano).

honra legítima que não seja a observância da justiça, da santidade e da pureza. E não é lícito ao homem desculpar-se por não ter capacidade^a e, como um devedor pobre, por não ter com que pagar. E não é conveniente nem sensato medir a glória de Deus pelos nossos poderes, visto que, o que quer que sejamos, Ele é sempre comparável a Si mesmo – e Ele é amigo da justiça e inimigo da iniquidade. E qualquer coisa que exija de nós, visto que só pode fazê-lo com justiça, só temos que obedecer, por obrigação natural.

O que não conseguimos fazer é por nosso defeito, porque, se somos detidos, como que amarrados, por nossa cupidez, na qual impera o pecado, não estando livres para obedecer ao nosso Pai, não devemos, para defender-nos, alegar que se trata de um mal necessário, sendo que o mal está em nós e a nós deve ser imputado.

4. Dupla conclusão inicial

Quando tiramos bom proveito da doutrina da Lei até aqui, ela mesma nos leva a concluir que precisamos humilhar-nos. Daí podemos deduzir duas coisas^b: A primeira é que, comparando a justiça de Deus com a nossa imperfeição, muito se pode dizer sobre o fato de que não satisfazemos à vontade de Deus, e, portanto, que somos indignos de manter o nosso lugar e a nossa categoria entre as Suas criaturas, e isso a tal ponto que merecemos ser considerados como crianças. Em segundo lugar, avaliando as nossas forças, que não somente não as consideremos suficientes para o cumprimento da Lei, mas totalmente nulas. Segue-se necessariamente daí um desafio à nossa virtude, ao nosso poder, e depois uma angústia e tremor de espírito. Sim, porque a consciência não pode agüentar o fardo do pecado sem que logo lhe venha o juízo de Deus; e a percepção do juízo de Deus sempre traz consigo um terror mortal. Semelhantemente, uma vez que a consciência esteja convencida, por experiência, da sua fraqueza, só pode desesperar de suas forças. Ambos estes sentimentos geram derrocada e humildade. Decorre, por fim, que, aturdido por sentir a morte eterna, que ele já vê próxima de si pelos méritos da sua injustiça, converte-se à misericórdia singular de Deus como a um único porto de salvação. E, sentindo que não está em seu poder pagar o que deve à Lei, desesperando de si, aspira a receber e a buscar ajuda alheia.

^a Para Calvino o adágio: “à l'impossible nul n'est tenu” (ninguém se importa com o impossível), não tem valor, exceto no caso de inaptidão física, devida a uma limitação originária de nossas faculdades psicológicas.

Mas, se a impossibilidade ou incapacidade de querer cumprir a lei divina é causada pela capacidade do mau querer e da preferência espontânea da pessoa [como ser] moral pela injustiça com relação ao direito de Deus, trata-se então de um fato de ordem moral, que determina um juízo moral de condenação.

^b O desenvolvimento que se segue é de importância capital porque dá a chave do segredo que chamaremos a dinâmica da doutrina reformada sobre a incapacidade do querer humano.

Talvez pareça paradoxal que tal doutrina possa ser um estimulante para o ato decisivo que regenera a vontade. Calvino faz-nos compreender as condições nas quais nasce um estado psicológico tal que levará “necessariamente” o pecador a buscar o ponto de apoio da alavanca “em outro”, não nele mesmo.

5. Promessas e ameaças

Mas o Senhor, não Lhe bastando mostrar a reverência que devemos ter por Sua justiça, e com a finalidade adicional de levar o nosso coração a dedicar amor à Sua justiça e a votar ódio à iniquidade, acrescenta promessas e ameaças. Visto que os olhos do nosso entendimento vêm tanta dificuldade que não somos capazes de comover-nos só com a beleza e a honestidade da virtude, o Senhor, segundo a Sua benignidade, quis incentivar-nos a amá-la e a desejá-la mediante a agradável recompensa que nos propõe. Por isso nos revela que deseja remunerar a virtude, e que aquele que obedecer aos Seus mandamentos não se esforçará em vão. Diversamente, Deus nos dá a saber não somente que a injustiça Lhe é execrável, mas também que não poderá escapar sem punição, porquanto Ele está determinado a vingar todo desprezo por Sua majestade. E para nos estimular por todos os meios, Ele promete tanto as bênçãos da vida presente como a bem-venturança eterna aos que guardarem os Seus mandamentos. E, por outro lado, não com menos vigor ameaça os transgressores com calamidades corporais e com os tormentos da morte eterna. Porque esta promessa: “Os meus estatutos e os meus juízos guardareis; cumprindo-os, o homem viverá por eles”,⁴⁵² e também a ameaça correspondente: “A alma que pecar, essa morrerá”,⁴⁵³ sem dúvida nenhuma se referem à morte ou à imortalidade futura, que jamais terá fim. Acresce que, sempre que o Senhor faz menção da Sua benevolência ou da Sua ira, a primeira contém a eternidade da vida, e a segunda, a perdição eterna. Pois bem, na Lei é proclamada uma longa lista de bênçãos e de maldições para a presente existência.⁴⁵⁴ Nos castigos que Ele declara transparece Sua grande pureza, visto que Ele não pode suportar a iniquidade. Por outro lado, as promessas mostram quanto Ele ama a justiça, uma vez que Ele não quer deixá-la sem remuneração. Paralelamente, nisso Ele demonstra maravilhosa benignidade.

Pois bem, visto que em tudo o que somos e em tudo o que há em nós, somos devedores à Sua majestade, que se nos impõe com todo o direito, tudo o que Ele exige de nós o exige como algo que Lhe é devido. Ora, o pagamento de tal débito não merece nenhuma remuneração.^a Porque Ele renuncia a Seu direito quando nos oferece alguma recompensa por nossa obediência – sendo que esta não Lhe prestamos de bom grado, mas como se fosse algo que não Lhe é devido. Bem, daqui a pouco se verá que proveito podemos tirar das promessas propriamente ditas. No momento, basta que entendamos e avaliemos o fato de que nas promessas da Lei há uma singular recomendação da justiça, a fim de que se veja mais certamente quanto a sua observância agrada a Deus. Por outro lado, as penas são ministradas com a maior execração da injustiça, a fim de que o pecador não se

⁴⁵² *Lv 18.5.*

⁴⁵³ *Ez 18.4.*

⁴⁵⁴ *Lv 26; Dt 28.*

^a Calvino tende a repetir que a recompensa ao fiel não é consequência do mérito de suas obras.

embriague com o falso dulçor do seu pecado, chegando a esquecer que o juízo de Deus está preparado para ele.^a

6. Tendência humana de mudar a Lei de Deus com fantasiosas invenções

Ora, querendo o Senhor dar-nos a regra da justiça perfeita, reduziu todas as suas partes conforme a Sua vontade, e nisso fica demonstrado que nada Lhe agrada mais que a obediência. O que, portanto, é necessário observar diligentemente, uma vez que a dureza e a intemperança da mente humana inclinam-na fortemente a imaginar novas honras e novos serviços para render-lhe, com o fim de adquirir a Sua graça. Porque em todos os tempos essa irreligiosa imitação da religião, naturalmente arraigada em nosso espírito, sempre se manifestou, e ainda se manifesta no presente, em todo o gênero humano. É que aos homens sempre apetece forjar alguma maneira de obter justiça sem a Palavra de Deus. Disso resulta que, entre as boas obras que comumente são bem apreciadas, os mandamentos de Deus têm bem estreito espaço. Enquanto isso, uma infinita multidão de preceitos humanos ocupa o primeiro lugar e o mais amplo espaço. Mas, foi essa cupidez que Moisés quis refrear quando, após a publicação da Lei, assim falou ao povo: “Guarda e cumpre todas estas palavras que te ordeno, para que bem te suceda a ti e a teus filhos, depois de ti, para sempre, quando fizeres o que é bom e reto aos olhos do Senhor, teu Deus”.⁴⁵⁵ Faze somente o que te ordeno; e mais: “nada acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela”.⁴⁵⁶ E antes, após haver declarado que esta era a sabedoria e o entendimento do povo de Israel perante todas as nações, o fato de haver recebido do Senhor os juízos, as normas de justiça e o cerimonial, disse-lhe ao mesmo tempo: “Tão-somente guarda-te a ti mesmo e guarda bem a tua alma, que te não esqueças daquelas cousas que os teus olhos têm visto, e se não apartem do teu coração todos os dias da tua vida”.⁴⁵⁷

Certamente porque o Senhor tinha previsto que os israelitas não iriam perseverar depois de receberem a Lei, que desejariam inventar novas maneiras de servi-lo, a não ser que Ele segurasse firme as suas rédeas, Ele declara que a Sua Palavra contém toda a perfeição da justiça – o que deveriam tratar de reter muito bem. E, todavia, não desistiram dessa audácia que lhes tinha sido fortemente proibida. E quanto a nós? Certamente essa mesma Palavra nos constrange.^b Porque não há dúvida de que sempre o Senhor quis e quer atribuir à Sua Lei uma perfeita doutrina sobre a justiça. E, contudo, não contente com ela, fazemos maravilhas para inventar e forjar boas obras e mais boas obras.

^a paratum.

⁴⁵⁵ Dt 12.28.

⁴⁵⁶ Dt 4.2.

⁴⁵⁷ Dt 4.9.

^b constringimur.

7. O melhor remédio

O melhor remédio que existe para corrigir esse mal é ter esta reflexão bem plantada em nosso coração: Que a Lei nos foi dada pelo Senhor para nos ensinar a justiça perfeita, e que nela nenhuma outra justiça nos é ensinada, senão a que nos manda reger-nos pela vontade de Deus e conformar-nos a ela. Assim, inutilmente imaginamos novas formas de obras para obter a graça de Deus, sendo que o único serviço legítimo que se Lhe pode prestar é a obediência. A verdade é que, ao contrário, o estudo e a prática das boas obras que estejam fora da Lei de Deus constituem uma intolerável profanação da justiça divina e verdadeira.^a

Mas, quando a Lei do Senhor nos for explicada mais propriamente e com maior proveito, discutiremos seu ofício e seu uso. Antes, porém, de tratarmos particularmente de cada divisão, é bom primeiro saber o que se refere ao conhecimento universal da Lei. Primeiramente, é preciso fixar que a vida do homem deve ser regrada pela Lei, não somente para uma honestidade externa, mas também para a justiça interna e espiritual. Essa verdade, por mais inegável que seja, não obstante recebe bem pouca consideração. Isso acontece porque não se leva em conta o legislador, cuja natureza deve determinar a apreciação da respectiva lei. Se algum rei proibisse mediante um edito a licenciosidade, o homicídio e o roubo, entendo que aquele que concebesse em seu coração algum desejo de praticar libertinagem, ou de roubar ou de matar, sem chegar efetivamente ao ato, e sem se esforçar por pô-lo em prática, não seria atingido pela pena que seria estabelecida. Isso porque a providência do legislador mortal não se estende além da honestidade externa, e suas leis só serão violadas se o mal for de fato concretizado. Mas Deus, a cujos olhos nada está oculto, não observa tanto a aparência exterior do bem, como a pureza interior. E Ele, condenando as práticas libertinas, o homicídio e todas as formas de roubo, condena toda concupiscência carnal, o ódio, a cobiça de bens alheios, a mentira e todas as coisas semelhantes a essas. A razão disso é que, como Ele é um legislador espiritual, não fala menos à alma que ao corpo. Ora, a ira e o ódio são morte quanto à alma; a cobiça é roubo; o amor desordenado é libertinagem.

Mas alguém dirá que as leis humanas igualmente consideram o conselho e a vontade, e não apenas os acontecimentos fortuitos. Reconheço isso; mas são entendidos como expressões da vontade as que são levadas adiante, e só se leva em consideração a intenção referente às obras efetivamente praticadas. As cogitações secretas não são inquiridas. Portanto, quem se abstém de cometer transgressões exteriormente satisfaz às leis políticas.^b Ao contrário, visto que a Lei de

^a Calvino condena aqui as “obras pias” recomendadas pela igreja de Roma como conselhos de perfeição. Para Calvino, a perfeição consistiria em observar [cumprir] perfeitamente a Lei de Deus.

Longe de podermos fazer mais do que aquilo que a Lei ordena, ficamos sempre abaixo do ideal que ela nos prescreve.

^b illis satisfactum fuerit, ubi quis manum duntaxat continuerit.

Deus é dada à nossa alma, se a quisermos cumprir bem, é preciso que principalmente a nossa alma seja reprimida. Ora, na maior parte os homens, mesmo quando querem dissimular fingindo-se desprezadores da Lei, levam os seus olhos, os seus pés, as suas mãos e as outras partes do seu corpo a fazerem o que eles lhe ordenam; entretanto, o seu coração permanece alienado da obediência a ela. Com isso eles se julgam quites com a Lei, se escondem dos homens o que aparece diante de Deus. Eles ouvem: “Não matarás”; “Não cobiçarás”; “Não furtarás”. Por isso não desembainham a espada para matar, não se portam como cobiçosos dissolutos, e não estendem as mãos para apossar-se de bens alheios. Tudo isso é bom; mas o coração deles está cheio de mortes e arde de concupiscência carnal; eles não podem ver os bens do próximo, senão com maus olhos, devorando-os por sua ambição. Nisso lhes falta o principal da Lei. Eu lhes clamo: De onde vem tal estupidez? Não é que, deixando de lado o legislador, eles acomodam a justiça ao seu [pobre] entendimento? De encontro a essa opinião o apóstolo Paulo brada alto e firme, dizendo que a Lei é espiritual.⁴⁵⁸ Com essas palavras ele quer dizer que a Lei não somente exige obediência da alma, da mente e da vontade, mas também uma pureza angélica, a qual, purificada de toda mácula carnal, só sente o espírito e nada mais.

8. O ensino de Cristo

Dizendo que esse é o sentido da Lei, não fazemos uma nova exposição de nós mesmos, mas seguimos a Cristo, excelente expositor. Porque, visto que os fariseus tinham semeado entre o povo uma opinião perversa, a saber, que aquele que não comete mal nenhum por obra externa contra a Lei é bom cumpridor da Lei, Ele redargüi a esse erro, dizendo: Olhar para uma mulher com intenção impura é cometer adultério;⁴⁵⁹ e: Todos os que odeiam seu irmão são homicidas.⁴⁶⁰ Pois Ele declara réus de juízo todos os que concebem alguma ira, ainda que somente em seu coração; culpáveis perante o conselho^a todos os que, murmurando, mostram alguma ofensa por dureza de coração; e condenáveis à geena de fogo todos aqueles que, de maneira injuriosa, declaram abertamente o seu mau propósito. Os que não entendem isso imaginam que Cristo foi um segundo Moisés, dando-nos a lei evangélica para suprir o que falta à lei mosaica. Disso procede o conceito vulgar de que a Lei Evangélica é muito maior do que a antiga Lei. Isso é um erro por demais perverso. Porque, quando mais adiante reduzirmos a um sumário os preceitos de Moisés, suas próprias palavras mostrarão quão grande ultraje é feito à Lei de Deus ao se dizer aquilo. Ademais, dessa opinião se seguiria que a santidade dos antigos “pais” em nada diferia da hipocrisia. Finalmente, seria desvi-

⁴⁵⁸ Rm 7.14.

⁴⁵⁹ Mt 5.27,28.

⁴⁶⁰ Mt 5.21,22.

^a consilio.

ar-nos da regra única e perpétua da justiça que Deus nos deu então. Ora, esse erro é fácil de refutar. Sim, porque esse tipo de gente pensa que Cristo fez acréscimos à Lei, quando Ele tão-somente a restabeleceu em sua inteireza, isto é, limpou-a das mentiras dos fariseus, com as quais eles a tinham obscurecido e conspurcado.

9. Aspectos implícitos nas entrelinhas da Lei

Em segundo lugar, é necessário observar que os preceitos de Deus contêm mais alguma coisa que não vemos expressa em palavras. O que, todavia, requer moderação^a, para que não lhes demos o sentido que nos pareça certo, manipulando-os daqui e dali a nosso bel-prazer. Há alguns que, com essa liberdade, fazem com que a autoridade da Lei seja vilipendiada, como se ela fosse incerta, ou então que não se espere poder entendê-la. É preciso, pois, quanto possível, encontrar um caminho que nos leve com segurança, e sem vacilação, à vontade de Deus. Quer dizer, é necessário considerar até que ponto a exposição deve ultrapassar a palavra, de tal maneira que se veja que não é um acréscimo feito à Lei de Deus com glosas ou tentativas humanas^b de explicação, mas que é o puro sentido natural do legislador. É certo que em todos os preceitos é notório que uma parte é colocada pelo todo, e quem quisesse restringir o entendimento à medida das palavras, seria digno objeto de zombaria. É, pois, notório que a mais ampla exposição que se pode fazer da Lei ultrapassa as palavras; mas será obscura, se não se estabelecer algum limite.

Pois bem, eu penso que no presente caso será muito bom dirigir o pensamento ao motivo ou à razão pela qual o preceito foi dado. Isto é, que em cada preceito se considere com que finalidade nos foi dado por Deus. Exemplo: Todo preceito é para ordenar ou para proibir. Teremos o verdadeiro entendimento de um e de outro, se considerarmos a razão ou a finalidade pretendida. Como o objetivo do quinto mandamento é mostrar que é preciso prestar honra a quem Deus a quis atribuir, este será pois o resumo da matéria em questão: A verdadeira piedade é agradável a Deus, ou seja, essa é a verdadeira honra que rendemos à Sua majestade; e, ao contrário, a impiedade Lhe é abominável. Assim, em todos os preceitos é necessário ver do que cada um deles trata; depois, é preciso buscar a sua finalidade, até encontrarmos o que é que Deus quer testificar sobre se Lhe é agradável ou desagradável. Depois, sobre o que o preceito diz, precisamos formular um argumento baseado na inversão, desta maneira: Se tal coisa agrada a Deus, o contrário Lhe desagrada; se Lhe desagrada, o contrário Lhe agrada; se Ele ordena isto, proíbe o contrário; se proíbe aquilo, ordena o contrário.

^a temperandum, ne sit nobis instar Lesbiæ regulæ, qua freti, scripturam licentiose contorquentes, quodlibet e quolibet faciamus.

^b attextam ex glosis. Calvino indica neste ponto os seus princípios de exegese, para ser, como diz noutro lugar, um “fiel expositor”.

10. Esclarecendo o argumento baseado na inversão dos termos

O que ainda está obscuro, por ter sido tratado brevemente, será mais facilmente esclarecido pela experiência, quando explicarmos os preceitos. Portanto, é suficiente haver tocado no assunto, lembrando, porém, que precisamos confirmar e fortalecer o último ponto acima referido, que, de outro modo, não seria entendido ou pareceria nada razoável. O que dissemos, a saber, que onde o bem é ordenado, o mal, que lhe é contrário, é proibido, não requer comprovação, porque não há quem não o conceda como fato.

Paralelamente, o juízo comum concordará de boa vontade que, quando se proíbe o mal, ordena-se o bem, que lhe é contrário. Pois é algo vulgar que, quando se condenam os vícios, recomendam-se as virtudes. Mas exigimos algo mais, que em geral os homens não entendem, o que mostram quando confessam que pela virtude contrária ao vício eles só entendem a virtude como a abstenção do vício. Mas nós vamos além, a saber, explicando que praticar a virtude é fazer o contrário do mal. Citar exemplos ajuda a entender melhor o ponto, como no caso do mandamento: “Não matarás”. O senso comum dos homens só o entende no sentido de que é necessário que o homem se abstenha de todo ultraje e de todo desejo de matar ou de causar dano ao seu semelhante. Mas eu digo que é preciso entender mais que isso, a saber, que devemos ajudar a manter a vida do nosso próximo por todos os meios que nos forem possíveis. E para que não pareça que falo sem razão, quero provar o que digo. O Senhor nos proíbe ferir ou ofender o nosso próximo porque deseja que a vida dele nos seja querida e preciosa. Por isso Ele exige semelhantemente de nós que pratiquemos a caridade de muitas maneiras, pelas quais se possa manter a sua vida.

Assim, podemos perceber como a finalidade de um preceito nos ensina o que nos é ordenado ou proibido fazer. Se alguém pedir a razão que explique por que o Senhor só em parte explicitou o Seu querer, não o expressando claramente, em resposta pode-se alegar muitas razões, mas há uma que, acima de todas as outras, é satisfatória para mim. É a seguinte: Visto que a carne sempre se esforça para colorir ou disfarçar com inúteis coberturas a torpeza do seu pecado, para dar provas incontestáveis, Deus quis apresentar como exemplo o aspecto mais vil e mais desordenado de cada gênero de pecado, para que dele se ouça até com horror, para nos fazer detestar o pecado com mais ardor. Muitas vezes isso nos leva a errar na avaliação dos males morais, entendendo o errado pelo certo, se eles estão um pouco encobertos. Por isso o Senhor nos livra desse engano, acostumando-nos a reduzir cada falta a um gênero, para podermos saber melhor em que classe de abominação deve estar. Por exemplo: Não nos parece um mal tão execrável quando se lhe dá os nomes de ódio ou de ira. Mas quando o Senhor os condena sob o título de homicídio, vemos melhor a abominação que neles há, visto que Deus lhes dá o nome de um crime verdadeiramente pavoroso. Dessa

forma, sendo advertidos pelo juízo de Deus, aprendemos a avaliar melhor a gravidade das faltas, as quais antes nos pareciam leves.

11. Por que as duas tábuas da Lei?

Em terceiro lugar, devemos considerar o porquê da divisão da Lei em duas tábuas, o que não é mencionado com frequência na Escritura sem algum propósito, como todo homem de bom espírito pode concluir. Ora, a razão disso é tão fácil de entender que não é preciso levantar nenhuma dúvida. Porque o Senhor, querendo ensinar toda a justiça em Sua Lei, dividiu-a atribuindo à primeira tábua os ofícios ou deveres pelos quais nós somos responsabilizados a honrar a Sua majestade; a segunda trata dos nossos deveres para com o nosso próximo, segundo a caridade.^a

Certamente o primeiro fundamento da justiça é a honra de Deus.^b Quando esta é destruída, todas as outras partes se dissipam, como as partes componentes de um edifício arruinado. Porquanto, que justiça haverá se não prejudicarmos o nosso próximo com roubos e com exploração predadora, se, entretanto, mediante sacrilégio, arrebatamos da majestade de Deus a Sua glória? Igualmente, que virtude haverá em não macularmos o nosso corpo com práticas dissolutas, se macularmos o nome de Deus com blasfêmias. E de que nos valerá deixar de matar homens, se nos esforçamos para apagar a lembrança de Deus? Seria tão inútil pretendemos justiça sem religião, como alguém que quisesse fazer uma bela demonstração de um corpo sem cabeça. Vale acrescentar que, verdadeiramente, a religião não somente é a cabeça da justiça e da virtude, mas também é pouco menos que a alma, que lhe dá vigor. Porque, sem o temor de Deus, jamais os homens manterão equidade e afeto fraternal entre si.

12. Religião e ética; culto e justiça

Dizemos, pois, que o culto^c a Deus é o princípio e o fundamento da justiça, visto que, se for eliminado, tudo o que os homens possam pensar e planejar para viverem com retidão, continência e moderação será vão e frívolo perante Deus.

Paralelamente, dizemos que nele está a fonte e o espírito da justiça. Sim, porque, os homens, temendo o juízo de Deus sobre o bem e o mal, com isso aprendem a viver com pureza e retidão. Por isso, na primeira tábua o Senhor nos instrui sobre a piedade e a religião, para que honremos a Sua majestade. Na segunda, tendo em vista o temor que Lhe devemos, Ele nos mostra como é necessário que exerçamos governo em comum acordo.^d

^a A *Instrução* de 1537 tem este preâmbulo: “Na primeira tábua, o serviço de Sua majestade [divina], que Lhe é agradável; na outra, quais os ofícios ou funções da caridade, devidos ao próximo”.

^b cultus.

^c cultus.

^d in hominum societate.

[1536] Por essa razão, o nosso Senhor Jesus, como dizem os evangelistas, reduz sumariamente a Lei a dois artigos, a saber: “que nos amemos a Deus de todo o nosso coração, de toda a nossa alma, de todas as nossas forças e de todo o nosso entendimento; e que amemos o nosso próximo como a nós mesmos”.⁴⁶¹
[1539] Vemos como, nessas duas partes, que abrangem toda a Lei, uma é dirigida a Deus, e a outra aos homens.

[1536] Todavia, apesar de a Lei estar inteiramente contida em dois pontos, certo é que o nosso Senhor, para eliminar toda questão de escusa, quis declará-la de maneira mais ampla e mais fácil em dez preceitos ou mandamentos, tanto no que diz respeito ao temor, ao amor e à honra de Sua divindade, como no que se refere à caridade^a, que Ele nos manda ter pelo nosso próximo^b por amor a Ele.

[1539]^c Portanto, não é um estudo inútil pesquisar e ver qual é essa divisão dos mandamentos, com a condição de que nos lembremos de que não é uma coisa sobre a qual cada um pode ter seu livre julgamento. Pelo que, é preciso que não nos levantemos contra aqueles que não concordarem com a nossa conclusão. Digo isso para que ninguém se espante com a distinção que vou seguir, como se fosse uma novidade forjada.

13. A divisão do Decálogo e a supressão do segundo mandamento

Quanto ao número dos mandamentos^d, não há dúvida, visto que o Senhor eliminou toda controvérsia mediante a Sua Palavra; a discussão é somente sobre a maneira de dividi-los. Os que os dividem deixando três mandamentos na primeira tábua e sete na segunda, cortam o que proíbe imagens ou o incluem no primeiro, sendo que o Senhor o colocou como um mandamento especial. Além disso, eles dividem inconsideradamente entre as duas tábuas o décimo mandamento, que nos proíbe cobiçar os bens do nosso próximo. Há outra razão para refutá-los: A divisão feita por eles era desconhecida da Igreja Primitiva, como veremos pouco adiante.

Outros colocam, como nós, quatro artigos na primeira tábua, mas pensam que o primeiro é uma simples promessa, sem mandamento. Ora, de minha parte, visto que tomo as dez palavras das quais Moisés faz menção como dez mandamentos (a menos que seja convencido do contrário por razão evidente), porque me parece que podemos classificá-los bem, deixando que os outros pensem como quiserem, seguirei a divisão que me parece a mais provável. É que a sentença da

⁴⁶¹ Mt 22.37; Lc 10.27.

^a 1536: amorem; 1539: charitatem.

^b 1536: homines; 1539: proximos.

^c O desenvolvimento substitui aquelas linhas de 1536, onde, sem discussão, Calvino anunciava a divisão de quatro e seis mandamentos entre as duas tábuas. Após certas críticas, provavelmente decididas em Estrasburgo, ele justifica essa divisão, mas como coisa sem importância.

^d O parágrafo que começa aqui traduz algumas frases que, em 1536, concluíam a explicação do quarto mandamento.

qual eles fazem o primeiro mandamento vem como um prefácio de toda a Lei; seguem-se logo após os dez mandamentos: [1536] quatro na primeira tábua e seis na segunda, conforme a ordem que registraremos.^a Essa divisão facilmente se encontra em Orígenes, como sendo geralmente aceita em seu tempo;⁴⁶² Agostinho também a aprova, em seu terceiro livro *ad Bonifacium*.⁴⁶³ É bem verdade que noutro lugar a primeira divisão lhe parece melhor.⁴⁶⁴ Mas por um motivo leviano, a saber, que, colocando somente três mandamentos na primeira tábua, isso representaria a Trindade; acresce que nessa mesma passagem ele não esconde que a nossa divisão lhe agrada mais quanto ao restante. Temos também outro antigo “pai” que concorda com a nossa opinião; refiro-me àquele que escreveu comentários incompletos sobre Mateus.⁴⁶⁵ [1539] Josefo atribui cinco mandamentos a cada tábua; essa divisão era comum em seu tempo, como se pode conjecturar.⁴⁶⁶ Mas, além da razão que a contradiz, tendo em vista que deixa confusa a diferença que existe entre a honra devida a Deus e a caridade para com o próximo, a autoridade de Jesus Cristo milita na posição contrária, pois coloca o preceito que manda honrar pai e mãe no catálogo da segunda tábua. Ouçamos agora o Senhor falar.

14. O PRIMEIRO MANDAMENTO

**[1536] EU SOU O SENHOR, TEU DEUS, QUE TE TIREI
DA TERRA DO EGITO, DA CASA DA SERVIDÃO.
NÃO TERÁS OUTROS DEUSES DIANTE DE MIM.^b**

[1539] Pouco importa^c se tomamos a primeira sentença como parte do primeiro preceito ou se o colocamos separadamente,⁴⁶⁷ desde que o entendamos como um prefácio de toda a Lei.^d

Primeiramente, quando se fazem leis, é preciso que elas não sejam anuladas por menosprezo ou por difamação. Por essa causa o Senhor logo no começo põe remédio a esse perigo, predispondo para que a Sua majestade não seja desprezada. E isso Ele faz com fundamento em três razões. A primeira é que Ele se arroga o direito e o poder de impor ordens^e, e com isso Ele nos força à necessidade de

^a Essa divisão tornou-se tradicional nas igrejas reformadas. É a que parece conformar-se melhor ao texto do Decálogo.

⁴⁶² *In Exod.* homiliae VIII, 3.

⁴⁶³ *Lib. 3 ad Bonif.*

⁴⁶⁴ *L. 2. quaestio. Vet. Test.* (Ambrosiaster), VII. (Migne XXXV, 2221).

⁴⁶⁵ Cf. Agostinho, *Epistl.* LV, c. II. (Migne XXXIII, 213).

⁴⁶⁶ *Opera Chrysostomi*, Mat. 19. (Edition de Paris, t. VI).

^b 1536 citava Êxodo 20 e Deuteronômio 5; 1539 não contém nenhuma citação; 1541 cita Mateus 15, onde só se encontra o quinto mandamento.

^c in medio est.

⁴⁶⁷ *Mt 15.*

^d É esse pensamento que é expresso no início das poucas linhas dedicadas em 1536 à primeira frase do Decálogo.

^e Instrução de 1537: Deus se declara Aquele que tem direito de ordenar.

obedecer. Depois Ele nos promete Sua graça, para suavemente nos levar a seguir a Sua vontade. Finalmente, Ele fez registrar o bem que nos fez, para repreender a nossa ingratidão, se desprezarmos as Suas ordens. Sob o nome de Eterno^a [o SENHOR], entende-se o Seu império e o senhorio legítimo que ele exerce sobre nós. Porque, se “todas as coisas provêm dele e nele consistem”, é lógico, é razoável^b que elas sejam atribuídas a Ele, como diz o apóstolo Paulo.⁴⁶⁸ Com essas palavras nos é demonstrado que precisamos submeter-nos ao jugo do Senhor, visto que seria verdadeira loucura retirar-nos de sob o Seu governo, fora do qual não podemos subsistir.

15. Império ameno: o Soberano Deus se declara *nosso* Deus!

Depois de nos haver ensinado o direito que Ele tem de nos dar ordens, e que toda obediência Lhe é devida, para não parecer que só nos quer constranger pela necessidade, ou seja, por Sua imposição inevitável, Ele nos abranda também com recurso ameno, declarando-se nosso Deus. Porque nessa locução há uma reciprocidade, expressa nesta promessa, na qual Ele diz: “Serei o vosso Deus, e vós sereis o meu povo” [Lv 26.12]. Essa a razão pela qual Jesus admite que Abraão, Isaque e Jacó obtiveram a salvação e a vida eterna, visto que Deus lhes havia prometido que seria o Deus deles. Portanto, essa palavra é como se Ele dissesse: “Eu vos escolhi para serdes o meu povo, não somente para fazer-lhes bem na vida presente, mas também para vos conduzir à eterna beatitude do meu reino”.

Ora, a esse fim tende esta graça, o que é dito em muitas passagens. Porque, quando o nosso Senhor nos chama e nos inclui na companhia de Seu povo, Ele nos escolhe, como diz Moisés, “para nos santificar” [para sermos “povo santo ao Senhor”] para a Sua glória, e para que “guardemos os seus mandamentos”.⁴⁶⁹ De onde provém esta exortação que o Senhor faz a Seu povo: “Santos sereis, porque eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo”.⁴⁷⁰ Pois bem, dessas duas referências se deduz esta observação que Deus faz por meio do seu profeta: “O filho honra ao pai, e o servo, ao seu senhor”.⁴⁷¹ Se sou vosso Senhor, onde está o temor? Se sou vosso Pai, onde está o amor?

Por conseguinte, Ele relaciona o bem que tem feito a Seus servos, o que deveria convencê-los de que a ingratidão é um crime mais detestável que os ou-

^a Jehovah (Jeová).

^b Há um elemento racional em nossa aceitação da lei moral. Mas a razão que nos leva a reconhecê-la como legítima baseia-se numa intuição da fé: Deus é o nosso Criador; tudo o que somos Lhe pertence; *então*, nós nos devemos inteiramente a Ele.

Calvino não reconhece moral independente, e a idéia de Kant, de basear a fé em Deus na lei moral, é historicamente antiprotestante.

⁴⁶⁸ Rm 11.36, tradução direta. Texto simplificado pelo Autor.

⁴⁶⁹ Dt 7.6; 14.2 e 26.17.

⁴⁷⁰ Lv 19.2.

⁴⁷¹ Mt 1.6.

tros. Pois Deus lança em rosto ao povo de Israel os benefícios que lhe tem feito, benefícios tão grandes e admiráveis que com toda a razão deveriam ser lembrados eternamente. Quanto mais quando vemos que a menção se refere ao tempo em que a Lei foi publicada. Porque o Senhor quer dizer que por esta causa os tinha libertado – para que O reconhecessem como o Autor da sua liberdade e Lhe rendessem honra e obediência.

Mas, para que não nos pareça que isso nada tem que ver conosco, Ele nos leva a considerar a escravidão do Egito, onde esteve o povo de Israel, como uma figura do cativo espiritual no qual todos nós estamos detidos até que o Senhor, libertando-nos com Sua mão forte, nos transfira para o reino da liberdade. Foi, pois, assim que, antigamente, querendo formar a Sua igreja com base em Israel, Deus libertou esse povo do cruel domínio do faraó, pelo qual era oprimido, e de igual maneira hoje Ele tira todos os Seus da infeliz servidão do Diabo, a qual é representada figuradamente pelo cativo corporal de Israel.^a Portanto, não há criatura cujo coração não deva estar ansioso por ouvir esta Lei, sendo que ela procede do soberano Senhor, no qual todas as coisas têm sua origem, razão pela qual o fim delas a Ele é dirigido. Acresce que não há ninguém que não deva sentir-se singularmente incitado a receber^b o Legislador, pela obediência a cujos mandamentos se conhece o eleito, e por cuja graça Ele concede não somente todas as bênçãos temporais, mas também a glória da vida imortal. Finalmente, devemos comover-nos, deixando-nos levar a obedecer ao nosso Deus quando vemos que por Sua misericórdia e por Seu poder fomos libertados do abismo do inferno.

Firmada e estabelecida a autoridade da Lei, Deus nos dá o primeiro mandamento, no sentido de que

16. NÃO TENHAMOS OUTROS^{472 c} DEUSES DIANTE DELE

Finalidade do primeiro mandamento: Mostrar que é vontade de Deus que somente Ele tenha preeminência, e que Ele seja exaltado entre o Seu povo. Para que isso aconteça, Ele quer que sejam afastadas de nós toda impiedade e toda superstição, pelas quais a glória da Sua divindade é diminuída ou obscurecida. E, pela mesma razão, Ele quer ser honrado por nós por uma verdadeira e santa amizade, o que amizade, o que está mais ou menos implícito na simplicidade das palavras. Pois não podemos ter essa pia e verdadeira amizade com Deus sem Lhe atribuirmos as coisas que Lhe são próprias. Portanto, ao proibir que tenhamos outros deuses, Ele quer nos dizer que não transfiramos para outros o que Lhe pertence.

^a Cf. 1536: *electi sui veri sunt Israelitæ...*; *diabolus spiritualis est Pharaó*.

^b *amplexandum*.

⁴⁷² Assim ARA, e a tradução francesa de Louis Segond (1954). No texto de Calvino consta “estranhos”. Vide nota c do original francês. NT.

^c *Instrução* de 1537: *étrangers*.

17. Sumário dos nossos numerosos deveres para com Deus

Ora, por mais numerosas que sejam as coisas que devemos a Deus, podem ser reduzidas satisfatoriamente a quatro pontos, a saber: Adoração, confiança, invocação e ação de graças. Chamo de adoração a reverência^a que Lhe presta a criatura, submetendo-se à Sua grandeza. Confiança, a segurança que de coração temos nele, pelo bom conhecimento que temos sobre Ele, quando, atribuindo a Ele toda a sabedoria, justiça, bondade, poder e verdade, consideramos que a nossa felicidade está em nos comunicarmos com Ele. Invocação é o recurso com que a nossa alma conta, como sua esperança única, quando está sob a pressão de alguma necessidade. A ação de graças é o reconhecimento por meio do qual Lhe é prestado louvor por todas as bênçãos dele recebidas.

Assim como Deus não pode tolerar que se transfira dele nada dessas coisas, assim também Ele quer que tudo Lhe seja entregue inteiramente. Porque não basta que nos abstenhamos de todo e qualquer outro deus; é preciso que descansemos confiantemente nele. Não fazendo como alguns maus elementos que pensam que a maneira de Lhe prestar a maior honra consiste em zombar de todas as religiões. Ao contrário, se quisermos observar bem este mandamento, é necessário que preceda em nós a religião verdadeira, pela qual a nossa alma seja dirigida a Deus, e, tendo-o conhecido, seja induzida a honrar a Sua majestade, a pôr nele a sua confiança, a buscar o Seu auxílio, a reconhecer todas as Suas bênçãos e a engrandecer todas as Suas obras, como também, finalmente, a entender que Ele é a sua meta única. Depois, que nos acautelemos contra toda superstição,^b para que a nossa alma não seja levada para lá e para cá, a diversos deuses.

18. A impiedade oculta, disfarçada

Pois bem, devemos notar diligentemente a natureza da impiedade disfarçada e ver como somos enganados por suas coberturas. Porque a falsa piedade não nos leva a descartar-nos dos outros deuses, com tal que não pareça que abandonamos totalmente ao Deus vivo. Mas, recusando-lhe a honra soberana, por essa nossa impiedade acrescentamos a Ele uma multidão de pequenos deuses, entre os quais Ele estaria repartindo o Seu poder. Dessa forma, a glória da Sua divindade espalha-se por todos os lados, e acaba totalmente dissipada.

19. Idólatras antigos – e atuais

Foi dessa maneira que os antigos idólatras, tanto judeus como gentios, imaginaram um Deus soberano, Senhor e Pai de todos, ao qual subordinaram numerosos outros deuses, aos quais atribuíam o governo do mundo compartilhado com Ele.

^a cultum et venerationem.

^b O texto traz, por erro, *suspition*.

É o que se faz hoje com os “santos” finados, porque os exaltam ao ponto de fazê-los companheiros de Deus, honrando-os como a Ele, invocando-os e dando graça a eles por todas as bênçãos.

Não nos parece justo que a glória de Deus seja obscurecida em coisa alguma por essa abominação, e, muito menos, que seja na maior parte suprimida e apagada, o que aconteceria se simplesmente imaginássemos que Deus tem poder soberano acima dos outros. Portanto, se quisermos ter somente um Deus, lembremo-nos de que a Sua glória em nada deve ser diminuída, mas, sim, que todas as coisas que Lhe são próprias sejam mantidas como Suas.

Segue-se, pois, do texto, que não devemos ter outros deuses diante de Deus. Com isso Ele nos admoesta no sentido de que não retrocedamos à impiedade, para que Ele próprio não seja testemunha e espectador do nosso sacrilégio. Porque a impiedade é por demais audaciosa, pensando que pode enganar a Deus com os seus símbolos secretos. Mas, ao contrário, o Senhor declara que tudo o que maquinamos e imaginamos Lhe é notório. Portanto, se queremos que a nossa religião seja aprovada por Deus, que a nossa consciência seja pura, esteja livre de más cogitações, e que não dê acolhida a nenhum pensamento que nos leve a cair na superstição e na idolatria. Porque o Senhor não exige apenas que a Sua glória seja mantida por confissão externa, mas diante dos Seus olhos, para os quais não há nada que não seja visível e manifesto.^a

20. O SEGUNDO MANDAMENTO

**[1536] NÃO FARÁS PARA TI IMAGEM DE ESCULTURA, NEM SEMELHANÇA
ALGUMA DO QUE HÁ EM CIMA^b NOS CÉUS, NEM EMBAIXO NA TERRA,
NEM NAS ÁGUAS DEBAIXO DA TERRA.
NÃO AS ADORARÁS,^c NEM LHES DARÁS CULTO.**

[1539] Assim como Deus declarou no mandamento anterior que Ele é o único Deus e que não se deve imaginar nenhum outro, assim agora demonstra mais claramente como se deve prestar honra a Ele, para não inventarmos nenhuma noção carnal a Seu respeito. A finalidade do preceito é: Deus não quer que a justa honra que Lhe devemos seja profanada por crenças e práticas supersticiosas.^d Portanto, em suma, Ele quer que repudiemos e abandonemos todos os procedimentos carnaís que a nossa mente invente e pela qual, em sua rudeza, tenha sido formulada uma concepção de Deus. E, conseqüentemente, Ele nos limita ao justo serviço que Lhe é devido, a saber, o serviço espiritual, e tal como Ele o instituiu. Pois bem, Deus assinala o mal mais notável neste contexto: a idolatria externa.

^a Conclusão de 1536: Non enim verba modo nostra externa que opera coram ipso sunt, verum penitissimi cordis recessus melius atque certius ipsi patent, quam nobis ipsis.

^b Instrução de 1537: là sus [com o mesmo sentido: em cima].

^c *Ib.*: tu ne leur feras inclination.

^d ritibus.

21. Duas partes do segundo mandamento

Todavia, o mandamento divide-se em duas partes. A primeira reprime a nossa temeridade, para que [1536] não tenhamos a presunção de sujeitar Deus, que é incompreensível,^a aos nossos sentidos, ou de representá-lo por meio de alguma imagem. [1539] A segunda parte proíbe adorar imagens, imitando religião. A razão da primeira parte nota-se em Moisés, quando ele diz: “Não te esqueças do dia em que estiveste perante o Senhor, teu Deus, em Horebe... A voz das palavras ouvistes; porém, além da voz, não viste aparência nenhuma... Guardai, pois, cuidadosamente a vossa alma... para que não vos corrompais e vos façais alguma imagem...”,⁴⁷³ etc. Isaías também usa muitas vezes este argumento: É desonrar a majestade de Deus querer representá-lo por meio de matéria corporal, ou imagem visível, ou insensível, sendo que Ele é espiritual, invisível, e dá movimento a todas as criaturas. Paralelamente, é também desonrá-lo equiparar a Sua essência infinita a um pedaço de madeira, de pedra ou de prata.⁴⁷⁴ O apóstolo Paulo alega essa mesma razão em sua prédica aos atenienses:⁴⁷⁵ “Sendo, pois, geração de Deus, não devemos pensar que a divindade é semelhante ao ouro, à prata ou à pedra, trabalhados pela arte e imaginação do homem”.^b Daí se vê que todas as estátuas feitas para representar Deus O desagradam totalmente, como formas de causar opróbrio à Sua majestade – verdadeira afronta infamante!

É bem verdade que algumas vezes Deus manifestou a Sua presença mediante certos sinais, e até, evidentemente, se diz que Ele foi visto face a face. Mas, paralelamente, todos esses tipos de sinais demonstram que a Sua essência é incompreensível, porque quase sempre as Suas aparições ocorreram com nuvens, chamas e fumaça. O que significa que o olhar humano é incapaz de contemplá-lo claramente. E por isso Moisés, com quem Deus se comunicou mais familiarmente do que com todos os demais, nunca pôde obter a bênção de ver Seu rosto. Ao contrário, foi-lhe respondido que o homem não pode suportar tão grande claridade.⁴⁷⁶ Mesmo o propiciatório (de onde o Senhor manifestava o poder de Sua presença) era composto de tal maneira que indicava que a melhor visão que poderíamos ter de Sua divindade seria de causar-nos maravilhado espanto, como algo que transcende os nossos sentidos. Porque os querubins lá estavam para cobri-lo com suas asas,⁴⁷⁷ e havia um véu para ocultá-lo, e o lugar era de tal modo afastado e obscuro que só por isso já era muito secreto.

^a 1536 acrescenta: *incorporeus, invisibilis*.

⁴⁷³ *Dt 4.10,12,15,16*.

⁴⁷⁴ *Is 40.18; 41.29; 45.6 e 46.7*.

⁴⁷⁵ *At 17.29*.

^b Essa tradução difere da do Novo Testamento de 1535.

⁴⁷⁶ *Êx 33.20*.

⁴⁷⁷ *Êx 25.20*.

22. Frouxa defesa da idolatria

Portanto, vê-se que aqueles que, para defender as imagens de Deus e dos santos, citam os querubins que Deus mandou fazer, não estão demonstrando bom siso. Sim, pois, que outra coisa significavam aquelas imagens, senão que não existe imagem própria para representar figuradamente os mistérios de Deus? Ademais, é necessário notar que toda e qualquer semelhança é tão proibida como as imagens de escultura, com o que se refuta a tola^a distinção feita pelos gregos.^b Porque estes acham que estarão absolvidos se não esculpirem ou talharem estátuas a martelo; entretanto, eles têm mais superstição que nenhum outro povo, com as suas imagens pintadas. Contrariamente a essa tola defesa, o Senhor não somente proíbe toda figura esculpida, mas também não permite que se faça qualquer imagem dele, porque, ao fazê-la, é feito um arremedo dele, o que é uma infamante afronta à Sua majestade.

Além disso, as formas expressas nesta passagem são as que os pagãos costumavam usar para representar Deus. Pelas coisas que são do céu, entendendo o Sol, a Lua e as estrelas, e, possivelmente, as aves, como em Deuteronômio quatro, expondo a intenção divina, são mencionados tanto os pássaros como os astros.⁴⁷⁸ O que eu não teria anotado, se não houvesse alguns que aplicam isso aos anjos,^c e então deixo de mencionar as outras partes por serem bastante conhecidas.

Passamos à segunda parte do preceito, que consta da adoração. Esta é mal feita com todas as imagens de Deus. Com outras imagens, como dos santos e santas, é duplamente execrável. Pois, vejamos aqui os graus de idolatria: Primeiro, a mente do homem, visto que se infla de orgulho e de temeridade, atreve-se a imaginar Deus conforme a sua apreensão; e como, em vez de estar dominada por Deus está cheia de rudeza e de ignorância, só consegue conceber vaidade e fantasia. Segue-se logo uma outra audácia: O homem tenta representar Deus externamente como o concebe em seu íntimo; portanto, a mente imagina o ídolo, e a mão o produz. Pois aí está a origem da idolatria. Que os homens não podem acreditar que Deus está perto, a não ser por uma presença carnal, vê-se pelo exemplo do povo de Israel, o qual disse a Arão: “Levanta-te, faze-nos deuses que vão adiante de nós; pois, quanto a este Moisés, o homem que nos tirou do Egito, não sabemos o que lhe terá acontecido”.⁴⁷⁹ Certamente eles tinham conhecimento de quem era Deus, cujo poder tinham provado em muitos milagres. Mas não O julgavam próximo, a não ser que vissem com os seus próprios olhos alguma aparência corporal, que lhes servisse de testemunho de que Deus ia adiante deles. Por isso, por meio de alguma imagem eles queriam saber que Deus os conduzia em seu caminho.

^a inepta cautio.

^b Alusão aos ícones das igrejas ortodoxas.

⁴⁷⁸ Dt 4.17,19.

^c A objetividade científica de Calvino merece destaque. Sua consciência exegética o obriga a excluir os anjos da enumeração dos seres, a reprodução de cujas figuras é expressamente proibida para representarem Deus. Ele faz isso sem se preocupar com a vantagem que os seus adversários poderiam tirar.

⁴⁷⁹ Êx 32.1.

23. A experiência diária nos ensina sobre a tendência geral para a idolatria

Também vemos isso todos os dias, por experiência. Sim, pois a carne não descansa enquanto não encontra alguma obra de ficção^a semelhante à sua natureza na qual se regozija como se fosse a imagem de Deus. Porque em quase todos os tempos, desde que o mundo existe, os homens, seguindo essa cupidez, fabricam imagens para terem certeza de que Deus está perto deles quando têm diante dos seus olhos algum sinal da Sua presença. Pois bem, julgando ver Deus em tais imagens, eles as adoram.^b Finalmente, com o olhar e com o pensamento totalmente fixos, eles se brutalizam mais ainda, pois, como se houvesse alguma divindade dentro do pau ou da pedra, são levados a prestar-lhe reverência e admiração. O que agora fica evidente é que, toda vez que o homem se põe a adorar imagens, essa adoração está sempre ligada à concepção de alguma fantasia carnal^c e perversa; não que as considere superiores a Deus, mas porque imagina que elas contêm algum poder ou virtude de divindade. Portanto, querendo alguém representar Deus figuradamente mediante algum simulacro ou alguma criatura, assim que se inclina^d diante dessa figura para honrá-la, já está embebedado^e de alguma superstição. Por essa causa o Senhor não somente proibiu fabricar estátuas para O representarem, mas também proibiu consagrar títulos ou pedras para receberem reverência.

[1536] Portanto, aqueles que buscam vãos disfarces para escusar a idolatria execrável, pelos quais a religião foi perdida e deveras destruída desde longos anos, abrem as orelhas e a mente e alegam: “Não tomamos as imagens por Deus”; e também os judeus não estavam tão fora de si ao ponto de não se lembrarem de que havia um Deus que os tinha libertado da servidão do Egito,⁴⁸⁰ antes de fabricarem os bezerros.

[1539] E de fato, quando Arão os concitou, depois de haver fabricado os bezerros, a que viessem adorar os deuses que os tinham libertado da terra do Egito, eles concordaram de boa vontade com o que ele disse. Com isso quiseram dizer que desejavam estar ligados ao Deus vivo, que os havia libertado, mas com a condição de poderem ter uma recordação disso no bezerro.

[1536] Paralelamente, não é preciso pensar que os pagãos eram tão rudes que não entendiam que havia um outro Deus, não de pau ou de pedra. Por isso mudavam os seus simulacros, os seus ídolos, quando bem lhes parecia, mantendo sempre os mesmos deuses em seu coração. E mais: faziam muitos simulacros para um mesmo deus; e com isso não achavam que esses simulacros fossem diversos deuses. Finalmente, todos os dias eles consagravam novas estátuas, e não as consideravam novos deuses.

^a figmentum.

^b coluerunt.

^c crassiore.

^d prosterneris.

^e fascinatus.

⁴⁸⁰ Lv 26.45.

24. São idólatras, ou não?

Que dizer então? Certamente todos os idólatras, tanto judeus como pagãos, [1539] tinham a fantasia de que falamos, pois, não satisfeitos com um conhecimento espiritual de Deus, achavam que teriam melhor conhecimento fazendo os simulacros, os ídolos. Ora, depois que essa falsa e perversa lembrança de Deus é introduzida, não tem fim. O mal continua, até que, concebendo erro e mais erro, acabam pensando que Deus manifesta o Seu poder nessas imagens e por elas. Não obstante, os judeus pensavam estar honrando o Deus eterno, o Criador do céu e da terra, quando adoravam imagens; e os pagãos julgavam estar adorando os seus deuses, que, em sua imaginação, habitavam no céu.

[1536] Os que negarem que coisas semelhantes a essas, que eram fatos no passado, continuam sendo fatos na religião dos seguidores do papa, mentirão com grande falsidade. Sim, pois, porque se ajoelham eles diante das imagens? Por que se põem diante delas para orar – como se, fazendo isso, se aproximassem dos ouvidos de Deus?

[1539] Por que há tão grande diferença entre as imagens do mesmo Deus, que uma é totalmente desprezada ou recebe honra superficial, ao passo que outra é considerada principal em estima e honra? Por que se dão a tanto trabalho para as peregrinações para visitar ídolos dos quais têm exemplares semelhantes em suas casas?

[1536] Por que hoje brigam^a tanto [por objetos de idolatria], como se estivessem lutando em prol de mulheres^b e filhos, e por sua própria vida? Tanto que mais facilmente tolerariam que eliminassem Deus, do que suas imagens!

25. Se Calvino fosse citar tudo...!

E, todavia, não cito as grosseiras superstições populares, as quais são quase infinitas e estão arraigadas no coração da maior parte do mundo. Mostro apenas, de passagem, o que eles dizem quando querem defender-se e declarar-se inocentes da idolatria. “Mas nós não chamamos às nossas imagens nosso Deus”, dizem eles. Como também não o faziam antigamente, nem os judeus, nem os pagãos.^c

Entretanto, os profetas os reprovam sem cessar, o mesmo fazendo a Escritura toda, afirmando que eles se prostituíam com madeira e pedra. Não sendo diferentes os que hoje fazem isso e se gabam de serem cristãos, sendo que eles adoram carnalmente a Deus, fazendo uso de uma representação de pedra e de madeira.⁴⁸¹

Seu último refúgio consiste em dizerem que esses costumes são de ignorantes. Ainda que lhes concedêssemos isso (se bem que é pura mentira, visto que é

^a Calvino, ainda adolescente, tinha ouvido falar das lutas do capítulo [assembléia de cônegos] de Noyon e do abade de Saint-Eloi pela posse das relíquias de Saint-Eloi; mais tarde escreverá o Tratado sobre as Relíquias (*Traité des reliques*).

^b *tanquam pro aris et focis ad Cædes usque et strages digladiantur.*

^c 1536 acrescenta: *sed signa duntaxat, et deorum simulcra.*

⁴⁸¹ 1541. Que se lê principalmente em Hier. 2 e Ezeck. 6 d. [Jr e Ez]. (1536 acrescenta: Deutér. 32. Es 80. Hab. 2).

entre os súditos do papa que há aqueles que as adoram), não vejo, porém, que fruto os ignorantes podem receber das imagens que não representam Deus, senão que isso os torna antropomorfistas, isto é, que eles imaginam um deus corporal.^a

[1539] O que se lê no que escreveram Lactâncio e Eusébio; disso não se deve concluir, porém, que todos os que podem ser representados por simulacros ou ídolos eram homens mortais. Disso não está longe Agostinho, que declara que é coisa perversa não só honrar as imagens, mas também erigir seja o que for como Deus.

[1536] Quanto aos que fazem representações figuradas dos santos, de que lhes podem servir, senão de exemplos de pompa e de ignomínia?^b E quem deseja seguir esses exemplos merece chicote. Dá vergonha dizer, mas a verdade^c é que as prostitutas se enfeitam mais casta e modestamente que as imagens das virgens nos templos. O ornamento dos mártires não revela mais sensatez.^d Bom seria que houvesse um pouco de honrosa probidade em suas imagens, para que as suas mentiras não fossem tão impudentes, sendo que eles têm a pretensão de serem padrões de santidade!

Mas nós ainda respondemos que não é essa a maneira de ensinar o povo cristão no templo, povo que Deus quis que fosse instruído numa doutrina bem diferente dessa miscelânea. Porque Ele queria que a pregação da Sua Palavra e a comunicação dos Seus sacramentos,^e fossem propostas a todos, como uma doutrina comum^f [1539], não bem apreciada por aqueles que gostam de passear os olhos na contemplação das imagens.

26. Muito melhor a Palavra da Cruz do que as cruzes ornamentais!

[1536] Portanto, de que serviria elevar tanto a cruz de madeira, de pedra, de prata e de ouro, se fosse bem inculcado ao povo que Cristo foi crucificado por nossos pecados para levar sobre Si a maldição na cruz⁴⁸² e apagar as nossas transgressões? Pois essa palavra seria mais proveitosa para os simples do que mil cruzes de madeira ou de pedra. Quanto às de prata e de ouro, reconheço que aos avarentos dão mais gosto que qualquer palavra de Deus. Finalmente lhes pergunto: Quem são esses que os tais chamam de ignorantes, cuja rudeza só pode receber instrução por meio de imagens? O certo é que o nosso Senhor disse que todos os membros de Sua igreja seriam ensinados por Seu Espírito⁴⁸³ e por Sua Palavra^g para

^a Frase explicativa acrescentada em 1536.

^b perditissimi luxus et obscenitatis exemplaria.

^c ^d Frases acrescentadas em 1536. O adolescente Calvino era levado por sua mãe à abadia de Ourscamp, onde as estátuas eram revestidas de ouropéis em certos dias de festa.

^e A *Instrução* de 1537 traz: “Quis o Senhor que, tanto a Sua Palavra como os Seus sacramentos, fossem distribuídos pelo ministério dos homens.”

^f Frase acrescentada em 1536.

⁴⁸² Gl 3.13.

⁴⁸³ Jo 6.45.

^g theodidactos.

serem reconhecidos como discípulos de Deus. Eis aí o singular benefício procedente das imagens!^a Nem saberíamos como recompensá-lo!

Ora, para mostrar mais expressamente quanto é execrável para o Senhor toda idolatria, foi, conseqüentemente, acrescentado ao preceito o seguinte: “porque eu sou o Senhor, teu Deus, Deus zeloso”,^b etc. O que é como se dissesse que Ele é o único [Deus] ao qual devemos apegar-nos.

[1539] E, para nos induzir a isso, Ele nos mostra o Seu poder, que não pode tolerar menosprezo.

[1536] E Ele se chama Zeloso, dizendo com isso que não pode tolerar ninguém que pretenda compartilhar com Ele [o Seu Ser, o Seu poder, a Sua glória].

Em terceiro lugar, Ele declara que vingará a Sua majestade e a Sua glória, se alguém as transferir para as criaturas ou para os ídolos,^c e que não será uma vingança simples, mas se estenderá aos filhos, aos descendentes próximos e distantes, os quais sofrerão as conseqüências da impiedade dos seus predecessores,^d como, por outro lado, promete Sua misericórdia e Sua benignidade a mil gerações daqueles que O amam e guardam a Sua Lei.

[1539] Não é novidade que o Senhor assuma a pessoa de um marido, com relação a nós. Porque a união pela qual Ele nos une a Si, recebendo-nos no seio da igreja, é como um casamento espiritual, o qual exige lealdade mútua. Portanto, assim como o Senhor, em tudo e por tudo, desempenha a função de um marido fiel, assim também, de nossa parte, Ele exige que Lhe mantenhamos o nosso amor e a castidade do casamento. Quer dizer, que a nossa alma não seja abandonada e entregue ao Diabo e às concupiscências da carne, o que é uma espécie de prostituição. Por essa causa, quando Ele repreende os judeus por sua infidelidade, queixa-se de que eles cometeram adultério, rompendo a lei do casamento. Porque como um bom marido, fiel e leal, fica enfurecido quando vê sua mulher deixar-se corromper, assim o Senhor, que verdadeiramente nos desposou, declara que tem extraordinário ciúme de nós toda vez que, menosprezando a castidade do Seu casamento, nos contaminamos com perversas concupiscências, e, principalmente, quando transferimos para outros a Sua glória ou a contaminamos com alguma superstição. Glória que, sobre todas as coisas, deve ser mantida em sua inteireza. Porque, procedendo daquela maneira, não somente rompemos as promessas feitas no casamento, mas também corrompemos a nossa alma pela prostituição.

^a No comentário do segundo mandamento, Calvino vê a proibição absoluta de toda tentativa de representar Deus, mesmo quando sem finalidade religiosa, e a proibição das criaturas *com essa finalidade*. Ele não diz uma palavra contra a pintura e a escultura. Mas, como ele tinha conhecimento de manifestações de excessivo rigorismo contra essas duas formas de arte, reservou os direitos sobre o segundo catecismo e sobre as edições ulteriores das *Institutas*.

^b 1536 citava todo o texto da Vulgata [ali aludido].

^c sculptilia aut res alias.

^d Em lugar dessa frase, 1536 tem: hoc est quocumque tempore.

27. O sentido da visitação de Deus

É necessário verificar o sentido da ameaça de Deus, quando afirma que visitará a iniquidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração. Porque se sabe que à equidade da justiça divina não convém punir inocentes por falta alheia. O próprio Senhor declara que não tolerará que o filho sofra pela iniquidade do pai. E, todavia, com frequência se repete a afirmação de que os pecados [dos pais] serão punidos em seus filhos. Pois Moisés fala muitas vezes nestes termos: “Senhor, Senhor que visita a iniquidade dos pais nos filhos”.⁴⁸⁴ Paralelamente, Jeremias declara: “Senhor Deus, retribuis a iniquidade dos pais nos filhos”.⁴⁸⁵ Alguns, não podendo desfazer-se dessa dificuldade, entendem que a referência é às penas temporais, as quais não é inconveniente que os filhos sofram por seus pais, visto que muitas vezes elas são salutares. O que é verdade. Isaías, por exemplo, declarou ao rei Ezequias que, por causa do pecado por ele cometido, o reino seria tirado dos seus filhos e estes seriam levados a um país estrangeiro.⁴⁸⁶ Paralelamente, as famílias do faraó e de Abimeleque foram afligidas por causa do ultraje feito por seus chefes a Abraão. E há muitos exemplos semelhantes.

Mas isso é um subterfúgio, e não uma explicação verdadeira. Porque o Senhor proclama aqui uma vingança tão grave que não se pode limitar à vida presente. Assim, pois, é necessário entender a sentença que estamos estudando neste sentido: A maldição de Deus não cai somente sobre a cabeça do ímpio, mas se expande sobre toda a sua família. Quando acontece isso, que se pode esperar? Somente que, tendo sido abandonado pelo Espírito de Deus, o pai vive na prática do mal; o filho, também abandonado por Deus por causa do pecado do pai, segue o mesmo curso de perdição; e a posteridade próxima, como também os demais sucessores, continuando a execrável linhagem de maus, caem presas da mesma desgraça.

28. Argumentos finais sobre a justiça de Deus quando visita os pais nos filhos

Primeiramente vejamos se tais vinganças repugnam à justiça de Deus. Ora, uma vez que toda a natureza dos homens é condenável, sem dúvida a ruína está preparada para todos aqueles aos quais o Senhor não comunica a Sua graça; e, todavia, eles perecem por sua própria iniquidade, e não por ódio iníquo de Deus. E não podem queixar-se de que Deus não os socorra com Sua graça para salvá-los, como faz com outros. Pois, quando essa punição sobrevém aos maus por seus pecados, e suas famílias são privadas da graça de Deus por longos anos, quem poderá vituperar a Deus por isso?

⁴⁸⁴ Êx 34.6,7; Nm 14.18.

⁴⁸⁵ Jr 32.18.

⁴⁸⁶ Is 39.7.

Mas, dirá alguém, o Senhor declara o contrário, pois afirma que o filho não sofrerá pena pelo pecado de seu pai.⁴⁸⁷ É preciso observar bem do que se trata nesse caso. Como os israelitas vinham sendo afligidos por muito tempo com diversas calamidades, tinham um provérbio comum, que dizia: “Os pais comeram uvas verdes, e os dentes dos filhos é que se embotaram”.⁴⁸⁸ Com isso queriam dizer que seus pais tinham cometido as faltas pelas quais eles estavam padecendo tantos males, sem os merecer; e isso por uma ira de Deus muito rigorosa, e não por uma severidade moderada. O profeta os denuncia, mostrando que não era assim, mas que eles estavam sofrendo por suas próprias faltas, e que não combina com a justiça de Deus que o filho justo e inocente seja punido pelas faltas de seu pai. O que é coerente com o que se diz na passagem em foco; porque, se a visitaçāo da qual aqui se fala se cumpre quando o Senhor retira da casa dos ímpios a Sua graça, a luz da Sua verdade e todos os outros benefícios da salvaçāo (sendo que os filhos, abandonados por Deus em sua estulta cegueira, seguem o caminho dos seus antepassados), com isso preservam a maldiçāo de Deus. Essa é a razāo pela qual Deus depois os pune, tanto com calamidades temporais como com a morte eterna, o que é feito não por pecados de outros, mas pelos deles mesmos.

29. Contraste entre a ameaça e a promessa

Por outro lado, é feita uma promessa, na qual Deus declara: “Faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam”,⁴⁸⁹ promessa que muitas vezes consta na Escritura e é inserida na solene aliança que Deus fez com a Sua igreja. “Serei o teu Deus, e da tua posteridade depois de ti”. O que Salomão considerou, dizendo que, após a morte dos justos, seus filhos serão felizes,⁴⁹⁰ não somente por causa da nutriçāo^a e da instruçāo (que de sua parte muito ajudam a felicidade do homem), mas também por esta bênçāo que Deus prometeu a Seus servos: que a Sua graça residirá eternamente em suas famílias. Verdade que dá singular consolo aos fiéis, e que deve causar assombro aos ímpios. Porque, se a memória, quer da justiça quer da iniquidade, tem tanto vigor com relaçāo a Deus, após a morte do homem, que a bênçāo da primeira estende-se até à posteridade, como igualmente a maldiçāo da segunda, com mais forte razāo, quem for bem sucedido [como fiel] será para sempre bendito de Deus, e quem for mal sucedido [nesse sentido] será maldito para sempre.

Ora, a isso não se contrapõe o fato de que, por vezes, da raça dos maus se tirem bons, nem que, ao contrário, da raça dos bons se tirem maus, porquanto o Senhor não quis estabelecer aqui um reino perpétuo capaz de anular a eleiçāo. Visto está que, para consolar o justo e assustar o ímpio, basta essa declaraçāo, a

⁴⁸⁷ Ez 18.17.

⁴⁸⁸ Ez 18.2.

⁴⁸⁹ Êx 20.6.

⁴⁹⁰ Pv 10.6 [e contexto].

^a educationis.

qual não é nem vã nem frívola, embora nem sempre se realize. Porque as penas temporais que Deus envia a alguns são testemunhos da Sua ira contra os pecados e sinais do seu juízo futuro, que virá sobre todos os pecadores, sendo que muitos permanecem impunes na presente vida. Da mesma forma, dando um exemplo dessa bênção (de manter Sua graça e Sua bondade sobre os filhos dos fiéis por causa dos seus pais), o Senhor dá testemunho de como a Sua misericórdia permanece eternamente firme sobre os Seus servos. Ao contrário, quando Ele persegue uma vez a iniquidade do pai no filho, mostra quão grande rigor de julgamento está preparado para os ímpios por seus próprios pecados, o que é principalmente considerado na sentença que estamos estudando. Acresce que Ele nos quis mostrar (como de passagem) a grandeza da Sua misericórdia, estendendo-se a mil gerações,⁴⁹¹ ao passo que para a Sua vingança determinou apenas quatro gerações.⁴⁹²

30. O TERCEIRO MANDAMENTO

[1536] NÃO TOMARÁS O NOME DO SENHOR,^a TEU DEUS, EM VÃO.^b

[1539] A finalidade do preceito é que o Senhor quer que a majestade do Seu Nome seja santa e sagrada para nós. Em resumo, que o Seu Nome não seja profanado por desprezo ou irreverência. A essa proibição o preceito corresponde, por outro lado, a exortação a que o tenhamos em recomendação e honra singular. E, portanto, é necessário que, tanto de lábios como de coração, aprendamos a só pensar e falar em Deus ou em Seus mistérios com reverência e com grande sobriedade; e que, na avaliação das Suas obras, nada concebamos que não seja para a Sua honra.

31. Três pontos que devem ser levados em conta

É necessário observar diligentemente estes três pontos: Primeiro, que tudo quanto concebermos sobre Deus, ou que a nossa língua falar, esteja em harmonia com a Sua excelência e com a santidade do Seu Nome, e se preste para exaltar a Sua grandeza. Segundo, que não abusemos temerariamente da Sua santa Palavra, e que não alteremos os seus mistérios para servir à nossa avareza, ou à nossa ambição, ou às nossas loucuras. Mas, como a dignidade do Seu Nome está impressa em Sua Palavra e em seus mistérios, que os tenhamos sempre em honra e em alta estima. Finalmente, não falemos mal de Suas obras nem as depreciemos, como fazem alguns ímpios que delas costumam falar de forma ultrajante, mas, tudo o

⁴⁹¹ Êx 20.6.

⁴⁹² Êx 20.5.

^a Instrução de 1537: o Senhor.

^b A partir daqui, cada explicação de um mandamento começava, em 1536, com a fórmula: Deum timeri a nobis atque amari oportet.

que reconhecermos que provém do Senhor, louvemos pela sabedoria, justiça e poder que manifesta. É assim que se santifica o Nome de Deus.

32. Usurpação sacrílega do Nome de Deus

Diversamente, tomar o Seu Nome do seu uso legítimo, para o qual foi consagrado, é corrompê-lo impiamente. Quando não causa outro mal, rebaixa a sua dignidade e o torna desprezível. Ora, se já é um mal usurpar levianamente o Nome de Deus por presunção imprudente, muito maior pecado será tomá-lo para uso totalmente mau, como para fazê-lo servir à feitiçaria, à necromancia, a conjurações mágicas ilícitas, e outras práticas semelhantes. Todavia, o preceito em foco tem em vista especialmente o juramento – abuso do Nome de Deus detestável acima de tudo mais. E isso gera em nós maior horror por todas as outras formas de abuso.

33. Que é juramento?

Primeiro é preciso entender o que é juramento. O juramento é um atestado dado por Deus para confirmar a veracidade da nossa palavra. Ora, os blasfemos declarados, que julgam que podem despistar Deus, não merecem que o que fazem seja considerado juramento.

Pois bem, muitas passagens da Escritura mostram que esse atestado, quando devidamente feito, é um modo de glorificar a Deus. Como quando Isaías declara que os assírios e os egípcios seriam recebidos na igreja de Deus. Os egípcios, diz o profeta, “falarão a língua de Canaã e farão juramento ao Senhor” (ou, nos termos do original francês: “... e jurarão ao Nome do Senhor”)⁴⁹³; quer dizer, ao jurarem pelo Nome do Senhor, estarão declarando que O têm como o seu Deus. A mesma coisa se vê quando ele fala sobre como o Reino de Deus seria multiplicado: “Aquele que se abençoar na terra, pelo Deus da verdade é que se abençoará; e aquele que jurar na terra, pelo Deus da verdade é que jurará”.⁴⁹⁴ Igualmente Jeremias: “Se diligentemente aprenderem os caminhos do meu povo, jurando pelo meu nome: Tão certo como vive o Senhor, como ensinaram o meu povo a jurar por Baal, então, serão edificados no meio do meu povo”.⁴⁹⁵ E é certo que, ao invocarmos o Nome de Deus para testemunho, é dito que estamos testificando a nossa religião em Seu favor. Porque de tal maneira confessamos que Ele é a verdade eterna e imutável, visto que apelamos para Ele, não somente como idôneo testemunho da verdade, mas também como algo a que cabe exclusivamente o papel de manter e fazer vir à luz as coisas ocultas, com maior razão proclamamos que somente Ele conhece os corações. Sim, pois, quando os testemunhos humanos nos falham, tomamos Deus por testemunha, e isso, mesmo quando se trata de manifestar o que está oculto na consciência.

⁴⁹³ *Is* 19.18.

⁴⁹⁴ *Is* 65.16.

⁴⁹⁵ *Jr* 12.16.

Por isso o Senhor ira-se amargamente contra os que juram por outros deuses, e toma esse juramento como rejeição do Seu Nome. Como quando Ele diz: “Teus filhos me deixam a mim e juram pelos que não são deuses”.⁴⁹⁶ Além disso, Ele indica, pela grandeza do castigo, quão execrável é esse pecado, tendo declarado que destruirá todos os que juram pelo Nome de Deus e pelo nome do seu ídolo.⁴⁹⁷

Ora, uma vez que entendemos que o Senhor quer que o Seu Nome seja exaltado em nossos compromissos solenes ou juramentos, devemos acautelarmos para que, ao invés de receber honra, esteja sendo desprezado e rebaixado. É um tremendo ultraje perjurar por Seu Nome. Por essa razão a Lei dá a isso o nome de profanação.⁴⁹⁸ Porquanto, que restaria a Deus, se Ele fosse despojado da Sua verdade? Deixaria de ser Deus. Pois Ele é despojado da Sua verdade quando O apresentam como se Ele desse testemunho em favor da falsidade e a aprovasse. Por isso Josué,^a querendo constranger Acã a confessar a verdade, disse-lhe: “Filho meu, dá glória ao Senhor”.⁴⁹⁹ Com o que ele mostra que Deus sofre grave desonra, se se perjurar em Seu Nome. O que não é de admirar, porque, se fizermos isso, nós O estaremos difamando, fazendo-o mentiroso. E de fato, considerando uma conjuração^b parecida, feita pelos fariseus, como se vê no Evangelho Segundo João,⁵⁰⁰ parece que era comum entre os judeus usar essa forma de falar, quando se queria ouvir algum depoimento ou juramento. Assim também as fórmulas da Escritura nos ensinam o temor que devemos ter de jurar falsamente, como quando ela diz: “O Senhor é o Deus vivo; o Senhor me envia este ou aquele mal”. Igualmente: “Que Deus seja testemunha sobre a minha alma”. Tais pronunciamentos indicam que não podemos chamar Deus como testemunha de nossas palavras sem que Ele vingue o perjúrio, se jurarmos falsamente.

34. Cuidado com juramentos verdadeiros mas supérfluos!

Quando envolvemos o Nome de Deus num juramento verdadeiro mas supérfluo, conquanto Seu Nome não seja totalmente profanado, contudo é rebaixado de sua honra e é tornado desprezível. Essa é, pois, a segunda espécie de juramento pela qual o Nome de Deus é tomado em vão. Portanto, não é suficiente que nos abstenhamos de fazer juramento falso, ou perjúrio. Também é necessário que nos lembremos de que o juramento não foi instituído para o prazer desordenado dos homens, mas para o que realmente for necessário. Fora disso, não é permitido. Do que se segue que os que o fazem por coisas de nenhum valor ultrapassam o uso bom e lícito.

⁴⁹⁶ Jr 5.7. Cf.

⁴⁹⁷ Sf 1.4,5.

⁴⁹⁸ Lv 19.12.

^a Mais comumente se diz agora: *Josué, Acan* [em vez de: *Iehosua, Acham*].

⁴⁹⁹ Js 7.19.

^b 1541 tem, por erro: *admiration*.

⁵⁰⁰ Jo 9.24.

Ora, não se pode pretender outra necessidade que não a de servir à religião ou à caridade. Nisso se peca desenfreadamente hoje em dia. Ainda mais quando se considera que, por ser um costume amplamente generalizado, não se lhe dá a mínima importância, apesar de não ser de pequeno peso, segundo o juízo de Deus. Porquanto se abusa indiferentemente do Nome de Deus, por pura loucura e vaidade, e se pensa que não há mal nisso, porque os homens, por sua pecaminosa licença, se sentem pouco menos que senhores nessa prática. Não obstante, o mandamento dura para sempre; a ameaça que lhe foi acrescentada permanece inviolável, e chegará o dia em que terá o seu efeito. Por isso, é declarada uma vingança espiritual sobre todos os que tomarem o Nome de Deus em vão.

35. Juramentos feitos por outros nomes

Há, por outro lado, uma grave falta que se comete, quando os homens, em seus juramentos, tomam nomes de santos, jurando por “São” Tiago ou por “Santo” Antônio. O que é uma impiedade evidente, visto que a glória de Deus é transferida dessa forma para outrem. Porque não é sem causa que Deus ordenou especificamente que se jurasse por Seu Nome,⁵⁰¹ e por mandamento especial nos proibiu jurar por outros deuses.⁵⁰² É o que o apóstolo diz, quando escreve: “Os homens juram pelo que lhes é superior”, mas Deus, “visto que não tinha ninguém superior por quem jurar, jurou por si mesmo”.⁵⁰³

36. Anabatistas: contra todo juramento

Os anabatistas, não satisfeitos com essa moderação, condenam todos os juramentos, sem exceção, sendo que [1536] a proibição feita por Cristo é geral, como se vê pelo que Ele diz: “Eu, porém, vos digo: de modo algum jureis... Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não. O que disto passar vem do maligno”.⁵⁰⁴ Mas com isso eles fazem injúria a Cristo, declarando-o adversário de Seu Pai, como se tivesse vindo a este mundo para anular os Seus mandamentos. Pois o Senhor, em Sua Lei, não somente permite o juramento como coisa lícita, o que deveria ser suficiente, mas ordena que seja utilizado em caso de necessidade.⁵⁰⁵ Ora, Cristo testifica que Ele é um com o Pai; que não faz coisa alguma que não tenha sido ordenada por Seu Pai; que a Sua doutrina não é propriamente dele, etc. Portanto, que dirão eles? Tornarão Deus contrário a Si, proibindo e condenando o que uma vez tinha sido aprovado por Ele no mandamento? Logo, a proposição

⁵⁰¹ Dt 6.13; 10.20.

⁵⁰² Êx 23.13.

⁵⁰³ Hb 6.13 e 16. [Versículo 16, no original francês: “Deus jura por si mesmo, porque não há ninguém superior a ele”.]

⁵⁰⁴ Mt 5.34,37.

⁵⁰⁵ Êx 22.11.

dos anabatistas não deve ser acolhida. Reconhecendo, porém, que há alguma dificuldade para entender as citadas palavras de Cristo, é necessário que as examinemos com maior atenção. Não as entenderemos bem, a menos que consideremos o seu objetivo e dirijamos o nosso pensamento ao que Cristo pretende com aquela passagem.

Pois bem, assim é: Cristo não quis nem acrescentar nem diminuir a Lei, mas unicamente reduzi-la ao seu sentido natural, pois a Lei tinha sido grandemente corrompida pelas falsas explicações dos escribas e fariseus. Se nos ativermos a isso, não pensaremos que Cristo quis condenar todos os juramentos, universalmente, mas apenas os que transgridem a norma da Lei. Suas palavras deixam entrever que a determinação é para as pessoas cuidarem, não somente de perjurar ou jurar falsamente, como igualmente a Lei não proíbe somente os perjúrios, mas também os juramentos supérfluos. Porque o Senhor Jesus, verdadeiro expositor da Lei, adverte que não somente perjurar é praticar o mal, mas também jurar. Jurar como? Quer dizer, jurar em vão. Mas os juramentos que a Lei aprova Ele os deixa inteiramente livres.

Eles porém se fixam na citação, a qual, todavia, não se reporta ao verbo [ou à ação verbal], mas às formas de juramentos que vêm a seguir. Porque vemos ali uma parte do erro, pois, quando juravam pelo céu e pela terra, não imaginavam estar tocando no Nome de Deus.⁵⁰⁶ Tendo o Senhor, portanto, corrigido a transgressão principal, tolhe em seguida todos os seus subterfúgios, para que não pensem que podem escapar quando, suprimindo o Nome de Deus, juram pelo céu e pela terra. Portanto, para quem possui mente saudável, não há dúvida de que o Senhor, na citada passagem, só reprova os juramentos proibidos pela Lei. Porque Ele mesmo, que toda a Sua vida representou a perfeição ordenada por Ele, não teve medo de jurar quando a situação o exigiu; e os Seus discípulos, que, não duvidamos, cumpriam Suas normas, seguiram o mesmo exemplo.

Quem se atreve a dizer que o apóstolo Paulo se disporia a jurar, se o juramento fosse totalmente proibido? Pois bem, quando a causa em questão o requeria,^a ele jurava sem nenhum escrúpulo, às vezes até juntando alguma imprecação.⁵⁰⁷

37. Juramentos públicos

Todavia, a questão ainda não está resolvida, porque alguns entendem [1536] que as únicas exceções são os juramentos públicos, como os que o magistrado requer de nós, [1539], ou os que o povo faz a seus líderes, ou os que os líderes fazem ao povo, os militares a seus capitães, e os príncipes entre si, quando fazem aliança. Eles incluem nesse número (com razão) todos os juramentos que se vêem nos

⁵⁰⁶ Mt 5.34.

^a 1536: ad dignitatem Evangelii asserendam.

⁵⁰⁷ Rm 1.9; 9.3.

escritos do apóstolo Paulo, [1536] visto que os apóstolos, no desempenho do seu ofício, não eram homens de vida privada,^a mas oficiais^b públicos de Deus. [1539] E, de fato, não nego que os juramentos públicos sejam os mais indubitáveis, contanto que comprovados por sólidos testemunhos da Escritura. Ao magistrado é ordenado que exija da testemunha um juramento em questões duvidosas, e que a testemunha seja responsabilizada por seu depoimento. Paralelamente, diz o apóstolo que as controvérsias humanas são decididas com o emprego desse recurso.⁵⁰⁸ Portanto, ambos têm a boa aprovação necessária.

38. Os juramentos entre os antigos pagãos

De fato, pode-se observar que antigamente os pagãos consideravam importante prática religiosa o uso de juramentos públicos e solenes; ao contrário, não davam muito valor aos que eram feitos privadamente, como se Deus não os tivesse em conta.

39. Invocação de Deus como Juiz e como Testemunha

Todavia, condenar os juramentos privados feitos sobriamente sobre coisas necessárias e com reverência é muito perigoso, visto que se baseiam em bom motivo e em exemplos da Escritura. Porque, se é lícito às pessoas, em sua vida particular e privada, invocar a Deus como Juiz sobre os seus propósitos, com mais forte razão lhe será permitido invocá-lo como Testemunha. Exemplo: O seu próximo acusa você de alguma deslealdade. Você, em nome do amor, empenha-se em dar-lhe plena satisfação. Ele não aceita nenhuma razão, nada que lhe pague o mal de que o acusa. Se a sua reputação corre perigo por causa da caluniosa fantasia do seu próximo, sem ofensa você poderá apelar para o juízo de Deus, a fim de que Ele declare a sua inocência. Se prestarmos atenção nas palavras, veremos que não há tanta diferença assim entre invocar Deus para testemunho e para julgamento.

Logo, não vejo por que deveríamos reprovar um tipo de juramento no qual Deus é chamado para testemunhar algo. E disso temos numerosos exemplos, como o de Abraão e de Isaque, nos juramentos que fizeram a Abimeleque. Se se alegar que esses juramentos eram públicos, ao menos Jacó e Labão eram pessoas particulares, e, não obstante, confirmaram a sua aliança com juramento.⁵⁰⁹ Boaz era homem particular, e ratificou com juramento [invocando o Deus vivo] o casamento prometido a Rute.⁵¹⁰ Paralelamente, Obadias, homem justo e temente a Deus (como diz a Escritura), testificou com juramento o fato sobre o qual ele quis persuadir Elias.⁵¹¹

^a privati.

^b ministri.

⁵⁰⁸ *Hb* 6.16.

⁵⁰⁹ *Gn* 31.53.

⁵¹⁰ *Rt* 3.13.

⁵¹¹ *IRs* 18.10.

40. Sumário sobre os juramentos

Não vejo, pois, melhor regra senão [1536] que moderemos os nossos juramentos de tal maneira que não sejam temerários, feitos levianamente, sobre questões frívolas, ou por interesses desordenados, mas, antes, que atendam a uma necessidade real, [1539] a saber, quando for questão de manter a glória de Deus, ou a caridade entre os homens, sendo que a isso tende o mandamento.

41. O QUARTO MANDAMENTO

**[1536] LEMBRA-TE DO DIA DE SÁBADO, PARA O SANTIFICAR. SEIS DIAS
TRABALHARÁS^a E FARÁS TODA A TUA OBRA.
MAS O SÉTIMO DIA É O SÁBADO DO SENHOR, TEU DEUS;
NÃO FARÁS NENHUM TRABALHO, NEM TU,
NEM O TEU FILHO, NEM A TUA FILHA, NEM O TEU SERVO,
NEM A TUA SERVA, NEM O TEU ANIMAL,
NEM O FORASTEIRO DAS TUAS PORTAS PARA DENTRO;
PORQUE, EM SEIS DIAS, ETC.**

[1539] A finalidade desse preceito é que, estando mortos para as nossas paixões e para as nossas obras, meditemos no Reino de Deus e, nessa meditação, exerçamos as nossas atividades pelos meios ordenados por Ele. Contudo, visto que há aqui uma consideração particular e distinta dos outros, este caso requer uma exposição um tanto diversa. Os antigos doutores⁵¹² costumavam chamar isso [1536] de sombra, porque continha a observação externa do dia, o que foi abolido com o advento de Cristo,⁵¹³ como também as demais figuras.^b [1539] O que é verdade, mas isso só toca na questão parcialmente. Por isso, é preciso fazer a exposição numa perspectiva mais ampla, e considerar três causas, contidas nesse mandamento.^c

Porque, sob o repouso do sétimo dia, o Senhor quis figurar para o povo de Israel o repouso espiritual. É que os fiéis deviam descansar de suas obras, a fim de deixar que Deus trabalhasse neles. Em segundo lugar, Ele quis estabelecer esse dia como um dia fixo no qual deveriam reunir-se para ouvir a Lei e realizar as suas cerimônias. Em terceiro lugar, Deus quis dar um dia de descanso aos servos e aos trabalhadores subordinados à autoridade de outros, para poderem ter algum alívio do seu labor.

⁵¹² Cf. Agostinho, Ep. LV, c. 12 (ad inquisitiones Januarii lib. II). – Migne XXXIII, 214.

⁵¹³ Gl 4.4; Cl 3; Hb 8.5.

^a 1537: tu travailleras et feras toute ton œuvre. [No original francês em uso nesta tradução: Tu besongneras, etc.]

^b 1536: cæteræ mosaicæ legis umbræ.

^c Estas últimas palavras e o parágrafo subsequente reproduzem quase textualmente a *Instrução* de 1537.

42. Primazia do sentido espiritual do quarto mandamento

Em muitas passagens nos é revelado, porém, que a figura do repouso espiritual ocupa o lugar principal no preceito. Porque Deus jamais exigiu mais rigorosa obediência a algum preceito que a que exige a este.⁵¹⁴ Quando Ele quer mostrar, por Seus profetas, que toda a religião foi destruída, Ele se queixa de que o Seu sábado foi profanado e violado,⁵¹⁵ ou que não foi bem observado e não foi santificado. Como se, ao negligenciarem esse ponto, nada mais restasse em que Ele poderia receber honra. Por outro lado, Ele engrandece extraordinariamente a observância do quarto mandamento, razão pela qual apreciavam acima de tudo o bem que Deus lhes tinha feito, um benefício deveras singular, revelando-lhes o sábado. Pois assim falam os levitas em Neemias: “O teu santo sábado lhes fizeste conhecer; preceitos, estatutos e lei, por intermédio de Moisés, teu servo, lhes mandaste”. Vemos como eles o tinham em singular estima, acima de todos os demais preceitos. O que tem a virtude de nos mostrar a dignidade e a excelência do sábado, o que também é claramente exposto por Moisés e por Ezequiel. Pois assim lemos em Êxodo:⁵¹⁶ “Certamente guardareis os meus sábados; pois é sinal entre mim e vós nas vossas gerações; para que saibais que eu sou o Senhor, que vos santifica. Portanto, guardareis o sábado porque é santo para vós outros; aquele que o profanar morrerá; pois qualquer que nele fizer alguma obra será eliminado do meio do seu povo. Seis dias se trabalhará, porém o sétimo dia é o sábado do repouso solene, santo ao Senhor; qualquer que no dia do sábado fizer alguma obra morrerá. Pelo que os filhos de Israel guardarão o sábado, celebrando-o por aliança perpétua nas suas gerações”. Disso Ezequiel fala ainda mais amplamente, mas, em resumo, as suas palavras redundam no seguinte: “Também lhes dei os meus sábados, para servirem de sinal entre mim e eles, para que soubessem que eu sou o Senhor que os santifica”.⁵¹⁷

Ora, se a nossa santificação consiste na renúncia à nossa vontade própria, nisso já transparece a semelhança entre o sinal externo e a realidade interior. Precisamos repousar totalmente para que Deus trabalhe em nós,^a precisamos desistir da nossa vontade, resignar o nosso coração, renunciar e eliminar toda a cupidez da nossa carne. Enfim, precisamos parar com tudo o que procede do nosso entendimento, a fim de que, tendo Deus trabalhado em nós, estejamos em harmonia com Ele. Como igualmente nos ensina o apóstolo. Aí está o que é representado em Israel pelo repouso do sétimo dia.⁵¹⁸

⁵¹⁴ Nm 15.32; Êx 31.13 e 35.2; Jr 17.21; Ez 20.12 e 19; Is 56.2.

⁵¹⁵ Ne 9.14.

⁵¹⁶ Êx 31.13-16.

⁵¹⁷ Êx 20.12.

^a 1536: sancti sui spiritus ductu nos regat.

⁵¹⁸ Hb 3.11 e 4.9.

43. O exemplo do Criador

E para que fosse dada maior importância religiosa a essa prática, o Senhor confirmou essa ordem com o Seu exemplo. Pois não é coisa que deve causar pequena emoção ao homem, ser ele ensinado a seguir o seu Criador. [1536] Se alguém quiser ver uma significação secreta no número sete, bem nos parece, porque na Escritura esse número significa perfeição, sentido bem escolhido por Deus para denotar perpetuidade. A isto se reporta o que vimos em Moisés. Porquanto, depois de nos haver dito que o Senhor descansou no sétimo dia, não acrescentou nenhum outro, para assim determinar o seu fim.

[1539] A esse respeito pode-se também fazer outra conjectura provável, a saber, que o Senhor, com esse número, quis dizer que [1536] o sábado dos fiéis não será realizado perfeitamente até o último dia. Pois aqui lhe damos início, e prosseguimos diariamente; mas, visto que ainda temos que lutar constantemente contra a carne, não se realizará, enquanto não se concretizar a palavra de Isaías, quando afirma que no Reino de Deus haverá um sábado que durará eternamente,⁵¹⁹ a saber, quando Deus for “tudo em todos”.⁵²⁰

[1539] Poderia, pois, parecer que pelo sétimo dia o Senhor quis representar para o Seu povo a perfeição do sábado que haverá no último dia, para levá-lo a aspirar a essa perfeição, mediante dedicada aplicação do seu espírito durante a presente vida. Se essa explicação parece muito sutil e alguém não a quiser aceitar, não me oponho a que se contente com outra mais simples. Segundo esta, o Senhor ordenou um dia pelo qual o povo fosse exercitado sob a pedagogia da Lei a meditar no repouso espiritual, que é sem fim. Neste sentido se pode dizer que o Senhor determinou, ou melhor, propiciou o sétimo dia, ou para incitar melhor o povo a observar esta cerimônia, oferecendo-lhe o Seu exemplo, ou, antes, para lhe mostrar que o sábado não tinha outro fim que não este: conformar o Seu povo ao seu Criador.^a Porque isso não tem importância, contanto que permaneça a significação do mistério, qual seja, que o povo fosse instruído no sentido de renunciar às suas obras [observando o repouso sabático]. A essa consideração os profetas constrangiam constantemente os judeus, a fim de que eles não pensassem que estariam cumprindo satisfatoriamente o mandamento abstendo-se de trabalhos braçais ou físicos. Além das passagens já citadas, lê-se em Isaías: “Se desviares o pé de profanar o sábado e de cuidar dos teus próprios interesses no meu santo dia; se chamares ao sábado deleitoso e santo dia do Senhor, digno de honra, e o honrares não seguindo os teus caminhos, não pretendendo fazer a tua própria vontade, nem falando palavras vãs, então te deleitarás no Senhor” (ou “prosperarás em Deus”).

⁵¹⁹ *Is* 66.23.

⁵²⁰ *1Co* 15.28.

^a ab queribus nostris cessantes, requiem in ipso nostram quæramus.

44. Cristo é o verdadeiro cumprimento do sábado

Ora,^a não há dúvida de que o elemento cerimonial do mandamento foi abolido pelo advento de Cristo. Razões disso: Ele é a verdade, que, por Sua presença, faz com que se desvançam todas as figuras; Ele é o corpo, à vista do qual as sombras se dissipam; Ele é, repito, o verdadeiro cumprimento do sábado. “Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida”.⁵²¹ Por isso diz o apóstolo que o sábado “é sombra das coisas que haviam de vir” e que “o corpo é de Cristo”,⁵²² quer dizer, a verdadeira e sólida substância da verdade, o que ele explica bem na citada passagem. Pois bem, essa realidade não se satisfaz com apenas um dia, mas exige toda a duração da nossa vida, até que, estando nós totalmente mortos para o pecado, haja em nós a plenitude da verdade de Deus. Disso decorre que toda observância supersticiosa de dias esteja longe dos cristãos.

Todavia, na medida em que as duas últimas causas citadas não devem ser colocadas entre as sombras antigas, pois convêm igualmente a todos os séculos, e embora o sábado seja ab-rogado, não deixa de ter lugar entre nós [1536], para que tenhamos alguns dias para reunir-nos para ouvir as pregações, para as orações públicas⁵²³ e para celebrar os sacramentos. Em segundo lugar, para dar algum alívio aos artesões^b [ou aos servidores e aos trabalhadores em geral].

Não há dúvida nenhuma de que o Senhor levou em conta essas duas causas quando ordenou o sábado. Quanto à primeira, tem suficiente aprovação pelo uso dos próprios judeus.^c A segunda é registrada por Moisés em Deuteronômio,⁵²⁴ com estas palavras: “Para que o teu servo e a tua serva descansem como tu; porque te lembrarás que foste servo na terra do Egito”; como também em Êxodo:⁵²⁵ “Para que descansem o teu boi, o teu jumento e a tua família”. Quem poderá afirmar que essas duas coisas só são apropriadas para os judeus? As assembleias eclesiásticas são-nos ordenadas pela Palavra de Deus, e a própria experiência nos mostra a necessidade que delas temos. [1536] Ora, se não fosse ordenado um dia, quando poderiam reunir-se? O apóstolo ensina que entre nós todas as coisas devem ser feitas com ordem e decência.⁵²⁶ Pois bem, é tão difícil que essa pureza e ordem seja mantida sem essa disciplina dos dias que sem isso logo nos veríamos mergulhados em extraordinárias dificuldades e confusões na igreja. Ora, se entre nós há a mesma necessidade que o Senhor quis sanar ordenando o sábado aos

^a A partir daqui, e até a expressão “gens mécaniques” [no fim dessa mesma página], o texto reproduz quase literalmente o da *Instrução* (1537).

⁵²¹ *Rm* 6.4.

⁵²² *Cl* 2.17.

⁵²³ *Cl* 3.16.

^b *Instrução* de 1537: ouvriers.

^c 1536: ad conservandam inter homines æquitatem, etc.

⁵²⁴ *Dt* 5.14,15.

⁵²⁵ *Êx* 23.12 [tradução direta].

⁵²⁶ *ICo* 14.40.

judeus, que ninguém alegue que essa lei não nos diz respeito. Porque é certo que Deus não quis suprir menos a nossa necessidade que a dos judeus.

Mas, dirá alguém, e se nos reuníssemos todos os dias, para eliminar a diferença [entre nós e os judeus]? Bem que eu gostaria disso, e, de fato, a sabedoria espiritual merece que lhe seja destinada alguma hora de cada dia. Mas, se, por causa da fraqueza de muitos, não se pode conseguir que se reúnam diariamente,^a e a caridade não permite que os forcemos pelo constrangimento, por que não seguimos a razão que, como demonstramos, provém de Deus?

45. Observar o domingo é judaísmo?

Precisamos alongar-nos um pouco nesta questão, porque algumas mentes levianas se agitam demais hoje em dia por causa do domingo.^b Queixam-se de que o povo cristão continua preso a um tipo de judaísmo, visto que ainda retém alguma observância de dias.

A isso respondo que sem judaísmo observamos o domingo, uma vez que há uma grande diferença entre nós e os judeus [1536]. Porque não o guardamos como imposição de uma religião estreita, como uma cerimônia com a qual julgamos estar cumprindo um mistério espiritual, mas o usamos como um remédio necessário, a fim de manter a boa ordem na igreja [1539]. Mas, dizem eles, o apóstolo Paulo nega que os cristãos devam ser julgados pela guarda de dias, visto ser isso uma “sombra das cousas que haviam de vir”,⁵²⁷ e por essa causa teme haver trabalhado em vão entre os gálatas,⁵²⁸ visto que ainda guardavam dias. E, escrevendo aos romanos, ele afirma que fazer distinção entre dia e dia é superstição.⁵²⁹ Mas, qual é o homem que, tendo mente equilibrada, não vê de que tipo de guarda o apóstolo está falando? Porque não se tratava de observância com a finalidade que dissemos, de manter a disciplina e a ordem da igreja,^c mas, continuando a celebrar festas como sombras de realidades espirituais, obscureciam tanto a glória de Cristo como a clareza do Evangelho. Eles não deixavam de fazer os trabalhos braçais porque estes os impediam de parar para meditar na Palavra de Deus, mas, sim, para uma devoção insensata, uma vez que imaginavam que descansar era prestar culto a Deus, era servi-lo. É, pois, contra essa doutrina perversa que o apóstolo Paulo clama, e não contra a ordenança legítima, dada para manter a paz na comunidade dos cristãos. Porque as igrejas que ele fundou guardavam o sábado com esse uso. Paulo mostrou isso quando marcou para os coríntios o dia em que deveriam trazer as ofertas à igreja.⁵³⁰ Se tememos a superstição, muito mais devemos temer as festas judaicas que a celebração cristã do domingo. Por-

^a É quase textualmente a *Instrução* de 1537.

^b 1536: diem dominicum.

⁵²⁷ Cl 2.16,17.

⁵²⁸ Gl 4.9,10.

⁵²⁹ Rm 14.5.

^c communis politiae causa.

⁵³⁰ 1Co 16.1,2.

que, como foi bom deixar de lado o dia guardado pelos judeus para eliminar a superstição, foi necessário estabelecer em seu lugar outro dia, para manter a ordem, a disciplina e a paz^a na igreja. Não me prendo ao número sete para sujeitar a igreja a alguma servidão, pois não condeno as igrejas que adotam outros dias para as suas reuniões solenes, contanto que não tenha parte nisso nenhuma superstição; como não a tem quando se tem em vista unicamente a manutenção da disciplina.

46. Sumário

Em resumo, eis o que diz o preceito:^b A verdade foi demonstrada para os judeus por meio de figuras; a nós é exposta claramente, sem figuras, de modo que, primeiro, devemos meditar durante toda a nossa vida num descanso sabático perpétuo^c das nossas obras, para que Deus trabalhe em nós por Seu Espírito.^d Em segundo lugar, [1536] devemos seguir a ordem legítima da igreja, estabelecida para ouvirmos a Palavra, para a celebração dos sacramentos,^e e para a oração como parte do culto [1539]. Em terceiro lugar, que não exerçamos nenhuma opressão sobre aqueles que estão sob a nossa autoridade.

[1536] Dessa forma serão destruídas as mentiras dos falsos doutores,^f que no passado impregnaram o povo com o conceito judaico, só fazendo esta diferença entre o sábado e o domingo: que o sétimo dia, que naquele tempo se guardava, fosse anulado, mas que não se deixasse de guardar um dia da semana. Ora, isso não seria nada mais que mudar o dia por despeito^g aos judeus, mantendo, todavia, a superstição que o apóstolo Paulo condena – que na observância dos dias há algum significado secreto, como acontecia no tempo do Antigo Testamento. E de fato vemos que efeito teve essa doutrina! Pois os que a seguem superam os judeus em seu conceito carnal sobre o sábado;^h tanto assim que as repreensões que lemos em Isaías cabem melhor a estes que àqueles que o profeta repreendeu no tempo dele.⁵³¹

47. O QUINTO MANDAMENTOⁱ

**[1536] HONRA TEU PAI E TUA MÃE, PARA QUE SE PROLONGUEM OS
TEUS DIAS NA TERRA QUE O SENHOR, TEU DEUS, TE DÁ.**

^a “ordre et paix” somente, na *Instrução* de 1537.

^b Frase quase textual da *Instrução* de 1537.

^c sabbath (*Instrução*, 1537).

^d 1536: mortificamus hominis veteris opera, non diebus duntaxat festis, sed omni die continenter sabbatum sanctificamus et celebrare incipimus sabbatum ex sabbato.

^e Quanto à fração do pão da Ceia, ver um parágrafo anterior da *Instrução* de 1537.

^f sophistarum.

^g in contumeliam.

^h Vê-se que Calvino se opõe fortemente a um certo puritanismo legalista e judaizante, que em certos lugares chegou a renunciar ao domingo para restabelecer a observância do sétimo dia.

⁵³¹ *Is 1.13 e 58.3,13.*

ⁱ Aqui começava a segunda tábu da Lei, conforme a divisão adotada em 1536.

Em 1536 apenas uma dúzia de linhas explicavam o mandamento, limitando-se à autoridade *dos pais*, aqui mencionada em segundo lugar.

Finalidade do quinto mandamento: Visto que Deus quer que seja mantida a ordem instituída por Ele, é nosso dever respeitar os graus de preeminência ou de autoridade que Ele estabeleceu. Eis, portanto, o resumo disso tudo: Que àqueles que Deus colocou como nossos superiores, tratemos respeitosamente, prestemos honra e obediência e reconheçamos os benefícios que deles recebemos. Decorre daí a proibição: Que não rebaixemos a dignidade deles, nem por menosprezo, nem por contumácia, nem por ingratidão, pois o sentido de “honrar” é amplo e abrange tudo isso na Escritura. Quando, por exemplo, o apóstolo declara que os presbíteros que presidem bem são dignos de dupla honra, não fala somente do respeito que lhes é devido, mas também da remuneração que o seu labor merece [1Tm 5.17].

Pois bem, este mandamento, que nos manda sujeitar-nos aos nossos superiores, é fortemente contrário à perversidade da nossa natureza, a qual, como só falta explodir de ambição e de orgulho, não se submete a ninguém de boa vontade. Por essa causa nos é proposta como exemplo a superioridade menos odiosa e mais amistosa de todas, para poder melhor sensibilizar e amolecer o nosso coração para que aprendamos a sujeitar-nos obedientemente a quem de direito. Dessa maneira, pela sujeição mais suave e mais fácil de suportar, o Senhor nos vai acostumando pouco a pouco a toda sujeição [legítima], uma vez que a razão disso é a mesma em todos os casos. Porque, quando Ele dá preeminência ou uma posição de autoridade a alguém, comunica-lhe Seu nome, na proporção em que for necessário mantê-la. Os títulos de Pai, Deus e Senhor Lhe pertencem tão exclusivamente que, quando se faz menção de um deles, o nosso coração deve comover-se ao reconhecer a Sua majestade. Por isso, quando Deus faz os homens participantes dos Seus títulos, dá-lhes como que uma centelha da Sua luz, a fim de enobrecê-los e torná-los honoráveis conforme o grau pertencente a cada um. Esse é o motivo pelo qual devemos pensar que há alguma honra divina naquele que é chamado pai, visto que não é sem razão que ele leva um título que pertence a Deus. Paralelamente, o príncipe ou senhor participa um pouco da honra que a Deus pertence.

Portanto,^a não se deve duvidar de que o Senhor estabelece aqui uma regra universal. Esta manda que, ao reconhecermos que alguém foi ordenado por Deus para ser nosso superior, devemos prestar-lhe honra, reverência e amor cristão, e devemos prestar-lhe quanto serviço pudermos. E não nos compete julgar se os nossos superiores são dignos da honra que lhes prestamos, ou não. Porquanto, sejam eles como forem, só chegaram a esse nível de autoridade porque foi essa a vontade de Deus, razão pela qual Ele nos ordena que os honremos.^b

^a Este parágrafo já se encontra quase textualmente na *Instrução* de 1537.

^b 1536: eos revereamur et colamus, iis obediamus.

48. A honra que devemos aos nossos pais

Todavia, Ele expressamente nos manda reverenciar nossos pais, que nos geraram para esta existência. Essa lição a própria natureza nos ensina. Por isso, todos os que violam a autoridade paterna, quer por desprezo, quer por rebelião, são monstros, e não homens. Por isso o Senhor ordena que seja dada morte aos que são desobedientes a seu pai ou à sua mãe, e por boa razão. Porque, uma vez que não reconhecem aqueles por meio dos quais vieram a viver neste mundo, não merecem viver.

Em muitas passagens da Lei vemos que é verdade o que acima dissemos, a saber, que a honra da qual aqui se fala compõe-se de três partes: reverência, obediência e grato amor, procedente do reconhecimento dos benefícios recebidos.

A primeira é determinada por Deus quando Ele ordena que seja levado à morte aquele que falar mal do seu pai ou da sua mãe.⁵³² Porque dessa forma Ele castiga toda difamação e todo menosprezo [dos filhos para com seus pais].

A segunda, quando ordena que os filhos rebeldes e desobedientes sejam punidos com a morte.⁵³³

A terceira é comprovada pelo que diz Jesus Cristo em Mateus 15, confirmando que é mandamento de Deus que sirvamos aos nossos pais e lhes façamos o bem.⁵³⁴ Note-se que toda vez que o apóstolo Paulo faz menção deste preceito,⁵³⁵ ele nos exorta à obediência, que pertence à segunda parte das três referidas.

49. A promessa do quinto mandamento

[1536] A promessa é logo acrescentada como uma recomendação mais forte, a fim de advertir-nos e mostrar-nos quão agradável a Deus é a submissão de que trata este mandamento. [1539] Porque Paulo nos incita com esta espécie de aguilhão quando declara que este é o primeiro mandamento com promessa [Ef 6.2]. Porque a promessa que temos na primeira tábua não é especial e não se limita a um mandamento só, mas se estende a toda a Lei. Ao passo que a promessa da qual aqui tratamos [do quinto mandamento] deve ser entendida no sentido de que o Senhor falava especificamente aos israelitas sobre a terra que Ele lhes havia prometido como herança. Se, pois, a posse dessa terra era um penhor ou um sinal da bondade de Deus, não temos necessidade de espantar-nos se Deus quis testificar a Sua graça prometendo-lhes vida longa, para que assim pudessem gozar por mais tempo o bem que lhes estava fazendo. É, pois, como se Ele dissesse: “Honra teu pai e tua mãe para que, tendo vida longa, possas desfrutar por muito tempo da terra, e isso te servirá como testemunho da minha graça”.

Além disso, como toda a terra é abençoada para os fiéis, por justa razão incluímos a vida presente entre as bênçãos de Deus. Por isso, esta promessa tam-

⁵³² Êx 21.15,17.

⁵³³ Lv 20.9; Pv 20.20; [Dt 21.18-21].

⁵³⁴ Mt 15.4-6.

⁵³⁵ Ef 6.1; Cl 3.20.

bém se refere a nós, sendo a vida longa concedida como uma prova da benignidade de Deus para conosco. Porquanto, a vida longa não é prometida, nem a nós nem aos judeus, como se contivesse em si mesma a bem-aventurança, mas porque, para os crentes fiéis, é um sinal da bondade de Deus.

50. Vida breve de justos

Se suceder que um filho obediente a seus pais morrer em sua juventude (como acontece não poucas vezes), não significa que Deus deixa de manter com firmeza a Sua promessa; esta se cumpre da mesma maneira, como quando Deus promete dez hectares de terra a um homem e lhe dá cem. Tudo consiste nisto: A vida longa nos é prometida contanto que seja uma bênção. E, mais que isso, a vida longa é bênção na medida em que dá testemunho de Sua graça – que Ele manifesta aos Seus servos mil vezes mais quando os leva desta vida.

51. A promessa e o seu reverso

Por outro lado, quando o Senhor promete Sua bênção para a presente vida aos que forem obedientes a seus pais e a suas mães [honrando-os como ordena o mandamento], igualmente indica que a Sua maldição cairá sobre todos os que lhes forem desobedientes. E para que o Seu julgamento seja executado, decreta em Sua Lei que a justiça lhes seja aplicada. E, se de algum modo escaparem da mão dos homens, Ele mesmo os punirá, vindicando assim a Sua justiça. Por isso vemos que muita gente desse tipo morre em guerras, em brigas ou de outra maneira. Sucedem essas coisas de tal modo que se percebe que é Deus quem realiza essa obra, fazendo-os morrer de forma humilhante. E se alguns conseguem sobreviver até à velhice, como estão privados da bênção de Deus para esta existência, outra coisa não fazem senão se consumirem; passam a existência tremendamente abatidos, e são preservados para maiores sofrimentos no futuro. Estão muito longe de participar das bênçãos da promessa feita aos filhos obedientes.

52. Limitação imposta à nossa obediência aos pais

Para concluir, é necessário anotar resumidamente que só nos é ordenado que obedeçamos aos nossos pais “no Senhor”, o que ficou claro graças ao fundamento que já estabelecemos.⁵³⁶ Porque eles nos dirigem com a autoridade dada a eles por Deus, comunicando-lhes uma parte da honra que Lhe é devida. Logo, a submissão que lhes rendemos deve ser como um degrau para nos conduzir à reverência que se deve a Deus, o soberano Pai. Por essa razão, se os nossos pais quiserem levar-nos a transgredir a Lei de Deus, com justiça deixaremos de considerá-los como pais, passando a vê-los como estranhos, pois tentam afastar-nos da obediência ao nosso verdadeiro Pai.

⁵³⁶ Ef 6.1-3.

O mesmo critério deve ser aplicado com relação aos nossos príncipes, senhores e demais superiores. Sim, porque seria uma coisa muito contrária à razão que exercessem a sua autoridade para de algum modo rebaixar a sublime alteza de Deus. Uma vez que dependem da autoridade divina, esta eles devem aumentar, e não diminuir, confirmar e fortalecer, e não violar.

53. O SEXTO MANDAMENTO

NÃO MATARÁS.^a

Finalidade do sexto mandamento: Como Deus fez de todo o gênero humano uma unidade, cada ser humano deve preocupar-se com o bem-estar e com a preservação de todos os demais. O que significa que o mandamento nos proíbe toda violência, toda injúria e todo dano com que se possa ferir o corpo do nosso próximo. Decorre disso que o mandamento determina que façamos o possível para conservar a vida do nosso próximo, empregando fielmente os recursos necessários. Para isso devemos providenciar para o próximo o que lhe for conveniente, e evitar ou impedir o que lhe for prejudicial. Além disso, devemos ajudá-lo e socorrê-lo quando estiver em perigo ou em dificuldade.

54. Dimensão espiritual do sexto mandamento

Ora, se temos consciência de que Deus é o Legislador que fala nessa passagem, devemos entender que ele estende essa regra à nossa alma. Seria ridículo que Aquele que observa os pensamentos do coração e se fixa principalmente neles, só instruisse na verdadeira justiça o nosso corpo. Por isso o homicídio que ocorre só no coração é proibido por este mandamento, como também aqui nos é ordenado que tenhamos um interesse afetivo pela conservação da vida do nosso próximo. Porquanto, se de fato é a mão que executa o homicídio, o coração o concebe quando contaminado pela ira e pelo ódio.

Pense bem, e veja se você pode ter raiva do seu irmão sem que sinta desejo de lhe causar dano. Ora, se você não pode enraivecê-lo sem sentir esse desejo, também não pode odiar sem sentir o mesmo desejo, já que o ódio nada mais é que a raiva que criou raízes e se fixou. Por mais que você procure dissimular e desculpar-se com rodeios e disfarces, é certo que, havendo ódio e ira, haverá sem dúvida o desejo de causar dano. Se você ainda hesita sobre isso, a Palavra do Senhor há muito tempo declarou: “Todo aquele que odeia a seu irmão em seu coração é assassino”.⁵³⁷ E o próprio Senhor Jesus Cristo disse: “Quem odeia a seu irmão fica sujeito a julgamento”.⁵³⁸ Quem dá sinal de ira contra o seu irmão fica sujeito a ser condenado pelo tribunal. Quem lhe disser uma palavra ofensiva estará sujeito ao inferno de fogo.

^a Instrução de 1537: Tu ne tueras point. [No texto: Tu n’occiras point.]

⁵³⁷ *1Jo* 3.15 [tradução direta].

⁵³⁸ *Mt* 5.22 [tradução direta; ver o contexto imediato].

55. Dupla base bíblica do sexto mandamento

Há na Escritura duas razões sobre as quais se assenta este mandamento: uma^a é que o homem é imagem de Deus; a outra é que ele é nossa carne. Portanto, se não queremos profanar a imagem de Deus, não devemos fazer nenhuma ofensa ao nosso próximo. E se não queremos desfazer-nos totalmente da nossa humanidade, devemos tratar o nosso próximo como a nossa própria carne.

A exortação que se pode obter a respeito do benefício da obra redentora realizada por Cristo será tratada noutra parte deste livro. Mas o Senhor quis que considerássemos naturalmente as duas coisas que mencionamos sobre o homem, as quais nos induzem a fazer o bem a ele: que tratemos com reverência a imagem de Deus nele impressa, e que com amor cuidemos da nossa própria carne. Por isso, quem simplesmente se absteve de derramar sangue não é inocente do crime de homicídio. Porque todo aquele que cometer de fato, ou tiver essa intenção, ou conceber em seu coração algo que vá contra o bem do seu próximo, Deus o considera homicida. Por outro lado, se não usarmos a possibilidade e a ocasião que se oferece a nós para fazermos o bem ao nosso próximo, com essa maldade de omissão estaremos transgredindo este mandamento. Ora, se o Senhor se preocupa tanto com a saúde física de cada um, podemos entender quanto nos obriga a procurar a saúde da alma, nossa e do próximo, incomparavelmente mais preciosa para Ele.

56. O SÉTIMO MANDAMENTO

NÃO ADULTERARÁS

A finalidade do sétimo mandamento é a seguinte: Visto que Deus ama a pureza e a castidade, Ele exige que toda impureza^b esteja longe de nós. Em resumo: que não nos manchemos com nenhuma imundície ou intemperança ou excessos da carne. A isso corresponde o mandamento afirmativo, determinando que, em todas as nossas ações, a nossa vida seja regrada pela castidade e pela continência.

Mais específica e expressamente, o preceito proíbe todas as formas de prostituição e de dissolução, a que a incontinência leva. Isso porque, pela impureza e desonestidade, mais visível e mais manifesta na prostituição, o corpo sofre desonra, e somos impelidos pelo mandamento a considerar abominável toda forma de incontinência ou desregramento.

57. A bênção do casamento

Como o homem foi criado em tal condição que não deve viver solitário, mas deve ter uma auxiliadora semelhante a ele, quanto mais lembrando que pela maldi-

^a Vê-se a mesma consideração no breve parágrafo da *Instrução* de 1537.

^b *Instrução*, 1537: *luxure et impudicité*.

ção do pecado ele ficou mais sujeito a essa necessidade, o Senhor nos deu um remédio próprio instituindo o casamento. Depois de estabelecê-lo com a Sua autoridade, santificou-o com a Sua bênção.^a

Isso mostra claramente que toda companhia fora do casamento é maldita diante de dele, e que mesmo a companhia de marido e mulher foi ordenada por Deus para atender a nossa necessidade, a fim de que não demos rédeas soltas aos nossos desejos carnaís. Não nos gabemos, pois, quando ouvimos dizer que o homem pode juntar-se a uma mulher fora do casamento sem sofrer a maldição de Deus.

58. O dom da continência

Sendo, pois, que temos dupla necessidade desse remédio, tanto para atender à condição da nossa natureza como para a condição pecaminosa posterior à Queda, necessidade que todos temos, à exceção daqueles que de Deus receberam graça especial [1536], cada um considere bem o que lhe é dado. Porque os que não receberam o dom especial da continência, se não fizerem uso do remédio que lhes é concedido e oferecido, estarão lutando contra Deus e resistindo ao que Ele ordena.

E que ninguém conteste aqui (o que muitos costumam fazer) alegando que com a ajuda de Deus pode-se fazer tudo. Porque essa ajuda não é dada senão aos que caminham em suas veredas, quer dizer, segundo a sua vocação.⁵³⁹ [1539] Desta se afastam todos aqueles que, recusando os meios que Deus lhes oferece, com louca temeridade pretendem superar a sua necessidade.

O Senhor declara que a continência é um dom singular e especial,⁵⁴⁰ dom que não é dado indistintamente a toda a Sua igreja, mas a um reduzido número dos seus membros. Porque Ele nos fala de um certo gênero de homem que se castra pelo reino dos céus; isto é, para dedicar-se mais livremente ao serviço da glória de Deus. E para que ninguém pense que está em seu poder humano agir dessa maneira, Ele disse pouco antes que “nem todos são aptos para receber este conceito, mas apenas aqueles a quem é dado” pelo céu. De onde Ele conclui que “quem é apto para o admitir admita”. O apóstolo ensina a mesma verdade com muita clareza quando diz:⁵⁴¹ “Cada um tem de Deus o seu próprio dom; um, na verdade, de um modo; outro, de outro”.

59. O celibato clerical

Pois bem, os nossos sacerdotes, monges e monjas, deixando de lado essa consideração, confiam que são capazes de conter-se. E quem lhes terá revelado que poderão manter a castidade a vida toda, à qual se obrigam para sempre? Eles sabem da sentença de Deus no tocante à condição universal dos homens – que

^a Calvino casou-se em Estrasburgo em 1539. Essa frase já se encontra na *Instrução* de 1537.

⁵³⁹ *Sl* 91.1,14.

⁵⁴⁰ *Mt* 19.11,12.

⁵⁴¹ *1Co* 7.7.

“não é bom que o homem esteja só”.⁵⁴² Eles sabem (e quisera Deus que não o sentissem) como são ásperos em sua carne os aguilhões da incontínência. Com que audácia ousam eles rejeitar a vocação geral? Pois o dom da continência é dado mais vezes em certos períodos, conforme o exija a ocasião. Aqueles que, com obstinação, não reconhecem que é preciso que Deus os ajude, melhor fariam se se lembrassem do que está escrito:⁵⁴³ “Não tentarás o Senhor teu Deus”. [1536] Ora, é tentar a Deus forçar a natureza que Deus nos deu e desprezar os meios que Ele nos oferece, como se não tivessem nada que ver conosco.

Esses tais, além de agirem dessa forma, não se acanham de dizer que o nome do casamento é corrupção. Entretanto, o nosso Senhor não considerou o casamento como uma instituição indigna da Sua divina majestade; declarou-o “digno de honra entre todos”;⁵⁴⁴ e Jesus Cristo o santificou com a Sua presença e o honrou com a realização do Seu primeiro milagre.⁵⁴⁵

Eles fazem isso unicamente para valorizar o seu estado, na manutenção do qual se abstêm do casamento; como se a própria vida que eles levam não se mostrasse coisa muito diferente da abstenção do casamento e da virgindade! E, todavia, eles têm o descaramento de dizer que a sua vida é angélica. O que certamente fazem com isso é grande ofensa aos anjos de Deus, com os quais esses tais comparam seres humanos dissolutos, adúlteros e até piores! E de fato não há necessidade de grandes argumentos, porque a verdade os acusa e os convence. Porque não podemos ver com os nossos olhos por quantos e quão horríveis castigos o nosso Senhor pune esse arrogante desprezo dos Seus dons; [1539] e vergonhoso será descobrir o que deles está oculto, sendo que a metade já é muito, e o próprio ar o denuncia.

60. Falso suporte bíblico para o celibato clerical

Eles têm um recurso para mostrar que os sacerdotes não devem casar-se. É que se proibia aos sacerdotes levíticos que coabitassem com as suas respectivas mulheres antes de eles se aproximarem do altar. Exigência feita para que oferecessem com maior pureza os seus sacrifícios. Alegam que com maior razão os sacramentos do cristianismo não devem ser administrados por pessoas casadas. Como se o ofício ou a função do ministério evangélico fosse a mesma do sacerdócio levítico! Contrariamente, os sacerdotes levíticos representavam a Pessoa de Jesus Cristo, que, sendo o Mediador de Deus e dos homens, iria reconciliar-nos com o Pai por Sua pureza perfeita em todos os seus aspectos.

Ora, como é fato que eles, sendo pecadores como são, não podem corresponder em tudo e perfeitamente à santidade, para de algum modo representá-la figuradamente, era-lhes ordenado que se purificassem de forma superior à do

⁵⁴² Gn 2.18.

⁵⁴³ Mt 4.7.

⁵⁴⁴ Hb 13.4.

⁵⁴⁵ Jo 2.2.

costume humano, quando lhes cabia aproximar-se do santuário, de modo que pudessem então levar em si, de maneira apropriada, a figura de Cristo. Pois era o que faziam quando, na qualidade de mediadores, compareciam diante de Deus, em nome do povo, no tabernáculo, que era como uma imagem do trono celestial.

Pois bem, como os pastores, os ministros da igreja, não têm mais aquele ofício e aquela representação pessoal, a comparação acima feita não é nem oportuna nem própria. Por isso o apóstolo, sem abrir nenhuma exceção, afirma que o casamento é “digno de honra entre todos”⁵⁴⁶ e que Deus punirá todos os dissolutos e adúlteros.

61. A insolência da obrigatoriedade do celibato clerical

É preciso acrescentar que é uma afronta insolente exigirem eles a castidade como coisa necessária e indispensável. Com essa atitude eles causaram grande opróbrio à igreja antiga, a qual, tendo sido excelente na pureza da sua doutrina, via-se ainda mais excelente pelo ornamento da santidade. Que dirão os nossos oponentes, clamo a vocês, leitores, que me respondam – sim, que dirão eles de todos os antigos pais, que não somente toleraram o casamento dos bispos, mas também o aprovaram? Teriam eles profanado os mistérios de Deus? Pois, segundo a opinião desses clérigos atuais, aqueles pais não trataram com a devida pureza os mistérios de Deus.

É verdade que esta matéria foi discutida no Concílio de Nicéia,^a e (como sempre se encontram alguns supersticiosos que em seus devaneios sonham com alguma nova fantasia para virem a ser admirados por isso), houve quem quisesse proibir o casamento aos ministros. Mas, qual foi a decisão que ali se tomou? Foi aprovada a proposta de Paphnutius. Este declarou que **a castidade é a coabitação do homem com a sua mulher**. [Grifo do tradutor.]

Assim, o casamento permaneceu integralmente, e não foi considerado como algo desonroso para os bispos já casados. Tampouco se considerou o casamento como uma mancha para o ministério. Igualmente, os pais que viveram em períodos posteriores, à exceção de Jerônimo, não foram muito contrários ao reconhecimento da santidade do casamento. Contentamo-nos em citar o testemunho de Crisóstomo, visto que não é suspeito de ter favorecido demais o casamento. Ao contrário, ele estava muito inclinado a prezar e a engrandecer a virgindade.

Pois bem, eis como fala Crisóstomo: “O primeiro degrau da castidade é a virgindade imaculada. O segundo é o casamento mantido com fidelidade”. Essa declaração afirma, pois, que o amor do marido e da sua mulher, quando ambos vivem bem no casamento, é uma segunda espécie de virgindade.

Agora, se os casados reconhecem que a sua vida conjugal é abençoada por Deus, devem sentir-se admoestados a não contaminá-la pela intemperança dissoluta.

⁵⁴⁶ Hb 13.4.

^a Reunido em 325.

62. Casamento não é licença ilimitada

Consideremos, pois, que, se a honestidade do casamento nos protege da vergonhosa incontinência, não significa que deva dar lugar à incitação. [1536] Portanto, os casados não devem pensar que todas as coisas lhes são lícitas, mas cada homem deve conduzir-se sobriamente para com a sua mulher, e, reciprocamente, a mulher para com o seu marido, governando-se ambos de tal maneira que não façam nada que seja contrário à santidade do casamento. [1539] Porque é assim que o casamento deve ser regrado, e essa modéstia e essa moderação devem ser o fruto natural da ordenança de Deus, jamais passando dos limites e se transformando em dissolução.

63. Quem é o legislador?

Finalmente, devemos considerar quem é o legislador que condena pensamentos e atos dissolutos. É Deus, o Senhor absoluto sobre nós. Portanto, Ele tem todo o direito de exigir de nós integridade do corpo, da alma e do espírito. Quando, pois, Ele proíbe o adultério, proíbe também qualquer atitude nossa que tenda a induzir os outros ao mal, seja por roupas que incitem a lascívia, seja por gestos e modos obscenos, seja por palavras pecaminosas e mal intencionadas. Com relação a este ponto, um filósofo chamado Arquelau disse a um jovem elegantemente vestido, envergando traje fino, que ele era uma coisa só e que, por isso, não importava que parte do seu corpo mostrava a sua indignidade insolente. Essa advertência, digo eu, tem a aprovação de Deus, para quem é abominação toda impureza, em qualquer parte, quer da alma quer do corpo. E para que ninguém duvide dessa verdade, consideremos que, neste mandamento, Deus nos recomenda categoricamente a castidade. Como Ele a ordena, condena tudo o que a contrarie.

Por tudo isso, se desejarmos obedecer ao sétimo mandamento, será necessário que o coração não se abraze interiormente de cobiça libidinosa, que o olhar não seja impudico, que o rosto e o corpo não sejam enfeitados com maquiagem e outros atrativos provocantes, que a língua não diga palavras que induzam maus pensamentos, e que a boca não se deixe mover pela intemperança para sugerir a luxúria. Porque todos esses atos e gestos viciosos são verdadeiras manchas que maculam e enlameiam a continência, a castidade e a pureza.

64. O OITAVO MANDAMENTO

NÃO FURTARÁS

A finalidade do oitavo mandamento é que se dê a cada um o que lhe pertence, visto que Deus repudia toda injustiça. O resumo é, pois, que este preceito nos proíbe querer e buscar para nós os bens alheios e, por conseguinte, ordena que nos empenhemos em fielmente conservar com cada um os seus respectivos bens.

Porque temos o dever de considerar que o que cada um possui não lhe veio por acaso, mas, sim, pela distribuição feita por Deus. Por essa razão, não se pode tomar fraudulentamente as riquezas ou as posses de ninguém, sem violar a distribuição divina.

65. Diferentes categorias de furtos e roubos

Agora, há muitas espécies de ladrões.^a Um age com violência quando, pela força e com uma quadrilha ou algo parecido, ataca e pilha o bem alheio. Outro age com fraude e malícia, enganando e furtando o próximo com muita cautela. Outro, com astúcia ainda mais encoberta por disfarces, fingindo direito e justiça, priva o seu semelhante dos bens que a este pertencem. Outro, com lisonjas e belas palavras, e a título de doação, consegue para si o que deveria pertencer a outro.

Mas não tomemos muito tempo fazendo listas das diferentes classes de furtos e roubos. Notemos, em resumo, que todos os meios utilizados pelos homens para enriquecimento com prejuízo de outros, afastando-se da sinceridade cristã, que deve ser mantida com carinho, e agindo com fingimento e astúcia, enganando e prejudicando o próximo – os que assim procedem devem ser considerados ladrões. Embora os que agem desse modo muitas vezes ganhem na defesa da sua causa diante do juiz, Deus não os considerará como outra coisa senão ladrões. Porque ele vê as armadilhas que pessoas da alta sociedade de longe armam para pegar gente simples em suas redes; Ele vê os pesados impostos e taxas que os grandes da terra impõem aos pequenos, para oprimi-los; Ele vê como são venenosas as lisonjas utilizadas por aqueles que querem destruir o próximo por meio de mentiras e outras formas de falsidade. Essas coisas geralmente não chegam ao conhecimento dos homens.

66. Transgressões sutis do oitavo mandamento

Além disso, transgressão deste mandamento não é só prejudicar alguém quanto a dinheiro, comércio ou direito de propriedade, mas também quanto ao não atendimento a qualquer dever nosso e a qualquer direito do próximo. Porque tanto defraudamos o nosso próximo usurpando os seus bens como lhe negando os serviços que lhe devemos prestar. Assim, se um procurador ou mordomo ou administrador, em vez de zelar dos bens entregues aos seus cuidados, viver na ociosidade, sem se preocupar com o seu dever de procurar o bem daquele que lhe dá o sustento; se desperdiçar ou empregar mal o que lhe foi confiado, ou o gastar em coisas supérfluas; se o empregado zombar do seu chefe ou patrão, se divulgar os seus segredos, ou se planejar algo contra os bens dele ou contra a sua reputação ou contra a sua vida;⁵⁴⁷ se, por outro lado, o chefe ou patrão ou pai tratar desuma-

^a Distinções resumidas em 1536, inexistentes na *Instrução* de 1537.

⁵⁴⁷ *Rm 13; 1Pe 2; Ti 3.*

namente os seus subordinados ou a sua família, para Deus é um ladrão. Porque, aquele que não pratica o que a sua vocação o manda fazer pelos outros, com isso retém o que pertence a outros.

67. Como obedecer deveras ao oitavo mandamento

Portanto, eis como obedeceremos a este mandamento: Se, estando satisfeitos com a nossa situação, só nos dedicarmos à obtenção de algum ganho mediante atividade legítima e honesta; se não desejarmos enriquecer-nos à custa de prejuízo alheio; se não planejarmos destruir o nosso próximo tomando os seus bens; se não usarmos as nossas habilidades para juntar riquezas com o suor e o sangue alheios; se não aplicarmos os nossos esforços por toda parte e por todos os meios, fazendo o máximo possível para satisfazer à nossa avareza ou para gastar os nossos ganhos em coisas supérfluas.

Mas, ao contrário, positivamente, se tivermos como objetivo ajudar quanto pudermos o nosso próximo a conservar os seus bens, já dando a ele conselhos, já lhe dando auxílio substancial e prático; e se, ao termos que tratar com gente ruim, falsa, mentirosa, estivermos mais dispostos a ceder-lhes os nossos direitos do que a combatê-los com as mesmas armas da astúcia perversa. E não somente isso, mas também, se virmos alguém sofrendo a opressão da pobreza, entrarmos em contato com ele em sua indigência, e da nossa abundância lhe dermos socorro para suprir a sua necessidade.

Finalmente, que cada um veja bem quais são os seus deveres de ofício para com os outros, e procure cumpri-los lealmente. [1536] Sendo assim,^a o povo honrará os seus superiores, terá boa vontade em submeter-se a eles de coração, obedecerá a suas leis e a suas normas, e não se negará a nada que possa fazer sem ofender a Deus.

Por outro lado, os superiores estarão cumprindo este mandamento se exercerem a sua autoridade cuidando do povo com bondosa solicitude, mantendo a paz em toda parte, defendendo os bons, castigando os maus – enfim, administrando todas as coisas com a vívida consciência de que terão que prestar contas a Deus, o Juiz soberano.⁵⁴⁸

68. Aplicações finais do oitavo mandamento

Que os ministros da igreja^b ensinem fielmente a Palavra de Deus, não pervertendo a doutrina da salvação, mas mantendo a sua pureza. E que não somente instruem o povo com boa doutrina, mas também a exemplifiquem com a sua vida. Em resumo,

^a Esse parágrafo vinha colocado em 1536 junto com todas as citações bíblicas, no fim da explicação do 10º. mandamento, com este preâmbulo: “Quod vero aliena concupiscere prohibemur, huc etiam referri debet, ut pro sua quisque vocatione partibus suis fungatur, et alteri quod officii sui est, praestet (Ephes. 4)”.

⁵⁴⁸ *Dt 17.14-20; 2Cr 19.*

^b 1536: *episcopi et ecclesiarum ministri.*

que eles presidam como bons pastores sobre as suas ovelhas.⁵⁴⁹ Por sua vez, que o povo os receba como mensageiros e apóstolos de Deus, e lhes prestem a honra que o nosso Senhor lhes atribui; e supram-nos do necessário para o seu sustento.⁵⁵⁰

Que os pais se dediquem a alimentar, instruir e dirigir os seus filhos, pois Deus os encarregou desses deveres. Que não os tratem com demasiado rigor, para que eles não se desanimem. Tratem-nos com a brandura e a bondade adequadas à personalidade de cada um deles. E que, por sua vez, os filhos, como já dissemos,^a tratem seus pais com a reverência e a submisso que lhes devem.⁵⁵¹

Que de igual modo os jovens tratem honrosamente os idosos, pois esta é a vontade do Senhor. E que os idosos se esforcem para dirigir os jovens com a sua prudência, que lhes vem da sua experiência. Não sejam excessivamente rigorosos, mas usem a severidade temperada com a suavidade e a tolerância.

Que os servos sejam diligentes e prestativos para com os seus senhores, procurando agradá-los com o seu serviço – não somente quando vistos por eles, mas também de coração, como estando servindo a Deus. Que os senhores não sejam muito duros e intratáveis com os seus servos, oprimindo-os com excessivo rigor ou tratando-os de maneira insultuosa. Ao invés disso, que os reconheçam como irmãos e companheiros no serviço de Deus,^b a fim de lhes dar tratamento humano.⁵⁵²

Em suma, cada um, conforme a sua vocação e a sua posição, verifique o que deve a seu próximo, e cumpra o seu dever.

Acrescente-se que devemos sempre dirigir o nosso pensamento ao Legislador para lembrar-nos de que esta regra foi ordenada tanto para o corpo como para a alma. Nesse sentido, cada um aplique a sua vontade a conservar e promover o bem e a utilidade de todos os homens.

69. [1539] O NONO MANDAMENTO

NÃO DIRÁS FALSO TESTEMUNHO CONTRA O TEU PRÓXIMO.^c

Por este mandamento Deus, que é a verdade, e que detesta a mentira, obriga-nos a dizer e manter a verdade sem fingimento. O sumário disso é que não prejudiquemos a reputação de ninguém com calúnias ou boatos, nem lhe causemos dano com relação a seus bens com falsas acusações. Enfim, que não prejudiquemos ninguém com calúnias ou com zombaria. A essa proibição corresponde este preceito afirmativo: Que nos ajudemos uns aos outros com fiel constância a manter a verdade, para a preservação quer dos bens, quer da reputação uns dos outros.

⁵⁴⁹ *ITm 3; 2 Tm 2 e 4; Tt 1; 1Pe 5.*

⁵⁵⁰ *Mt 10; Rm 10 e 15; 1Co 9; Gl 6; 1Ts 5; ITm 5.*

^a Pouco acima, a explicação do 5º. mandamento.

⁵⁵¹ *Ef 6.1,2; Cl 3.20.*

^b 1536: ejusdem Domini, qui in cælis est, conservos.

⁵⁵² *Ef 6; 2Co 8; Cl 3; Tt 2; 1Pe 2; Fm.*

^c Instrução de 1537: Tu ne dirás point faulx tesmoignage.

70. Deus detesta e proíbe a mentira, a falsidade e a maledicência

Vê-se que o nosso Senhor quis expor o sentido deste mandamento no capítulo 23 de Êxodo, dizendo: “Não espalharás notícias falsas, nem darás mão ao ímpio, para seres testemunha maldosa”. E mais: “Da falsa acusação te afastarás”.⁵⁵³ E noutra passagem Ele não somente proíbe que sejamos mexeriqueiros, caluniadores e maledicentes, mas também que não iludamos o nosso irmão, porque Deus proíbe expressamente essas coisas.⁵⁵⁴

Sem dúvida nenhuma, como nos mandamentos que acima estudamos Ele quer suprimir a crueldade, o despudor e a avareza, aqui, no nono mandamento, Ele quer reprimir a falsidade, que, como dissemos, tem duas partes. Porque, falando mal do nosso próximo, prejudicamos a sua reputação, e com mentiras e palavras mal intencionadas impedimos a sua prosperidade.

Ora, pouco importará se aqui se entender que o mandamento se refere ao juramento público e solene que se faz no tribunal, ou do que se faz vulgar e privadamente entre as pessoas. Pois é preciso recordar sempre o que já dissemos – que de cada gênero de práticas maldosas ou viciosas o nosso Senhor apresenta uma como exemplo, com a qual devemos relacionar todas as demais. Além disso, Ele escolhe a que se mostra mais vil e vergonhosa. Embora eu prefira tomar este mandamento de modo geral, não deixa ele de incluir o fato de que o falso testemunho dado na justiça nunca está isento de perjúrio – do qual já falamos quando tratamos do terceiro mandamento, na primeira tábua do Decálogo.

71. Deus ama e exige a verdade, a eqüidade, a justiça

Vemos agora que, para a correta observância deste preceito, é preciso que a nossa língua fale a verdade sobre o nosso próximo, de modo que colaboremos para que ele mantenha o seu bom nome e os produtos do seu trabalho. Que são aspectos eqüitativos é evidente,^a porque, se a boa reputação é mais preciosa que qualquer tesouro, como é,^b não causamos menos prejuízo a um homem quando o privamos do seu bom nome do que quando o despojamos dos seus recursos materiais. Como também às vezes se faz mais dano ao próximo pela mentira do que pelo roubo.

Todavia, é de espantar como os homens agem contra este mandamento sem nenhuma preocupação! Bem poucos são os que não estão gravemente envolvidos nesse vício. Pois todo o mundo gosta de investigar e descobrir os vícios dos outros. E ninguém pense que é escusa suficiente não mentir; porque Aquele que nos proíbe infamar o próximo com mentiras também quer que a sua reputação

⁵⁵³ Êx 23.1,7.

⁵⁵⁴ Lv 19.16,17.

^a ut aqui interpretes, diz 1536, que cita Mt 7; Rm 13 e 14.

^b O provérbio mais habitual diz: que ceinture dorée (que cinto de ouro).

seja mantida, desde que se possa fazer isso com pleno uso da verdade. Porquanto, embora não proíba senão causar prejuízo pela mentira, contudo está implícita a referida recomendação em favor da reputação do nosso próximo. Ora, deveria ser mais que suficiente para nós o fato de vermos que o nosso Senhor tem esse zeloso interesse em que o nosso próximo não seja difamado.

72. Condenada a detração, a maledicência

Pelo que acima foi dito, vê-se que neste mandamento todas as formas de detração ou maledicência são indubitavelmente condenadas.

Por detração entendemos, não a repreensão que se faz para corrigir o faltoso; nem a denúncia ou acusação judicial, que é feita com o objetivo de remediar males; nem a ação disciplinar pública, que se aplica a quem a mereça para inspirar temor aos demais; nem tampouco a advertência feita por causa da maldade de alguém, advertência que visa a preparar os que dela precisam saber para que não sejam enganados. Mas por detração nos referimos à injúria odiosa, isto é, à falsa e revoltante denúncia que é feita por maldade ou por maledicência.

73. Elogios falsos, lisonjas e outras hipocrisias sociais...

Ademais, este mandamento abrange também esta proibição: Que não façamos brincadeiras com o nosso próximo, aparentando amabilidade, e gracejando enquanto zombamos dele e o mordemos,^a rindo uns para os outros, como fazem alguns que se enchem de prazer quando conseguem deixar alguém envergonhado em público; porque muitas vezes esse abuso deixa a sua marca nos que assim foram ridicularizados.

Agora, se pensamos no Legislador, cujo senhorio se impõe tanto sobre a língua como sobre o ouvido e o coração, entenderemos que este mandamento proíbe, não somente o uso da língua para a maledicência, mas também, e com igual peso, o desejo e a prontidão para ouvir e crer os boatos e os comentários maldosos sobre o próximo. Porque seria ridicularizar a Deus dizer que Ele detesta o vício da maledicência e que não condena a maldade que no coração lhe dá origem.

Portanto, se temos verdadeiro temor de Deus e se Lhe votamos vero amor, façamos todo o possível, empregando todos os meios que estiverem ao nosso alcance, quanto estiver dentro dos limites da caridade cristã, para não ouvir nem falar nada que contenha ou incentive blasfêmia, e nenhuma difamação ou palavra insultuosa; como também façamos todo o possível para não dar facilmente ao nosso coração azo e lugar para suspeitas maldosas. Em vez dessa atitude perversa, procuremos dar bom sentido ao que os outros dizem e fazem, e empenhemo-nos em manter integralmente a honra e a boa reputação do nosso próximo.

^a scurrilem urbanitatem, diz 1536, que cita Sl 5; Mt 12; Ef 4 e 5.

74. [1539] O DÉCIMO MANDAMENTO

NÃO COBIÇARÁS A CASA DO TEU PRÓXIMO. NÃO COBIÇARÁS A MULHER DO TEU PRÓXIMO, NEM O SEU SERVO, NEM A SUA SERVA, NEM O SEU BOI, NEM O SEU JUMENTO, NEM COUSA ALGUMA QUE PERTENÇA AO TEU PRÓXIMO.^a

Eis a finalidade do décimo mandamento: Visto que Deus quer que a nossa alma esteja dominada pelo amor e pela caridade, e que de amor transborde, devemos afastar do nosso coração todo desejo que seja contrário ao amor e à caridade. Em resumo, o que o mandamento preceitua é o seguinte: Que não acolhamos nenhum pensamento que possa induzir o nosso coração a alguma concupiscência ou cobiça que leve o nosso próximo a sofrer algum dano ou prejuízo. Por outro lado, a isso corresponde o preceito afirmativo. Este determina que tudo o que imaginarmos, deliberarmos, desejarmos ou buscarmos esteja em harmonia com o bem do nosso próximo e com o que lhe é útil e proveitoso.

75. Diferença entre intenção e cobiça

Há, porém, aqui uma grande dificuldade. Porque, se é verdade o que dissemos acima, que o nosso Senhor, proibindo o adultério e o furto, com isso proibiu o despudor e todo desejo de causar dano, enganar e roubar, parece supérfluo proibir agora, separadamente, o cobiçoso desejo dos bens alheios.

Todavia, podemos resolver facilmente essa questão considerando a diferença que existe entre propósito e concupiscência. Chamamos propósito a intenção deliberada da vontade,^b quando o coração do homem é vencido e subjugado pela tentação. A concupiscência ou cobiça pode ocorrer sem essa deliberação ou consentimento, quando o coração é apenas afagado e incitado a praticar alguma maldade.

Lembre-mos de que, assim como acima se viu que o Senhor quer que os desejos, projetos e atos dos homens sejam moderados pela regra da caridade, assim, no presente contexto, Ele quer que os nossos pensamentos sejam também submetidos à mesma regra, de modo que nada incite o nosso coração a agir contra a caridade. Antes o Senhor proibiu que o coração se deixasse levar por estes males – a ira, o ódio, o adultério, o furto e a mentira; agora proíbe que seja a isso provocado ou incitado.

Não é sem motivo que Deus exige tão grande retidão interior. Porque, haverá quem negue que todos os poderes^c da alma devem ser vinculados à caridade e estar a seu serviço? E se algum desses poderes não for exercido dessa forma, quem negará que assumiu caráter mau e vicioso?^d Ora, o que explica que entre

^a É exatamente o texto da *Instrução* de 1537.

^b *deliberata voluntatis consensio*.

^c *potentias*.

^d De fato, o pelagianismo o nega, mas não quer reconhecer como pecado senão o ato voluntário, deliberadamente formado. A teologia católica romana reconhece que as disposições contrárias à lei de Deus têm caráter de

em seu entendimento algum desejo prejudicial a seu próximo, senão que você negligencia os seus semelhantes e só se preocupa consigo mesmo e com o proveito que possa colher para si próprio? Porque, se todo o teu coração fosse tomado pelo amor cristão, nenhuma dessas imaginações nocivas entraria nele. Logo, é preciso dizer que, estando o coração vazio de amor cristão, de caridade, acolhe tais concupiscências.

76. Réplica suspeita

Alguém contestará que, todavia, não é razoável que as fantasias que rodopiam no cérebro e logo se desvanecem sejam condenadas como concupiscências, as quais têm a sua sede no coração. Respondo que aqui se trata das fantasias que, [apesar de fantasias ou imaginações], não somente passam pelo cérebro, mas também penetram no coração com a sua concupiscência. Porque jamais podemos ter no pensamento algum desejo sem que o coração seja tocado e inflamado por esse desejo.

O nosso Senhor exige, pois, um extraordinário ardor de caridade que não seja dificultado ou impedido nem pelo menor resquício de concupiscência. Ele exige um coração maravilhosamente equilibrado e que não seja incitado contra a lei da caridade ou do amor cristão por nenhum aguilhão, por nenhum tipo de estímulo pecaminoso.

Para que ninguém pense que só eu tenho essa opinião, confesso que Agostinho me abriu o caminho para que eu chegasse a entender o preceito que estamos analisando. Se bem que a intenção de Deus seja proibir toda cobiça pecaminosa, contudo colocou como exemplo os objetos que mais nos atraem e seduzem. Agindo assim, Ele não faz nenhuma concessão à cobiça do homem, quando o afasta das coisas às quais ele se sente mais inclinado.

77. Conclusão da segunda tábua e do Decálogo

Aí temos, pois, a segunda tábua da Lei, que nos ensina e nos admoesta amplamente quanto ao que devemos aos homens por amor a Deus, no qual se baseia a caridade cristã. Por esse motivo, seria pura e vã exibição querer inculcar as verdades ensinadas nesta segunda tábua sem que, primeiro, essa doutrina fosse ou estivesse firmada no temor de Deus e na reverência a Ele, como seu fundamento.

78. Definidas a intenção e a finalidade da Lei

Nesta altura não é difícil saber qual é o objetivo da Lei, a saber, uma justiça perfeita,^a de modo que a vida do homem se conforme à pureza de Deus como a

pecado. Mas, no sentido próprio do termo, o pecado sempre consiste em um ato voluntário. Mais adiante se verá que Calvino faz consistir o pecado em toda falta de conformidade com a lei de Deus, quer essa falta se exprima num ato, numa disposição, ou num estado de alma.

^a 1536: *ad docendam caritatem*. O que se segue pode-se comparar com a obra *Betbüchlein* de Lutero, edição de Weimar, 1011, p. 387 (25) a 388 (18).

um modelo. Porque o nosso Senhor retratou a Sua natureza de tal maneira na Lei que, se alguém cumprisse o que nela é ordenado, representaria em sua vida a imagem de Deus. Por isso Moisés, querendo manter resumidamente na memória do povo de Israel os mandamentos da Lei de Deus, disse e escreveu:⁵⁵⁵ “Agora, pois, ó Israel, que é que o Senhor requer de ti? Não é que temas o Senhor, teu Deus, e andes em todos os seus caminhos, e o ames, e sirvas ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração e de toda a tua alma, para guardares os mandamentos do Senhor...?”. E não cessava de repetir aos israelitas isso, toda vez que desejava fazê-los rever a finalidade da Lei. Eis aqui o que a doutrina da Lei tem em vista: Unir o homem pela santidade de sua vida a Deus; e, como diz Moisés noutra passagem,⁵⁵⁶ levá-lo apegar-se^a a Deus.

79. O amor é o resumo por excelência da Lei

O cumprimento da santidade visada pela Lei de Deus consiste nestes dois artigos: (1) Que amemos o Senhor, o nosso Deus, de todo o nosso coração, de toda a nossa alma e de todo o nosso entendimento; (2) Que amemos o nosso próximo como a nós mesmos.⁵⁵⁷ Portanto, o primeiro determina que a nossa alma esteja repleta do amor de Deus, e daí decorre o nosso amor fraterno ao nosso próximo. É como entende o apóstolo Paulo, como se vê por suas palavras, quando ele declara que a finalidade da admoestação da Lei é “o amor que procede de coração puro, e de consciência boa, e de fé sem hipocrisia⁵⁵⁸”; temos aí como a boa consciência e a fé, ou seja, a piedade e o temor de Deus, são colocados logo acima como constituindo a cabeça, e a seguir se deduz a caridade cristã.

80. A Lei não é simplesmente elementar

Seria, pois, uma insensatez pensar que a Lei só ensina certos rudimentos da justiça, apenas para introduzir os homens num começo, e não para os conduzir em todo o reto caminho. Isto se evidencia pelo fato de que nem sequer saberíamos desejar maior perfeição que a que se contém na sentença de Moisés e na de Paulo, acima citadas. Porque, aonde irá aquele que não se contentar com esta doutrina? Pois por ela o homem é ensinado e formado no temor de Deus, no culto espiritual – pelo qual adora a Sua divina majestade –, na obediência aos mandamentos, na retidão de Deus e do Seu caminho, e, finalmente, na pureza de consciência, na sinceridade da fé, e no amor fraterno. Razão pela qual é confirmada a exposição que fizemos, quando reduzimos aos mandamentos da Lei tudo o que se requer da piedade e da caridade.

⁵⁵⁵ Dt 10.12,13.

⁵⁵⁶ Dt 11.22. [Ver também 30.20.]

^a cohærere.

⁵⁵⁷ [Dt 6.5; 11.13; Lv 19.18]; Mt 22.37-39].

⁵⁵⁸ 1Tm 1.5,7.

Porquanto, os que se apegam a sabe-se lá quais elementos,^a como se a Lei ensinasse a metade da vontade de Deus, não entendem bem a finalidade da mesma, como diz o apóstolo Paulo. Entretanto, como Cristo e os Seus apóstolos às vezes, ao citarem resumos da Lei, não fazem menção da primeira tábuas, é preciso dizer algo a respeito, porque muitos se perdem nisso, ligando ditas palavras a toda a Lei, quando na verdade elas dizem respeito à metade. Cristo, no Evangelho Segundo Mateus,⁵⁵⁹ declara que a Lei consiste principalmente na “justiça, a misericórdia e a fé”. Não há dúvida nenhuma de que com a palavra fé Ele se refere à verdade. No entanto, para estenderem a sentença citada à Lei toda, alguns tomam a palavra fé no sentido de religião. Argumento frívolo, porque nessa passagem Cristo fala das obras pelas quais o homem deve demonstrar a sua justiça.

Se dermos a devida atenção a esse ponto, não ficaremos maravilhados, porque noutra passagem, interrogado sobre quais são os mandamentos que o homem deve guardar para poder entrar na vida eterna, Ele respondeu que são os seguintes: “Não matarás, não adulterarás, não furtarás, não dirás falso testemunho; honra a teu pai e a tua mãe e amarás o teu próximo como a ti mesmo”.⁵⁶⁰ Porque a observância da primeira tábuas está situada, ou no afeto interior do coração, ou nas cerimônias. O afeto do coração não aparece, não se vê; as cerimônias eram observadas mais diligentemente pelos hipócritas do que por todos os outros; são, pois, as obras realizadas por verdadeira caridade que dão um indiscutível testemunho da justiça.

81. A alta valorização da segunda tábuas não a coloca como superior à primeira?

Mas alguém perguntará: Se, para a obtenção da justiça, viver retamente e com lealdade entre os homens é mais importante que o temor de Deus e a honra que se Lhe presta pela piedade? A isso respondo que não. Mas, como ninguém pode exercer completamente a caridade sem que antes tenha ou passe a ter temor de Deus, a própria piedade do homem é comprovada por suas obras de caridade. Ademais, como não é possível que Deus receba de nós algum benefício, como diz o profeta,⁵⁶¹ Ele não exige que façamos boas obras em Seu benefício, mas nos concita à prática das boas obras em favor do nosso próximo. Pelo que não é sem motivo que o apóstolo Paulo concentra toda a perfeição dos crentes na caridade.⁵⁶² E noutra passagem ele nos chama para o cumprimento da Lei dizendo que “quem ama o próximo tem cumprido a lei”.⁵⁶³ E logo a seguir ele declara que “tudo nesta palavra se resume: Amarás o teu próximo como a ti mesmo”.⁵⁶⁴ Ora,

^a arida jejunaque elementa.

⁵⁵⁹ Mt 23.23.

⁵⁶⁰ Mt 19.18.

⁵⁶¹ Sl 16.1-3.

⁵⁶² Ef 1.15; [3.19; Cl 3.14].

⁵⁶³ Rm 13.8.

⁵⁶⁴ [Rm 13.9]; Gl 5.14.

o apóstolo não ensina mais que o que o Senhor o faz quando diz: “Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles; porque esta é a lei e os profetas”.⁵⁶⁵

Certamente tanto a Lei como os Profetas dão o primeiro lugar à fé e à reverência ao nome de Deus; e colocam logo o amor ao próximo em segundo lugar. Mas o Senhor entende que a Lei nos manda guardar o direito e a equidade para com os homens a fim de testificarmos o temor de Deus, se de fato o temos.

82. O amor ao próximo

Firmemo-nos, então, neste fato: A nossa vida estará em conformidade com a vontade de Deus e com o que a Lei ordena se, em todos os aspectos, for proveitosa para os nossos irmãos. [1536] Ao contrário, em toda a Lei não se lê nem sequer uma sílaba que ofereça ao homem uma regra sobre o que ele deve fazer ou deixar de fazer em seu próprio proveito. E como é certo que os homens são, por natureza, muito mais propensos a amar a si mesmos do que seria justo, não foi necessário dar-lhes mandamento para inflamá-los mais nesse amor, que já por si vai além da medida. Disso fica evidente que, não o amor a nós mesmos, mas o amor a Deus e ao próximo é que constitui o cumprimento dos mandamentos da Lei; e que, portanto, cumpre a Lei aquele que vive retamente e o menos possível para si mesmo; por outro lado, conclui-se também que ninguém tem pior vida e mais desordenada que aquele que vive só para si mesmo e que só pensa no seu proveito pessoal.

Mesmo o Senhor, para mostrar melhor a virtude do amor que devemos ter pelo nosso próximo, remete-nos ao amor de cada um por si mesmo, e o apresenta como regra e modelo. Expressão que devemos considerar cautelosa e diligentemente, porque não devemos entender essa analogia como os sofistas, que achavam que Deus manda cada um amar a si mesmo em primeiro lugar, e depois, o seu próximo. O que na verdade Deus manda é transferir para os outros o amor que temos por nós mesmos. Por isso diz o apóstolo que o amor não procura o seu interesse particular.⁵⁶⁶ E não tem valor nenhum^a a razão que alegam, a saber, que a regra precede e é superior àquilo que por ela é regrado. Ora, dizem eles, o nosso Senhor subordina ao amor a nós mesmos o amor ao nosso próximo. Minha resposta é que o nosso Senhor não faz do nosso amor a nós mesmos uma regra à qual se deve reduzir o amor ao nosso próximo como inferior. Antes, em vez de, por nossa perversidade natural, fixarmos o nosso amor em nós mesmos, Ele mostra que é necessário que se expanda e abranja as outras pessoas, a fim de que estejamos dispostos a fazer o bem aos outros como a nós mesmos.

⁵⁶⁵ Mt 7.12.

⁵⁶⁶ 1Co 13.5.

^a nec pili æstimanda.

83. Quem é o meu próximo?

Acrescente-se que, na parábola do “bom samaritano”,⁵⁶⁷ Jesus Cristo demonstrou que mesmo a pessoa mais estranha é nosso próximo. Assim, não há razão para restringirmos o mandamento do amor aos que têm algum tipo de afinidade ou aliança conosco. Não nego que quanto mais unidos estivermos a alguma pessoa, com maior cuidado familiar devemos ajudá-la. Porque a própria norma da natureza determina que, quanto mais estreitamente ligados estivermos por laços de parentesco, ou de amizade, ou de vizinhança, tanto mais devemos fazer uns pelos outros; e isso não ofende a Deus, cuja providência nos leva a proceder dessa forma. Entretanto, o que afirmo é que devemos incluir em nosso amor caridoso todos os seres humanos em geral,^a sem nenhuma exceção, sem fazer diferença entre gregos e bárbaros, sem considerar se são dignos ou indignos, sejam amigos ou inimigos; porque todos devem ser considerados em Deus, e não neles mesmos. Quando ignoramos ou negligenciamos essa consideração, não fiquemos surpresos se cairmos em muitos erros.

Portanto, se quisermos andar pelo reto caminho do amor fraterno, não devemos ter os olhos postos nos homens, pois, na maioria das vezes, observá-los nos levaria a odiá-los, e não a amá-los. A Deus é que precisamos observar; e Ele nos manda estender o amor que Lhe votamos a todos os homens, de tal maneira que sempre tenhamos este fundamento: Seja quem for e como for o ser humano, temos que amá-lo, se é verdade que amamos a Deus.

84. Refutação aos doutores da Escolástica

Tendo em vista o que acima foi dito, foi por ignorância, ou por malícia perniciosa, que os doutores escolásticos,^b dos mandamentos pelos quais^c o Senhor nos proíbe desejar vingança, e nos manda amar os nossos inimigos [1536], fizeram simples conselhos, que eles declaram que o homem é livre para seguir ou não. Eles diziam que somente os monges e os frades estão obrigados a tê-los como obrigatórios, porque a eles se atribui uma justiça mais perfeita que a que se exige dos demais cristãos. Eles mesmos se obrigam a guardar os conselhos evangélicos, como eles os denominam. A razão alegada por eles para não receberem esses conselhos como mandamentos é que são muito difíceis e pesados, mesmo para os cristãos, que estão sob a lei da graça. Mas, como é possível que eles se atrevam a abolir a Lei de Deus, eterna, concernente ao amor ao próximo?!^d Haverá, porventura, tal diferença na Escritura? Não é o contrário? Pois numerosos são os mandamentos que categoricamente determinam que amemos os inimigos. Por-

⁵⁶⁷ Lc 10.25-37.

^a universum hominum genus.

^b Acréscimo a 1536.

^c olim Judæis tradita.

^d 1536 acrescenta: an non proposita parabola (Luc 10).

quanto, que significa a exortação que nos é feita para que alimentemos o nosso inimigo quando ele tiver fome;⁵⁶⁸ que reconduzamos a ele o seu boi ou o seu jumento que encontrarmos extraviado; e que ajudemos a reerguer o seu jumento caído debaixo da carga posta sobre ele?⁵⁶⁹ Faremos o bem aos animais pertencentes aos nossos inimigos não votando a estes nenhum amor? E então?

[1536] Não é esta uma palavra eterna de Deus: “A mim me pertence a vingança, a retribuição”?⁵⁷⁰ [1539] O que é dito mais explicitamente noutra passagem, onde lemos: “Não buscarás vingança e não te lembrarás das injúrias que o teu próximo tenha feito a ti”.⁵⁷¹ Ora, ou eles apagam esses artigos da Lei,^a ou confessem que Deus quis ser Legislador ao ordenar isso, e não mero conselheiro, como imaginam aqueles mestres.

85. O que as Escrituras e os antigos pais ensinam

[1536] E que querem dizer estas palavras, que eles perverteram transformando-as numa ridícula glosa, [numa expressão obscura e confusa]: “Amai a vossos inimigos”, diz o Senhor, “bendizeis os que vos maldizem, fazei bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos maltratam e vos perseguem; para que sejais filhos do vosso Pai que está nos céus”.⁵⁷²

[1539] Quem haverá que não possa concluir com Crisóstomo,⁵⁷³ com base sólida e inegável, que não se trata de exortações, mas de mandamentos? Que sobrará para nós, se o Senhor nos eliminar da lista dos Seus filhos? Segundo a opinião daqueles mestres [1536], unicamente os monges e os frades serão filhos de Deus e ousarão invocar a Deus como seu Pai.

[1539] E, que será então da igreja? Seguindo aquele argumento, ela será devolvida aos gentios e aos publicanos. Porque, coerentemente, o Senhor declarou: “Se amardes os que vos amam,^b que recompensa tendes? Os gentios e os publicanos fazem o mesmo”.⁵⁷⁴ Estaremos bem arranjados, tendo o nome de cristãos e sendo despojados da herança celestial!

[1536] Portanto, tais mestres agem como filhos de Satanás, quando rejeitam assim^c a todos os filhos de Deus.

[1539] E de fato não sei com que mais me espanto, se com a sua tolice ou com a sua falta de vergonha, por publicarem essa sua doutrina. Porque entre os

⁵⁶⁸ Pv 25.21.

⁵⁶⁹ Êx 23.4,5.

⁵⁷⁰ Dt 32.35; Hb 10.30.

⁵⁷¹ Lv 19.18 [tradução direta].

^a 1539: ex lege; 1541 (por erro): de la Foy (da fé).

⁵⁷² Mt 5.44,45 [Almeida, Revista e Corrigida, que corresponde à versão utilizada por Calvino, e também à versão francesa de Louis Segond].

⁵⁷³ Lib. *De compunctione cordis* (Livro da Compunção do Coração, Livro I, Cap. IV).

^b O texto traz, por erro, *ennemys*.

⁵⁷⁴ Mt 5.46,47 [tradução direta].

^c 1536: licenter; 1539: licentiose.

antigos não há nenhum que declare como coisa incontestável que todos estes preceitos são verdadeiros mandamentos. Mesmo os do tempo de Gregório [o Grande]⁵⁷⁵ não tinham dificuldade em considerá-los mandamentos, sem levantar nenhuma dúvida.

[1536] Mas vejamos como é tolo^a o argumento dos mestres que estamos refutando. Seria, dizem eles, um fardo muito pesado para os cristãos. Como se fosse possível imaginar um fardo mais pesado que amar a Deus de todo o nosso coração, de toda a nossa alma e de todas as nossas forças! Em comparação com esse mandamento, não há nenhum que não seja fácil, mesmo o que nos manda amar os nossos inimigos, como também o que determina que eliminemos do nosso coração todo desejo de vingança. Certo é que tudo quanto há na Lei, até mesmo a sua mínima exigência,^b é por demais elevado^c e difícil demais para a nossa incapacidade mental. O que fazemos de bom o fazemos unicamente pela graça e pelo poder de Deus. “Que Deus nos faça fazer o que Ele manda; e então, que mande o que quiser.”⁵⁷⁶

Sobre a alegação que aqueles mestres fazem de que os cristãos estão sob a lei da graça, não quer dizer que eles devem viver desordenadamente, a rédeas soltas.^d O que, sim, quer dizer é que eles estão inseridos em Cristo, por cuja graça estão livres da maldição da Lei, e por cujo Espírito eles têm “a norma da lei gravada no seu coração”.⁵⁷⁷ O apóstolo Paulo chama impropriamente de lei essa graça, querendo manter a analogia do contexto, comparando ambas. Mas aqueles mestres tolos ligam, sem base nem razão, um grande mistério à palavra lei^e nessa passagem.

86. A falsa distinção entre pecados mortais e veniais

[1539] Vê-se o mesmo propósito no que eles dizem do pecado venial,^f pois chamam de pecado venial^g tanto a impiedade oculta contra Deus, que é uma violação da primeira tábu da Lei,^h como a transgressão patente do último mandamento. Pois eles definem pecado venial como cobiça maligna, sem consentimento deliberado, que não permanece muito tempo no coração.⁵⁷⁸ Mas, ao contrário, eu digo que nenhuma cobiça maligna, nenhum mau desejo, pode penetrar o coração, a não ser por falta de alguma coisa exigida pela Lei.

⁵⁷⁵ Gregório, *Homilias sobre os Evangelhos*, lib. II, hom. 27. NT.

^a 1536: Insulse; 1539: stolidé.

^b apicem.

^c ardua.

⁵⁷⁶ Agostinho, *De dono perseverantia*, c. XX. (Migne, XLV, 102, 6, e muitas vezes nas confissões.)

^d Essas cinco palavras traduzem *effrenate*.

⁵⁷⁷ *Rm* 2.15.

^e Isti de nihilo philosophantur.

^{f, g} O texto de 1541 traz equivocadamente: original, enquanto que o de 1539 tinha acertadamente: veniale. As edições latina (1559) e francesa (1560) corrigem: veniel (venial).

^h O primeiro mandamento, explicado um pouco atrás.

⁵⁷⁸ Cf. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, II, 1, art. 3. NT.

Consideremos: Quando a alma, tentada à desconfiança, procura ali e acolá outros objetos para a sua atenção, e quando se sente movida a buscar a sua bem-aventurança em algum outro, não em Deus, que é que dá origem a esses movimentos, breves que sejam? Outra coisa não é, senão o vazio da alma, que se abre para receber as tentações.

E para não alongar muito esta argumentação, a Lei nos manda amar a Deus de todo o nosso coração, de toda a nossa alma e de todo o nosso entendimento. Portanto, se não forem aplicadas ao amor de Deus todas as nossas forças e todas as faculdades da nossa alma, não estaremos obedecendo à Lei. Porque, quando as tentações, inimigas que são do Reino de Deus e a este contrárias – quando as tentações se levantam e agem em nós com vigor fazendo-nos tremer, ou colocam algum impedimento em nosso pensamento para que Deus não seja plenamente obedecido e a Sua vontade não seja observada sem nenhuma contradição ou restrição, é sinal de que o Seu Reino não está bem firmado em nossa consciência.

Acresce que já demonstramos que o último mandamento^a se refere precisamente a isso. Terá algum mau desejo espicaçado o nosso coração? Já somos considerados culpados de concupiscência e, por conseguinte, transgressores da Lei. Porque o Senhor não somente proíbe deliberar e planejar às ocultas o que possa prejudicar o próximo, mas também proíbe que nos deixemos estimular e incitar por alguma concupiscência ou cobiça. Ora, onde quer que ocorra uma transgressão da Lei, pronta está a maldição de Deus.

87. Uma pena de morte absolutamente necessária!

É, pois, necessário que não deixemos de condenar à morte toda forma de concupiscência, por menor que seja. Eu gostaria que os tais avaliassem bem o que quer dizer este pronunciamento de Cristo: “Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus” [Mt 5.19]. Aqueles mestres não pertencem a esse grupo? Pois se atrevem a enfraquecer tanto a transgressão da Lei que decerto julgam que ela não merece a morte!

88. Não só a Lei, mas o seu Autor

Mas eles não deveriam considerar somente o que nos é ordenado, mas também Aquele que no-lo ordena. Porque não há transgressão, por diminuta que seja, que não O prive da Sua autoridade. Será que, na opinião deles, é pouca coisa violar a majestade divina neste ou naquele ponto? E mais, se o Senhor declarou na Lei a Sua vontade, tudo o que é contrário à Lei O desagrada. Será que eles pensam que a ira de Deus se acha tão fraca e desarmada que a Sua vingança não ocorrerá imediatamente a seguir? E, de fato, Deus mesmo declarou suficientemente (oxa-

^a O décimo, explicado um pouco atrás.

lá eles se dispusessem a escutar Sua voz, em vez de obscurecerem a verdade com as suas frívolas sutilezas!): “A alma que pecar, essa morrerá”,⁵⁷⁹ diz o Senhor. E mais: “O salário do pecado é a morte”.⁵⁸⁰ Eles confessam que a concupiscência é pecado, porque não o podem negar, mas afirmam que não é pecado mortal. Depois de terem permanecido por muito tempo em sua insensatez, que ao menos se corrijam agora. Se, porém, os que assim pensam quiserem perseverar em sua obstinação, que os filhos de Deus não se incomodem com eles, e reconheçam que todo pecado é mortal. Sim, porque todo pecado é rebelião contra a vontade de Deus e, necessariamente, provoca a Sua ira, pois é transgressão da Lei, e contra toda transgressão da Lei, sem nenhuma exceção, foi proclamada a morte eterna. No tocante aos pecados que os crentes, os santos e fiéis, cometem, são veniais, não por sua natureza, mas graças à misericórdia de Deus.

89. A plena observância da Lei seria vida e salvação

Da conclusão a que chegamos acima, a saber, que a Lei nos instrui sobre a justiça perfeita, segue-se, paralelamente, que a plena observância da Lei é plena justiça diante de Deus, cumprida a qual, o homem seria considerado justo diante do Seu trono celestial. Por isso Moisés, depois de publicar a Lei, não teve dúvida em invocar o testemunho do céu e da terra quando propôs ao povo de Israel “a vida e o bem, a morte e o mal”!⁵⁸¹ E não podemos opor-nos ao fato de que a plena obediência da Lei seja recompensada com a vida eterna, como o Senhor prometeu. Todavia, devemos verificar, por outro lado, se nós cumprimos tal obediência, pela qual poderíamos conceber alguma segurança de salvação. Por que, de que nos serviria entender que obedecendo à Lei poderíamos assegurar a recompensa da vida eterna se, ao mesmo tempo, ficássemos sem saber se por esse meio nós poderemos chegar à salvação? Pois bem, é nesse ponto que se demonstra a fraqueza da Lei.^a Porque, uma vez que essa obediência não se encontra em nenhum de nós, estando por isso excluídos das promessas da vida, caímos sob a maldição eterna.

Não me refiro somente ao que já foi feito, mas também ao que é necessário e inevitável que advenha. Porque, sendo fato que a doutrina da Lei sobrepuja em muito a faculdade, a capacidade dos homens, podemos contemplar de longe as promessas a respeito disso feitas, mas não podemos colher nenhum fruto delas. Portanto, nada temos a ganhar, senão que, graças a essa verdade, enxerguemos melhor a nossa miséria, tão grande que toda a nossa esperança nos é tirada, e a morte nos é revelada.

⁵⁷⁹ Ez 18.4.

⁵⁸⁰ Rm 6.23.

⁵⁸¹ Dt 30.15.

^a Os parágrafos precedentes estavam sem nenhum texto equivalente em 1536; os subseqüentes tratam, de outra maneira, dos mesmos pontos tratados em 1536.

90. A perfeição da Lei choca-se terrivelmente com a incapacidade do homem para cumpri-la perfeitamente!

Por outro lado, apresentam-se as horríveis ameaças feitas, as quais não pressionam apenas alguns de nós, mas a todos em geral. Então, elas nos pressionam e nos perseguem com severidade inexorável e de tal maneira que somos levados a ver maldição certa na Lei. [1536] Portanto, se não temos para considerar outra coisa senão a Lei, só temos que perder toda a coragem, ficar confusos e desesperar-nos, visto que somos todos malditos e condenados.⁵⁸² [1539] E não há nenhum de nós que não esteja sem direito algum à bem-aventurança prometida aos que cumprem a Lei.

Terá Deus prazer em nos enganar? – talvez alguém pergunte. Porque mais parece uma brincadeira, mostrar ao homem alguma esperança de felicidade, convidá-lo e exortá-lo a que tenha essa esperança, prometê-la como algo já preparado para ele – e depois ter o acesso fechado! Respondo que, quanto às promessas da Lei, visto que são condicionais, só deverão cumprir-se àqueles que tenham cumprido toda a justiça (o que não se encontra entre os homens); todavia, não são feitas em vão. Porque, tendo nós entendido que elas não têm nem lugar nem eficácia com relação a nós, exceto no sentido de que Deus, por Sua bondade gratuita nos recebe sem levar em conta as nossas obras, significando também que recebemos pela fé a Sua bondade, a qual Ele nos oferece^a por Seu Evangelho, concluímos que essas promessas, com a sua condição, não são vãs.

Dá-nos, então, o Senhor, gratuitamente, todas as coisas, e de tal maneira que a Sua benignidade se estende ao ponto de não rejeitar a nossa obediência imperfeita, mas, remetindo e perdoadando o que lhe falta, aceita-a como obediência plena e integral. Por conseguinte, por Sua benignidade gratuita, Deus nos habilita a recebermos o fruto das promessas da Lei, como tendo sido cumprida a sua condição. Mas, visto que essa questão será tratada mais plenamente quando falarmos da justificação pela fé,^b deixo por ora este assunto.

91. Sobre a impossibilidade de cumprirmos a Lei de Deus

Quanto ao que dissemos, que a observância [plena] da Lei é impossível, devemos explicar e confirmar resumidamente esse ponto. Isso porque a afirmação supra parece absurda. Tanto que Jerônimo não teve dúvida em condená-la como mal-dosa. No que se refere à razão que me levou a acatar e fazer essa afirmação, isso não me preocupa; para nós deve ser suficiente entender a verdade. Não farei aqui grandes distinções dos diferentes modos^c de possibilidade. Digo que é impossí-

⁵⁸² *Gl 3.10.*

^a 1539: *exhibitam.*

^b No Capítulo VI.

^c *generibus.*

vel, pois nunca se viu, e foi ordenado pela sentença de Deus que jamais se veja a plena e perfeita observância da Lei.

Considerando a situação como é desde o princípio do mundo, afirmo que entre todos os santos não houve nenhum que, estando nesta prisão do corpo mortal, tenha tido um afeto espiritual tão perfeito que o tenha habilitado a amar a Deus de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todo o seu poder. Digo mais, que jamais houve alguém que não tenha sido maculado por alguma concupiscência. Quem poderá contradizer isso? Bem sei que, por superstição, há os que julgam que os santos têm tanta pureza que só a duras penas os anjos lhes são semelhantes. Mas isso repugna tanto à Escritura como à experiência. Vou além e digo ainda que jamais haverá alguém que chegue a essa meta de perfeição, enquanto não for libertado de seu corpo.

92. Testemunhos da Escritura

Comprovam esse ponto muitos testemunhos evidentes da Escritura. Salomão, quando dedicava o templo, disse: “Não há homem que não peque”.⁵⁸³ Davi, em sua oração a Deus, disse: “À tua vista não há justo nenhum vivente”.⁵⁸⁴ Essa sentença é repetida muitas vezes no Livro de Jó. O apóstolo afirma essa verdade mais claramente que todos os demais. “A carne milita contra o Espírito, e o Espírito, contra a carne”, diz ele.⁵⁸⁵ E não faz uso de outra razão para provar que todos quantos estão sob a Lei são malditos, senão que, como escreveu, todos os que não perseverarem na obediência aos mandamentos serão malditos.⁵⁸⁶ Com isso ele quer dizer, ou antes, tem como coisa resolvida que ninguém pode perseverar nessa obediência. Ora, tudo o que foi predito na Escritura deve-se ter como eterno, e mesmo como necessário, como essencial.

Os pelagianos molestaram Agostinho com a sutileza de que estamos tratando. Este, para evitar a calúnia, declarou que o Senhor poderia muito bem, se quisesse, exaltar um homem mortal à perfeição angélica, mas que jamais o fez nem o fará, pois o Seu ensino é contrário a isso. Não contesto essa sentença, mas acrescento que não há nenhum propósito em pôr em rivalidade o poder de Deus contra a Sua vontade [revelada]. Por isso digo que não se pode manipular com sutileza este assunto, dizendo que é impossível que não ocorram as coisas que o nosso Senhor revelou que não ocorreriam. Se, porém, ainda se discute a palavra [impossível], note-se que Jesus Cristo, sendo interrogado por Seus discípulos, “Quem pode ser salvo?”, respondeu: “Isto é impossível aos homens, mas para Deus tudo é possível”.⁵⁸⁷ Agostinho, bem fundamentado, demonstra que, na pre-

⁵⁸³ *IRs* 8.46.

⁵⁸⁴ *Sl* 143.2.

⁵⁸⁵ *Gl* 5.17.

⁵⁸⁶ *Gl* 4.

⁵⁸⁷ *Mt* 19.25,26.

sente vida, nunca dedicamos a Deus o amor que Lhe devemos. “De tal forma o amor procede do conhecimento”, diz ele, “que ninguém que não tenha conhecido antes a bondade de Deus pode amá-lo perfeitamente”.^a Ora, enquanto estamos nesta peregrinação terrena, não vemos claramente a bondade de Deus, “vemos como em espelho, obscuramente”.⁵⁸⁸ Segue-se, então, que o amor que Lhe votamos é imperfeito. Portanto, devemos ter como certo que o cumprimento da Lei nos é impossível, enquanto estivermos convivendo neste mundo, como é demonstrado pelo apóstolo Paulo noutra passagem.⁵⁸⁹

93. Sumário

Mas, a fim de que se possa entender tudo muito bem, juntemos num sumário o ofício ou função da Lei e seu uso. Segundo o meu juízo, essa matéria se divide em três partes.

[1536] A primeira é que, ao demonstrar a justiça de Deus, isto é, a que Lhe é agradável, a Lei admoesta e repreende o homem por sua injustiça, e o faz sem lhe deixar dúvida, até convencê-lo e condená-lo.^b

[1539] Porque é necessário que o homem que de outro modo permaneceria cego e embriagado pelo amor próprio – é necessário que ele seja constrangido a conhecer e a reconhecer tanto a sua fraqueza de entendimento como a sua impureza.^c Se a vaidade não for redargüida de frente, não for lançada em rosto, ela se inchará, enchendo-se de uma louca presunção, valorizando exageradamente as suas forças, e não poderá ser induzida a reconhecer a debilidade e a pequenez delas, porque, nesse caso, o homem as mede pelo seu critério fantasioso.^d Mas quando é posto à prova para saber se pode executar a Lei de Deus, pela dificuldade que encontra tem ocasião de ver abatido o seu orgulho. Porque, por mais grandiosa opinião que anteriormente ele tenha formado sobre si mesmo, sente-se agora debaixo de um fardo tão pesado que essa presunção acaba por vacilar, cambalear, decair e, finalmente, desfalecer de todo. Assim é que o homem, sendo instruído pela doutrina da Lei, é afastado da sua presunção, a qual é própria da sua natureza.

Também é necessário que ele seja expurgado do outro vício da arrogância, de que já falamos. Porque, enquanto preso ao seu próprio critério, imagina, em vez de verdadeira justiça, uma hipocrisia, na qual tem prazer e da qual se orgulha. Essa hipocrisia é contra a graça de Deus, instalando-se à sombra sabe-se lá de quais observações inventadas por sua cabeça.

^a O texto de 1536 diz: “Ut ait Augustinus, ‘nostra merita obliti Christi dona amplectimur’”; faz alusão ao tratado *De verbis apostol.*, Rom. VIII, 30 ou 1 Cor. 1.31 (Migne XXXVIII, 862 e 872).

⁵⁸⁸ *1Co* 13.12.

⁵⁸⁹ *Rm* 8.3.

^b 1536: *admoneat ac peccati convincat*.

^c 1539: *admoneat, certiore faciat, convincat denique, ac condemnet*. – As últimas cinco páginas do capítulo em 1536 são substituídas em 1539 por um texto totalmente novo.

^d *arbitrii*.

Quando, porém, se vê constrangido a examinar sua vida sopesando-a na balança da Lei de Deus e deixando de lado a sua fantasia, que ele tinha concebido de sua falsa justiça, vê que está tremendamente longe da verdadeira santidade. Ao contrário, vê que está cheio de vícios e males, dos quais antes se julgava puro.

94. A concupiscência cega o homem; a Lei o desmascara

Porque as concupiscências são tão ocultas, disfarçadas e enganosamente envolvidas, que facilmente enganam a visão do homem. E não é sem motivo que o apóstolo Paulo declara: “Eu não teria conhecido a cobiça, se a lei não dissera: Não cobiçarás”.⁵⁹⁰ Porquanto, se a concupiscência não for revelada pela Lei e tirada do seu esconderijo, ferirá o infeliz homem sem que ele sinta coisa alguma. Portanto, a Lei é como um espelho no qual contemplamos primeiro a nossa fraqueza, depois a iniquidade, que dela procede, e, finalmente, a maldição lançada sobre ambas – como num espelho nos apercebemos das manchas do nosso rosto. Porque o pecador, a quem falta toda a capacidade de viver vida justa, outra coisa não pode fazer senão permanecer na lama do pecado. E, após o pecado, segue-se a maldição. Por isso, assim como a Lei nos convence de grande transgressão, assim também nos mostra mais condenáveis e dignos de maior castigo.

É o que entende o apóstolo, como vemos no que ele declara quando diz: “Pela lei vem o conhecimento do pecado”.⁵⁹¹ Com essas palavras ele registra a primeira função da Lei, que se aplica aos pecadores não regenerados. A um mesmo sentido se reduzem também estas sentenças: Sobreveio a Lei a fim de aumentar o pecado; e, portanto, à Lei pertence a administração da morte,⁵⁹² sendo que produz a ira de Deus e nos oprime e fere. Porque não há dúvida de que, quanto mais de perto a consciência é tocada pela percepção do seu pecado, na mesma proporção a iniquidade cresce, visto que a transgressão se junta à rebelião contra o Legislador.

De resto, a Lei arma a vingança de Deus para a desgraça do pecador, visto que ela não pode fazer outra coisa senão acusar, condenar e fazer perecer. E, como diz Agostinho,⁵⁹³ se o Espírito de graça for retirado, a Lei só servirá para acusar e matar.

Pois bem, dizer isso não faz nenhuma ofensa à Lei e não derroga, não anula, a sua excelência, como também em nada fere a sua dignidade. Certo é que se a nossa vontade estivesse totalmente fundamentada na obediência à Lei e fosse pautada por ela, seria suficiente conhecermos a sua doutrina para termos a salvação. Como, porém, a nossa natureza é corrupta, carnal e, por isso, repulsivamente contrária à Lei espiritual de Deus e incapaz de corrigir-se pela disciplina da mes-

⁵⁹⁰ *Rm* 7.7.

⁵⁹¹ *Rm* 3.20 e 4.15.

⁵⁹² *2Co* 3.7 etc.

⁵⁹³ *De Corruptione et gratia*. Cf. Amb. De Iac., cap. I, e *De vita beata*, cap. b.

ma, segue-se que a Lei, dada para salvação, caso fosse bem recebida e bem tratada, torna-se para nós ocasião para o pecado e a morte.⁵⁹⁴

95. Por que não escolher logo a bênção da obediência?

Então, por que não nos convencemos todos de que somos transgressores da Lei, uma vez que, assim como, por um lado, ela nos revela a justiça de Deus e, por outro, revela a nossa iniquidade, assim também nos certifica da recompensa preparada para a justiça; e, paralelamente, assegura-nos da tremenda humilhação preparada para os iníquos. Por essa razão, longe de nos propormos a fazer qualquer injúria à Lei, melhor será entregar-nos à bondade de Deus.

O que se vê é que a nossa perversidade nos impede de obter a bem-aventurança eterna, que nos é oferecida na Lei. Por isso, o que temos que fazer é apegar-nos mais à proteção da graça de Deus, que nos supre do que falta à Lei, e, além disso, amar a Sua misericórdia, pela qual esta Sua graça nos é dada, sabendo que jamais deixa de nos fazer bem, e que sempre nos acrescenta benefício e mais benefício.

Pois bem, o fato de que da nossa iniquidade e da nossa condenação somos convencidos pelo testemunho da Lei, e por esta são assinaladas, não é para que caiamos no desespero e percamos toda a coragem, abandonando-nos à ruína. Isso não nos acontecerá, se soubermos tirar bom proveito da ação da Lei. É verdade que os maus perdem a serenidade dessa forma; mas isso é fruto da obstinação do seu coração. Entretanto, é preciso que os filhos de Deus cheguem a outro fim, entendendo o que diz o apóstolo Paulo quando confessa claramente que somos condenados pela Lei “para que se cale toda boca, e todo o mundo seja culpável perante Deus”.⁵⁹⁵ Ainda noutro lugar ele ensina que “Deus a todos encerrou na desobediência”, não para perdê-los ou para fazê-los perecer, mas “a fim de usar de misericórdia para com todos”;⁵⁹⁶ a saber, que, desfazendo-se de toda estima por sua própria virtude e por seu humano poder, reconheçam que o único poder que os sustenta é a mão de Deus. Ademais, vendo-se vazios e desnudos, que recorram à misericórdia divina, descansando nela inteiramente, protegendo-se à sua sombra, tomando-a como única e exclusiva justiça e mérito para todos os que a buscam, desejam e esperam por intermédio da fé verdadeira. Porquanto, na Lei o Senhor nos é revelado como remunerador da justiça perfeita, da qual todos nós estamos desprovidos.

96. Agostinho sobre os usos da Lei

Por outro lado, Ele se mostra severo executor dos castigos que merecemos por nossas faltas. Mas em Cristo Seu rosto resplandece de plena graça e suavizadora

⁵⁹⁴ Tema de um meu sermão pregado em Porto Alegre em 1956: *Morte no Remédio*. NT.

⁵⁹⁵ *Rm* 3.19.

⁵⁹⁶ *Rm* 11.32.

bondade, por mais pobres e indignos pecadores que nós sejamos. Quantas lições devemos procurar aprender da Lei! Agostinho fala disso freqüentemente, como quando diz:⁵⁹⁷ “A Lei nos ordena o que fazer a fim de que, esforçando-nos para cumprir os Seus mandamentos e sucumbindo por nossa fraqueza, aprendamos a implorar o auxílio de Deus”. E mais:⁵⁹⁸ “A utilidade da Lei está em convencer o homem de sua fraqueza e constrangê-lo a solicitar o remédio da graça em Jesus Cristo”. Também:⁵⁹⁹ “A Lei manda; a graça dá forças para cumpri-la”. E ainda:⁶⁰⁰ “Deus nos ordena o que não podemos fazer, a fim de que saibamos o que Lhe devemos pedir”.

Quanto ao segundo proveito, ele não o declara explicitamente, talvez porque achasse que se poderia entender deduzindo-o do outro. Ou pode ser que para ele ainda não estivesse bem definido.

Já com relação a quanta utilidade se pode auferir da Lei, da qual falamos anteriormente, essa utilidade convém mais propriamente aos filhos de Deus; não obstante, é comum aos réprobos, aos não salvos. Sim, pois, eles não chegam ao ponto a que chegam os crentes fiéis, de se humilharem segundo a carne para receberem vigor espiritual do Espírito. Os réprobos caem no mais completo assombro e desespero. Mas é bom que a consciência deles seja sacudida por tal tormento, porque assim se manifesta a equidade do juízo de Deus. Agora, ainda que não se manifeste o juízo de Deus pelo testemunho da Lei e da consciência dos réprobos, eles são derrubados e ficam abatidos de tal maneira que eles próprios demonstram o que merecem.

97. O segundo uso da Lei

O segundo ofício ou função ou uso da Lei é para que aqueles que não cuidam de fazer o bem a não ser por constrangimento, ao ouvirem as terríveis ameaças nela contidas, ao menos por medo do castigo sejam retirados da maldade em que vivem. Não significa que, interiormente, o seu coração foi sensibilizado ou tocado. Eles tão-somente foram constrangidos, como à força de rédeas, a deixar de executar os seus maus desejos, que antes punham em prática sem freios nem limites. Por isso não se tornam mais justos nem melhores diante de Deus. Porquanto, embora contidos por temor ou por vergonha, de modo que não se atrevem a executar o mal concebido em seu coração e não exteriorizam o furor da sua intemperança, todavia o coração deles não se rende de fato ao temor e à obediência a Deus. Antes, por mais que se contenham, mais se inflamam e se agitam em sua concupiscência, quase a cometer toda sorte de vilania e de torpeza, só não o fazendo porque o pavor da Lei os detém.

⁵⁹⁷ Epist. ad Hylarium (89).

⁵⁹⁸ Ad Asellium (100).

⁵⁹⁹ Ad Innocentium Romanum (95).

⁶⁰⁰ Ad Valentinum Lib. De correptione et gratia.^a

^a As quatro citações são feitas expressamente em 1539, no texto e na margem.

98. Ódio à Lei e a seu Autor

Não somente o coração deles permanece mau, mas também eles odeiam mortalmente a Lei de Deus. E, como Deus é o seu Autor, eles O detestam. Isso acontece de tal maneira que, se lhes fosse possível, de bom grado aboliriam a Lei de Deus, visto que não podem suportá-lo exigir o que é bom, santo e justo, e desejar a punição dos desprezadores da Sua majestade. Esse sentimento mostra-se mais abertamente em alguns, e noutros é mais oculto; todavia, está presente em todos os não regenerados. É que eles são induzidos a submeter-se de qualquer forma à Lei, não movidos por um desejo livre e espontâneo, mas por constrangimento e com grande resistência; e não há nesse fato outra coisa que os constranja a isso, senão o medo que sentem do rigor de Deus.

Todavia, essa justiça ou retidão constrangida e forçada é necessária à comunidade dos homens, cuja tranquilidade o Senhor supre quando impede que todas as coisas se transtornem na maior confusão. É o que aconteceria, se tudo fosse permitido a cada um.^a Além disso, não é de todo inútil para os filhos de Deus serem eles regidos por essa forma pueril de doutrina, na época em que ainda não têm o Espírito de Deus, quando então vivem segundo a loucura da sua carne; é por isso que às vezes sucede que o Senhor não se revela de pronto a Seus fiéis, mas os deixa caminhar por algum tempo na ignorância, antes de chamá-los [das trevas para a luz]. Porquanto, sendo então restritos e preservados de toda dissolução por esse terror servil, embora tenham pouco proveito presentemente, visto que o seu coração ainda não foi domesticado nem subjugado, eles vão se acostumando pouco a pouco ao jugo do Senhor. Ele age dessa maneira para que, quando os venha a chamar, eles não estejam tão crus que se sujeitem aos Seus mandamentos como coisa nova e desconhecida. É bem provável que o apóstolo tenha desejado referir-se a este uso da Lei quando disse⁶⁰¹ que esta não é dada aos justos, mas aos injustos e rebeldes, aos infiéis e pecadores, aos maus e corruptos, aos que fazem violência a seus pais, aos homicidas, adúlteros, ladrões, mentirosos e perjuros, e aos que estão manchados por vícios que constituem transgressão da sã doutrina. Com isso ele mostra que a Lei é como rédeas, refreando as concupiscências da carne, as quais de outro modo transbordariam, excedendo os limites.

99. O terceiro uso da Lei

O terceiro uso da Lei, que é o principal, e que se relaciona com a finalidade para a qual foi dada, tem lugar entre os crentes, em cujo coração o Espírito de Deus já tem o Seu Reino, o Seu domínio e o Seu poder. Porque, embora eles tenham em seu coração a Lei escrita pelo dedo de Deus (quer dizer, embora eles tenham, pela direção do Espírito Santo, este sentimento que os leva a desejarem obedecer a

^a Alusão aos recentes excessos dos anabatistas em Munster.

⁶⁰¹ Gl 3.19 etc.

Deus), ainda assim eles têm duplo proveito da Lei. Porque esta é para eles um bom instrumento para melhor e mais acertadamente entenderem, dia a dia, qual é a vontade de Deus, à qual aspiram, e para que sejam confirmados em seu conhecimento. É como um servo que, embora tenha deliberado em seu coração que há de bem servir a seu senhor e de agradá-lo em tudo e por tudo, todavia tem necessidade de conhecê-lo familiarmente e de conhecer os seus hábitos e as suas condições, a fim de poder adaptar-se. E não há quem possa isentar-se dessa necessidade. Porque ninguém ainda chegou a ter tal sabedoria que não tenha como, pela doutrina cotidiana da Lei, progredir dia após dia e desfrutar mais clara compreensão da vontade de Deus. É bom acrescentar que, não tendo nós somente necessidade de doutrina, mas também de exortação, o servo de Deus tem na Lei esta utilidade: Pela freqüente meditação na Lei, o servo de Deus será impulsionado à obediência a Ele, será confirmado nela, e será induzido a abandonar os seus erros, faltas^a e omissões. É, pois, necessário que desse modo os santos se incitem^b uns aos outros, porque, qualquer prontidão que acaso tenham para aplicar-se à prática do bem, não obstante são sempre dificultados pela preguiça e indisposição da sua carne.⁶⁰² Sucede isso de tal maneira que eles jamais cumprem plenamente o seu dever. A essa carne a Lei vem como um chicote para a impelir ao trabalho, como o burro que não segue adiante se não for chicoteado incessantemente. Ou, para falar mais claramente, enquanto o homem espiritual não for libertado do fardo da sua carne, a Lei será para ele um aguilhão perpétuo, para não deixá-lo adormecer e entorpecer-se na ociosidade. Nesse uso pensava Davi quando celebrava a Lei de Deus com grandiosos louvores; como quando disse:⁶⁰³ “Os preceitos do Senhor são retos e alegram o coração; o mandamento do Senhor é puro e ilumina os olhos”, etc. E também:⁶⁰⁴ “Lâmpada para os meus pés é a tua palavra e luz, para os meus caminhos”, e tudo o que vem a seguir no mesmo Salmo. E isso em nada vai contra as sentenças de Paulo acima citadas, onde se demonstra, não a utilidade que a Lei pode ter para o homem fiel, já regenerado, mas a que ela pode ter para o homem [em geral]. Ao contrário, o profeta mostra com que proveito o Senhor instrui os Seus servos na doutrina da Sua Lei, quando lhe inspira interiormente a coragem para segui-la.

100. A Lei mosaica deve ser ab-rogada?

Alguns ignorantes,^c incapazes de discernir essa diferença, rejeitam temerariamente a Moisés e querem que a Lei seja afrouxada, porque não acham conveniente para os cristãos seguir uma doutrina que contém a administração da morte.

^a delinquendi lubrico retrahatur.

^b sibi instare.

⁶⁰² Cf. Gl 5.17.

⁶⁰³ Sl 19.8.

⁶⁰⁴ Sl 119.105.

^c imperiti: os antinomianos, os libertinos espirituais, etc.

Que essa opinião fique longe de nós, visto que Moisés declarou muito bem que a Lei, embora só possa gerar a morte do pecador, tem, contudo, outra utilidade e outro proveito para os crentes fiéis. Porque, estando próximo da morte, fez diante do povo esta declaração:⁶⁰⁵ “Aplicai o coração a todas as palavras que, hoje, testifico entre vós, para que ordeneis a vossos filhos que cuidem de cumprir todas as palavras desta lei.”^a Porque esta palavra não é para vós outros coisa vã; antes, é a vossa vida”. E de fato ninguém poderá negar que há na Lei como que uma imagem completa da justiça perfeita, ou, do contrário, será necessário dizer que não devemos ter nenhuma regra do bem viver, ou que precisamos apegar-nos a essa. Porque não existem muitas regras do bem viver, mas uma só, que é perpétua e imutável. Portanto, o que disse Davi, que o justo medita na Lei de Deus de dia e de noite,⁶⁰⁶ não deve ser considerado válido a um dado século ou período, mas vale para todas as épocas, até ao fim do mundo.

101. Ideal impossível?

E não há motivo para nos espantarmos com o fato de a Lei exigir uma santidade verdadeiramente perfeita que não poderemos ter enquanto estivermos na prisão do nosso corpo, ao ponto de abandonarmos a sua doutrina. Sim, pois, quando estamos debaixo da graça de Deus, a Lei não exerce todo o seu rigor pressionando-nos até o fim, de molde a só ficar satisfeita se cumprirmos tudo o que ela manda. Em vez disso, exortando-nos à perfeição para a qual nos chama, ela nos mostra a meta que devemos buscar durante toda a nossa vida. Basta que não deixemos de dirigir-nos para esse alvo. Porque toda a presente vida é como um curso. Quando chegarmos ao fim, o Senhor nos fará o benefício de levar-nos a alcançar a meta, a qual ainda estaremos buscando, embora distantes dela.

Agora, então, vemos que a Lei serve de exortação aos fiéis, não para prender a consciência deles à maldição, mas para despertá-los da indolência, estimulando-os,^b e para os polir, corrigindo a sua imperfeição. Em vista disso, alguns, querendo assinalar essa libertação da maldição da Lei, dizem que esta foi abrogada e anulada para os crentes (não no sentido de que ela não deve ordenar sempre o que é bom e santo, mas no sentido de que ela já não é para eles o que era antes; quer dizer, que ela não mais deixa perplexa a consciência deles pelo terror da morte). E, de fato, o apóstolo Paulo demonstra com muita clareza tal ab-rogação da Lei. Acresce que parece que essa idéia foi pregada por Jesus Cristo, visto que Ele se defendeu afirmando que não quis destruir nem eliminar a Lei;⁶⁰⁷ o que Ele não fez; tão somente foi acusado disso.

⁶⁰⁵ Dt 32.46,47.

^a in volumine legis.

⁶⁰⁶ Sl 1.2.

^b instando.

⁶⁰⁷ Mt 5.17.

Pois bem, essa opinião não foi levada adiante sem nenhum matiz especial [ou seja, com um sentido adicional]. É bem provável que provenha de uma falsa exposição da doutrina referente à Lei, como acontece com todos os erros que, em geral, aproveitam-se [mal] da verdade. Ora, para que não tropeçemos neste inconveniente, precisamos distinguir diligentemente o que foi ab-rogado na Lei e o que ainda permanece firme.

Quando Jesus disse⁶⁰⁸ que não veio para abolir a Lei, mas para cumpri-la, e que não passará nem uma letra, até que o céu e a terra passem, sem que seja feito tudo o que nela está escrito, mostrou com isso que por Sua vinda a reverência e a obediência à Lei em nada foram diminuídas. E isso por uma boa causa, visto que Ele veio para dar o remédio para as transgressões da Lei. Portanto, a doutrina da Lei em nada foi violada por Jesus Cristo, sendo que ela nos educa, preparando-nos para toda boa obra, ensinando-nos, admoestando-nos, repreendendo-nos, castigando-nos.

No tocante ao que Paulo diz da maldição, isso não pertence à função de instruir,^a mas à de apertar e capturar a consciência. Porque a Lei, quanto à sua natureza, não somente ensina, mas também exige estritamente o cumprimento daquilo que ordena. Se não for rigorosamente cumprido, se de fato o seu cumprimento não for levado até o fim, até o derradeiro ponto, a Lei lançará incontinenti a sua pavorosa maldição. Por essa razão diz o apóstolo:⁶⁰⁹ “Todos quantos, pois, são das obras da lei estão debaixo de maldição; porque está escrito: Maldito todo aquele que não permanece em todas as cousas escritas no livro da lei, para praticá-las”. Conseqüentemente, ele declara que estão sob a Lei todos quantos não fundamentam a sua justiça na remissão dos pecados, que nos livra do rigor da Lei. É-nos necessário sair dos laços que nos prendem, se não quisermos perecer miseravelmente no cativeiro.

102. Liberte-se o pecador dos laços que o prendem!

Mas, de que laços? Dessa exação severa, dessa cobrança rigorosa que nos oprime sem nos dar nenhum retorno e sem deixar impune nem uma só falha! Para nos resgatar e nos livrar dessa deplorável maldição, Cristo se fez maldito por nós; como está escrito:⁶¹⁰ “Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro”. No capítulo seguinte⁶¹¹ o apóstolo Paulo declara que “Cristo se sujeitou à lei para resgatar os que estavam na servidão da lei”. Mas ali mesmo ele acrescenta: “a fim de que gozássemos o privilégio da adoção, para sermos filhos de Deus”. Que quer dizer? Que isso foi feito para que não ficássemos encerrados para sempre

⁶⁰⁸ Ibidem.

^a ad institutionem.

⁶⁰⁹ Gl 3.10. [Na versão utilizada por Calvino consta: “Todos os que estão sob a lei são malditos, uma vez que está escrito: Malditos serão todos os que não cumprirem tudo o que [nela] é ordenado”.]

⁶¹⁰ Gl 3.13.

⁶¹¹ Gl 4.4,5 [tradução direta].

em cativeiro, com a nossa consciência presa de angústia mortal. Todavia, isto permanecerá para sempre: Que a autoridade da Lei não seja desrespeitada em coisa alguma, devendo nós recebê-la com a mesma honra e reverência.

Há mais uma dificuldade noutra passagem, que se encontra na Epístola aos Colossenses,⁶¹² onde lemos: “E a vós outros, que estáveis mortos pelas vossas transgressões e pela incircuncisão da vossa carne,^a vos deu vida juntamente com ele, perdando todos os nossos delitos; tendo cancelado o escrito da dívida, que era contra nós e que constava de ordenanças, o qual nos era prejudicial, removeu-o inteiramente, encravando-o na cruz”, etc. A dificuldade está em que parece que o apóstolo quer ampliar demais a abrangência da ab-rogação da Lei, ao ponto de os seus decretos não terem mais nada que ver conosco. Alguns o entendem só com relação à lei moral. Mas desta eles explicam que a severidade exagerada foi abolida, não porém a doutrina. Outros, considerando mais de perto as palavras do apóstolo Paulo, vêem que a sua referência é propriamente à lei cerimonial e mostram que o apóstolo costumava usar a palavra decretos quando tratava deste assunto. Em Efésios,⁶¹³ por exemplo, diz: “Jesus Cristo é a nossa paz, o qual nos juntou e nos fez um, abolindo a lei das ordenanças, que consiste de decretos”, etc. Não há nenhuma dúvida de que o devemos entender em relação às cerimônias, porque o apóstolo afirma que essa lei era como uma muralha, separando os judeus dos gentios. Confesso, pois, que a primeira explicação é com acerto reparada e complementada pela segunda. Contudo, não me parece que elas explicam bem a sentença do apóstolo. Porque não aprovo que se confundam essas duas passagens [de Efésios e de Colossenses] como se uma fosse semelhante à outra.

103. Importante distinção interpretativa

Quanto à que se encontra na Epístola aos Efésios, o sentido é este: Querendo o apóstolo Paulo informar com segurança os efésios sobre como eles eram recebidos à comunhão do povo de Israel, disse-lhes que o obstáculo que antes existia e que os impedia e os separava tinha sido retirado. Eram as cerimônias. Porque as abluções e os sacrifícios, por meio dos quais os judeus se santificavam para Deus, separavam-nos dos gentios. Mas na Epístola aos Colossenses não há quem não enxergue que o texto toca o mais alto mistério. Trata-se ali da questão das observâncias mosaicas a cuja prática os sedutores^b queriam constranger o povo cristão. Como, pois, na Epístola aos Gálatas, havendo essa mesma discussão da qual Paulo deveria tirar uma dedução, e a tira mais extensamente e a remete à sua fonte, assim faz ele neste contexto. Porque, se não se considerar nas cerimônias outra coisa senão a necessidade de desempenho de um dever, por que falar delas

⁶¹² Cl 2.13,14. [Na versão utilizada pelo Autor temos “decretos” em vez de “escrito da dívida”.]

^a Os cristãos de Colossos, de origem pagã, não tinham sido circuncidados como os israelitas.

⁶¹³ Ef 2.14 [tradução direta].

^b pseudo apostoli.

como uma coisa obrigatória?^a E uma coisa obrigatória que é contra nós? E com que propósito teria sido constituída como pouco menos que a soma total da nossa salvação, para que fosse anulada e reduzida a nada? Vê-se, pois, claramente que neste ponto precisamos observar outra coisa além da exterioridade das cerimônias.

104. No cerimonial, algo que vai além e acima da exterioridade

Pois bem, estou bastante seguro de que já encontrei o real entendimento desta questão, confessando que é verdade o que Agostinho escreveu de fato algures: que nas cerimônias judaicas predomina a confissão de pecados sobre a purificação deles. Pode-se ver isso considerando o que os judeus faziam quando sacrificavam. O que faziam? Confessavam-se culpados de morte, visto que colocavam em seu lugar o animal a ser imolado. E quando se lavavam cerimonialmente, o que faziam? Confessavam-se imundos e contaminados. Porque confessavam o débito da sua impureza e dos seus delitos. Mas nessa declaração o pagamento não era feito de fato.

Por essa razão o apóstolo afirma que a redenção dos delitos e ofensas foi feita pela morte de Cristo – delitos e ofensas que permaneciam no Antigo Testamento, não tendo sido anuladas. É, pois, com boa razão que o apóstolo Paulo chama de *cédulas*^b [cf. Cl 2.14, Almeida, Rev. e Corr., e Figueiredo] as cerimônias, que eram contra aqueles que faziam uso delas, visto que por elas os seus usuários testificavam e assinalavam a condenação deles próprios.⁶¹⁴

Isso não é em nada contrariado pelo fato de que os antigos pais tenham sido participantes conosco de uma mesma graça. Certamente que não, porquanto eles obtiveram essa bênção por intermédio de Cristo, não das cerimônias, as quais nessas passagens são separadas de Cristo, visto que obscureciam então a Sua glória, depois que o Evangelho foi revelado. Nós entendemos que as cerimônias, consideradas em si mesmas, são por bom motivo chamadas *cédulas* contrárias à salvação dos homens. Isso porque são como instrumentos autênticos cuja finalidade era obrigar as consciências a confessarem os seus débitos.^c Por isso, tendo em vista que os sedutores queriam obrigar os cristãos a realizá-las, o apóstolo, com toda a razão, e considerando a sua primeira origem, admoesta os colossenses, advertindo-os do perigo que corriam, se se deixassem subjugar daquela maneira. Porque por um mesmo meio a graça de Cristo lhes seria arrebatada. Sendo que, por Sua graça, Ele fez a purificação dos pecados em Sua morte, uma vez por todas, e aboliu todas aquelas observâncias externas, pelas quais os homens se confessavam devedores a Deus, e os seus débitos não eram cancelados.

^a *chirographum* (termo de processo).

^b *chirographa*.

⁶¹⁴ *Hb 7; 9.10; 10.*

^c *quæ ipsorum obligationem testarentur.*